



LOCUS
revista de história

Vol.32 n.1
2026

DOSSIÊ

Para além do 25 de abril:
transições políticas e
dinâmicas culturais



Programa de Pós- graduação em História
Universidade Federal de Juiz de Fora



LOCUS
revista de história



Legenda: Antônio “regressou” à madrugada de 25 de abril.
Fonte: DNotícias PT - <https://www.dnoticias.pt/2024/4/25/403081-antonio-goncalves-regressou-a-madrugada-do-25-de-abril/>
Capa e concepção gráfica: Jessica Marques Toledo

e-ISSN: 2594-8296

Equipe Editorial

Editora

Profa. Dra. Denise da Silva Menezes do
Nascimento
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Editor Assistente

Profa. Dra. Hebe Mattos
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ágnes Judit Szilágyi
Universidade Eötvös Loránd, Hungria

Prof. Dr. Ernesto Bohoslavsky
Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo
Universidade Federal do Pará, Brasil

Prof. Dr. James Green
Universidade Brown, EUA

Prof. Dr. Álvaro Garrido
Universidade de Coimbra, Portugal

Prof. Dr. Leandro Duarte Rust
Universidade de Brasília, Brasil

Profa. Dra. Armelle Enders
Universidade de Paris 8, França

Profa. Dra. Maraliz Christo
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Profa. Dra. Barbara Weinstein
Universidade de Nova Iorque, EUA

Prof. Dr. Vitor Izecksohn
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Profa. Dra. Wlamyra Albuquerque
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Carlos Manuel Dias Fernandes
Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique

Profa. Dra. Cláudia Viscardi
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gerentes Editoriais

Alina dos Santos Nunes
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gabriel Benedito Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Ana Amélia Gimenez Dias
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Jessica Marques Toledo
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Chrigor Augusto Libério
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Joyce Mirella Alves de Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Assistentes Editoriais

Amanda Pimentel Lira Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Bruna Giovanna da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Danielle Aparecida Arruda
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Giovana de Andrade Figueira
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Guilherme Abizaid David
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Gyovana de Almeida Félix Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Laíza de Oliveira Rodrigues
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Lucas Oliveira Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Luís Roberto da Silva Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Mayara Aparecida Machado Balestro dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Mayara de Oliveira Jardim
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Nilciana Alves Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Tatiana Olegário da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Vitória Almeida Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Wazime Mfumukala Guy Baudouin
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Yuri Alan Maciel Tesch
Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil

Conselho Consultivo

Profa. Dra. Alda Saúte Saíde
Universidade Pedagógica de Maputo,
Moçambique

Profa. Dra. Amélia Polónia
Universidade do Porto, Portugal

Profa. Dra. Ana Maria Mauad
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Profa. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Profa. Dra. Angela de Castro Gomes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil

Prof. Dr. António Costa Pinto
Instituto de Ciências Sociais da Universidade
de Lisboa, Portugal

Prof. Dr. Antônio Luigi Negro
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Antônio Montenegro
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Prof. Dr. Benjamin Arthur Cowan
Universidade da Califórnia em San Diego, EUA

Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Prof. Dr. Charles Monteiro
Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul, Brasil

Prof. Dr. Federico Finchelstein
New School for Social Research, EUA

Prof. Dr. Fernando Londoño Torres
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
Brasil

Prof. Dr. Francisco Javier Dosil Mancilla
Universidade Michoacán de San Nicolás
de Hidalgo, México

Prof. Dr. Gerardo Caetano
Universidade da República, Uruguai

Profa. Dra. Helena Hisako Toida
Departamento de Estudos Luso-Brasileiros
/ Universidade Sophia (上智大学), Japão

Profa. Dra. Heloisa Starling
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Henrique Espada Lima
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Prof. Dr. Ismael Saz
Universidade de Valência, Espanha

Prof. Dr. Jean Gormo
Universidade de Maroua, Camarões

Prof. Dr. Jens R. Hentschke
Universidade de Newcastle upon Tyne,
Reino Unido

Prof. Dr. Juan Carlos Ruiz Vasquez
Universidade de Rosário, Colômbia

Prof. Dr. Juan Pan-Montojo
Universidade Autônoma de Madri, Espanha

Prof. Dr. Júlio Cláudio Silva
Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

Prof. Dr. Marcelo Casals
Universidade Adolfo Ibáñez, Chile

Profa. Dra. Maria Dolores Lorenzo
Universidade Nacional Autônoma, México

Profa. Dra. Maria Inácia Rezola
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Profa. Dra. Maria Lígia Prado
Universidade de São Paulo, Brasil

Profa. Dra. Marina Franco
Universidade Nacional de San Martín, Argentina

Prof. Dr. Mario Sznajder
Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel

Prof. Dr. Matteo Pasetti
Universidade de Bolonha, Itália

Prof. Dr. Olivier Compagnon
Universidade Sorbonne Nouvelle, França

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Prof. Dr. Peter Blasenheim
Colorado College, EUA

Prof. Dr. Roger Griffin
Oxford Brookes University, Reino Unido

Profa. Dra. Regina Horta Duarte
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Solange Pereira Rocha
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Profa. Dra. Sônia Gomes Pereira
Escola de Belas Artes da Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Dr. Stefan Rinke
Universidade Livre de Berlim, Alemanha

Prof. Dr. Xosé Manoel Núñez Seixas
Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Índice

Editorial: Locus, desafios editoriais <i>Denise da Silva Menezes do Nascimento</i>	01
---	----

Dossiê

Apresentação: Para além do 25 de Abril: transições políticas e dinâmicas culturais <i>Francisco Carlos Palomanes Martinho</i> <i>Leandro Pereira Gonçalves</i> <i>Marçal de Menezes Paredes</i>	03
---	----

“A luta é um cravo aberto”: colapso imperial e peripécia literária <i>Ubiratã Roberto Bueno de Souza</i>	11
--	----

Guerra colonial e livros: O papel da edição política no debate sobre o projeto colonial português e a Revolução dos Cravos <i>Flamarion Maués</i>	38
--	----

A situação colonial, o 25 de Abril e a independência de São Tomé e Príncipe: revisitar as histórias <i>Augusto Nascimento</i>	64
--	----

Emigração e subversão da ordem: o exercício do “direito de fuga” no Estado Novo português <i>Marina Simões Galvanese</i>	88
Maria Archer: escritos, exílio e resistências (São Paulo/1955-79) <i>Maria Izilda Santos de Matos</i>	115
Transição como invenção política: a intervenção de intelectuais cristãos nos embates pela democracia brasileira (1970-1990) <i>Américo Freire</i>	142
A “portugalização” do Brasil em debate: os tempos da transição política brasileira (1973-1988) <i>Reinaldo Lindolfo Lohn</i>	165
Os empresários e a transição política brasileira: um estudo de caso a partir do Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa <i>David A. Castro Netto</i>	190
Cravo em Flor: Simbolismo e Memória da Revolução de Abril <i>Maria Venade</i> <i>Raquel da Silva</i> <i>Ana Sofia Ferreira</i>	215

Entrevista

Entre os Cravos e a memória: uma entrevista
com Maria Inácia Rezola

239

Francisco Carlos Palomanes Martinho

Leandro Pereira Gonçalves

Marçal de Menezes Paredes

Seção Livre

O porto do Rio de Janeiro em dois tempos:
dimensões de continuidade nas
transformações produzidas pelas reformas
urbanas portuárias na urbe carioca (1906 e
2016)

273

Thais dos Santos Portella

André Nunes de Azevedo

Resenha

Um magistrado português em Minas Gerais
na primeira metade do século
XVIII: a trajetória de Cypriano Joseph da
Rocha na “Idade do Ouro”

301

André Figueiredo Rodrigues

A identidade cultural na pós-modernidade

307

Michele Karina Franco

A acumulação primitiva brasileira e a
importância de uma educação agroecológica

312

João Nilo de Souza Nobre

Editorial

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.54361>

Locus: Desafios Editoriais

Locus: Editorial Challenges

Locus: Desafios Editoriales

Denise da Silva Menezes do Nascimento
<https://orcid.org/0000-0002-8187-5831>

Desafios Editoriais. O subtítulo do editorial desta nova edição sintetiza minha vivência desde o momento em que me disponibilizei a assumir a função de editora-chefe da *Locus: Revista de História* até o instante da publicização do primeiro número do volume 32, que permitiu livre acesso a artigos inéditos que reverberam a excelência de pesquisas acadêmicas que investigam o 25 de Abril e seus impactos não apenas sobre Portugal como também, a partir de diferentes perspectivas, sobre a Europa e países de outros continentes.

O dossiê intitulado “Para além do 25 de abril: transições políticas e dinâmicas culturais” foi organizado pelos professores Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP), Leandro Pereira Gonçalves (UFJF) e Marçal de Menezes Paredes (PUC-RS). Tal qual nos informam os organizadores, os artigos buscam problematizar o 25 de Abril, interrogando sobre as condições que possibilitaram sua irrupção, se debruçando sobre os processos que ela acelerou ou transformou e analisando as repercussões para além das fronteiras portuguesas.

Além dos nove artigos do dossiê temático, esta edição possui um artigo livre sobre o processo de reestruturação da zona portuária do Rio de Janeiro, desde o período colonial até a recente modernização do chamado Porto Maravilha. Este volume conta ainda com três resenhas nas quais são comentados os livros: 1. *Cypriano Joseph da Rocha: relato de uma vida entre Portugal e o Brasil na “Idade do Ouro”*, de António Andresen Guimarães; 2. *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall; e 3. *A educação ambiental anticapitalista: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia*, de Henrique Novaes. Temos também uma entrevista com a professora Maria Inácia Rezola

(investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e docente na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa), historiadora que se dedica aos estudos do Estado Novo, autoritarismo, Força Armadas e transição democrática, ocupando o 25 de Abril um lugar central em sua trajetória acadêmica.

A temática do próximo número – organizado por Hebe Mattos (UFJF), Sebastien Rozeaux (Université Toulouse Jean Jaurès) e Sílvia Capanema (Sorbonne Paris Nord) – já está definida no dossiê intitulado “Como escrever uma História popular do Brasil? Perspectivas historiográficas, atores subalternizados e/ou racializados (do período Pré-Colonial à República)”. E em breve divulgaremos a chamada para submissão de artigos dos dossiês de 2027.

Desafios Editoriais. Vencidos os primeiros, celebro a publicação de um dossiê que é fruto de esforço coletivo. E nesse sentido, não poderia deixar de citar a professora Hebe Mattos e a doutoranda Ana Amélia Gimenez que, com competência e generosidade, desde o lançamento da chamada para submissão de artigos até a publicação deste número responderam prontamente minhas inúmeras mensagens e me ajudaram a entender as dinâmicas editoriais da Locus e os detalhes da plataforma. Dedico um especial agradecimento aos pós-graduandos e pós-graduandas do PPGH/UFJF que colaboraram na produção deste volume, auxiliando na resolução de problemas que me parecem inerentes aos periódicos, como recusas e atrasos no recebimento de pareceres. Por conseguinte, em nome dos gerentes editoriais – Alina Nunes, Chrigor Liberio, Gabriel Benedito Machado, Jéssica Tolledo e Joyce Mirella – agradeço a toda equipe editorial pelo apoio recebido nesse, até então desconhecido, caminho.

Boa leitura!

Denise da Silva Menezes do Nascimento, editora.

Apresentação

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.54360>

Apresentação

Para além do 25 de Abril: transições políticas e dinâmicas culturais

Presentation

Beyond the 25th of April: Political Transitions and Cultural Dynamics

Presentación

Más allá del 25 de abril: transiciones políticas y dinámicas culturales

*Francisco Carlos Palomanes Martinho**

<https://orcid.org/0000-0001-7859-9533>

*Leandro Pereira Gonçalves***

<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

*Marçal de Menezes Paredes****

<https://orcid.org/0000-0002-9692-5037>

A deposição de Marcelo Caetano. O término do regime salazarista. O golpe militar. O final do Império Colonial e o encerramento da guerra. Independências e descolonizações. Transições políticas. Revolução: a dos movimentos, a dos partidos políticos, a dos exilados, a “traída”, a possível... A das querelas ideológicas, a dos debates políticos, a do audiovisual, a dos poemas, a das canções. A das esperanças (as cumpridas e não só elas). A das frustrações (as superadas e as renitentes).

Dê-se a nomenclatura que se quiser, os Cravos de Abril espalharam-se por praticamente todos os continentes e deram azo a uma série de produções acadêmicas e de memórias políticas.

* Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e Bolsista de Produtividade do CNPq. fcpmartinho@usp.br.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Bolsista de Produtividade do CNPq. leandro.goncalves@ufjf.br

*** Professor da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Bolsista de Produtividade do CNPq. marcal.paredes@pucrs.br

Foram mobilizados pelos jogos políticos da memória e acabaram, eles próprios, sujeitos às dinâmicas de sua adaptação: à educação das novas gerações, à divulgação nas redes digitais, às comemorações e às diferentes formas de apropriação do passado. De todos esses pontos, e de tantos outros!, o que é que ficou do turbilhão político próprio à mudança acelerada de uma densa fase histórica? Esta é uma das questões que motivaram o dossiê que a *Locus: Revista de História da Universidade Federal de Juiz de Fora* acolhe neste número.

Não cabem nestas linhas todos os enquadramentos possíveis do debate historiográfico que a Revolução dos Cravos motivou ao longo dos últimos cinquenta anos. Desconcertantemente situada entre as dinâmicas da Guerra Fria global e do anticolonialismo transnacional, que mobilizaram a geração de ativistas e intelectuais *baby boomers*, a Revolução de Abril não se adequa perfeitamente nem aos ditames da competição entre as superpotências nem ao ocaso dos colonialismos europeus em África e na Ásia. Mais do que isso, e para lembrar o recente livro de Fernando Rosas (2025), o salazarismo e o colonialismo português sempre manejaram muito bem *a arte de saber durar*.

Afinal, aquilo que termina entre 1974 e 1975 já não se compaginava plenamente com os ciclos histórico-políticos do cenário mundial, nem tampouco com o horizonte europeu: de um lado, um regime corporativo de inspiração fascista, que sobrevivera quase três décadas ao final da Segunda Guerra Mundial; de outro, um colonialismo racista, que persistira quinze anos depois de 1960, considerado o “ano de África”, momento de aceleração histórica celebrado pelo discurso do primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, ao proclamar, na África do Sul do *apartheid*, os “ventos de mudança”.

O que muda, em Portugal e nas então colônias em África e na Ásia, é justamente um sistema que se recusara terminantemente a mudar. Com os Cravos de Abril, transformaram-se as ideias que definiam a própria *portugalidade*. Mudou-se também o horizonte de inserção no cenário internacional: o de Portugal, mas também o de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e, em ritmos mais demorados e por caminhos próprios, os de Macau e, sobretudo, Timor-Leste. É essa onda de mudanças e ressignificações múltiplas que José Mário Branco, um de seus intérpretes populares, ao interpelar Camões, condensava no verso segundo o qual, depois de Abril, “não se muda mais como soía”.

É, afinal, à mudança no tempo que se consagra uma disciplina chamada História.

Foi também a partir dessa necessidade de revisitar, interrogar e historicizar as mudanças desencadeadas pelo 25 de Abril que se realizou, entre 20 e 24 de maio de 2024, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o Seminário Internacional “25

de Abril 50 Anos: transições, democracias e autoritarismos numa perspectiva global". Promovido no contexto das comemorações do cinquentenário da Revolução dos Cravos, o encontro resultou da parceria entre a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Reuniu pesquisadores e pesquisadoras em torno de questões que, longe de se encerrarem na efeméride, procuravam justamente recolocar a Revolução e seus desdobramentos em diferentes escalas históricas.

Pensar os cinquenta anos do 25 de Abril significava, nesse sentido, não apenas voltar ao acontecimento de 1974, mas acompanhar os processos que o antecederam, as transformações que ele desencadeou e as múltiplas formas pelas quais suas experiências reverberaram em Portugal, nos territórios submetidos ao colonialismo português e em outros espaços políticos e culturais. Entre revolução e transição, entre democracia e autoritarismo, entre descolonização e independência, entre circulação transnacional e experiências locais, o seminário procurou abrir um espaço de reflexão sobre temporalidades e processos que escapam a uma narrativa exclusivamente nacional ou a uma cronologia restrita aos dias e anos imediatamente posteriores ao golpe militar.

É desse ambiente de debates que emerge o dossiê. *"Para além do 25 de Abril: transições políticas e dinâmicas culturais"*. Os textos aqui reunidos deslocam o olhar para diferentes experiências, atores, linguagens e espaços, acompanhando as fissuras da ordem colonial e autoritária, os processos de independência, as práticas de resistência e deslocamento, as conexões entre Portugal e Brasil e, finalmente, as formas pelas quais a Revolução continua a ser simbolizada, lembrada e disputada.

Ir para além do 25 de Abril, como sugere o título do dossiê, significa interrogar as condições que tornaram possível sua irrupção, observar os processos que ela acelerou ou transformou e acompanhar suas reverberações para além das fronteiras portuguesas e da própria temporalidade imediatamente revolucionária. O 25 de Abril surge, assim, não como um ponto de chegada, mas como um ponto de inflexão, condensando crises e resistências anteriores e abrindo, simultaneamente, um campo de possibilidades, disputas e transformações cujos resultados não estavam previamente definidos.

Os trabalhos reunidos neste dossiê podem ser percorridos a partir de três movimentos articulados, ainda que suas questões, escalas e temporalidades frequentemente atravessem as fronteiras entre eles. O primeiro deles volta-se para as fissuras, resistências e transformações da ordem colonial e autoritária, deslocando o olhar para experiências que permitem compreender o 25 de Abril tanto a partir dos processos que o antecederam quanto de suas reverberações em diferentes espaços. Entre a literatura, a edição política, a experiência colonial, a independência e a emigração, os quatro textos que abrem o dossiê evidenciam a diversidade de práticas, linguagens e

conflitos que compuseram e continuam a compor a história do colapso do império português e do Estado Novo.

Em “‘A luta é um cravo aberto’: colapso imperial e peripécia literária”, Ubiratã Roberto Bueno de Souza aproxima a Revolução dos Cravos e a independência de Moçambique por meio de uma leitura da produção poética de Rui Knopfli e José Craveirinha. Mais do que tomar 1974 e 1975 como marcos de uma ruptura inequívoca, o artigo explora as tensões e ambiguidades que atravessam a experiência do fim do império. A literatura torna-se, assim, espaço privilegiado para observar temporalidades não coincidentes, expectativas, deslocamentos e contradições que escapam a uma narrativa linear da passagem entre colonialismo e independência. O “cravo aberto” do título sugere precisamente essa condição: a luta e a ruptura permanecem atravessadas por possibilidades que não se deixam reduzir a um único sentido histórico.

Também a circulação de ideias e linguagens políticas constitui um caminho decisivo para compreender as tensões que precederam e acompanharam o 25 de Abril. Em “Guerra colonial e livros: O papel da edição política no debate sobre o projeto colonial português e a Revolução dos Cravos”, Flamarion Maués Pelúcio Silva examina a edição política como forma de mediação cultural e ação política, situada na intersecção entre o livro, a esfera pública e a contestação colonial. A análise das editoras, dos livros e de seus circuitos de circulação permite acompanhar a constituição de espaços de crítica ao projeto colonial português e às guerras travadas em África, mostrando como a produção e a difusão de impressos integraram as disputas políticas e culturais que conformaram o período.

Se os dois primeiros artigos permitem acompanhar, por meio da literatura e dos livros, algumas das fissuras e contestações que atravessaram o mundo colonial português, o texto de Augusto Nascimento desloca a análise para a experiência concreta da descolonização. Em “A situação colonial, o 25 de Abril e a independência de São Tomé e Príncipe: revisitar as histórias”, o autor parte de uma questão fundamental para o conjunto do dossiê: as mudanças abertas pelo 25 de Abril não produziram processos homogêneos, nem a independência pode ser compreendida como simples resultado automático da queda do regime português. O artigo revisita os derradeiros anos do colonialismo, o histórico da “luta”, as transformações das hegemonias locais e as tensões que acompanharam a ascensão do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Como assinala o autor, apesar da liberdade decorrente do 25 de Abril, a independência foi acompanhada da imposição de uma hegemonia partidária e de novas formas de coação sobre os cidadãos. A transição, portanto, aparece menos como passagem linear entre dois regimes do que como processo conflituoso, marcado simultaneamente por mudanças, constrangimentos e inércias.

É também para além das formas mais institucionalizadas da oposição que Marina Simões Galvanese dirige sua atenção. Em “Emigração e subversão da ordem: o exercício do ‘direito de fuga’ no Estado Novo português”, a autora investiga a emigração portuguesa, particularmente em direção à França, como prática que, embora orientada por motivações diversas, podia produzir efeitos de contestação e subversão da ordem salazarista. A noção de “direito de fuga” permite deslocar a análise das organizações políticas e das formas clássicas de resistência para as experiências e decisões de indivíduos que, ao deixarem o país, escapavam às tentativas de controle do regime. A emigração emerge, assim, não apenas como consequência das condições econômicas e sociais da ditadura, mas como uma prática capaz de tensionar seus mecanismos de disciplinamento e de ampliar os horizontes de experiência daqueles que atravessavam suas fronteiras.

Se a crise do colonialismo e do Estado Novo permite acompanhar as múltiplas condições e experiências que atravessaram o 25 de Abril, os textos seguintes deslocam a atenção para as circulações de sujeitos, ideias e projetos políticos entre Portugal e Brasil, bem como para as disputas que acompanharam a invenção de diferentes futuros democráticos. Exílios, trajetórias intelectuais, referências políticas, organizações partidárias e interesses empresariais compõem, nesse segundo bloco, um quadro no qual a transição deixa de aparecer como uma passagem automática entre regimes para se revelar como terreno de conflitos, negociações e projetos concorrentes.

É pela trajetória de uma escritora portuguesa exilada no Brasil que esse conjunto se inicia. Em “Maria Archer: Escritos, exílio e resistências (São Paulo/1955-79)”, Maria Izilda Santos de Matos acompanha a experiência de Maria Archer, cuja trajetória permite observar as relações entre escrita, deslocamento, exílio e resistência. Radicada em São Paulo após deixar Portugal, Archer não interrompeu, com a travessia do Atlântico, sua oposição ao salazarismo. Ao contrário, o exílio constituiu uma nova condição a partir da qual sua produção intelectual e literária se articulou às práticas de resistência e à continuidade dos vínculos políticos e culturais com Portugal. A análise de sua trajetória permite, assim, acompanhar os exílios não apenas como experiências de afastamento, mas também como espaços de circulação, produção e intervenção, nos quais diferentes experiências históricas e políticas se colocavam em contato.

A dimensão da intervenção intelectual e da produção de novos repertórios políticos reaparece, sob outra perspectiva, no artigo de Américo Freire. Em “Transição como invenção política: a intervenção de intelectuais cristãos nos embates pela democracia brasileira”, o autor dirige a atenção para a atuação de intelectuais cristãos nas disputas que marcaram a abertura e a transição brasileira. O texto recupera a constituição de um campo político-religioso que, articulado

a experiências e debates do catolicismo progressista, participou da elaboração de novas formas de intervenção pública e de organização política.

A questão das referências externas e da circulação de experiências ganha centralidade no texto de Reinaldo Lindolfo Lohn. Em “A ‘portugalização’ do Brasil em debate: os tempos da transição política brasileira (1973-1988)”, o autor examina os sentidos assumidos, no debate público brasileiro, pela possibilidade de uma “portugalização” do país. A expressão condensava receios e expectativas em torno dos rumos da transição e revelava a intensidade com que os acontecimentos portugueses passaram a ser observados e apropriados no Brasil. Para diferentes setores, a experiência portuguesa funcionava simultaneamente como advertência, referência e horizonte de possibilidades. Ao acompanhar essas apropriações e deslocamentos, o artigo evidencia que as relações entre as duas transições não podem ser compreendidas como simples transferência de um modelo: a Revolução portuguesa alimentou debates sobre o Brasil, mas foi também reinterpretada à luz dos conflitos, temporalidades e projetos próprios da experiência brasileira.

Por fim, David Castro Netto volta-se para um ator cuja participação nos processos de transição frequentemente é percebida apenas de maneira genérica. Em “Os empresários e a transição política brasileira: um estudo de caso a partir da Campanha Nacional Pela Livre Iniciativa”, o autor investiga a atuação de setores empresariais nos debates sobre o futuro político e econômico do país. A análise da Campanha Nacional pela Livre Iniciativa permite identificar a formulação de um projeto específico para o período de abertura, no qual determinadas concepções de democracia e representação política se articulavam à defesa da livre iniciativa e a um horizonte de reorganização econômica. Ao incorporar os empresários à análise, o artigo evidencia a pluralidade dos atores envolvidos na transição e reforça a necessidade de compreender a democratização brasileira como espaço de disputa entre diferentes projetos de país.

Se os textos reunidos até aqui permitem acompanhar as rupturas, circulações e disputas que conformaram diferentes experiências de transição, os dois trabalhos que encerram o dossiê deslocam a questão para outro tempo da história: o momento em que a própria Revolução, suas imagens e seus significados passam a constituir objeto de memória. Entre os cravos, os cartazes, as comemorações e a reflexão sobre os usos públicos do passado, o 25 de Abril retorna, cinquenta anos depois, como experiência ainda aberta à interpretação e à disputa.

Em “Cravo em Flor: Simbolismo e Memória da Revolução de Abril”, Maria Venade, Raquel da Silva e Ana Sofia Ferreira acompanham os percursos de um dos símbolos mais duradouros da Revolução portuguesa. O cravo, cuja presença se tornou indissociável das imagens do 25 de Abril, é analisado não como um emblema de sentido fixo, mas como símbolo continuamente mobilizado

e ressignificado. Ao examinar as comemorações promovidas pela Associação 25 de Abril, o artigo permite observar os processos pelos quais a memória da Revolução foi sendo construída e transmitida no espaço público, articulando dimensões políticas, simbólicas e estéticas. A história do cravo revela, assim, que também os símbolos têm história: seus sentidos se transformam à medida que novos contextos, gerações e disputas se apropriam deles.

É precisamente a essa relação entre história, memória e esfera pública que se dedica a entrevista “Entre os Cravos e a memória: uma entrevista com Maria Inácia Rezola”, realizada por Francisco Carlos Palomanes Martinho, Leandro Pereira Gonçalves e Marçal de Menezes Paredes, organizadores deste dossiê. Historiadora e Comissária Executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, Maria Inácia Rezola discute, ao longo da conversa, os desafios de transformar o conhecimento histórico em conhecimento público sem reduzir a complexidade do passado. A partir de sua dupla condição de historiadora e responsável pela elaboração e concretização do programa oficial das comemorações, a entrevista desloca a discussão para problemas que atravessam o próprio trabalho historiográfico: quem fala sobre o passado, como se constroem as comemorações, quais memórias se tornam públicas e de que maneira as novas gerações podem estabelecer relações com uma experiência que não viveram.

O cravo que floresce nas comemorações e a reflexão de Maria Inácia Rezola sobre os usos públicos da história conduzem, assim, a uma questão que ultrapassa o próprio cinquentenário: o que significa transmitir o 25 de Abril? Ou, em outras palavras, como transformar uma experiência histórica, situada em determinado tempo, em objeto de reflexão para aqueles que não participaram dela?

Talvez seja justamente nesse deslocamento que o conjunto dos textos reunidos neste dossiê encontre uma de suas principais convergências. *Para além do 25 de Abril*, como sugere o título, significa voltar às condições históricas que antecederam a Revolução, acompanhar os processos de transformação que ela desencadeou e reconhecer que seus sentidos não se encerraram em 1974 ou 1975. As fissuras do império e do Estado Novo, as guerras e independências, os deslocamentos e exílios, as disputas em torno das transições políticas e as permanentes reelaborações da memória revelam que a história dos Cravos de Abril se estende muito além do próprio acontecimento.

Cinquenta anos depois, a distância temporal não tornou essa história mais simples ou unívoca. Talvez tenha ocorrido justamente o contrário. A passagem do tempo multiplicou os problemas, as fontes, as interpretações e as memórias a partir das quais o 25 de Abril pode ser interrogado. Retomar esse turbilhão político próprio à mudança acelerada de uma densa fase

histórica é, portanto, menos buscar uma resposta definitiva sobre o que foi o 25 de Abril do que reconhecer a permanência das perguntas que ele legou. Entre rupturas e continuidades, entre revolução e transição, entre passado e futuro, os textos deste dossiê convidam a observar a pluralidade das experiências desencadeadas pelos Cravos de Abril e a historicizar, uma vez mais, aquilo que mudou e aquilo que, apesar de tudo, permaneceu em disputa. “Foi bonita a festa, pá”, cantou-se, também através do Atlântico. Talvez os cravos não estejam apenas na memória. Mesmo onde a festa parece ter passado e algumas flores tenham murchado, podem permanecer, em algum canto do jardim, sementes que a história ainda não terminou de interrogar.

Referências:

Rosas, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. São Paulo: Tinta da China Brasil, 2025

Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51435>

**“A luta é um cravo aberto”:
colapso imperial e peripécia literária**

*“The struggle is an opened carnation”:
imperial collapse and literary peripeteia*

*“La lucha es un clavel abierto”:
colapso imperial y peripeteia literaria*

Ubiratã Roberto Bueno de Souza*
<https://orcid.org/0000-0002-0586-8015>

RESUMO: Este artigo é constituído como um ensaio que procede a análise e a interpretação histórica de três poemas moçambicanos: “Fala de um guerrilheiro” (1981), de Jorge Viegas, “Testemunho” ([1975] 1980) e um poema sem título de 1949, ambos de Fonseca Amaral (este último, antecipando em 25 anos a imagem do “cravo aberto” como signo da luta contra a opressão, antes dos cravos de abril portugueses). Os três se voltam para o destino coletivo daqueles povos que viveram o colapso do império colonial português marcado pela Revolução dos Cravos e pelo advento do Estado independente. Para observá-los, o artigo toma como referência comparativa os procedimentos de peripécia da antiga tragédia como um instrumental que favorece o olhar para estruturas poéticas compostas sobre uma temporalidade dobrada, cindida e fraturada. Essa metáfora de análise leva a evidenciar que, ao voltar-se para as condições concretas que levariam à luta contra a dominação colonial, os textos constroem suas temporalidades prefigurando um futuro em forma de uma retroversão. Ao fazer isso, os poemas apresentam estruturas contraditórias reveladoras dos impasses que cercaram tanto a independência de Moçambique quanto à constituição do Estado independente.

* Professor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. Possui doutorado (2019) e mestrado (2014) em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e bacharelado em Letras (2012), todos pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Desenvolve pesquisa de crítica literária e suas interfaces com a história social e sociologia histórica, investigando os estudos africanos, da diáspora africana no Brasil e as literaturas africanas de língua portuguesa. É autor do livro *Entre palavras e armas: literatura e guerra civil em Moçambique* (EdUFABC, 2017), e de capítulos de livro e artigos científicos.

Palavras-chave: Jorge Viegas. Fonseca Amaral. Independência de Moçambique. Literatura e história.

ABSTRACT: This article is structured as an essay that analyses and interprets the history of three Mozambican poems: “Fala de um guerrilheiro” (1981), by Jorge Viegas, “Testemunho” ([1975] 1980) and an untitled poem from 1949, both by Fonseca Amaral (the latter anticipating by 25 years the image of the “open carnation” as a sign of the struggle against oppression, before the Portuguese carnations of April). All three poems address the collective destiny of those peoples who lived through the collapse of the Portuguese colonial empire, marked by the Carnation Revolution and the advent of the independent state. To observe them, the article uses as a comparative reference the peripeteia procedures of ancient tragedy as a tool that allows the observation of poetic structures composed on a folded, divided, and fractured temporality. This analytical metaphor highlights that, by focusing on the concrete conditions that would lead to the struggle against colonial domination, the texts construct their temporalities by prefiguring a future in the form of a retroversion. In doing so, the poems present contradictory structures that reveal the impasses surrounding both the independence of Mozambique and the constitution of the independent state.

Keywords: Jorge Viegas. Fonseca Amaral. Mozambican independence. Literature and History.

RESUMEN: Este artículo está estructurado como un ensayo que analiza e interpreta la historia de tres poemas mozambiqueños: “Fala de um guerrilheiro” (1981), de Jorge Viegas, “Testemunho” ([1975] 1980) y un poema sin título de 1949, ambos de Fonseca Amaral (este último anticipándose en 25 años a la imagen del “clavel abierto” como lucha contra la opresión, antes de los claveles portugueses de abril). Los tres poemas abordan el destino colectivo de aquellos pueblos que vivieron el colapso del imperio colonial portugués, marcado por la Revolución de los Claveles y el advenimiento del estado independiente. Para observarlos, el artículo utiliza como referencia comparativa los procedimientos de peripecia de la tragedia antigua como herramienta que favorece la observación de estructuras poéticas compuestas sobre una temporalidad plegada, dividida y fracturada. Esta metáfora analítica destaca que, al centrarse en las condiciones concretas que conducirían a la lucha contra la dominación colonial, los textos construyen sus temporalidades prefigurando un futuro en forma de retroversión. De este modo, los poemas presentan estructuras contradictorias que revelan los impases que rodearon tanto la independencia de Mozambique como la constitución del estado independiente.

Palabras clave: Jorge Viegas. Fonseca Amaral. Independencia de Mozambique. Literatura y Historia.

Como citar este artigo:

Souza, Ubiratã Roberto Bueno de. “A luta é um cravo aberto’: colapso imperial e peripécia literária”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 11-37

Este artigo é um ensaio formado por três análises poéticas seguidas de interpretações históricas. O olhar se dirige para três textos poéticos moçambicanos — a saber: “Fala de um guerrilheiro” (1981), de Jorge Viegas, “Testemunho” ([1975] 1980) e um poema sem título de 1949, ambos de Fonseca Amaral¹. Os três se voltam para o destino coletivo daqueles povos que viveram o colapso do império colonial português marcado pela Revolução dos Cravos e pelo advento dos Estados independentes africanos. Para observá-los, o artigo toma como referência comparativa os procedimentos de peripécia da antiga tragédia clássica como um instrumental arcaico que favorece o olhar para estruturas poéticas compostas sobre uma temporalidade dêitica dobrada, cindida e fraturada. Aqui, já não como constructo de um destino individual verificável na composição de uma única ação trágica, mas como uma metáfora de análise. Como pretendo discutir, ao voltar-se para as condições concretas que levariam à luta contra a dominação colonial, os textos constroem suas temporalidades prefigurando um futuro em forma de *uma retroversão* e, ao fazer isso, mostram estruturas contraditórias reveladoras dos impasses que cercaram tanto a independência de Moçambique quanto à constituição do Estado independente.

Na antiga estrutura trágica, todas as personagens estão acometidas por uma espécie de *daímon*, uma dimensão fatal de origem divina que, ao passo que é individual, é externa à personagem (Vieira 2007, 29). O *daímon* trágico é um enigma que se abate inesperadamente sobre a personagem, mas também é um destino que está evidente de modo subterrâneo na tragédia desde o início — é o herói trágico que persegue seu fado de modo inevitável. O herói trágico então situa-se numa posição paradoxal entre a razão e o *daímon*: ao mesmo tempo em que é atingido por um desígnio divino, profetizado pelos oráculos, não deixa de situar-se como sujeito ativo diante desse destino, que resulta de suas próprias escolhas e ações (Vieira 2007, 29). Como disse Friedrich Schiller: “Tudo existe de antemão, e vai apenas se desenvolvendo. Some-se a isso o fato de que o evento, enquanto irrevogável, é por sua natureza muito mais aterrador” (Schiller, carta a Goethe em 2 de outubro de 1797, *apud* Vieira 2007, 166).

Trata-se do desdobramento de um destino individual em fim de contas enigmático e desconhecido, o que faz com que a estrutura temporal da antiga tragédia se dobre: ao mesmo tempo em que o herói trágico persegue com avidez as pistas que o levam a compreender o seu destino, uma ação subterrânea desenvolve-se à revelia de sua consciência, mas justamente devido às próprias ações, levando-o à autodestruição final. O momento em que os dois tempos se cruzam, sabemos deste a *Poética* de Aristóteles, é marcado pelo reconhecimento (*anagnorisis*) e pela peripécia (*peripeteia*).

¹ A relação de Fonseca Amaral com Moçambique será abordada adiante.

Segundo o estagirita, peripécia seria “a mudança dos acontecimentos para o seu reverso [...] de acordo com o princípio da verossimilhança e da necessidade”, enquanto o reconhecimento seria “a passagem da ignorância para o conhecimento” (Aristóteles 2008).

Para que seja possível evidenciar como os poemas apresentam distintas formas de fratura temporal, me apoio no método de análise poética do prof. Antonio Candido, expressado em duas obras menos ambiciosas de sua produção: *O estudo analítico do poema* (2007) e *Na sala de aula* (2017). Para ambos os trabalhos, que valem muito se lidos em conjunto, o prof. Candido dissocia duas etapas fundamentais para a crítica de poemas: a análise e a interpretação. Para ele, a análise é o “levantamento analítico de elementos internos do poema, sobretudo os ligados à sua construção fônica e semântica, e que tem como resultado uma decomposição do poema em elementos, chegando ao pormenor das últimas minúcias” (Candido 2007, 29). A interpretação, por outro lado, parte dos resultados obtidos na análise, mas objetivando ser um momento integrador, visa à compreensão da estrutura do texto. Ambos se completam no “ciclo hermenêutico”, com o propósito de “entender o todo pela parte e a parte pelo todo, a síntese pela análise a análise pela síntese” (Candido 2007, 29).

No caso deste artigo, desenvolverei interpretações históricas dos resultados obtidos no processo analítico, para que a compreensão dos elementos formais não se encerre em si. Para tanto, a metodologia estará apoiada numa sugestão advinda do materialismo histórico, no sentido de se conceber que toda a articulação textual está relacionada às dimensões sociais e econômicas da totalidade do processo social. Aproveito uma sugestão interessante dos teóricos franceses Pierre Macherey e Etienne Balibar (1976, 36), para quem, em uma análise materialista, as produções literárias “não se devem estudar do ponto de vista da sua unidade aparente e ilusória, mas do ponto de vista da sua diversidade material”, o que levaria o olhar a perscrutar não os signos da coesão dos textos, “mas os índices das suas contradições materiais (historicamente determinadas) que os produzem e que neles se encontram sob forma de conflitos desigualmente resolvidos” (1976, 36). É com este objetivo que o artigo proporá exercícios muito minuciosos de leitura dos textos poéticos, visando à interpretação histórica das fraturas neles contidas e evidenciadas na análise.

O futuro do pretérito

Quero começar do futuro para o passado. Para isso, gostaria de tomar um poema de Jorge Viegas, presentes no volume *O núcleo tenaz*, de 1981. Viegas nasceu em Quelimane em 1947. Estreou-se em livro com a obra *Os milagres*, publicada em sua cidade natal em 1966. Posteriormente, apareceu nos volumes da importante revista *Caliban*, organizada por J. P. Grabato Dias e Rui Knopfli, no. 01 de 1971 com os poemas “Na boca da noite”, “Carreira de tiro” e “Contestação” e

no volume 3/4, de junho de 1972, com o quadríptico “Em louvor das palavras”. Após a independência, apresentou colaboração regular na revista *Tempo* e, logo em seguida, publicou seu volume pela coleção “Autores moçambicanos” do Instituto Nacional do Livro e do Disco em Maputo. Anos depois, publicou já em Portugal pela ALAC, de Manuel Ferreira, o volume *Novelo de chamas* (Cavacas e Gomes 1998, 200; Ferreira 1997, 335-342; Saúte, Lisboa e Sopa 1996). No seu volume de 1981, é possível ler o seguinte poema:

FALA DE UM GUERRILHEIRO

Neste tempo de medos e retrancas,
Com que tentam calar a Pátria em nós,
Faremos de nós mesmos, alavancas,
E das armas, nos braços, nossa voz.

Neste tempo de verdades mancas
Calafetadas numa ironia atroz,
Espancaremos, com amor, palavras francas
Sob as barbas postiças do algoz.

Neste tempo de susto e de loucura,
Tempo de fome e tempo de amargura,
A Pátria cresce em nós num sonho puro.

E na sinistra voz das carabinas,
Ao som terrível do rebentar das minas,
As nossas mãos constroem o futuro (Viegas 1981, 19).

Trata-se de um soneto italiano, formado de rimas cruzadas nos quartetos e de rimas emparelhadas completadas pela terça rima interestrófica (CCD/EED, Chociay 1974, 196). Grande parte dos versos é decassílabo, com exceções para os versos quinto (eneassílabo) e o sétimo (hendecassílabo). O poema é organizado por meio de uma estrutura paralelística que se repete de modo rigoroso nas três primeiras estrofes, organizando um grande bloco simétrico de sentido, rompido apenas pelo último terceto. O esquema rímico variável entre os quartetos e os tercetos corresponde aproximadamente à estruturação em dois blocos. Estas três estrofes simétricas são iniciadas por uma espécie de expressão capitular, por assim dizer: “Neste tempo”, repetida, portanto, três vezes. Os segundos versos de cada uma dessas estrofes apresentam valor qualificativo, pois servem para completar o significado do “tempo” anunciado anteriormente. Os dísticos finais dos quartetos são definidos por uma ação, expressa por verbos conjugados na primeira pessoa do plural no futuro do indicativo (“faremos”, “espancaremos”). A estrutura do poema, portanto, pode ser definida por “Neste tempo” [posição 1] + qualificativo do tempo [posição 2] + ação no futuro [posição 3].

Quanto aos tercetos, o primeiro deles é quase todo voltado para a descrição do “tempo”, e esta palavra é repetida três vezes nesse período. O verbo no futuro do indicativo na posição 3, que se repetiu nos quartetos, segue na mesma posição no terceto, mas agora dá lugar ao presente do

indicativo (“cresce”), ainda assim com um valor semântico apontado para o futuro — já que o crescimento é um processo de desenvolvimento que alcança maturidade e decadência. Este sentido é reforçado pelo último verso do poema, que aborda o futuro nominalmente. O último terceto difere muito da estrutura paralelística anterior. Entretanto, a expressão “e” tem função de conjunção adversativa. Veja-se: ao apontar para elementos aleatórios, com valor adverbial, mas sem localização definida (“voz das carabinas”, “som das minas” — não se sabe quando nem onde estão), é possível deduzir que estes dois elementos ainda servem para qualificar o tempo, por derivação de sentido. Desse modo, apesar de morfologicamente diferente do primeiro bloco do poema, o segundo terceto segue o funcionamento geral do texto, apresentando o tempo presente [posição 1, implícita] qualificado [posição 2] e uma proposta de futuro [posição 3].

Essa estrutura paralelística do poema favorece à constituição de uma ironia estrutural, o dado mais importante do texto. Esse fenômeno se forma pela justaposição de uma condição adversa, definida pela abundante caracterização do tempo, e algo que se lhe contrapõe, precisamente uma ação humana constitutiva de valor positivo. O tempo é sempre negativo, mas, a partir dele, um “nós” oculto, apenas pressuposto pela conjugação verbal, organizaremos um futuro positivo. Trata-se da justaposição de elementos contrários que faz o improvável ser provável devido à sua peremptória afirmação poética. Assim, o tempo é qualificado, precisamente como: de medos, de retrancas, de verdades mancadas, de susto, de loucura, de fome, de amargura e, por derivação de sentido, também de carabinas e minas. Apesar disso, faremos alavancas de nós, voz das nossas armas, espancaremos palavras. Isso porque a Pátria cresce e nossas mãos constroem o futuro.

Além da ironia estrutural, que cria positividade além da adversidade, é importante destacar outro tipo de ironia complementar que está num nível estruturante mais baixo na construção do poema. Trata-se do tipo de retroversão obtida, por exemplo, no primeiro quarteto, a partir da reposta positiva para imposição negativa. Quando tentam calar a voz, a arma nos braços se transforma em voz. Esse processo de metamorfose é bastante significativo — um som é substituído por outro, por meio de uma sobreposição de sinédoques. Quando é cerceado o direito à livre expressão do desejo de ser pátria (“calar a Pátria em nós”), resulta uma resposta por meio de uma ação armada, quando as armas falarão (serão voz). Na segunda estrofe, quando as verdades são mancadas, as palavras são espancadas. A imagem das “verdades mancadas” plastifica a assunção de uma crença que não caminha plenamente, mas coxeia com dificuldade em sentido incerto. A pátria cresce mesmo com susto, com loucura, com fome e com amargura.

Portanto, há no poema três níveis de contradições justapostas: uma, formal, estrutura o poema em dois grandes blocos que correspondem a um paralelismo morfológico; a segunda

justapõe o improvável e o provável almejado, mostrando como do sinal adverso surgirá a positividade construída; e a terceira se refere à polimorfia de imagens contraditórias e complementares que compõem o interior e a substância dos blocos formais e da grande ironia.

Trata-se da “Fala de um guerrilheiro”, publicada em Moçambique em 1981. Não é possível desconsiderar a recente luta armada pela independência de Moçambique. Entretanto, após a independência, os antigos guerrilheiros da Frente de Libertação não estão mais em atividade, agora eles são soldados das Forças Armadas de Moçambique (FAM/FPLM, surgida em 1978), derivado das antigas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), o braço armado da antiga Frente de Libertação de Moçambique FRELIMO (a esse respeito Freixo e Chingotwane 2024, 177; Macaringue 1997, 43-69). Neste sentido, a “Fala de um guerrilheiro” faz referência direta à intensa profusão de literatura revolucionária desencadeada em Moçambique desde a ação da FRELIMO nas zonas libertadas durante a guerra e, posteriormente, em função da ação do Estado-partido (no dizer de Lorenzo Macagno 2009, 17-35). Esta literatura revolucionária tem como epítome as coletâneas *Poesia de combate*.

A primeira coletânea, *Poesia de combate*, veio à luz antes da independência, em 1971, editada pelo Departamento de Educação e Cultura da FRELIMO. Em 1977, veio a lume a *Poesia de combate* 2, editada já pelo Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO, justamente na altura do III Congresso, que fazia a frente se tornar Partido Frelimo, com a adoção do marxismo-leninismo como política de Estado. Em seguida, em 1979, uma segunda edição do primeiro volume bastante modificada foi apresentada, desta feita chamada *Poesia de combate* 1. Posteriormente, já em 1983 é publicada a *Poesia de combate* 3, altura do IV Congresso, em que a Frelimo dá passos atrás na assunção do marxismo-leninismo. Além das publicações da FRELIMO/Frelimo, há outras antologias em que o modelo era emulado, de que são exemplos as coletâneas: *As armas estão acesas nas nossas mãos* (1976), editada no Porto, com prefácio de Papiniano Carlos, *O continuador e a revolução* (1978), organizado por Maria Rosa Colaço, *Palavra é lume aceso* (1980), organizada por Orlando Mendes e por Sol Carvalho, *As palavras amadurecem* (1988), editada pelo *Diário de Moçambique*, com a participação de Heliodoro Baptista na seleção.

Trata-se, enfim, de um vasto corpo literário muito plural, cujos traços predominantes começam a ser delineados pela crítica, de que ressaltam os trabalhos de Basto (2006), Souza (2019) e Campos (2022). Apesar disso, é possível indicar como traços gerais dessa produção a sua constituição como modelo literário alinhado aos pressupostos ideológicos da FRELIMO (ou Frelimo), profundamente ligado ao “espírito de partido”: era necessário que o poeta apresentasse uma narrativa retroalimentada pelo engajamento na luta de libertação e de acordo com a correição

ideológica proposta pela frente, após 1977 convertida em partido na altura do III Congresso. Para os poetas moçambicanos, as atividades da luta de libertação nacional, as várias situações de reconstrução do país, a solidariedade internacional na luta contra o imperialismo e o *apartheid* deviam funcionar como as legítimas fontes de “inspiração” (este assunto foi desenvolvido em Souza 2019). A retórica revolucionária se alimentava de um caráter épico, triunfal e heroico destinado a formar e unir a nação.

Com efeito, a configuração desse unitarismo solicitava que as obras se imbuíssem de um sentido comunitário que devia se impor univocamente sobre os sujeitos (enunciativos ou diegéticos) que, a propósito, deviam se despir de todo o individualismo e desejos egocêntricos considerados “reacionários”. Na poesia, a configuração de um sujeito enunciator coletivo, só individuado quando faz referência ao guerrilheiro, arquétipo do herói nacional, impôs-se contra a utilização da primeira pessoa do singular, entendida como marca de lirismo intimista. O individualismo, a etnicidade, a multiplicidade de culturas, as diversas formas de episteme e cognição das muitas culturas locais, tudo isso estava proscrito da nova literatura. A apologia da grande vitória da revolução se fazia como tema maior e central para essa poesia épica revolucionária, como observou Russell Hamilton (1984, 55):

A ideia da autoria anónima e colectiva corresponde à linha política visando suprimir o individualismo dentro de um esforço forçosamente dependente da mobilização massiva. E a ideia de que toda a gente que sabia escrever pode ser poeta é consistente com as tentativas, dentro do movimento, de despertar a consciência colectiva com vista a uma revolução (Hamilton 1984, 55).

Com base nisso, o poema “Fala de um guerrilheiro” tem duas dimensões de significado. O primeiro, mais óbvio, deve inscrever o poema na lógica da poesia revolucionária, entendendo essa locução veiculada em obra de 1981 como mensagem obtida nas já longínquas matas das guerrilhas entre FPLM e as Forças Armadas Portuguesas, entre 1964 e 1974. Retomem-se agora as três camadas de cisão irônica inscritas no poema: dois blocos estruturantes, que correspondem à fratura entre o presente adverso e a possibilidade de construir um futuro positivo, e o nível das ironias menores que compõem as imagens em cada estrofe. Neste sentido, o guerrilheiro interpretou (lá no passado das matas) as condições adversas da luta armada pela independência como um presente negativo feito de medos, de retrancas, de verdades mancadas, de susto, de loucura, de fome, de amargura, de carabinas e de minas — a partir dele, e a despeito dele simultaneamente, cresce a Pátria. O futuro almejado estaria em condições de ser construído no presente de 1981, afinal, Moçambique estava independente há seis anos, e lembrar o sonho sonhado pelo guerrilheiro nas matas é exemplo na nova sociedade. O poema seria, assim, um modelo de postura revolucionária heroica e triunfal, praticamente um poema de combate.

Entretanto, há outro modo de ler o poema, mais insidioso e desafiador da lógica partidária triunfais. Desse modo, o presente abundantemente tematizado na expressão capitular “Neste tempo” não se refere a um tempo mítico das zonas libertadas, mas aponta precisamente para 1981 e dele não sai. Como se um guerrilheiro dos tempos antigos (não um soldado das FAM/FPLM), surgisse para interpretar o presente com base no seu “sonho puro” (11º verso), a despeito ou a partir do que vê em sua frente naquele momento. E o que vê é desolador: um presente negativo feito de medos, de retrancas, de verdades mancadas, de susto, de loucura, de fome, de amargura, de carabinas e de minas. Não se trata de uma revolução triunfal e épica, mas do grande fracasso de um projeto de poder *a despeito do qual* a Pátria insiste em emergir no sonho puro de quem lutou por um velho ideal — o guerrilheiro pretérito. Onde havia acabado o ideal da luta armada de libertação?

O primeiro sentido não é totalmente descartável. Ele se destaca em primeiro plano e o seu significado é reforçado externamente pela profusão de literatura revolucionária do período. Entretanto, o segundo sentido é latente e também se impõe. Ele faz referência, a um tempo, à grave crise econômica de que Moçambique foi vítima no início dos anos 1980, à violenta guerra civil que grassou no território moçambicano de 1976 a 1992 e à crescente centralização do poder em uma elite formada pelas estruturas do partido, cada vez mais distantes dos antigos ideais ou de uma representatividade participativa efetiva. Veja-se cada caso.

A grave crise econômica se abate sobre Moçambique na década de 1980, com efeitos graves nos meios rurais e urbanos. A guerra civil² se acirrou e se alastrou por quase a totalidade do território, comprometendo sobremaneira a capacidade produtiva do país (Geffray 1991, 51–55). A consequência disso é que os gastos públicos com defesa militar chegaram a empenhar cerca de 33,5% do total das despesas do Estado em 1985 (Mosca 1999, 149), aliados a diversos tipos de problemas organizacionais que fizeram com que o volume da produção agrícola comercializada decrescesse em até 90% para o caso de alguns gêneros alimentícios no período entre 1980 e 1986 (Mosca 1999, 150). Isso geraria uma gravíssima crise de abastecimento comercial dos centros urbanos, com carência constante de toda a sorte de produtos alimentícios, vestuário e colapso das infraestruturas básicas, o que foi diagnosticado pela Frelimo no *Relatório do Comité Central para o IV Congresso*, de 1983, como um grave problema: “a carência de mercadorias para consumo que neste momento se verifica nas lojas é um problema real que afecta a vida do povo” (Frelimo 1983, 47).

Afora isso, um êxodo rural massivo de pessoas fez com que as cidades se superlotassem a partir do final dos anos de 1960, e prosseguissem em um crescimento absolutamente exponencial

² Optar pelo termo “guerra civil” faz referência aos distintos momentos da chamada “guerra dos dezasseis anos” e não deve ser sobreposto à ideia de “agressão” exterior. Cf. Coelho 2001, 89, Souza 2017.

após 1975, motivado destarte por muitos fatores, entre os quais se destacam: a guerra civil que se alastrava; a profunda antipatia que as intervenções de engenharia social da Frelimo geravam no campo (como as ostensivas políticas das aldeias comunais e o esfacelamento das estruturas endógenas de poder em favor dos Grupos Dinamizadores e das “estruturas”, (Geffray 1991, 155)); e também a impossibilidade de que grande parte da mão de obra anteriormente destinada às minas da África do Sul (os magaícas) continuasse nesse fluxo migratório sazonal devido às políticas do apartheid em conflito com o governo socialista de Moçambique (Olson 1990, 32-36).

Neste contexto é que surge a “Operação Produção”, desencadeada após o IV Congresso. A investida se inseria num contexto maior de um esforço ingente do governo para exercer um controle efetivo (e ostensivo) da mobilidade e das migrações, sobretudo no sentido campo-cidade (cite-se a obrigatoriedade do porte da Guia de Marcha e do Cartão de Residente a partir de 1983, Quembo 2017, 39). Como observa Thomaz (2008, 191), a “Operação Produção”, em suma, consistiu numa ação de caráter policial que, à semelhança de sua congênere de 1974, a “Operação Limpeza”, tinha o objetivo de deter os que então eram definidos como delinquentes, ociosos, parasitas, marginais, vadios e, novamente, as prostitutas, e encaminhá-los para campos de trabalho forçado em regiões de baixíssima densidade demográfica, como a distante província do Niassa. Quembo (2017, 43-45), analisa que, ao passo que o IV Congresso representou uma tendência de abertura econômica em face da calamidade econômica e social, por outro lado intensificam-se aí as políticas de controle social e coerção do pensamento – isso o faz definir a operação como parte de um esforço de “afirmação e de consolidação do poder da Frelimo” (Quembo 2017, 48).

A guerra civil, por sua vez, tem vindo a ser compreendida como parcialmente efeito da centralização excessiva do Estado, parcialmente motivada pelo descontentamento com as diretrizes do novo Estado, e parcialmente fruto de uma investida internacional de países pró-apartheid vizinhos de Moçambique, cujas economias precisavam da dependência moçambicana do capital ocidental. Tal conjuntura gerou a circulação de um potencial de violência simbólica e armada no interior de Moçambique, que encontrou nefastas confluências no preparo de tropas paramilitares por parte da Rodésia e da África do Sul sob regimes de apartheid na forma da MNR (*Mozambican National Resistance*), que se transformou em RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e fez com que seu mote de guerra se transformasse, precisamente, no combate ao Estado representado pela FRELIMO, como bem analisa o antropólogo Christian Geffray (1991, p. 155). Este conflito bélico, definido em seu primeiro momento como guerra de agressão, posteriormente pôde ser entendido como guerra civil de Moçambique, como define o historiador moçambicano João Paulo Borges Coelho (2010, 15; 2001, 86).

O fato é que a guerra, seja ela de agressão, de desestabilização ou civil, destroçou as mínimas possibilidades de que uma unidade nacional fosse plenamente conquistada, além de ter tornado em pó as já escassas condições que Moçambique tinha para construir o “progresso” e o “desenvolvimento” social e econômico. Já no IV Congresso da FRELIMO, ocorrido em 1983 (portanto, seis anos após o triunfalista III Congresso), o Comitê Central do partido estava em condições de assumir o gravíssimo quadro crítico em que Moçambique se encontrava. Segundo Fernando Bessa-Ribeiro, o relatório que deriva do congresso dava um passo atrás em relação aos modelos econômicos que envolviam a produção agrícola (percebendo os problemas originados por conta das aldeias comunais), e percebia também como um grave problema a centralização excessiva das estruturas de organização política, que gerava a marginalização dos cidadãos e trabalhadores (Bessa-Ribeiro 2015, 370). E, para efeitos de crítica ao vanguardismo e elitismo, o mais importante é que “o relatório denunciava ainda a existência de uma camada social que, avessa à participação dos trabalhadores na gestão da produção [...] aspirava a transformar-se em burguesia” (Bessa-Ribeiro 2015, 370). A esse processo todo que, em poucos anos, levou Moçambique a uma completa liberalização de sua economia e definitiva construção de uma burguesia capitalista, Bessa-Ribeiro o chama, a propósito, de “esgotamento revolucionário”.

Neste sentido, os abundantes modos de caracterização de “Neste tempo...” no poema “Fala de um guerrilheiro”, materializados numa estrutura que redundava o apelo para essa função qualificativa, fazem referência ao esgotamento revolucionário, político, econômico e social de que Moçambique era vítima exatamente neste presente de 1981. Relembrem-se os termos: tratava-se de um presente negativo feito de medos, de retrancas, de verdades mancadas, de susto, de loucura, de fome, de amargura, de carabinas e de minas. Não é possível perder da análise neste ponto a contraparte da ironia formada pelo poema: a despeito deste presente a Pátria insiste em emergir no sonho puro de quem lutou por um velho ideal, o guerrilheiro que fala da pretérita mata da luta anticolonial.

Trata-se de uma forma de ler este poema não como uma ode apologética triunfal, mas como uma severa crítica ao presente construído pela revolução em curso. O texto poético, neste sentido, não deixaria de corresponder a uma função didatizante e pública, assim como prognosticavam os princípios da *Poesia de combate*. Entretanto, o texto é simultaneamente uma severa crítica. A situação era tão grave que muitas vezes a crítica pôde emergir até dentro da própria Frelimo, de que é prova o já citado *Relatório do Comitê Central ao IV Congresso*, ou as densas análises do cientista social Aquino de Bragança, o assim chamado “ministro sem pasta”. No conhecidíssimo texto “Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique”, publicado em 1985

(dez anos após a independência, quatro anos após o poema de Viegas, um ano antes da infausta e precoce morte de Bragança), o cientista, acompanhado por Jacques Depelchin, aborda uma Frelimo “exangue, esgotada, muito longe da imagem de 1975” (Bragança e Depelchin 1985, 32). O objetivo confesso do autor é “aprofundar a crítica, se queremos fortalecer as fileiras dos que combatem por uma transformação socialista de Moçambique” (Bragança e Depelchin 1985, 32). Bragança e Depelchin identificam como causas desse esgotamento a burocratização do partido num Estado distante do povo e a violenta guerra civil, pelo que se vê:

[...] a Frelimo estava mais próxima do marxismo-maoísmo revolucionário, quando do processo da criação das zonas libertadas, do que quando se proclamou partido marxista-leninista, partido de vanguarda, no 3º Congresso em 1977? [...] Será necessário explicar por que houve esta inversão, por que é que a Frelimo parece ter-se tornado menos revolucionária precisamente no momento em que foi proclamado o socialismo como meta a atingir. [...] Seja o que for, é difícil no contexto desta problemática não pensar nas palavras do Presidente Samora em 1975: “ao retirar os quadros das zonas libertadas, estamos a retirar o peixe da d’água”. De 1977 a 1983, o Partido foi enfraquecendo constantemente em relação ao Estado. Os esforços feitos para modificar a situação, da ofensiva às revitalizações, podem ser considerados como provas das dificuldades encontradas nas tentativas infrutuosas de concretizar palavras de ordem no sentido de reforçar o Partido (Bragança e Depelchin 1985, 35-38).

Às retroversões entre os ideais e as suas práticas nas estruturas de um Estado em franca decadência correspondem as retroversões entre temporalidades distintas anunciadas no poema, abundantemente materializadas na sucessão de paradoxos irônicos obtidos pelas contraposições morfológicas descritas anteriormente. O tempo aponta para um sentido, mas “nós” inverteremos essa inércia e faremos com que o tempo caminhe no sentido contrário. Além disso, é importante enfatizar a complexa relação temporal obtida por essas contradições. Afinal, tem-se aqui igualmente uma forma de peripécia, nos termos apontados no início deste ensaio. Retomemos: trata-se do desdobramento de um destino fazendo com que a estrutura temporal trágica se dobre: o herói persegue as pistas do presente, enquanto uma ação desenvolve-se no sentido contrário, levando os acontecimentos para o seu reverso. Evidente, o poema não é uma tragédia — o destino não é individual e o desenvolvimento da peripécia, nesse caso, não é inconsciente, mas justamente provocada pela consciência persistente que teima em lembrar os ideais do velho guerrilheiro do passado.

Desse modo, é possível perceber o significado real da independência política materializada no poema. O tempo presente, no texto, mostra um peso monolítico, disfórico, de um destino que precisa se cumprir, mas está enredado em entraves. A utopia que precisa se cumprir a despeito da política, a despeito do Estado, mesmo a despeito de um partido de “verdades mancadas”. O futuro sonhado já chegou, transformou-se em presente, mas não alterou os rumos — como uma peripécia

que se congela no mesmo ato de existir. Um sentido subversor do triunfalismo das *Poesia de combate*, de algum modo dissimulado em uma retórica revolucionária. Não por acaso, Nelson Saúte avalia acerca de Viegas: “Nos tempos em que a revolução concitou o seu entusiasmo teve dele uma adesão comedida. Nunca foi panfletário, sempre um subversor da linguagem” (Saúte 2022, s/p). As ressonâncias desse efeito na sua coletânea *O núcleo tenaz* estão em toda a parte: no poema “Subversão”, no próprio “O núcleo tenaz”, em que solicita um homem, não o homem novo moçambicano, síntese da política moral da Frelimo, mas sim o “homem em viagem, / o homem-interrogação”.

O presente do pretérito

Gostaria de retroceder um pouco no tempo, ir em busca de outro tipo de retroversão mais imediata. Para isso, recorro a Fonseca do Amaral — aquele poeta que influenciou mais do que escreveu, na conhecida opinião de Rui Knopfli proclamada na revista *Caliban*, nº 2, de nov. 1972: “por direito e mérito próprios, um dos nomes mais altos e representativos da Poesia em Moçambique e, por desleixo e abulia, um dos menos conhecidos e apregoados”. Reuniu à volta de si vários outros poetas, publicados nas páginas de *Itinerário*, aos quais Rui Knopfli chamou anos mais tarde de “esquerda literária” (Knopfli 1974, 8-9) — incluíam-se no grupo Noémia de Sousa, Rui Guerra, Rui Nogar, Craveirinha, Rui Guedes da Silva.

João da Costa Fonseca do Amaral nasceu em Viseu em 1928, mas radicou-se em Moçambique em 1931 e lá cresceu, imerso nas fronteiras entre a cidade branca e o areal do caniço. Viveu em Portugal entre 1954 e 1975, quando retornou ao país recém-independente como cooperante da revolução (sem nunca assumir formalmente a nacionalidade moçambicana) e de lá saiu desencantado e estafado em 1980 (Cf. entrevista concedida em 1990 a Nelson Saúte 1998, 90-92). Fonseca do Amaral estreou-se em poesia publicando em 1945 e tem toda a sua produção dispersa por periódicos como *A voz de Moçambique*, *Itinerário*, *O brado africano*, com pouca produção posterior a 1966 (Ferreira 1997, 69; Lisboa 1998, 11-13; Cavacas, Gomes 1998, 344). A única compilação em livro de sua obra foi organizada por Eugénio Lisboa, publicada em 1999 pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda — ainda assim sem ser exaustiva³. Veja-se um poema seu escrito no ano de 1975, entretanto publicado na revista *Tempo* em 1980:

³ Na entrevista concedida a Nelson Saúte (1998, 89-90) em 1990, Fonseca do Amaral faz revelações significativas acerca de seu silêncio poético. Ao ser indagado acerca dos motivos que levaram a nunca reunir os textos em volume, afirma que “São muito datados; até formalmente datados. [...] Os poemas, alguns, são dolorosos; doem muito. Para já não quero sofrer. Os poemas custam-me muito” (Saúte 1998, 89). Quando questionado acerca de uma possível escrita em Moçambique após 1975, alega: “O que eu escrevia não podia ser publicado na altura em Moçambique. Ou

TESTEMUNHO

Encharcados até aos ossos
A garganta rouca de gritos, cantos e poesia
Vimos em terra firme e plena noite
Raia a nova alegria.
Vimos
A hora zero
A demarcação das águas
O antes e o depois
E sob a chuva propiciatória
O chão florir
Num rútilo símbolo novo.

Na circum-navegação de um estádio
Sob as bategas
Vimos
E disso damos público testemunho
Entre lágrimas quentes e chuva fria
Em plena noite nascer o novo dia.

1975

(*Tempo*, n. 507, 1980 *apud* Amaral 1999, 72.).

O poema é formado por três grandes períodos, distribuídos em duas estrofes, divididos por uma espécie de cesura marcada pela gravitação dos elementos organizados à volta do verbo “vimos”, repetido três vezes. Os elementos acessórios são descritos a seguir. Na primeira estrofe, antes de “vimos”, existe uma sucessão e sobreposição de predicativos (encharcados e roucos) atribuídos a um sujeito elíptico (nós), seguido de dois adjuntos adverbiais coordenados (em terra firme e de noite), responsáveis por qualificar agentes, condições e situações correspondentes à ação verbal. O segundo período não apresenta preâmbulo antes do verbo, mas é iniciado imediatamente por este. O terceiro não conta com predicativo do sujeito, mas tem adjunto adverbial (no estádio e sob as bategas). Após a cesura, ambas as estrofes estão preenchidas por um grande sintagma que tem o valor de objeto direto do verbo, ou seja, tudo o que é visto por aquele agente e naquelas condições. Portanto, a estrutura do poema consiste em: preâmbulo [predicativo do sujeito e/ou adjunto adverbial ou Ø] + verbo [vimos] + objeto direto [variável].

O centro estrutural e semântico do poema é o ato de ver, precisamente o que foi visto em terra firme, em plena noite, sob a chuva em bategas. E o que foi visto naquela ocasião foi: raia a nova alegria, a demarcação das águas, o chão florir, nascer o novo dia. Aqueles elementos com função predicativa e adverbial são justapostos a estes com função objetiva, e a associação entre eles gera um efeito de agudeza⁴, obtido pela sucessão de ideias totalmente díspares. De modo que: 1) *a*

fazia uma poesia apologética ou, como eu sou um poeta crítico, preferia calar-me. E eu preferi calar-me, não interferir, não perturbar as hostes” (Saúde 1998, 90). No entanto, escreveu poemas perturbadores, como se vê.

⁴ Segundo Hansen (2000, 317-318), a agudeza é um ornato de estilo resultante de “uma operação dialética, como análise, e de uma operação retórica, como elocução”, a partir da qual se obtém uma contraposição discursiva, culminando em um “ato do entendimento que descobre correspondências inesperadas entre coisas”. Trata-se de uma

alegria raia de noite, em que estão contrapostas as ideias de “raiar”, ou seja, refulgir um clarão em plena escuridão da noite; 2) *na terra firme se veem as águas demarcadas*, o que contrapõe a permanência no interior do continente à visão marítima, como se desde a terra fosse possível avistar o alto mar; 3) *o chão está a florir*, o que mostra uma hipálage, a derivação de sentido por contaminação: em rigor, florescem os vegetais que nascem do chão, não o chão ele próprio; entretanto, a aproximação gera um desvio — de todo o modo, a figura contribui para a dissonância, já que o chão é elemento inerte ao qual é atribuído vida; 4) *há lágrimas quentes na chuva fria*, em que há a justaposição da diferente temperatura dos líquidos, chuva e lágrima, calor e friúme; 5) *de noite raia o dia*, se, de algum modo, da noite surge a madrugada e o raio do dia, aqui o dia raia em plena noite, à “hora zero”, como é dito no sexto verso. Ou seja, do improvável surge o provável, do contrário surge o seu oposto, da aridez surge a liquidez, do escuro surge uma luz, do friúme surge o calor. O poema todo é calcado em um procedimento de inversão de sentido que aponta para a superação abrupta da improbabilidade, obtido pela justaposição de sentidos contrários.

As imagens se inscrevem em um universo referencial muito específico, o que aumenta o significado histórico e estético do poema. A profusão de imagens ligadas à água é transversal ao texto e ocupa cinco versos: “Encharcados até aos ossos”; “A demarcação das águas”; “E sob a chuva propiciatória”; “Na circum-navegação de um estádio”; “Entre lágrimas quentes e chuva fria”. A “demarcação das águas” está ligada à “circum-navegação”, e faz referência à aventura colonial portuguesa, tributária da ambição de circum-navegação, tanto do globo terrestre, quanto do continente africano, com o propósito de alcançar a Ásia. Para todos os efeitos, Moçambique sempre foi posição estratégica de navegação no Oceano Índico. A demarcação das águas nesta circum-navegação de 1975, entretanto, serve não mais para delimitar o alcance do império, mas para mostrar seu colapso, como será discutido a seguir. Afinal, ela já não ocorre nos oceanos, mas sim à volta de um estádio.

A palavra “estádio” é uma referência ao Estádio da Machava. Ele foi fundado em 1968 como Estádio Salazar e, de 2025 em diante, renomeado como Estádio da Independência Nacional, após as comemorações dos 50 anos de emancipação. A Machava foi o espaço mítico da proclamação da independência em 25 de junho de 1975. Esse sentido é reforçado pela expressão “A hora zero”. Naquela noite, o presidente Samora Machel declarou a independência total de Moçambique iniciando seu discurso com a célebre expressão “à zero hora de hoje”, embora já não

estética prevalecente nas poéticas e nas artes seiscentistas e setecentistas, posteriormente rechaçadas durante a vigência das poéticas de inclinação neoclássica. Aqui, uso o termo como um instrumental analítico que favorece a compreensão do efeito obtido pela contraposição de elementos díspares, sem que para isso seja forçoso aproximar o poema das poéticas antigas.

fosse mais meia-noite. Em relação à retroversão do tempo, é curiosa a sintonia que existe aqui, afinal, com o fato de que a declaração de independência foi feita com 20 minutos de atraso. Relembro o conhecido relato de Mia Couto:

Na noite de 24 de Junho, juntei-me a milhares de outros moçambicanos no Estádio da Machava para assistir à proclamação da Independência Nacional, que seria anunciada na voz rouca de Samora Moisés Machel. O anúncio estava previsto para a meia-noite em ponto. Nascia o dia, alvorecia um país. Passavam 20 minutos da meia-noite e ainda Samora não emergira no pódio. De repente, a farda guerrilheira de Samora emergiu entre os convidados. Sem dar confiança ao rigor do horário, o Presidente proclamou: “às zero horas de hoje, 25 de Junho”. Um golpe de magia fez os ponteiros recuarem. A hora ficou certa, o tempo ficou nosso (Couto 2005, 191-192).

O poema “Testemunho” é, afinal, a apresentação de uma alegação pública e coletiva do que foi visto no Estádio da Machava na madrugada de 25 de junho de 1975. Essa afirmação emerge, entretanto, de uma composição estrutural cuja morfologia mostra o surgimento do provável desde o improvável, do contrário surge o seu oposto, da aridez surge a liquidez, do escuro surge uma luz, do friúme surge o calor, da terra surge o mar. Da aventura colonial emerge a independência. Trata-se, em fim de contas, de um grande processo de inversão de sentido que aponta para a superação abrupta da improbabilidade, obtido pela justaposição de sentidos contrários. Essa retroversão, a propósito, tem impacto na temporalidade do poema, já que o dia nasce exatamente à zero hora (curiosa imagem, contida também no relato de Mia Couto) — mesmo que a meia-noite já tivesse passado. O testemunho mostra como todas as pessoas presentes naquela noite puderam assistir a uma peripécia no exato momento em que ela acontecia diante de seus olhos. O tempo dobrou-se sobre si próprio e, a partir daquele momento, passou a avançar no seu sentido contrário, como contrárias eram todas as justaposições agudas do poema.

Diferentemente da “Fala de um guerrilheiro” de Viegas, “Testemunho” surge com um tom muito mais elevado e menos disfórico, mais voltado à apologia do 25 de junho do que para o delineamento de suas tensões, embora o faça, como veremos. Não parece tão afinado à literatura revolucionária, entretanto, por não tematizar a gesta épica e triunfal da Frelimo (em 1975 ainda FRELIMO) por meio da guerra. É igualmente digno de nota que o poema não mencione o nascimento da nação ou a emergência de um país, não fale de guerrilheiros nas matas, mas anuncia apenas um novo alvorecer, um novo dia e novas águas demarcadas. Acresce-se a isso também a dissonância contrastiva decorrente da improbabilidade que marca o surgimento dessa peripécia no poema. Diferentemente da teleologia das narrativas triunfantes que consideram a vitória como certa e seu fruto como derivativo imediato, o poema cria um ruído à volta da quase impossibilidade de que a peripécia acontecesse.

Minha hipótese de interpretação é que essa dissonância contrastiva tem relação com a percepção de que a independência de Moçambique aconteceu sem que houvesse condições propícias para isso. Tais condições se referem ao preparo técnico de mão de obra para assumir a infraestrutura herdada do Estado colonial, mas também ao preparo das mentalidades para a vivência de um país novo e revolucionário. Para compreender essa percepção, gostaria de me apoiar novamente em Aquino de Bragança e Jacques Depelchin, quando lembram:

Uma das palavras de ordem da Frelimo diz que a vitória prepara-se, a vitória organiza-se. A própria Frelimo tem dito também que o 25 de Abril de 1974 ocorreu cedo demais; pode-se deduzir correctamente que a vitória, alcançada sem ter sido preparada suficientemente, não foi tão satisfatória como devia (ou podia) ter sido (Bragança e Depelchin 1985, 34).

Os sinais desse despreparo para a independência se fizeram sentir em várias dimensões da organização do novo país. Um deles é a organização das Forças Armadas após a independência. A FRELIMO tinha consciência que a FPLM era formada por guerrilheiros sem nenhuma experiência de atuação junto a um exército regular e que seria necessário treinar quadros dirigentes, o que passou a ser feito a partir do início de 1974 com o envio de contingente aos países do bloco socialista (Macaringue 1997, 42). Mas, como observam Freixo e Chingotuane (2024, 169) “a súbita concessão de independência, resultante da Revolução dos Cravos em Portugal, iria atropelar esses planos, pois vários desses quadros foram obrigados a regressar ao país para participar do governo de transição”.

Do mesmo modo, no campo econômico, João Mosca observa que a fuga de administradores portugueses durante o período de transição (1974-1975) e após a independência levou a uma substituição de quadros por militantes da FRELIMO “uns, vindos da luta armada sem experiência de gestão pública e empresarial e com pouco conhecimento das realidades; outros, recém-formados nas escolas superiores e médias [...] oriundos da pequena e média burguesia colonial” (Mosca 2005, 152-153). Segundo sua análise, que corrobora a opinião de diversos analistas (como é o caso de Sumich 2008), isso levou a um processo de burocratização centralizadora e autoritária, com o enfraquecimento dos mecanismos efetivos de consultas às bases sociais da antiga Frente, gerando efeitos no surgimento da crise da representatividade e do desabastecimento: “estruturou-se uma burocracia com bases técnicas pouco sólida e, portanto, pouco eficaz” (Sumich 2008, 153; cf. a esse respeito também Mosca 1999, 72). Tratava-se, em fim de contas, de narrar o momento preciso do nascimento da nação não em uma chave triunfal e heroica, sem mesmo sequer mencionar a nação, mas evidenciar a noite de junho como o nascimento do *improvável país* de caráter revolucionário, sem condições materiais, pessoais e mentais que favorecessem a isso — um esforço hercúleo, cheio de fissuras, hesitações, contradições e muitos fracassos.

Para corroborar a leitura dessa dissensão, é importante relembrar que a data “1975” não é o ano de publicação do poema, conquanto este tenha sido publicado apenas em 1980. Neste sentido, a data posposta surge como um elemento tão significativo no interior do poema quanto qualquer dos versos. Ainda que as referências ao estádio, à chuva e à “zero hora” pudessem indicar para o 25 de junho, nenhum significante parece mais eloquente neste sentido quanto a data de sua suposta escrita. Para uma interpretação histórica do poema, no entanto, o sentido depreendido do ano de publicação parece mais importante até que o ano de sua escrita. Já que, em 1980, a euforia daquela noite podia ser relembrada como uma forma de resistência ao contexto brutal de sobrevivência diante de um colapso econômico, político e social oriundo da crise descrita anteriormente.

Assim, relembrar em 1980 “o que pensávamos e o que sentimos naquela noite de 1975” teria o efeito de rememorar a emoção eufórica daquele ideal que podia brilhar apesar da noite, mas, simultaneamente, apontar para as fissuras decorrentes de uma independência feita sem o preparo necessário, gerando uma dissensão na ordem de uma sucessão de contradições dialéticas: *secura versus* humidade; império colonial *versus* nova fronteira; calor *versus* friúme, às quais corresponderiam a sociedade *versus* Estado; ideal *versus* real; burocracia *versus* participação partidária. Esse efeito dissentâneo, entretanto, emerge no poema por meio de uma forma insidiosa inscrita na morfologia estrutural do texto, que reúne associações imprevisíveis e antipodais a partir das quais emerge a nova manhã no meio da noite, como uma peripécia que retroverte o tempo sobre si próprio e o faz “zerar”. Não era para ter sido, mas foi.

O pretérito do futuro

Gostaria agora de retroceder mais no tempo, e observar a anunciação dessa retroversão imaginada muitos anos de sequer se organizarem as frentes de combate no norte. Assim, quero concluir com apenas mais um curto poema do mesmo Fonseca do Amaral, muito mais antigo que os dois lidos aqui. Trata-se de um texto publicado em 1949, na Lourenço Marques do auge do colonialismo. Muitos anos antes dos cravos de abril florirem. Vejamos:

— Ai, amigo,
como é longa a estrada
semeada de perigo
— Não, companheiro! A luta é um cravo aberto
vertendo sangue
longe... mas sempre perto...
(*Itinerário*, ano 9, nº 89, maio 1949 *apud* Amaral 1999, 28.)

Trata-se de um simples poema de estrutura dramática, composto por dois turnos de falas marcadas por dois travessões, correspondentes a três versos cada. As personagens autoenunciadas dialogam uma com a outra e é possível nomeá-las pelos vocativos com os quais se chamam: amigo

e companheiro. As falas são diametralmente opostas em seus sentidos. A fala do companheiro se inicia por uma interjeição de lamento, “ai”, seguida de uma observação. A utilização de “como” enquanto um advérbio de modo expressa intensidade e surpresa. Os três versos são, portanto, a expressão do espanto causado pela constatação recente de uma circunstância. No caso, trata-se de duas características atribuídas à estrada: ela é longa e semeada de perigos. Como a fala do companheiro denota surpresa recente e toda ela se volta à estrada, é possível deduzir que ambas as personagens se encontram precisamente nesse ambiente no instante da elocução. Destaca-se também a imagem poética obtida pela metáfora: semear perigo. O que é semeado tem uma existência precoce e latente, não se manifesta imediatamente. O que faz entender que a estrada é longa e, em sua grande extensão, está repleta de perigos ainda desconhecidos e que serão oportunamente revelados. Esta fala mostra desalento, queixume pela intensa adversidade do ambiente em que essas personagens parecem estar.

A fala do amigo, no entanto, avança em sentido contrário. Não tanto por atenuar a impressão da adversidade, mas por se posicionar de outro modo diante dela. Para já que o amigo não fala mais de estrada, mas sua exposição toda é organizada à volta da palavra “luta”. E aqui a metáfora que surge é bastante rica: um cravo aberto que sangra, no gerúndio, “vertendo”. É uma sucessão de duas metáforas coordenadas: luta é cravo e cravo sangra (constantemente). Portanto, um combate de natureza não revelada se transforma em vegetal e esse vegetal, imediatamente, se transforma em organismo vivo capaz de verter sangue. A tal luta-cravo já no instante de elocução se encontra em sangramento; ela não está diante de tais personagens, mas encontra-se longe. Imediatamente após as reticências, o verso se torna um paradoxo: apesar de longe, está sempre perto. A luta-cravo já agora sangra, entretanto, sequer começou, mas encontra-se prenhe, próxima de se iniciar.

Essa constatação do amigo é uma objeção ao lamento do companheiro, uma vez que a fala se inicia pelo advérbio “não”. A negativa, porém, parece mais negar o *caput* da fala do companheiro do que a constatação do perigo da estrada. Corrobora essa impressão o fato de o poema ser totalmente simétrico, formado por um rigoroso sistema de correspondências internas. As partes correspondentes são: ai, amigo → não, companheiro; estrada longa → cravo aberto (vertendo sangue); semeada de perigos → longe (mas sempre perto). Desse modo, ao queixume se contrapõe a negativa; ao cansaço e temor da estrada se contrapõe a iminência da luta. É baldado o temor de perigos se há uma luta sanguínea por se iniciar. Lacônico, o poema não favorece maiores desenvolvimentos. Entretanto, sua atomização permite vê-lo como um agudo catalisador, capaz de constranger o temor e o lamento, produzindo uma mobilização preparatória para algo que está por

vir, está longe e perto. A ideia de devir, além disso, é pressuposta em ambas imagens correlatas: a estrada indica caminho, percurso até um objetivo, enquanto o paradoxo da luta mostra sua aproximação e busca por uma reivindicação.

O poema, portanto, mostra o constrangimento imediato que se impõe à manifestação de receio mediante à iminência de uma luta que poderá ser sanguinária e que, em fim de contas, já começou. O texto materializa isso de modo muito conciso por meio de uma estrutura simétrica organizada à volta das correspondências internas. Como interpretar historicamente essa estrutura simétrica constrangedora? É preciso considerar para isso a data de publicação do poema, em maio de 1949, nas páginas do *Itinerário*, um dos mais profícuos veículos moçambicanos de imprensa literária⁵. Trata-se de um momento peculiar para a história política de Moçambique e do continente africano como um todo. No dizer de Leila Hernandez, o pós-Segunda Guerra foi um momento em que “a totalidade da situação colonial desafiava respostas de maior radicalização política, carecendo de ideias e práticas políticas capazes de romper a integralidade da alienação” (Hernandez 2014, 216).

No caso de Moçambique, o próprio Fonseca Amaral (entrevista a Saúte, 1998, 83) observa que a derrota do nazifascismo na Europa afetou a comunidade local: “havia grandes esperanças de que o regime em Portugal fosse afectado por essa vitória”, desse modo, muitos jovens do período — Noémia de Sousa, Ruy Guerra, Rui Knopfli, João Mendes, Ricardo Rangel, Gualter Soares (ao lado de veteranos, como Sobral Campos, Sofia Pomba Guerra, Raposo Beirão) — passaram a ter contato com o Movimento da Unidade Democrática, o MUD-Juvenil, com ressonâncias do Partido Comunista Português. Tratava-se de um momento ímpar de efervescência de ideias políticas, de algum modo correlato à profusão de ideias que circulavam em Lisboa à volta da Casa dos Estudantes do Império (cf. a esse respeito Cláudia Castelo 2015, 26). Após as campanhas presidenciais de Norton de Matos em 1949, quase todos esses militantes são presos: João Mendes e Sobral Campos vão para Angola, Noémia de Sousa para Portugal, Sofia Pomba Guerra para a Guiné, acusados de criarem uma célula do PCP a partir da ação no MUD-Juvenil (Mateus 1999, 80-82). Há germes muitos importantes conectando essa geração politicamente engajada e

⁵ A revista *Itinerário* teve percurso relativamente longo (foi publicada durante 14 anos, entre 1941 e 1955, contando com 149 números), e passou por diversas fases, como bem observa José Camilo Manusse (2007, 28-29). O periódico abrigou uma pluralidade grande de ressonâncias das discussões literárias que se assistiam no Brasil (o advento da literatura nordestina de caráter social), em Angola (a divulgação do surgimento de uma poesia com contornos nacionais) e, sobretudo, em Portugal, reverberando ecos do movimento presencista e neorrealista, transformando-se em “um palco, uma tribuna, onde se expunham os mais diversos temas literários e políticos” (Manusse 2007, 28-29). Cf. Ada Milani (2020) *Immaginari transnazionali: la formazione della letteratura mozambicana attraverso la rivista “Itinerário”* (1941-1955).

nacionalista ao desenvolvimento dos partidos, frentes e movimentos que protagonizaram as lutas armadas pela independência nos territórios africanos sob dominação colonial portuguesa, tendo a poesia como cenário, como demonstra a análise de Dalila Cabrita Mateus (Mateus 1999, 153-162).

Isso mostra que a agitação política foi seguida de violenta repressão, a ponto de pôr em risco as articulações. O próprio Fonseca Amaral reconhece que “a actividade política nos foi coarctada. A repressão era dura. A via única de extravasar, de deixar passar algumas palavras de ordem, digamos assim, era literária” (entrevista a Saúde, 1998, 85). Neste sentido, o poema surge como uma forma muito insidiosa de extravasamento de um apelo pela mobilização para além do temor incutido pela perseguição. Afinal, os perigos semeados estavam em toda parte, muito embora os cravos já sangrassem. Inclusivamente, é valiosa a concepção embutida no poema de que o confronto se inicia com a opressão (afinal, o companheiro já lamenta e o cravo já sangra) e isso antecede a luta. Assim, não há por que temer o perigo da estrada, se o pior já está a acontecer agora. Diante do poema de Fonseca Amaral, não há opção, o temor é inútil: ou se reage contra a opressão ou segue-se sendo oprimido.

Torna-se uma ironia bastante provocativa perceber que é um cravo a imagem dessa luta que ainda não chegou, mas já começou, jorra sangue e solicita o engajamento até dos mais temerosos. A imagem do cravo surge com a antecedência de exatos vinte e cinco anos e um mês da revolução portuguesa, que imprimiu para o mundo a sua imagem-símbolo, no dizer de Lincoln Secco (2005, 62-66). De algum modo, o poema de Fonseca Amaral no longínquo 1949 pode, contemporaneamente, ser inscrito no conjunto das imagens que compõem a mítica de uma revolução feita sem violência, ou, como mostra o depoimento de Valter Hugo Mãe, Maria de Lourdes Pereira, José Rui Teixeira e Perfecto Cuadrado: “Usaram-se flores nas armas dos militares, cantaram-se canções de fraternidade, conta a História que morreu apenas uma pessoa de comoção. O antigo regime opressor ruiu sem resistência” (2024, 207). Afirmo Lincoln Secco que

Mais de uma versão se divulgou sobre o acaso das flores naquela revolução. Mulheres que vendiam flores em Lisboa resolveram dá-las aos soldados. Outra, que voltava do restaurante onde trabalhava (naquele dia não haveria expediente!) estava cheia de cravos que o patrão lhe dera, pois não teria mais uso naquele dia. Então, no Rossio, um soldado lhe pede um cigarro. Ela não tinha, mas ofereceu-lhe um cravo. Logo, outros, achando engraçado, também pedem cada um o seu. Por fim, a história de um casamento que não houve. Ou de um carregamento de flores que voltou do aeroporto, fechado naquele dia pelos revolucionários... (Secco 2005, 64).

Seja como for, a maior confluência está no anúncio da derrocada do império por meio de uma imagem poética de um cravo que já verte sangue e por isso anuncia a luta iminente e ainda não chegada, mas que, entretanto, já começou. Enquanto o colapso do império acontece em Portugal justamente com uma imagem internacional dos cravos nas bocas dos fuzis. O cravo

sangrando de Fonseca Amaral faz pensar, entretanto, em quanto sangue, europeu e africano, precisou ser derramado, antes e depois do 25 de abril, para que as emancipações pudessem efetivamente se concretizar nas mais adversas condições. Nenhuma imagem de uma “revolução pacífica” pode mudar a concepção de que, na expressão da profa. Olga Maria Iglesias Neves, colhida de cartazes de rua no ano de 2024, “o 25 de abril nasceu em África” (2025, 138-159) — de que é uma eloquente prova poética e estética o poema de Fonseca Amaral.

O texto se mostra como uma vanguarda de ideias em vários sentidos, não apenas pela antecipação da luta-cravo. Conservadas os devidos cuidados na comparação, é possível arriscar a aproximação dessa interpretação proposta para o poema com formulações teóricas acerca da literatura em contexto anticolonial. A ideia de que a literatura precisa superar o lamento e anunciar a luta anticolonial foi formulada, uma década depois, por Frantz Fanon, num esquematismo teórico que encontrou ressonâncias tanto na militância política independentista quanto na crítica histórica das literaturas africanas. No célebre capítulo “Sobre cultura nacional”, apresentado no II Congresso de Artistas e Escritores Negros, ocorrido em Roma, 1959 (Barbosa 2019, 441), posteriormente incluído em *Os condenados da terra* (1961), Fanon discute acerca do que entende como três etapas de desenvolvimento da literatura nacional. O primeiro seria um período de assimilação absoluta, em que o intelectual colonizado almeja ser parte da cultura europeia. O segundo, seria um período de mal-estar, em que o intelectual assimilado entende que nunca será aceito na cultura europeia, portanto busca integrar-se numa cultura nativa, mas o faz aos moldes das abstrações exotistas europeias. O terceiro período, seria o de combate: “o colonizado, depois de ter tentado se perder no povo, de ser perder com o povo, vai, ao contrário, sacudir o povo. Em vez de privilegiar a letargia do povo, ele se transforma em despertador do povo. Literatura de combate, literatura revolucionária, literatura nacional” (Fanon 2022, 223).

Esse esquema tripartite do desenvolvimento das literaturas africanas em contexto colonial teve longa sobrevida, inclusive na crítica, sendo absorvida totalmente por Manuel Ferreira como modelo analítico para os cinco sistemas nacionais, como se vê no ensaio “Dependência e individualidade nas literaturas africanas” (Ferreira 1989, 33-34). Uma outra ressonância do esquema, a despeito das dissensões partidárias, encontrou eco no próprio Eduardo Mondlane, o mítico pai fundador da Frente de Libertação de Moçambique, seu primeiro presidente, assassinado em 1969. Em *Lutar por Moçambique*⁶, Mondlane analisa o advento de novas formas de organização

⁶ A obra foi publicada pela primeira vez em Londres no ano da infausta morte do presidente Mondlane, com o título de *The Struggle for Mozambique*, pela Penguin Books. Esta edição serviu de base para outra em língua inglesa publicada pela Zed Books em 1983. A ela se seguiram uma edição sueca e uma finlandesa, ambas em 1969, uma edição alemã em 1970, uma dinamarquesa em 1971, a portuguesa em 1975 (a primeira tradução para esta língua, edição que consultei

social, política e cultural no ambiente das zonas libertadas durante a guerra desencadeada pela FRELIMO. Para ele, as gerações pregressas da literatura moçambicana não poderiam corresponder ao advento de uma nova cultura nacional uma vez que eram intelectuais “distantes do povo”, como se vê:

Quando Craveirinha e Noémia de Sousa escreviam a sua eloquente denúncia do colonialismo português, não eram lidos pelo povo para quem e acerca de quem escreviam. Agora, [...] distância entre o intelectual e o resto da população está a desaparecer. É isto trouxe uma nova dimensão à poesia política, que perdeu o seu tom de lamento e adquiriu um novo fogo revolucionário, como nos poemas de Marcelino dos Santos, Jorge Rebelo, Armando Guebuza, Sérgio Vieira (Mondlane 1975, 205).

Os nomes todos citados por Mondlane são altos quadros do partido, naturalmente. Mas o que ele despreza em sua análise é essa espécie de *esprit de corps* poético anti-lamento que prevaleceu no final da década de 1940 em Moçambique, de que o poema de Fonseca Amaral é uma prova. O paradigma do anti-lamento na literatura moçambicana é o diálogo estabelecido por Noémia de Sousa com o imediatamente pregresso Rui de Noronha, no célebre “Poema para Rui de Noronha”, de 25 de dezembro de 1949, em que a sujeita lírica busca o antigo poeta para o mbelekar (carregar o bebê às costas) em sua capulana, fazendo-o descansar das agruras do seu egoísmo, enquanto emerge um sujeito coletivo que fará do seu “murcho archote” uma “vida-chama”, “esporeando a revolta nascida nas veias intumescidas”, iluminando a noite “de nossos peitos esmagados” como um cometa (Sousa 2001, 127-129).

Retomando os aspectos estéticos, e para efeitos de compreensão da retroversão de tempo, o poema de Fonseca Amaral está assentado no estrito sistema de correspondências internas contrapostas que levam a retroversões abruptas. Assim, queixume se converte em negativa, lamento se converte em instância, temor se converte em luta, perigo se converte em sangramento, estrada se converte em cravo aberto. O tempo não só está dobrado sobre si próprio no sentido de uma retroversão do seu sentido, mas aquilo que é distante está aqui agora, o futuro está acontecendo imediatamente e está no passado, o que está longe está perto, a luta vai começar, mas a opressão aguda já fez o combate acontecer desde há muito. A luta, no poema, é um processo, não um acontecimento, e seu início é desde que o sistema de opressão tenha assentado suas bases sob as pessoas que hoje lamentam.

Considerações finais

para este artigo) e, finalmente, uma em francês em 1979. A primeira edição moçambicana da obra foi publicada apenas em 1995 pela Coleção Nosso Chão, do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, coordenada pela Isabel Casimiro.

No início desta análise, propus a analisar como, ao voltar-se para as condições concretas que levariam à luta contra a dominação colonial, os textos constroem suas temporalidades prefigurando um futuro em forma de *retroversão*. O caminho feito pelo ensaio, entretanto, perseguiu um trajeto não linear, partindo de um poema bastante posterior à independência, em que o Estado apresentava sinais de esgotamento revolucionário (o futuro do pretérito). Depois, concentrei-me num poema cuja ação acontecia precisamente no instante da independência, ou a ela rememorava, em face de uma abordagem crítica do próprio processo de emancipação e de suas condições concretas e adversas (o presente do pretérito). Posteriormente, voltei-me a um passado remoto, para encontrar uma concepção de luta urgente que se anunciava, que, entretanto, deveria ser vista como um processo constante de mobilização para além dos óbices (o pretérito do futuro).

A cada uma dessas articulações, corresponderam morfologias distintas de organização do poema, por meio das quais o tempo se cindiu de diferentes maneiras. Vale a pena retomá-las. No poema “Fala de um guerrilheiro” (1981), de Viegas, havia um conjunto de retroversões entre temporalidades distintas, materializadas na sucessão de paradoxos irônicos obtidos por contraposições, que correspondiam às fraturas entre os ideais e as suas práticas nas estruturas de um Estado à beira do colapso. O tempo presente apontava para um sentido, mas “nós” invertemos essa inércia e faremos com que o tempo caminhe no sentido contrário. Tratava-se de uma peripécia paralisada no ato de existir, a retroversão era urgente, sob pena de pôr a conquista da independência em risco.

O poema “Testemunho” de Fonseca Amaral, publicado em 1980, mas lembrando “a noite de 1975”, rememorava a euforia de um ideal que fez um dia raiar no meio da noite. Havia um efeito dissintâneo obtido por diversas associações imprevisíveis e antipodais a partir das quais emerge uma peripécia que retroverte o tempo sobre si próprio e o faz “zerar”. O improvável aconteceu. Isso foi interpretado em função de uma visão histórica de que o 25 de abril teria acontecido antes que os movimentos independentistas tivessem conseguido organizar suas bases suficientemente para a emancipação política, pelo que o improvável se refere à tarefa hercúlea de organizar um país sem quadros e sem condições propícias.

Já no poema sem título de 1949 de Fonseca Amaral, foi possível analisar um estrito sistema de correspondências internas contrapostas que levam a uma retroversão abrupta. Assim, ao lamento se contrapôs o clamor pela luta imediata. A peripécia aconteceria e já estava acontecendo, o futuro é presente e é passado, o que está longe está perto, a luta vai começar, mas a opressão aguda já fez o combate acontecer desde há muito. Isso foi interpretado em função do momento urgente em que a opressão colonial desafiou respostas radicais de uma juventude organizada no

final da década de 1940 em Moçambique, germe dos movimentos independentistas posteriores e do próprio 25 de abril. Neste sentido, é sugestiva a imagem da luta-cravo vertendo sangue, 25 anos antes dos cravos de abril florescerem em Lisboa.

Referências:

Aristóteles. *Poética*. Pref. Maria Helena da Rocha Pereira. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

Barbosa, Muryatan. “A atualidade de Frantz Fanon: acerca da configuração colonialista”. Em *Intelectuais das Áfricas*, org. Washington Nascimento, Carvalho Filho e Sílvio de Almeida, 437-461. Campinas: Pontes, 2019.

Basto, Maria Benedita. *A guerra das escritas: literatura, nação e teoria pós-colonial em Moçambique*. Lisboa: Vendaval, 2006.

Bessa-Ribeiro, Fernando. “Do esgotamento revolucionário à liberalização: o movimento sindical face às privatizações em Moçambique na década de 1990”. *Caderno CRH*, 28, n. 74 (2015): 369-381.

Bragança, Aquino de, e Jacques Depelchin. “Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique”. *Estudos Moçambicanos*, n. 5/6 (1985): 29-52.

Campos, Josilene Silva. “História e revolução: o pensamento político da Frente de Libertação de Moçambique a partir dos poemas de combate (1962-1980)”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2022.

Candido, Antonio. *Na sala de aula: cadernos de análise literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.

Candido, Antonio. *O estudo analítico do poema*. São Paulo: Humanitas, 2007.

Castelo, Claudia. “Casa dos Estudantes do Império (1944-1965): síntese histórica”. Em *Mensagem — número especial 1944-1994*, org. Maria do Rosário Rosinha e Aida Freudenthal, 25-31. Lisboa: UCCLA, 2015.

Cavacas, Fernanda, e Aldónio Gomes. *Dicionários de autores das literaturas africanas de língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1998.

Chociay, Rogério. *Teoria do verso*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1974.

Coelho, João Paulo Borges. “A ‘literatura quantitativa’ e a interpretação do conflito armado em Moçambique (1976-1992)”. Em *Pobreza e paz nos PALOP*, org. Cristina Uldesmann e Ana Bérnard, 1-25. Costa. Lisboa: Sextante, 2010.

Coelho, João Paulo Borges. “As duas guerras de Moçambique”. Em *Entre Áfricas e Brasis*, org. Selma Pantoja, 75-90. Brasília: Paralelo 15/ São Paulo: Marco Zero, 2001.

Couto, Mia. “Moçambique — 30 anos de independência: no passado, o futuro era melhor?” *Via Atlântica*, n. 8 (2005): 91-204.

Fanon, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Ferreira, Manuel. *No reino de Caliban: antologia panorâmica da poesia africana de expressão portuguesa*. V. III Moçambique. Lisboa: Plátano, 1997.

Ferreira, Manuel. *O discurso no percurso africano (contribuição para uma estética africana)*. Lisboa: Plátano, 1989.

Freixo, Adriano de, e Énio Chingotuane. “A formação das Forças Armadas de Moçambique: a construção da instituição militar no pós-independência (1975-1992)”. *Outros tempos*, 21, n. 38 (2024): 165-197.

Frelimo. *Relatório do Comité Central ao IV Congresso*. Maputo: Partido Frelimo, 1983.

Geffray, Christian. *A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1991.

Hamilton, Russell G. *Literatura africana, literatura necessária II – Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.

Hansen, João Adolfo. “Retórica da agudeza”. *Letras clássicas*, nº 4 (2000): 317-342.

Hernandez, Leila Leite. “A itinerância das ideias e o pensamento social africano”. *Anos 90*, 21, n. 40 (2014): 195-225.

Knopfli, Rui. “Breve relance sobre a actividade literária”. *Facho*, n. 30 (1974): 6-8.

Knopfli, Rui. “Notas para a recordação do meu mestre Fonseca Amaral”. *Caliban*, n. 2 (1972): 46-47.

Lisboa, Eugénio. “As palavras suaves (reflexão breve sobre Fonseca Amaral)”. Em *Poemas*, Fonseca Amaral, 7-13. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

Macagno, Lorenzo. “Fragmentos de uma imaginação social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, n. 70 (2009): 17-35.

Macaringue, Paulino José. “Para a história do surgimento dos exércitos nos actuais Estados africanos: estudo do caso, a edificação das FAM-FPLM (1962+1977)”. Dissertação, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 1997.

Macherey, Pierre, e Étienne Balibar. “Sobre a literatura como forma ideológica: algumas hipóteses marxistas”. Em *Literatura, significação e ideologia*, Maria Alzira Seixo, 15-42. Lisboa: Arcádia, 1976.

Mãe, Valter Hugo; Maria de Lourdes Pereira, José Rui Teixeira e Perfecto Cuadrado. “Revolução dos Cravos: depoimentos”. *Abriu*, n. 13 (2024): 205-215.

Manusse, José Camilo. “Revista *Itinerário* e a recepção da estética presencista e neo-realista em Moçambique”. *Ecos*, 4, n. 1 (2008): 26-32.

Mateus, Dalila Cabrita. *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Inquérito, 1999.

- Milani, Ada. *Imaginari tranzaionali: la formazione dela letteratura mozambicana attraverso la revista “Itinerário”* (1941-1955). Milano: Mimesis, 2020.
- Mosca, João. *A experiência socialista em Moçambique* (1975-1986). Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- Mosca, João. *Economia de Moçambique: século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- Neves, Olga Maria Iglesias. “O 25 de abril nasceu na África”. *Actio nova*, n. 8 (2025): 138-159.
- Olson, Thomas. “África do Sul e seus vizinhos: estratégias regionais em confrontação”. *Estudos Moçambicanos*, n. 8 (1990): 17-62.
- Quembo, Carlos Domingos. *Poder do poder: Operação Produção e a invenção dos “improdutivos” urbanos no Moçambique socialista, 1983-1988*. Maputo: Alcance, 2017.
- Saute, Nelson. 2022. “Jorge Viegas, 75 anos”. <https://opais.co.mz/jorge-viegas-75-anos/>.
- Saute, Nelson. *Os habitantes da memória: entrevistas com escritores moçambicanos*. Praia: Embaixada de Portugal; Centro Cultural Português, 1998.
- Saute, Nelson, Eugénio Lisboa e António Sopa (ed.). *Caliban*: edição fac-similada. Maputo: Instituto Camões — Centro Cultural Português, 1996.
- Secco, Lincoln. *25 de abril de 1964: a Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- Souza, Ubiratã. “A gravitação das formas: gêneros literários e vida social em Moçambique (1977-1987)”. Tese de doutoramento, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019.
- Souza, Ubiratã. *Entre palavras e armas: literatura e guerra civil em Moçambique*. São Bernardo do Campo: Ed. UFABC, 2017.
- Sumich, Jason. “Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana”. *Análise social*, XLIII, n. 2 (2008): 319-345.
- Thomaz, Omar Ribeiro. “Escravos sem dono’: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista”. *Revista de Antropologia*, 51, n. 1 (2008): 177-214.
- Viegas, Jorge. *O núcleo tenaz*. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1981.
- Vieira, Trajano. *Édipo Rei de Sófocles*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Recebido: 18 de janeiro de 2026

Aprovado: 09 de junho de 2026

Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51665>

Guerra colonial e livros:*

**O papel da edição política no debate sobre o projeto colonial português e a
Revolução dos Cravos**

*Colonial War and Books: The Role of Political Edition in the Debate on the Portuguese
Colonial Project and the Carnation Revolution*

*Guerra colonial y libros: El papel de la edición política en el debate sobre el proyecto
colonial portugués y la Revolución de los Claveles*

Flamarion Maués **

<https://orcid.org/0000-0002-8831-0518>

RESUMO: Alguns livros políticos editados na etapa final do Estado Novo em Portugal tiveram importante papel na oposição ao regime e na denúncia dos crimes, arbitrariedades e violências cometidos pela ditadura de Salazar e Marcello Caetano. A edição desses livros ainda durante a ditadura representou um importante fator de contestação e resistência, e cresceu enormemente após a Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974. Entre estes livros havia obras sobre a guerra colonial e a política colonial portuguesa nos anos 1960-70. Apesar de todas as dificuldades impostas pela censura, houve várias edições que contestavam tal política e denunciavam as causas e as violências da guerra colonial. Este artigo aborda o trabalho de algumas editoras portuguesas que publicaram tais livros, dando destaque para algumas obras de denúncia da guerra colonial, procurando entender seu papel no movimento de oposição que ganhava força naquele momento.

* Este artigo se baseia, em grande parte, em meu doutorado e pós-doutorado sobre a edição política em Portugal, este último financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo 2013/08668-0). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

** Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), onde também fez o pós-doutorado. Professor no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus São José dos Campos, e investigador colaborador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Autor de *Livros que tomam partido: Edição e revolução em Portugal – 1968-1980* (Lisboa: Parsifal/Associação Promotora do Museu do Neo-Realismo, 201) e *Livros contra a ditadura: Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984* (Rio de Janeiro: Alma Revolucionária, 2ª ed., 2023). E-mail: flamaues@gmail.com.

Visa também mostrar como estas editoras e obras atuaram na mediação cultural e na intervenção política, produzindo espaços alternativos de debate público sobre este tema central na história portuguesa.

Palavras-chave: Livros e guerra colonial em Portugal. Guerra colonial. Revolução dos Cravos. Edição política. Livros políticos.

ABSTRACT: Some political books edited in the final stage of the Estado Novo in Portugal played an important role in opposing the regime and denouncing the crimes, arbitrariness and violence committed by the dictatorship of Salazar and Caetano. The publishing of these books even during the dictatorship represented an important factor of contestation and resistance, and grew enormously after the 25th of April. Among these books were works on the colonial war and Portuguese colonial policy in the 1960s-70s. Despite all the difficulties imposed by censorship, there were several editions that contested this policy and denounced the causes and violence of the colonial war. This article discusses the work of some publishers who published such books, highlighting some works denouncing the colonial war, seeking to understand their role in the opposition movement that was gaining strength at that time. It also aims to show how these publishers and works acted in cultural mediation and political intervention, producing alternative spaces for public debate on this central theme in Portuguese history.

Keywords: Books and the Colonial War in Portugal. Colonial War. Carnation Revolution. Political Edition. Political Books.

RESUMEN: Algunos libros políticos publicados en la etapa final del Estado Novo en Portugal tuvieron un papel importante en la oposición al régimen y en la denuncia de los crímenes, arbitrariedades y violencias cometidos por la dictadura de Salazar y Marcello Caetano. La publicación de estos libros aún durante la dictadura representó un importante factor de contestación y resistencia, y creció enormemente después de la Revolución de los Claveles del 25 de abril de 1974. Entre estos libros había obras sobre la guerra colonial y la política colonial portuguesa en los años 1960-70. A pesar de todas las dificultades impuestas por la censura, hubo varias publicaciones que cuestionaban dicha política y denunciaban las causas y las violencias de la guerra colonial. Este artículo aborda el trabajo de algunas editoriales portuguesas que publicaron estos libros, destacando algunas obras de denuncia de la guerra colonial y buscando comprender su papel en el movimiento de oposición que cobraba fuerza en aquel momento. También pretende mostrar cómo estos editores y sus obras actuaron como mediadores culturales e actores políticos, generando espacios alternativos para el debate público sobre este tema central de la historia portuguesa.

Palabras clave: Libros y guerra colonial en Portugal. Guerra colonial. Revolución de los Claveles. Edición política. Libros políticos.

Como citar este artigo:

Maués, Flamarion. “Guerra colonial e livros: O papel da edição política no debate sobre o projeto colonial português e a Revolução dos Cravos”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 38-63.

Introdução

Alguns livros políticos editados em Portugal na etapa final do Estado Novo, entre 1961 – início da guerra colonial – e 25 de abril de 1974 tiveram importante papel na oposição ao regime e na denúncia dos crimes, arbitrariedades e violências cometidos pela ditadura de Salazar e Caetano, contribuindo para que os portugueses tivessem uma ideia mais clara dos efeitos do longo período autoritário para o país. A edição desses livros ainda durante a ditadura, apesar da censura e da repressão, representou um importante fator de contestação e resistência ao Estado Novo, e cresceu enormemente após o 25 de Abril, principalmente no período do “Processo Revolucionário Em Curso”.

Entre estes livros havia algumas obras sobre a guerra colonial e a política colonial portuguesa nos anos 1960-70. Apesar de todas as dificuldades impostas pela censura, que classificava a questão do “ultramar” como uma das mais sensíveis para o regime, houve um certo número de edições que contestavam tal política e denunciavam as causas e as violências da guerra colonial. E houve, é claro, um movimento editorial no sentido de apoiar a política colonialista portuguesa, com a publicação de muitas obras defendendo e justificando a manutenção dos territórios do ultramar.

Este artigo visa abordar o trabalho de algumas editoras que publicaram livros contra a política colonial portuguesa na África naqueles anos, dando destaque para algumas obras de denúncia da guerra colonial, procurando entender o seu papel no movimento de oposição que ganhava força naquele momento. Visa também mostrar como tais obras tiveram um papel político no debate e nas lutas políticas que se travavam sobre este tema central na história portuguesa do século XX.

Desse modo, investigamos o papel da edição política em Portugal no debate sobre a política colonial e a guerra colonial durante os anos finais do Estado Novo e no contexto do Processo Revolucionário em Curso (PREC, iniciado em 11 de março de 1975). Parto da ideia de que livros e editoras atuaram não apenas como meios de difusão de informação, mas como formas de *mediação cultural e intervenção política*, produzindo espaços alternativos de debate público sobre um tema submetido à censura e ao controle estatal.

Busco problematizar a seguinte questão: como editoras (e seus editores) utilizaram o livro como instrumento de contestação do colonialismo português e da guerra colonial entre os anos 1960 e no imediato pós-25 de Abril?

O artigo busca articular história do livro, história intelectual e história política, compreendendo a edição como prática social situada no interior das disputas em torno do colonialismo, da censura e da circulação pública de ideias.

A inclusão do período do PREC no âmbito desta pesquisa decorre da ideia de continuidade e transformação das práticas editoriais. O 25 de Abril, apesar das grandes mudanças que trouxe no campo editorial em Portugal, não significou ruptura absoluta, mas a reconfiguração das formas de circulação pública do debate colonial.

Editoras e militantes que antes atuavam sob censura passaram a operar em espaço ampliado de publicidade política, alterando escala, temas e estratégias editoriais. Desse modo, a Revolução dos Cravos permitiu a ampliação e redefinição dos discursos sobre colonialismo, guerra e descolonização.

Metodologia e *corpus*

O *corpus* documental utilizado reúne obras publicadas desde a década de 1960 até o início dos anos 1980, além de entrevistas com editores, documentos da polícia política (PIDE/DGS), catálogos editoriais, listas de livros políticos e registros da Biblioteca Nacional de Portugal (PORBASE).

Foram adotados quatro critérios principais: 1. obras editadas em Portugal; 2. edições produzidas por entidades privadas e não governamentais; 3. títulos de clara conotação política; 4. publicações relacionadas direta ou indiretamente à política colonial, à guerra colonial ou aos processos de descolonização.

Mais do que produzir um inventário bibliográfico, o objetivo é compreender as formas pelas quais o livro atuou como mediador político e cultural na contestação do projeto imperial português.

O peso do passado colonial

Resultam claros a importância e o papel central da política colonial para o governo português antes de 1974. Era um dos eixos econômicos e ideológicos do país e da política do Estado Novo. O seu questionamento era cerceado com vigor. Tratava-se de um tema extremamente sensível para Salazar e para Marcelo Caetano. Como lembra Miguel Cardina, “O colonialismo e o culto do Império constituíam [...] traves mestras do discurso ideológico do Estado Novo” – regime que também “baseava-se numa forte mística imperial que identificava o país com a sua incontornável missão civilizadora além-mar” (Cardina 2010, 214).

Nesse quadro, a guerra colonial aparecia, para o regime ditatorial, como batalha fundamental para sobrevivência e continuidade do próprio país (Cardina 2010, 214).

Iniciada em 1961, a guerra colonial e a sua manutenção eram fatores centrais que definiam as opções políticas, econômicas e sociais que o governo português adotava naquela etapa. A guerra, travada em três frentes na África (Angola, Moçambique e Guiné e Cabo Verde), consumia os recursos econômicos e sociais do país, além de levar ao isolamento internacional, com sucessivas condenações das Nações Unidas e aumento da pressão dos tradicionais aliados (Reis 1996, 8).

A guerra colonial chegou a “representar perto de 50% da despesa pública e mobilizar, em média, 200 mil soldados em armas por ano”, o que representava mais de 2% da população total do país (Barreto 2005, 139). Em 1974, após 13 anos de conflito armado, o saldo era de 8 mil mortos e 28 mil feridos (Ministério 1975, 8).

As sequelas históricas e políticas do passado colonial ainda estão presentes em Portugal, e em certas ocasiões vêm à tona com mais destaque. No ano de 2021, por exemplo, houve uma intensificação dos debates públicos sobre memória colonial em Portugal, quando três episódios trouxeram este tema novamente para o centro do debate: a proposta da prefeitura de Lisboa de efetuar reformas na Praça do Império; as homenagens quando da morte de Marcelino da Mata, militar que executou ações de extrema violência durante a guerra colonial; e um discurso oficial vigoroso do Presidente da República, durante as comemorações oficiais do 25 de Abril, sobre o passado colonial e a guerra, em que fazia menção à violência, ao racismo e à escravidão, além de indicar a necessidade de “estudar o passado e nele dissecar tudo” (Cardina 2021). Desse modo, afloravam novamente discussões sobre racismo estrutural e heranças imperiais, inseridas em um quadro mais amplo de revisitação crítica do passado colonial português.

Tais fricções se dão porque, como destaca Miguel Cardina,

imagens de um suposto grande passado imperial permanecem socialmente encrustadas. No país, habita, ainda hoje, o que se poderia definir como um caldo de imperiofilia, definidor de uma parte significativa dos discursos sobre sua identidade e sua história. O peso de uma história colonial negada desponta no racismo manifesto na atuação das polícias, nas políticas de habitação e segregação, nas leis de nacionalidade, no discurso de crescentes setores políticos, bem como numa auto-representação do país, de seu povo e de seu passado marcada pelo lastro duradouro do lusotropicalismo ou pela manutenção da velha retórica sobre “mártires” e “heróis do Ultramar” (Cardina 2021).

Edição política

Apresentarei aqui apenas uma breve referência ao conceito de edição política, e centrarei minha atenção em algumas editoras que publicaram obras sobre a guerra colonial e a política colonial portuguesa antes e depois do 25 de Abril.

No período imediatamente anterior ao 25 de Abril e nos dois anos que se seguiram as editoras de livros de caráter político tiveram destacada atuação em Portugal, com intensa atividade editorial. Ocorreu um verdadeiro surto de edição de livros políticos, com destaque para obras vinculadas ao pensamento de esquerda – principalmente após o fim da ditadura salazarista –, de dimensões consideráveis se comparado a qualquer outro país. Devemos lembrar que nessa época Portugal tinha apenas cerca de 8 milhões de habitantes, dos quais pelo menos um quarto era de pessoas sem alfabetização.

Entre 1968 e 1980 existiram 138 editoras que publicaram livros de caráter político em Portugal. Nesse período foram editados cerca de 4.600 títulos políticos. Muitas dessas editoras tinham cunho claramente político-ideológico, em vários casos com vinculações a partidos ou grupos políticos. É impressionante a efervescência editorial proporcionada pelo clima de liberdade gerado com o 25 de Abril, já que apenas nos anos de 1974 e 1975 nasceram 55 das editoras que publicaram livros de caráter político. Trata-se do período em que a agitação e a participação políticas atingiram níveis nunca antes vistos no país.

Minha definição básica de edição política é derivada de ideias do historiador francês Julien Hage e do historiador suíço François Valloton. Hage, que tem desenvolvido o conceito de edição política, particularmente na Europa (Hage 2010), afirma que a edição política é o trabalho feito por editoras “engajadas politicamente, e nas quais esta orientação constitui a sua razão de ser e estrutura o seu catálogo” (Hage 2006, 104) e que realizam “uma produção mais diretamente política e pragmática, imediatamente relacionada com a atualidade” (Hage 2010, 39). Valloton (2007, 20) considera que a característica principal dos editores políticos é “associar de modo estreito engajamento político e editorial”.

A partir dessas ideias, penso que a edição política é aquela que vincula de modo direto ação editorial e engajamento político, o que se concretiza no catálogo da casa editora, fruto de um trabalho editorial marcado por uma intenção política de intervenção social, ou seja, que parte de um projeto editorial e/ou empresarial de fundo político, cujo objetivo é promover a divulgação e o debate de determinadas ideias políticas publicamente na sociedade, posicionando-se em defesa dessas ideias. Assim, a *editora política* caracteriza-se pelo engajamento político, que estrutura o seu catálogo.

A casa editorial que realiza a edição política poderá, em certos casos, manter vínculos orgânicos com instituições políticas, como por exemplo partidos e associações cívicas. Mas poderá também ser iniciativa de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, que a título pessoal (ou do grupo) empenha-se no ramo editorial e busca que esta atividade reflita, em alguma medida, a sua forma de

ver e interpretar o mundo. Em ambos os casos o engajamento se dá pela defesa de certos princípios, ideias e causas, e se materializa nos livros editados, como resultado da íntima ligação entre edição e engajamento.

Nas editoras políticas que tinham vínculos com grupos ou partidos, era marcante a militância de editores, autores e colaboradores em torno das ideias que as animavam.

Os vínculos entre engajamento e edição desenvolveram-se em Portugal, de início, em função principalmente da oposição ao salazarismo. Também o contexto da guerra colonial e de transformações na esquerda em âmbito internacional, que vinham desde o começo dos anos 1960, foram elementos importantes. Nesse quadro, a possibilidade de associar engajamento político e atuação editorial aparece como uma das opções de ação política para setores ligados aos meios universitários, aos grupos de extrema esquerda que proliferam a partir de meados de 1964, aos emergentes grupos de “católicos progressistas” que passam a questionar de modo cada vez mais direto o projeto colonial português, e a outros setores ligados à chamada oposição democrática.

Lembremos que se vivia então num quadro autoritário em que o governo cerceava a existência de partidos políticos, sindicatos e associações civis independentes. Assim, a edição de livros que promovessem a denúncia da ditadura e o debate sobre temas políticos, apesar da censura e das diversas formas de coerção e repressão utilizadas pelo Estado, ganhava relevância como forma de intervenção pública na sociedade¹.

Nesse quadro, principalmente a partir de fins da década de 1960, se inicia um período em que algumas editoras políticas vão começar a publicar de modo mais ousado obras de questionamento da política colonial e/ou de denúncia da guerra colonial.

Livro, mediação cultural e esfera pública

Busco estabelecer um diálogo entre edição política, história do livro e sociologia da cultura, de modo a compreender o impresso não apenas como suporte material, mas como agente ativo de circulação e disputa política e simbólica (Chartier 1994; Darnton 1992; Mollier 2006).

Mollier, ao analisar o papel do impresso como arma no combate político na França, em um amplo período que vai do século XV ao século XX (Mollier 2006, 260-269), aponta para algumas questões que nos podem ser úteis para este estudo. O autor sugere que o impresso é uma das bases para a formação de uma opinião pública, com especial força nos períodos de agitação política. Neste ponto converge com Jürgen Habermas (1984) na ideia geral de que o impresso desempenhou

¹ Além das editoras, também as cooperativas culturais e livrarias que surgiram nos anos 1960 representaram uma forma de pôr em prática essa participação.

um papel determinante na constituição de um espaço público a partir das discussões e tertúlias que, essencialmente no século XIX, começaram a surgir em espaços como os cafés, nos quais se foi engendrando a noção que mais tarde se veio a designar de opinião pública.

Assim, as editoras aqui enfocadas podem ser entendidas como *instâncias de mediação cultural* (Medeiros 2006), isto é, organizações responsáveis por selecionar, traduzir, organizar e fazer circular determinados conteúdos políticos e intelectuais.

Sob contexto autoritário, caracterizado pela censura e pela limitação da esfera pública (Habermas 2014), a edição política assumiu função particular: ampliar possibilidades de debate e tornar visíveis temas excluídos do discurso oficial.

No caso português, essa função adquiriu dimensão singular devido ao caráter central do colonialismo para a legitimidade do Estado Novo. Assim, publicar livros sobre autodeterminação, anticolonialismo ou guerras de libertação significava intervir diretamente num dos principais pilares ideológicos do regime.

Parte 1: Algumas editoras e obras que trataram da política e da guerra colonial antes do 25 de Abril

Apresentarei algumas editoras e obras que trataram dos conflitos da guerra colonial e dos aspectos políticos da colonização e foram editadas em Portugal antes do 25 de Abril. Trata-se de uma amostra parcial dessas editoras e obras, sem a pretensão de apresentar um recenseamento exaustivo do tema. Ainda assim, acredito que ele seja significativo por vários motivos. Em primeiro lugar, por mostrar as dificuldades de se tratar desse tema de modo crítico publicamente. Afinal, a questão colonial era talvez o tema mais sensível para o Estado Novo, e as instituições repressivas e de censura davam extrema importância ao controle das manifestações sobre ele.

Como ressalta Daniel Melo,

la denuncia de la guerra era más fácil en el exilio que en el Portugal dictatorial: la guerra colonial era un tema tabú y había complicidad oficial con el colonialismo y el imperialismo belicistas de otros países. Aun así, la guerra colonial dejó grandes marcas en la literatura lusa, especialmente en la poesía, que circulaba de un modo clandestino o camuflada durante la ditadura” (Melo 2018, 28).

Em segundo lugar, este recenseamento pode permitir vislumbrar que, apesar desses cerceamentos, houve tentativas – algumas delas bem-sucedidas – de romper esse controle e levar a público a discussão e a crítica do colonialismo português na segunda metade do século XX. E, além disso, temos aqui uma pequena amostra da criatividade existente para tentar burlar os rígidos controles impostos por meio de edições que buscavam subterfúgios legais e formais para colocar em questão o colonialismo e a guerra colonial na Metrópole.

Por fim, estes casos permitem vislumbrar o papel que estas editoras e obras podem ter desempenhado na denúncia e na luta contra a política colonial realizada dentro do território português ainda sob no período ditatorial.

Vejamos então algumas editoras e as obras por elas publicadas.

EDITORA NOVA REALIDADE – Ainda nos anos 1960, uma pequena editora localizada na cidade de Tomar (distrito de Santarém) publicou alguns títulos literários de claro caráter contestatário, com ênfase nas questões da guerra colonial. Trata-se da editora Nova Realidade, criada por Carlos Loures, Manuel Simões e Júlio Estudante em 1966, e que se caracterizou como uma editora de caráter político e literário, mas sem vinculação a nenhum grupo político.

Em 1967 a editora lançou uma obra que marcou época: o livro *O canto e as armas*, do poeta Manuel Alegre. Manuel Simões relembra:

O autor estava exilado em Argel e era o *speaker* de uma rádio clandestina (Rádio Portugal Livre) que transmitia da Rádio Nacional de Argélia. Foi uma edição preparada com muito cuidado e com uma tiragem de 3 mil exemplares (enorme para a época), mas esgotada numa semana. Quando a PIDE interveio, o livro estava esgotado: fez-se fila nas livrarias para conseguir um exemplar. Foi proibido, mas já não havia livros disponíveis”².

Também em 1967, a editora publicou *Hiroxima*, uma antologia poética que trazia depoimentos de poetas portugueses sobre o ataque atômico em 1945 às cidades japonesas de Hiroxima e Nagasaki. O livro, coordenado por Loures e Simões, representava um claro ato político, como explicitam os organizadores no prefácio: “Numa altura [...] em que hiroximas se estendem da África à Ásia [...] o nosso silêncio responsabilizar-nos-ia perante o julgamento futuro das épocas de crise e sua explicação histórica” (Loures e Simões 1967, 1).

Nesta mesma linha foi produzida, em 1970, outra obra, *Vietname*, também organizada por Loures e Simões, em que os poemas e os depoimentos de poetas portugueses sobre a agressão norte-americana àquele país serviam também “para condenar a guerra colonial portuguesa, em acto desde 1961”, como destaca Simões³. Segundo os organizadores, nesta obra “o poeta revive as tarefas de resistir [...]. E o seu verbo não esconde a acusação contra o gesto que envergonha a humanidade” (Loures e Simões 1970, 9).

A Nova Realidade deu ênfase em seus lançamentos à poesia de tons políticos. Além das obras já mencionadas, publicou também na poesia: *Os homens cantam a nordeste*, de António Cabral (1967); *O comércio dos nervos*, de Armando da Silva Carvalho (1968); *Algumas palavras*, de Eduardo

² Manuel Simões, mensagem eletrônica (email) para o autor, 02/10/2012.

³ Manuel Simões, mensagem eletrônica (email) para o autor, 02/10/2012.

Guerra Carneiro (1969); *Crónica breve*, de Manuel Simões (1970); *Poesia amordaçada: Cânticos a Pablo*, de José Ferreira Monte (1970); e *Meu canto terra*, de Costa Mendes (1971).

A Nova Realidade atuou de forma constante até 1972. Depois disso, houve apenas edições eventuais.

PUBLICAÇÕES D. QUIXOTE – Também nos anos 1960, outra editora buscou furar o bloqueio informativo sobre temáticas coloniais. Trata-se das Publicações Dom Quixote, fundada em 1º de abril de 1965 pelos portugueses António Neves-Pedro e Vasco Abecassis, e pela dinamarquesa Snu Abecassis – estes dois últimos eram casados. No ano seguinte, Snu Abecassis tornou-se a responsável pela editora. A partir do segundo ano de existência da Dom Quixote, Carlos Araújo – amigo de Neves-Pedro e que vinha das Publicações Europa-América – tornou-se o diretor literário da editora, cargo que ocupou até abril de 1974 (Leite 1998, 198-99; Medeiros 2010, 253).

Snu e Araújo decidiram imprimir um caráter dinâmico à Dom Quixote, investindo em literatura, ensaios e debates, com autores e temas que se chocavam, quase sempre, com o que era tolerado pelas autoridades de então, seja no campo político, seja no campo dos costumes.

Foi com estas ideias que surgiu a coleção Cadernos D. Quixote, em 1967, que tornou-se a “marca registrada” da editora. Publicados em ritmo intenso, esses cadernos traziam temas da atualidade, geralmente polêmicos e provocativos, tratados em textos jornalísticos e analíticos, em sua maior parte traduzidos da imprensa internacional.

O segundo volume da coleção foi o livro *Bolívia – um segundo Vietname?* (1967), que trazia textos de Régis Debray, François Maspero, Richard Gott, Giangiacomo Feltrinelli e outros. O livro não foi bem visto pela censura e foi colocado “Fora de mercado” – eufemismo usado para indicar os livros proibidos de circular.

A Bolívia havia se tornado foco de atenções internacionais pelo fato de Che Guevara ter ido lutar na guerrilha daquele país, onde, inclusive, foi morto. Por isso, falar na Bolívia se tornara um assunto proibido, por remeter às lutas de guerrilha e, portanto, à guerra colonial em África.

A mesma linha de raciocínio remete ao volume sete da mesma coleção, o livro *Que futuro para o Vietname?*, lançado em 1968, que trazia textos de Pham Van Dong, Robert Kennedy, Jean Lacouture e Noam Chomsky, entre outros.

Outros títulos lançados pela Dom Quixote que remetiam aos conflitos coloniais da época foram *A Rodésia e a independência*, de Judith Todd, Marion Kaplan, Guy Bosschère e David Smock (Cadernos D. Quixote, v. 22, 1970) e *Camboja*, da coleção Documentos Dom Quixote, publicado em junho de 1970.

A Cadernos D. Quixote voltou ao tema no volume 41, no final de 1971, intitulado *Vietname antes da paz*, de Ngo Cong Duc, Neil Sheehan, Mai Van Bo e Jean Lacouture.

A presença recorrente da Guerra do Vietnã como tema revela uma estratégia editorial importante. O conflito funcionava simultaneamente como tema internacional e linguagem indireta para abordar a guerra colonial portuguesa. O Vietnã operava, assim, como mediação simbólica: permitia discutir guerrilha, autodeterminação e violência colonial sem nomear diretamente a experiência portuguesa.

O livro convertia-se, portanto, em espaço de deslocamento discursivo e contestação política.

Outros dois títulos lançados em 1972 também remetiam ao tema do colonialismo, ainda que tratando de outros tempos: *A partilha da África*, de Henri Brunschwig; e *Os conquistadores da América*, de Ruggiero Romano.

A Dom Quixote foi uma das mais importantes e marcantes editoras de Portugal nesses anos pré-25 de Abril. Com o 25 de Abril a editora continuou atuando com grande destaque no campo editorial português, e ainda deu grande ênfase à edição política até o final dos anos 1970.

EDITORA CADERNOS PARA O DIÁLOGO – Uma obra importante para o pensamento anticolonial foi editada em Portugal em 1971: o livro *Discurso sobre o colonialismo*, de Aimé Césaire, autor nascido na ilha de Martinica. A edição foi da Cadernos para o Diálogo⁴, criada em 1971 por António Daniel Abreu na cidade do Porto. Abreu havia trabalhado no setor de vendas da Editora Paisagem, na livraria e editora Latitude e na Editora Inova, todas no Porto.

O texto que deu origem ao livro *Discurso sobre o colonialismo* foi retirado da revista francesa *Présence africaine*, trazida clandestinamente para Portugal por membros do PCP (César 2012). “O livro era uma denúncia frontal da iniquidade do colonialismo ocidental e da hipocrisia da Europa, que acusava de ter uma civilização assente na opressão colonial e do proletariado desde há muito tempo e de ter sido incapaz de as solucionar até então” (Melo 2020, 124). O livro representava “uma afronta para o regime, porque a palavra colonialismo tinha sido banida em Portugal”, lembra Abreu⁵.

A perseguição foi imediata. O livro começou a ser distribuído no dia 6 de dezembro de 1971 e dois dias depois já era do conhecimento da PIDE/DGS. Abreu diz que “neste caso foram

⁴ O nome da editora foi inspirado na revista espanhola *Cuadernos para el Diálogo*, que circulou entre 1963 e 1978 e vinculava-se inicialmente ao pensamento democrata-cristão, “evoluindo para posições próximas à centro-esquerda, para terminar, na sua última fase, com um jornalismo de corte socialista” (Torrego 2004).

⁵ António Daniel Abreu, mensagem eletrônica (email) para o autor, 23/08/2012.

informadores infiltrados na gráfica que terão entregue uma cópia do livro diretamente às autoridades quando este estava pronto para ser distribuído” (César 2012). O relatório da DGS sobre o livro é curto e direto: “O autor é negro, comunista e foi em tempos deputado francês. Trata-se duma diatribe contra a civilização ocidental, numa pseudo defesa das civilizações negra, oriental e índia. Para proibir” (César 2012).

A perseguição da censura foi de tal ordem que o editor preferiu encerrar as atividades da Cadernos Para o Diálogo e iniciar outra editora, que se chamou Textos Marginais.

EDITORA AFRONTAMENTO – Uma das iniciativas mais marcantes na edição de obras que questionavam a política colonial se deu no início dos anos 1970 e foi realizada pelas edições Afrontamento, do Porto. Os títulos publicados nesses anos pela editora têm marcadamente um caráter de oposição ao governo de Marcelo Caetano, com forte ênfase em temas relacionados com a luta anticolonial.

As origens da editora remontam a 1963, com o lançamento da coleção de antologias “Afrontamento”, publicada no Porto por um grupo composto de “jovens católicos progressistas, que tinham uma perspectiva mais actuante da religião no campo social, e gente de esquerda não conotada com o Partido Comunista” (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011).

Em 1971, a partir da iniciativa de Mário Brochado Coelho, a Afrontamento decide editar um livro sobre o processo judicial contra Joaquim Pinto de Andrade, militante da luta anticolonial que estava preso em Angola. Aproveitando o fato de o processo jurídico ser público, Brochado Coelho decidiu publicar as peças desse processo em livro, dando origem à obra *Em defesa de Joaquim Pinto de Andrade*, publicada em julho de 1971. “No blecaute de informações que havia na época, essa era uma forma de furar esse bloqueio. Este livro teve uma grande difusão e saiu com a chancela Afrontamento”, lembra José de Sousa Ribeiro (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011), que na época era um dos responsáveis pela produção e comercialização dos livros da Afrontamento, e depois se tornaria um dos editores e sócios. O livro foi um grande sucesso de vendas – teve tiragem de 20 mil exemplares – e ajudou a consolidar a editora.

A primeira edição de *Em defesa de Joaquim Pinto de Andrade* foi editada como uma obra avulsa, mas a segunda edição saiu como o primeiro volume de uma nova coleção da editora, chamada Bezerro de Ouro. A segunda edição, de agosto de 1971, foi colocada “Fora de mercado”, ou seja, foi censurada e recolhida pelos órgãos governamentais.

A coleção Bezerro de Ouro foi uma das primeiras a utilizar um subterfúgio para publicar obras críticas à ditadura: a edição de documentos judiciais sobre a repressão. Seus livros em geral reproduziam as peças jurídicas que formavam esses processos: pedidos de *habeas corpus*, medidas de

segurança, reprodução da legislação em vigor, autos de interrogatório, acórdãos de tribunais etc. Tratava-se, portanto, de documentos oficiais, o que tornava embaraçoso para o Governo a sua censura. Foi, sem dúvida, um subterfúgio inteligente para dificultar a censura, apesar de boa parte desses livros terem sido postos “fora de mercado”. Todavia, o fato de ter sido censurado nem sempre significava que o livro efetivamente deixava de circular.

Outros livros da coleção também trataram da questão colonial:

- *A prisão do doutor Domingos Arouca*, de Salgado Zenha (novembro, 1972);
- *O caso da capela do Rato no Supremo Tribunal Administrativo*, de Salgado Zenha, Francisco de Sousa Tavares, Jorge Sampaio, José Vasconcelos Abreu e José Vera Jardim (março, 1973);
- *O julgamento dos padres Macúti*, de João Afonso dos Santos, Carlos Adrião Rodrigues, António Pereira Leite e Willem Gerard Pott (agosto, 1973);
- *O segundo julgamento do padre Mário*, de Eloy Pinho, Fernanda Gomes, Helena Policarpo, Luís Humberto, José Gomes Bandeira, José Capela, Manuel António Pina e Santos Ribeiro (fevereiro, 1974);
- *Angolanos no Tarrafal: alguns casos de habeas corpus*, de Fernando de Abranches-Ferrão, Francisco Salgado Zenha, Levy Baptista e Manuel João da Palma Carlos (janeiro, 1974).

A ideia de publicar documentos jurídicos, autos processuais e pedidos de *habeas corpus* permitia transformar o próprio aparato repressivo em instrumento de denúncia pública. Nesse sentido, a editora não apenas difundia informações: ela produzia uma esfera de debate alternativa sobre o colonialismo português, deslocando para o espaço editorial discussões interditas pela censura.

Houve ainda outros títulos da Afrontamento que tiveram como tema o questionamento da política colonial. Pela coleção As Armas e os Varões saíram *Moçambique pelo seu povo*, organizado por José Capela (1971), e *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação do vinho para África*, também de José Capela (1973).

Sobre o segundo título, o autor explica logo no início do livro: “Porquê um pequeno volume dedicado ao problema do vinho português para Moçambique? Na realidade, este problema [...] envolve muito mais que tal enunciação pode deixar perceber e a sua análise implica, por igual, a análise de todo o processo de relações metrópole-colónia” (Capela 1973, 5).

Segundo José de Sousa Ribeiro,

A editora aproveitou-se do facto que, enquanto a imprensa periódica estava sujeita à censura prévia, os livros estavam sujeitos a uma censura *a posteriori*. Portanto, podia-se publicar fosse o que fosse, embora o destino de muitas das coisas que viemos a publicar

fosse a apreensão pela polícia política, mas isso era *a posteriori*, não havia um controle prévio à publicação” (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011).

É interessante assinalar que em apenas um caso, o livro *O julgamento dos padres do Macúti*, de João Afonso dos Santos e outros autores, editado em agosto de 1973, a PIDE abriu um processo formal contra a editora. Ribeiro foi chamado a depor na PIDE do Porto em 24 de abril de 1974, tendo sido uma das últimas pessoas a lá ir. “E nós dizíamos que éramos apenas os distribuidores do livro, os editores eram os advogados que apareciam mencionados no livro, todos personalidades da sociedade portuguesa. Esse era o subterfúgio”, afirma Ribeiro (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011).

No período entre 1968 e 1980, a Afrontamento publicou cerca de 150 títulos de caráter político. Ribeiro continua como um dos responsáveis pela editora. O Grupo Edições Afrontamento atualmente é composto também pelas editoras Teodolito e Aliados Edições, além de ser integrado pela Gráfica Rainho & Neves e pela Distribuidora Companhia das Artes.

EDITORA ARCÁDIA – Não podemos deixar de fazer menção aqui ao livro *Portugal e o futuro*, do general António Spínola, lançado pela Editora Arcádia em fevereiro de 1974. O livro, como se sabe, teve papel importante no processo político que levou ao golpe de 25 de abril de 1974. Publicado pela editora Arcádia, de Lisboa, em 20 de fevereiro de 1974, a obra representou uma contestação aberta, ainda que moderada, à política colonial do regime português, feita por um dos mais importantes generais do exército, que ocupava na ocasião do lançamento do livro o cargo de vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas.

A Editora Arcádia foi criada em 1957 por António José Guerra da Cruz Barreto (Beja 2012, 30-31). Tratava-se de uma editora de caráter comercial, com publicações principalmente na área de literatura, ciências humanas e história em quadrinhos.

A partir do começo dos anos 1970, os títulos de caráter político ganham importância no catálogo da editora. Nesse momento a editora pertencia a Carlos Manuel Beirão da Veiga e o diretor editorial, entre 1972 e 1974, era Paradela de Abreu⁶. Desde 1973 a escritora Natália Correia era a diretora cultural da editora (Abreu 1983, 30, 3, 33).

O livro *Portugal e o futuro* teve importante papel político no fim da ditadura em Portugal e certamente foi também decisivo para que Spínola assumisse o cargo de presidente da República após o 25 de Abril.

⁶ O complexo processo de edição da obra, no qual teve papel importante o editor Paradela de Abreu, pode ser visto em *Livros que tomam partido*, op. cit.

Poucos livros tiveram uma influência tão direta no processo político de um país. O livro tinha como centro a questão colonial, calcanhar de Aquiles do Governo português naquele momento em decorrência de conflitos militares em três frentes que se arrastavam desde 1961. Na obra, Spínola questionava a política oficial sobre o tema, insurgia-se contra a manutenção da guerra nos moldes em que estava ocorrendo e propunha a “formulação de uma terceira corrente de pensamento que torne o diálogo possível e concite a unidade de todos” (Spínola 1974, 12-15).

O general defendia a “descentralização administrativa e progressiva autonomia dos Estados e Províncias Ultramarinas”, reconhecendo “o direito dos povos à autodeterminação”. Desse modo, Spínola demolia um dos mais fortes pilares do regime – o Império – e abria o debate sobre um tema tabu – a guerra colonial.

A Arcádia praticamente cessou as suas atividades na primeira metade dos anos 1980. Em 2010 ela foi reinaugurada como parte do grupo Babel.

Algumas considerações

É certo que as editoras e as obras acima apresentadas não foram as únicas, antes do 25 de Abril, a trazerem a público o tema da política e da guerra colonial a partir de um viés crítico e oposicionista. Da mesma forma, houve também veículos periódicos que cumpriram um importante papel nesse sentido, como o boletim *Direito à Informação* (editado entre 1963 e 1971), o *Boletim Anti-Colonial* (BAC) e as revistas *Cadernos de circunstâncias* e *O Tempo e o Modo*, por exemplo.

Devemos lembrar também o papel de algumas livrarias e distribuidoras de livros, que por meio da importação de obras abordavam esta temática.

No contexto português, e porque justamente a oferta bibliográfica autóctone se encontrava sob controlo férreo da censura política, houve que recorrer com redobrado vigor à importação da produção de países com os quais se partilhavam causas ou afinidades políticas, culturais, linguísticas, cívicas e/ou literárias, como Espanha, França e Brasil. Daí a particular relevância das distribuidoras e das livrarias, que se encarregavam de criar os circuitos pelos quais escoavam essas armas subversivas (Melo 2020, 117).

Um exemplo trazido por Daniel Melo é o da Livraria e Editora Ulmeiro, de Lisboa.

Todavia, sem desconsiderar estes outros campos de atuação editorial e livreira, acredito que as editoras acima mencionadas e as obras destacadas cumpriram papel de certo relevo na contestação da política colonial e da guerra colonial no interior da então Metrópole. Mais do que simples empreendimentos editoriais, estas editoras atuaram como espaços de mediação entre setores oposicionistas, intelectuais e leitores interessados nas questões coloniais. Afrontaram as proibições e restrições impostas a estes temas tão sensíveis para a ditadura. Pagaram, é certo, o preço pela ousadia, mas deixaram a sua marca política e contribuíram para alargar um pouco o que se sabia sobre estas questões em Portugal e trazer perspectivas contestadoras sobre o tema.

Outra questão significativa quando analisamos este breve recenseamento revela um dado historicamente significativo: a quase ausência dos termos “colônia” e “colonial” no universo editorial português do período pré-25 de Abril. Não se trata apenas de questão terminológica. A imposição do uso de expressões como “ultramar” ou “províncias ultramarinas” fazia parte da gramática política do Estado Novo e integrava o esforço de legitimação do império.

O campo editorial tornava-se, assim, espaço privilegiado de disputa simbólica sobre os sentidos do colonialismo.

A Guerra do Vietnã como metáfora para a guerra colonial

A Guerra do Vietnã, na etapa aqui mencionada, teve início em 1965, opondo os movimentos de libertação nacional, de um lado, e tropas norte-americanas, de outro. Foi o principal conflito anticolonial e anti-imperialista da época, tendo se encerrado em 1975 com a derrota dos Estados Unidos.

A partir do final dos anos 1960, alguns editores portugueses passam a publicar obras sobre a Guerra do Vietnã como forma de abordar indiretamente a guerra colonial travada por Portugal na África – e também como forma de denúncia das violências cometidas contra o povo vietnamita.

Todavia, a recorrência editorial da Guerra do Vietnã ultrapassava o interesse pela conjuntura internacional. O conflito tornou-se dispositivo interpretativo por meio do qual editores portugueses abordavam, de forma indireta, a experiência colonial portuguesa.

Em um ambiente de censura, o Vietnã funcionava como linguagem substitutiva e como mecanismo de expansão da esfera pública crítica. Publicar sobre o Vietnã significava também discutir colonialismo, autodeterminação e guerra em Portugal.

Para Daniel Melo, de fato tal postura englobava a ideia de guerra de modo mais amplo para tratar das questões do conflito colonial português:

La primera guerra mundial, García Lorca, Gandhi, la segunda guerra mundial y los bombardeos de Hiroshima y Nagasaki resurgieron y se utilizaron, junto a la guerra de Vietnam, como mensajes ocultos para hablar de la guerra colonial portuguesa, así como para criticar la guerra en general. La posibilidad de múltiples lecturas era evidente, ya que la guerra de Vietnam tenía muchos puntos de contacto con la guerra colonial portuguesa: una guerra de guerrillas contra ejércitos convencionales; el derecho a la autodeterminación por parte de pueblos bajo un prolongado yugo colonial; la geopolítica de la guerra fría y la lucha entre grandes bloques políticos (Melo 2018, 29-30).

Essa dinâmica permite compreender a edição política como prática de mediação cultural transnacional. Ideias, experiências e linguagens circulavam entre África, França, Portugal e Ásia, produzindo repertórios compartilhados de crítica ao colonialismo.

Melo também produziu o quadro “Muestra de libros editados en Portugal sobre la guerra de Vietnam (1965-1974)” (Melo 2018, 31-32) que traz uma lista dessas obras, seus autores e as editoras que as publicaram, resultando em um importante recenseamento desse tipo de edição naqueles anos, e mostrando a sua abrangência. São no total 31 obras listadas.

Nesta lista, destacam-se as editoras Dom Quixote (5 títulos), Brasília (3 títulos), Seara Nova (3 títulos), Publicações Europa-América, Livraria Bertrand, Ulisseia e Estampa (2 títulos cada).

Melo conclui que “La intensa referencia a la guerra de Vietnam, expresada en decenas de libros y textos [...] ayudó a que la guerra colonial saliera de su confinamiento portugués, dándole una dimensión casi transnacional, y más relacionada con los grandes problemas internacionales de su tiempo” (Melo 2018, 44-45).

Parte 2: A edição de obras sobre a guerra colonial no período do PREC

Após o 25 de Abril o número de obras editadas sobre a guerra colonial aumentou exponencialmente. A situação referente à edição de livros de caráter político modificou-se significativamente, pois passou a ser possível publicar tudo sem restrições legais, sem perseguição policial e, principalmente, houve um grande aumento do interesse por este tipo de livro.

A onda de liberdade advinda da revolução fez crescer como nunca o número de editoras e de livros publicados. Somente em 1974 e 1975 foram criadas 53 novas editoras portuguesas que publicavam obras de caráter político.

Aqui destacarei apenas alguns casos que considero significativos de editoras que tiveram edições e/ou ações relacionadas à luta anticolonial.

CIDAC (CENTRO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO AMÍLCAR CABRAL)
– O primeiro caso que gostaria de abordar é das Edições CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), criada pelo Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDA-C), em maio de 1974 por militantes católicos progressistas engajados na luta contra a guerra nas colônias portuguesas da África. Alguns destes militantes haviam publicado anteriormente, de forma clandestina, o boletim *Direito à Informação* (editado entre 1963 e 1971) e o *Boletim Anti-Colonial* (BAC), em 1972 e 1973, quando suas instalações foram descobertas pela polícia política, levando ao desmantelamento do grupo e à prisão de alguns de seus membros. Seus militantes também participaram ativamente da Vigília na Capela do Rato, ocorrida em 31 de dezembro de 1971 e reprimida pelo regime (Matias 2004, 21-25).

O Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial - CIDA-C foi criado após o 25 de Abril sob inspiração de Nuno Teotónio Pereira e Luis Moita (Matias 2004, 25). Foi Moita,

experiente militante católico progressista, que efetivamente o fundou, ao lado de outros quatro jovens militantes e/ou estudantes: Luísa Ivo, Luísa Teotónio Pereira, Carol Quina e Henrique Sanches (Pereira 2004, 28).

O objetivo do CIDA-C era “pressionar o novo poder para que reconhecesse o direito à autodeterminação e independência das colônias e fazê-lo utilizando a estratégia que o grupo do BAC tinha afinado: a disponibilização de informação e a consequente iniciativa cívica” (Pereira 2004, 27-28).

As primeiras edições ocorreram em 1974 com a publicação de livros contendo os programas e estatutos do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Ainda em 1974 foram editados: *Imagens da Guiné-Bissau*, reportagem fotográfica de Koen Wessing, e *Estabelecer o poder popular para servir as massas*, de Samora Machel, líder da Frelimo.

Em 1976 surgiu a coleção África em Luta, com dois títulos: *A nossa luta é uma revolução: nacionalizações-Moçambique*, de Samora Machel e outros, e *Guiné Bissau, 3 anos de independência*, de Luísa Teotónio Pereira e Luís Moita.

Num dos livros dessa coleção está expresso pelos autores aquele que seria o estado de ânimo dos militantes do CIDAC:

Mais do que trabalho jornalístico, poderia falar-se de ‘reportagem política’, no sentido em que é feita por militantes que ao longo da sua luta anticolonialista foram amadurecendo a percepção que tinham acerca da realidade de um povo ao qual estão ligados por um combate comum. [...] Escrever este livro é para nós um acto de internacionalismo militante (Pereira e Moita 1979).

Em janeiro de 1977 o centro passou a denominar-se Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), como forma de homenagem a um dos líderes da independência de Guiné e de Cabo Verde.

Somente em 1979 o CIDAC voltou a lançar livros. Na coleção Cadernos CIDAC saíram: *Contubel, uma cooperativa agrícola na Guiné-Bissau*; *Eritreia: a resistência dum povo*; *A roça Rio do Ouro: uma empresa agrícola nacionalizada em S. Tomé e Príncipe*; e *A evolução do comércio entre Portugal e os novos países africanos*, todos publicados em 1979.

Os outros títulos lançados até o começo dos anos 1980 foram: *Os congressos da Frelimo, do PAIGC e do MPLA: uma análise comparativa*, de Luís Moita (1979, coedição com a editora Ulmeiro); *A mulher e a revolução na Eritreia* (1980); *O não alinhamento: história e doutrina do movimento dos não alinhados*, de Luís Moita (1982); e *Viva a resistência do povo de Timor-Leste*.

As edições do CIDAC se inseriam em uma série de atividades promovidas pelo centro, como palestras, cursos, exibição de filmes, debates etc. O CIDAC buscava ter uma atuação apartidária, apesar de dois de seus membros fundadores serem filiados ao MES (Movimento de Esquerda Socialista) (Pereira 2004, 30).

Entre 1974 e 1982 o CIDAC publicou 15 títulos. A distribuição era militante. Nesse período editou também o boletim *África em Luta*. CIDAC continua em atividade e desde fevereiro de 2004 mudou mais uma vez a sua denominação para Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral.

ÁFRICA EDITORA – O segundo caso é o da África Editora⁷, editora ligada ao Movimento Democrático de Angola (MDA), organização fundada a 3 de maio de 1974 por Alfredo Bobela-Mota e por Albertino Almeida (Cronologoa 2010), e que reunia angolanos e portugueses. O MDA teve origem em movimentos oposicionistas à ditadura colonial “que apoiavam o Movimento das Forças Armadas e batiam-se pela independência de Angola” (Correia s/d). Tinha ligações com o MPLA.

O primeiro livro editado foi *Massacres em Luanda*, que reproduzia um relatório do MDA sobre o massacre de 11 de julho de 1974 em Luanda. Marcando o caráter militante da editora, afirmam os editores na introdução ao livro: “Ao publicarmos os dois importantes documentos que constituem este volume, é nossa intenção prestar homenagem à luta iniciada em 4 de fevereiro de 1961 pelo povo de Angola, pela sua Liberdade e Independência” (Movimento Democrático de Angola 1974, 12-13).

Esta mesma postura aparecia também em outra obra, o livro *Angola: fim do mito dos mercenários*, de Raul Valdes Vivo, editada em 1976.

A editora publicou livros sobre a atualidade e as lutas políticas em Angola, tanto obras de ficção como de não-ficção. Havia coleções dedicadas à poesia e a romances, sempre com conteúdo político. Nos livros não constam informações sobre como era feita a distribuição comercial da editora.

Alguns dos títulos publicados foram: *S. Nicolau, Tarrafal angolano*, de Emílio Filipe (1975); *Memória da longa resistência popular*, de Nito Alves (1976); *Não adianta chorar: contos coloniais*, de A. Bobela-Mota (1977); *Terra vermelha: estórias para a história da guerra colonial em Angola*, de Carlos Martins

⁷ Nos anos 1960 houve uma editora também chamada África Editora sediada na cidade de Lourenço Marques, em Moçambique, mas que parece não ter qualquer relação com a África Editora criada em Lisboa nos anos 1970.

Pereira (1978); *Voz de prisão*, de Manuel Ferreira (1978); *Poesia do colonialismo*, de Carlos Espírito Santo (1978); *A luta é a minha primavera: poemas*, de Vasco Cabral (1981).

A África Editora atuou entre 1974 e o começo dos anos 1980 e publicou nesse período cerca de 15 títulos.

EDITORA AFRONTAMENTO – Um terceiro caso muito significativo nos traz novamente à atuação da Editora Afrontamento, do Porto. Como vimos, esta editora teve importante papel na edição de obras sobre a questão colonial antes do 25 Abril, mas também depois dele. Mas, além disso, ela participou de iniciativas e ações de caráter político, utilizando algumas de suas edições para estes fins.

Jose Sousa Ribeiro, um dos editores da Afrontamento, recorda algumas dessas ações:

Logo em seguida ao 25 de Abril fizemos livros com tiragens nunca pensadas até aí. Uma das nossas primeiras investidas então foi publicar a história das zonas colonizadas, digamos assim, dos movimentos de libertação, a *História de Angola* que o MPLA divulgava, da Frelimo sobre Moçambique, do PAIGC sobre a Guiné. A *História de Angola* deve ter tido 80 mil exemplares, exportamos uma parte para Angola, mas a um preço declaradamente mínimo. Nunca aproveitamos disso para capitalizar, nestes casos vendíamos próximos do preço de custo. Prestamos um serviço claramente importante do ponto de vista político, mas nunca perdemos a independência. Sempre quisemos manter a independência, isso pareceu-nos importante após o 25 de Abril (José de Sousa Ribeiro, entrevista 2011).

Estes livros foram editados na coleção Libertação dos Povos das Colônias, criada em 1974. Podemos entender melhor a importância desses livros a partir do comentário, reproduzido a seguir, de Pedro Tamen a respeito à obra *História de Angola*, do MPLA:

Para o comum leitor português, intoxicado por uma história viciada de imperialismo pateta, este livro é o abrir da cortina para um mundo totalmente novo, nos melhores casos suscitado mas não conhecido. É Angola vista do outro lado, do lado oposto àquele em que nos colocaram nos tempos da instrução primária e do liceu (Tamen 1975).

PUBLICAÇÕES NOVA AURORA – Esta editora também desenvolveu ações de apoio aos movimentos de libertação africanos. Foi fundada em 1974, pouco antes do 25 de Abril, por João Camacho e Sílvio Conde, ambos militantes do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), um dos mais atuantes grupos maoístas portugueses. Sua linha editorial privilegiava, inicialmente, a questão da luta anticolonial e dos movimentos de libertação africanos. Havia duas coleções dedicadas exclusivamente a este tema: Textos de Amílcar Cabral e O Povo Moçambicano em Armas.

Em uma “Nota do Editor” publicada no livro *Guine-Bissau: nação africana forjada na luta*, de Amílcar Cabral, pode-se ler:

Ao divulgar nesta coleção [...] textos referentes à justa luta de libertação dos povos das colônias portuguesas, queremos exprimir a estes povos, irmãos do nosso povo, a nossa

solidariedade militante com a sua luta heróica e vitoriosa, que tão profundamente abalou e abala a ditadura da burguesia colonial-fascista portuguesa que desde há tantos e tantos anos nos (e os) oprime e explora [...] (Nota do Editor 1974, 7).

De acordo com Camacho, esta “solidariedade militante” não ficava apenas nas palavras, pois muitos livros foram oferecidos gratuitamente ao PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde) e à Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), através das casas de estudantes de Cabo Verde e de Moçambique em Portugal (João Camacho, entrevista 2011).

Nas coleções O Povo Moçambicano em Armas e Textos de Amílcar Cabral foram editadas sete obras de Samora Machel e duas de Amílcar Cabral. Houve também a edição, em setembro de 1974, da obra *Contra a escravidão, pela liberdade*, creditada ao MPLA.

Além desses títulos, a coleção Literatura Nova publicou três livros com temática anticolonial: *Poesia de combate. Patriotas moçambicanos, combatentes da Frelimo*, agosto de 1974; *Caboverdeamadamente – Construção – Meu amor: poemas de luta*, de Osvaldo Osório, outubro de 1975; e *Famintos: romance do povo caboverdiano sob o domínio colonialista*, de Luís Romano, março de 1975.

EDITORA ULMEIRO – O último caso que quero destacar é o da censura e processo contra uma obra relacionada à guerra colonial editada já em 1976 pela Editora Ulmeiro.

A Ulmeiro surgiu em 1969, como livraria e distribuidora, pelas mãos de José Antunes Ribeiro, juntamente com dois outros amigos – Maria Aurélia e Victor – no bairro de Benfica, em Lisboa. Em seguida, se juntaria a eles Lúcia Ribeiro, esposa de José Ribeiro. A Ulmeiro foi distribuidora das editoras Centelha e Afrontamento, entre outras. Em 1970 entrou também no ramo da edição. Suas origens ligam-se ao movimento das cooperativas culturais criadas nos anos 1960 e aos grupos de católicos progressistas. José Ribeiro, que sempre foi o principal responsável pela linha editorial da Ulmeiro, esteve ligado a grupos católicos progressistas e foi colaborador, na década de 1960, da revista *O Tempo e o Modo* (José Antunes Ribeiro, entrevista 2011).

Como vimos anteriormente, a livraria e editora destacou-se antes do 25 de Abril pela importação de livros que abordavam a questão colonial.

Em 1976 a editora sofreria um processo por conta da edição do livro *Massacres na Guerra Colonial (Tete, um exemplo)*, organizado pelo jornalista José Amaro e lançado em abril daquele ano. O livro foi alvo de um processo movido pelo Estado Maior General das Forças Armadas e assinado pelo general Ramalho Eanes na qualidade de Chefe do Estado Maior do Exército. O livro reproduzia documentos militares oficiais sobre a ação das forças armadas portuguesas na guerra colonial em Moçambique. O general acusava o autor e o editor do livro de violar a Lei de Imprensa por “divulgar segredos militares essenciais à defesa nacional e de contribuir para minar a disciplina

e a coesão no seio das forças armadas” (“Eanes processa jornalista por livro sobre massacres coloniais” 1976, 1). José Antunes Ribeiro e José Amaro foram processados. O processo se arrastou por anos, até que ambos acabaram por ser anistiados pelo 5º. Tribunal Militar Territorial de Lisboa (José Antunes Ribeiro, entrevista 2011).

Algumas considerações

Considero os casos do CIDAC e da África Editora muito significativos, pois representam a continuidade da luta anticolonial de militantes africanos e portugueses em Portugal, após o 25 de Abril, em condições totalmente novas, com ampla liberdade e a possibilidade trazer em seus livros informações sobre as lutas recentes nas (ex)colônias portuguesas, assim como notícias e análises sobre a situação presente nesses países naquele momento.

Mostram também que as lutas em África estavam longe de terminar, mas entravam em nova etapa. A atuação dessas editoras em Portugal representava este novo momento e as novas possibilidades a partir de então

Os casos da Afrontamento e da Nova Aurora dão destaque para a ação militante de alguns editores no apoio às novas nações que estavam surgindo em consequência do processo de descolonização, e do desejo deles de participar de modo mais ativo e direto deste processo.

Já o caso do processo judicial contra a Ulmeiro mostra que temas ligados à guerra colonial continuavam a ser sensíveis para certos setores militares, e que não havia nada próximo do consenso no que diz respeito à recuperação da memória e das violências da guerra colonial.

Conclusões

Este artigo buscou lançar luz sobre algumas relações entre a edição política e o debate das questões coloniais (incluindo, é claro, a guerra colonial iniciada em 1961) em Portugal, antes e depois do 25 de Abril.

Ainda que a investigação esteja em curso, acredito que o material aqui exposto mostra que há muito a ser pesquisado e conhecido sobre estas relações. Mas este sobrevoo preliminar permite vislumbrar algumas questões importantes.

Em primeiro lugar, percebemos que mesmo no período ditatorial houve iniciativas importantes, no campo da edição de livros, de contestação à política e à guerra colonial. Neste caso, os editores tiveram de enfrentar a censura e processos judiciais, e apesar destes instrumentos repressivos foi possível colocar em circulação obras importantes sobre o tema. Os editores também se destacaram por buscar, nestes e em outros casos, modos de burlar as perseguições.

Em segundo lugar, aparece a grande restrição à circulação de obras sobre a política e a guerra colonial antes do 25 de Abril de 1974. O recenseamento de obras sobre esta temática, ainda em andamento, deixa claro que houve grande cerceamento à circulação dessas obras, como era de se esperar.

Em terceiro lugar, reafirmamos o grande movimento editorial de caráter político pós-25 de Abril. Dentro deste movimento houve espaço importante para a divulgação de obras sobre o passado colonial português, apresentando para muitos portugueses pela primeira vez um quadro mais real dessa situação, e dando voz aos movimentos de libertação africanos. Isso certamente colaborou, ao lado de muitas outras iniciativas, para que a descolonização pudesse se dar de modo acelerado.

Ao lado desses pontos, esta investigação em curso abre perspectivas futuras de pesquisa e novas possibilidades analíticas, especialmente em relação à circulação das obras, sua recepção, sua materialidade editorial e a constituição de redes transnacionais de edição política ligadas aos movimentos anticoloniais. Tais pontos envolvem a ampliação do recenseamento, ao lado de aprofundamentos sobre a circulação e a recepção das obras estudadas.

As experiências editoriais apresentadas mostram que o livro ocupou posição ativa nas disputas políticas em torno do colonialismo português. Sob censura e controle informacional, editoras, livros e redes de circulação transformaram-se em espaços alternativos de debate público, ampliando o acesso a interpretações críticas sobre guerra, autodeterminação e império.

Mais do que registrar acontecimentos, essas iniciativas colaboraram na construção de repertórios anticoloniais e contribuíram para deslocar os limites do debate público nos anos finais do Estado Novo e, posteriormente ao 25 de Abril, no período revolucionário do PREC.

O caso português nos ajuda, assim, a compreender a edição política como forma específica de mediação cultural e ação política, situada na intersecção entre livro, esfera pública e contestação colonial.

Referências bibliográficas

Abreu, Paradela. *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro*. Lisboa : Intervenção, 1983.

Barreto, António. “Mudança social em Portugal, 1960-2000”. Em *Portugal contemporâneo*, org. António Costa Pinto. 137-162. Lisboa: D. Quixote, 2005.

Beja, Rui. *A edição em Portugal, 1970-2010: percursos e perspectivas*. Lisboa: APEL, 2012.

Camacho, João. Entrevista por Flamarion Maués março, 03/03/2011.

Capela, José. *Moçambique pelo seu povo. Cartas à “Voz Africana”*. Porto: Afrontamento, 1971.

Capela, José. *O vinho para o preto*. Porto: Afrontamento, 1973.

Cardina, Miguel. Guerra à guerra. Violência e anticolonialismo nas oposições ao Estado Novo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 88 (2010): 207-231.

Cardina, Miguel. 2021. “Portugal: o retorno da guerra colonial”. Página eletrônica Errante, o Internacional fora do lugar. errante.blog/2021/08/12/portugal-o-retorno-da-guerra-colonial-por-miguel-cardina/

César, Felipa. “Notas sobre o fac-símile da publicação Cadernos para o Diálogo 2”. Em Aimé Césaire. *Discurso sobre o colonialismo*. Edição fac-similar. Berlim: Bom Dia, 2012.

Chartier, Roger. *A ordem dos livros*. Brasília: Editora da UnB, 1994.

Correia, Pedro Pizarat. “O processo de descolonização de Angola, do “25 Abril” ao “Alvor””, 2019.

Darnton, Robert. *Edição e sedição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

“Eanes processa jornalista por livro sobre massacres coloniais”. *Página Um*, 17 de setembro de 1976, n. 56, 1.

Habermas, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Hage, Julien. “François Maspero, éditeur partisan”. *Contretemps*, Paris, Les Éditions Textuel, n. 15 (2006): 104-111. <https://www.contretemps.eu/wp-content/uploads/Contretemps-15-52-55.pdf>

Hage, Julien. “Collections politiques et effets de sens: Littérature et politique dans les nouvelles maisons d'édition politique d'extrême gauche au cours des années 1960 et 1970”. *Cahiers du CRHQ*, n. 2, 33-53, (2010). <https://share.google/QR9clUmET5lvRVHB>

Leite, Pedro Pereira. “Mercadores de letras: Rumos e Estratégias dos Editores e Livreiros no Estado Novo”. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1998.

Loures, Carlos, e Manuel Simões. “Prefácio”. Em *Hiroxima: depoimentos de poetas portugueses sobre o flagelo atômico, no 20.º aniversário da destruição de Hiroxima e Nagasáqui*. 1-5. Tomar, Nova Realidade, 1967.

Loures, Carlos, e Manuel Simões. “Prefácio”. Em *Vietname: depoimentos de poetas portugueses sobre a agressão norte-americana ao Vietname*. 7-10. Tomar, Nova Realidade, 1970.

Matias, Augusto. “Entre o BAC e o CIDAC”. Em *A cor das solidariedades: pela justiça e equidade nas relações internacionais. 30 anos do CIDAC*. 21-26. Lisboa: CIDAC, Porto: Afrontamento, 2004.

Medeiros, Nuno. *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. ICS: Lisboa, 2010.

Medeiros, Nuno. “Editores e livreiros: que papéis de mediação para o livro?” Em *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, dir. Diogo Ramada Curto, 343-385. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2006.

Melo, Daniel. “‘Se cambian los tiempos, se cambia la voluntad’: edición, lectura y cambio cultural en el Portugal de los largos años sesenta.” *Cercles. Revista d’Història Cultural*, 21 (2018): 15-45. <http://revistes.ub.edu/index.php/cercles/article/view/cercles2018.21.1001/28050>.

Melo, Daniel. “Capitais ibéricas da resistência antiditatorial e anticolonialista: redes e cumplicidades no mundo da edição nos anos 1960-70”, *Catalonia* 27 (2020): 115-128. <https://crimic-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2021/01/crimic-catalonia-27.pdf>.

Ministério da Comunicação Social. *Portugal: liberdade é também vontade*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1975.

Moita, Luís. “Na origem do CIDAC, uma certa ‘cultura política’”. Em *A cor das solidariedades*. 55-59. Lisboa: CIDAC, Porto: Afrontamento, 2004.

Mollier, Jean-Yves. “Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX”. Em *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*, orgs. Eliana Freitas Dutra, e J.Y. Mollier, 259-274, São Paulo: Annablume, v. 1, 2006.

Movimento Democrático de Angola. *Massacres em Luanda*. Lisboa: África Editora, 1974.

“Nota do Editor”. Em *Guiné-Bissau: nação africana forjada na luta*, Amílcar Cabral, 7. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

Pereira, Luísa Teotónio, e Luis Moita. *Guiné Bissau, 3 anos de independência*. Lisboa: CIDAC, 1979.

Pereira, Luísa Teotónio. “Encruzilhada de solidariedades”. Em *A cor das solidariedades: pela justiça e equidade nas relações internacionais. 30 anos do CIDAC*. 27-54. Lisboa: CIDAC, Porto: Afrontamento, 2004.

Reis, António, org.. “Introdução”. Em *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Temas e Debates, 8- 9. 1996.

Rezola, Maria Inácia. *25 de Abril – Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

Ribeiro, José Antunes. Entrevista por Flamarion Maués, 02/02/2011.

Ribeiro, José de Sousa. Entrevista por Flamarion Maués, 24/03/2011.

Spínola, António. “Intróito”. Em *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia, 7-16, 1974.

Tamen, Pedro. “Comentário sobre o livro *História de Angola*. Selecção crítica da semana”. *Expresso*, Caderno Artes, Letras e Ciências, Lisboa, n. 112, 22 de fevereiro de 1975.

Torrego, Francisco Javier Davara. “La aventura informativa de Cuadernos para el diálogo.” *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 201 (2004): 201-220. <http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMP0404110201A/12595>.

Valloton, F. “Edition et militantisme”. Em *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*, orgs. L. Burnand, D. Carron e P. Jeanneret. Lausanne: Editions d’en bas, 212 - 213, 2007.

Vivo, Raul Valdes. *Angola: fim do mito dos mercenários*. Lisboa: África Editora, 1976.

Recebido: 07 de fevereiro de 2026

Aprovado: 06 de maio de 2026

Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.52135>

**A situação colonial, o 25 de Abril e a independência de São Tomé e
Príncipe: revisitar as histórias**

*The Colonial Situation, April 25th, and the Independence of São Tomé and
Príncipe: Revisiting the Histories*

*La Situación Colonial, el 25 de Abril y la Independencia de Santo Tomé y
Príncipe: Una Revisión Histórica*

Augusto Nascimento*

<https://orcid.org/0000-0002-1870-1986>

RESUMO: Nos anos 60, quando noutras colónias eclodiam insurreições, São Tomé e Príncipe pautava-se pelo imobilismo social e político. Dado o controlo das pessoas pelo regime policial, predominava o alheamento da política. O 25 de Abril e, depois, a arvorada “luta” constituíram uma mudança inesperada, não pelo previsível fim do colonialismo, mas pela alteração nas hegemonias locais e consequente mudança, aparentemente radical, de ideários políticos. Estas mudanças não se operaram sem tensões, nomeadamente em torno da independência do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Apesar da liberdade decorrente do 25 de Abril, o país nasceu com a imposição de uma hegemonia partidária, baseada, em nome do “povo”, na coação sobre os cidadãos. Neste texto, abordamos os derradeiros anos do colonialismo, o histórico da “luta” e, depois do 25 de Abril, o favorecimento do MLSTP pelas autoridades coloniais demissionárias. Em que medida a conjuntura internacional, a “luta” e as dissensões entre ilhéus após o 25 de Abril

* Investigador Principal com Agregação do Centro de História da Universidade de Lisboa. Licenciado em 1981, Mestre em 1992, Doutor em 2000. Obteve a Agregação em História Contemporânea em 2015. Professor de História de África na Licenciatura em Estudos Africanos e de Mestrado e Doutoramento em História de África na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Coordenador do projeto de publicação de Fontes para a História de África. Autor de artigos em revistas científicas e dos livros: *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe*; *Desterro e contrato*; *O sul da diáspora*; *A misericórdia na voragem das ilhas*; *Entre o mundo e as ilhas*; *O fim do caminho longo*; *Vidas de S. Tomé segundo vozes de Soncente*; *Atlas da Lusofonia. São Tomé e Príncipe*; *Histórias da Ilha do Príncipe*; *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial*; e *As tramas da política e a emancipação do saber histórico*. Coautor de *Ilha de Moçambique e Beira*. Tem como áreas de interesse a história política contemporânea de África e o desporto e lazer em África. Membro da Rede Internacional Desporto e Lazer em África. E-mail: augusto.nasci@edu.ulisboa.pt.

facetaram a independência do arquipélago? Que mudanças se adotaram com a independência? Quer constrangimentos e inércias lhe sobreviveram?

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; Colonialismo; Independência.

ABSTRACT: In the 1960s, while insurrections erupted in other colonies, São Tomé and Príncipe was characterized by social and political immobility. Given the control of the people by the police regime, political alienation prevailed. April 25th and, later, the declared "struggle" constituted an unexpected change, not because of the predictable end of colonialism, but because of the alteration in local hegemonies and the consequent, seemingly radical, change in political ideologies. These changes did not occur without tensions, particularly regarding the independence of the São Tomé and Príncipe Liberation Movement. Despite the freedom resulting from April 25th, the country was born with the imposition of a party hegemony, based, in the name of the "people," on coercion over citizens. In this text, we address the final years of colonialism, the history of the "struggle," and, after April 25th, the favoritism shown to the MLSTP by the resigning colonial authorities. To what extent did the international situation, the "struggle," and the dissensions between islands after April 25th shape the archipelago's independence? What changes were adopted with independence? What constraints and inertias survived?

Keywords: São Tomé e Príncipe; Colonialism; Independence.

RESUMEN: En la década de 1960, mientras estallaban insurrecciones en otras colonias, Santo Tomé y Príncipe se caracterizó por la inmovilidad social y política. Dado el control del pueblo por parte del régimen policial, prevaleció la alienación política. El 25 de Abril y, posteriormente, la "lucha" declarada constituyeron un cambio inesperado, no por el previsible fin del colonialismo, sino por la alteración de las hegemonías locales y el consiguiente, aparentemente radical, cambio en las ideologías políticas. Estos cambios no estuvieron exentos de tensiones, en particular en torno a la independencia del Movimiento de Liberación de Santo Tomé y Príncipe. A pesar de la libertad resultante del 25 de Abril, el país nació con la imposición de una hegemonía partidista, basada, en nombre del "pueblo", en la coerción ciudadana. En este texto, abordamos los últimos años del colonialismo, la historia de la "lucha" y, tras el 25 de abril, el favoritismo mostrado al MLSTP por las autoridades coloniales dimitidas. ¿En qué medida la situación internacional, la "lucha" y las disensiones entre islas tras el 25 de abril influyeron en la independencia del archipiélago? ¿Qué cambios se adoptaron con la independencia? ¿Qué limitaciones e inercias sobrevivieron?

Palabras clave: São Tomé e Príncipe; Colonialismo; Independencia.

Como citar este artigo:

Nascimento, Augusto. "A situação colonial, o 25 de Abril e a independência de São Tomé e Príncipe: revisitar as histórias". *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 64-87.

A situação colonial, o 25 de Abril e a independência de São Tomé e Príncipe: revisitar as histórias

Após anos de silêncio em que a única versão sobre o caminho para a independência era a ditada no relatório presente à assembleia extraordinária do partido único, Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP), realizada em 1978, desde os anos 90 cresceu a investigação sobre a independência assim como a ulterior trajetória de São Tomé e Príncipe. Hoje é variada a literatura, mormente sobre os meses que a precederam a independência. Restará sempre algo para descobrir e narrar, mas dir-se-ia difícil avançar algo de radicalmente novo.¹

Por ora, aflora uma questão: para além da influência direta dos enunciados do MLSTP sobre as versões surgidas aquando ou pouco depois da independência,² em que medida posteriores abordagens históricas foram contaminadas pelas narrativas do MLSTP? Aventa-se como imperiosa a descolonização do pensamento, mas não será menos importante a desconstrução crítica das inverdades do discurso histórico modelado pelas versões políticas dos supostos intentos emancipatórios (Nascimento 2021)? É certo que se constata a desvalorização das explicações históricas para o atual devir das vidas e para o giro do mundo. Contudo, até hoje, as narrativas históricas de antanho, mais ou menos verdadeiras ou voluntaristas, não deixam de ser um ponto de partida para explicações e juízos equivocados.

Na verdade, permanece em aberto a discussão dos contornos da independência e, bem assim, das mudanças e das continuidades entre o colonialismo e o regime político pós-independência, vividas e sentidas de forma distinta, quando não antagónica, por quem passou a mandar e por quem continuou a ter de obedecer. Não obstante os diversos textos sobre várias facetas do rumo do país (Eyzaguirre 1986; Seibert 1995 e 2001; Ceita 2008), importa problematizar a trajetória após a independência para medir o alcance das mudanças (desejadas?) ou avaliar as inesperadas continuidades a coberto das propaladas mudanças.

Em particular, está por aprofundar a relação entre os eventos da “luta” – que, inventada a destempo contra os colonos, na realidade, foi contra a liberdade de escolha dos são-tomenses – e os rumos, indubitavelmente inesperados e (inconfessadamente) indesejados para parte da população, do país independente.

¹ Cumpre destacar os trabalhos de Gerhard Seibert 1995 e 2001, de Armindo E. Santo 2008, de Carlos E. Santo 2012 e 2015, a que se somam memórias – mormente, as de Carlos Graça 2011, e Pires Veloso 2008, além de dois textos de descrição densa de Augusto Nascimento 2019. Cotejam-se também os testemunhos recolhidos por Laban 2002, e, dentre os publicados posteriormente, o de Filinto Costa Alegre 2010.

² Ver 1ª Assembleia do M. L. S. T. P, 1978.

Em parte, tal sucedeu porque a exaltação com a independência conviveu, quando não se mesclou, com o receio da ação dos putativos dirigentes, em resultado do que se caminhou para a outorga do poder ao MLSTP e se adornou a história: denominou-se de “luta” a militância dos exilados nos arcópagos internacionais, onde se obteve o reconhecimento de representante político do povo à margem da vontade do dito “povo”.

Nalguma medida, falar do processo de independência de há meio século implicará enunciar asserções à primeira vista paradoxais. Por exemplo, não se errará ao dizer que até ao dia 24 de abril de 1974, a maioria dos ilhéus não falava de independência, com que não sonharia. E, todavia, não se incorrerá num erro ao se afirmar que, no dia 12 de julho de 1975, a maioria apoiaria a independência. Porém, tal não quer dizer que todos apoiassem o MLSTP e a respetiva independência.

Antecipemo-lo, as vozes dissonantes acabaram silenciadas e, por isso, se as considerou negligenciáveis. Este processo não teve só implicações no plano político, porque, também a reboque da celebrada unanimidade, se teceu uma narrativa histórica.

Ainda no conjunto das afirmações paradoxais, repise-se que, sem embargo dos tonitruantes lemas panfletários contra o colonialismo e sobre a independência, a “luta” do MLSTP³ e da sua organização frentista – a Associação Cívica Pró-MLSTP⁴ – foi contra o próprio povo.⁵

Se se atender ao contexto da Guerra-fria e às várias decisões políticas na época, as considerações à primeira vista paradoxais ganham algum sentido. A bem da análise, perguntemo-nos se essas afirmações se tornam compreensíveis apenas por causa da ambiguidade do processo

³ Tratava-se de um pequeno grupo de exilados que reivindicava a independência do arquipélago. Em 1961, anunciou-se um Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe. Este grupo cindiu-se em dois em 1965. Em 1972, ultrapassadas divergências pessoais, esse pequeno grupo intitulou-se Movimento de Libertação e, subsequentemente, direção de um movimento que, em rigor, nunca desenvolveu uma constante e notória atividade política, nem tinha expressão nas ilhas. Porém, beneficiou do apoio dos movimentos de libertação das outras colónias portuguesas e, a espaços, do apoio de dirigentes africanos, mormente, de Bongo em 1974.

⁴ Mesmo depois do 25 de Abril de 1974, o pequeno grupo de exilados do MLSTP não se dispôs a retornar ao arquipélago. Na verdade, os exilados não queriam pôr à consideração dos seus conterrâneos quer as suas pessoas enquanto futuros mandantes, quer as suas ideias para a futura governação. Pretendiam negociar a independência, estribados, não no reconhecimento do “povo”, mas no direito dos povos colonizados à independência consagrado nas instâncias internacionais. Acabaram por adotar a sugestão de um governante português de criação uma “frente” que representasse o MLSTP, a Associação Cívica Pró-MLSTP. Esta foi corporizada por jovens estudantes politizados na metrópole, que, em nome do MLSTP, reivindicariam a independência, ao mesmo tempo que impediriam a escolha de qualquer outra moldura política para as ilhas.

⁵ Exemplo da contaminação dos historiadores pelas narrativas emancipatórias e anticoloniais, é interessante que não se tenha concedido a devida importância ao facto de as mudanças políticas se terem traduzido em coação sobre os ilhéus após a independência (décadas depois, Carlos E. Santo abordou com detalhe esse assunto, cf. Santo 2015). Talvez tal coação fosse de somenos para quem de fora exultava com o progresso da humanidade, mas não deixava de ser vexatória para as suas vítimas, na circunstância, não menos são-tomenses do que os verdugos, alguns deles acolitados por estrangeiros, quando não avassalados pelo medo desses estrangeiros.

de independência e pelo desconcerto de vários processos emancipatórios. Ou se, diferentemente, ganham sentido ou, pelo menos, pertinência pelo facto de as políticas do pós-independência não terem revertido as assimetrias coloniais e de as palavras dos independentistas terem significados diversos do que comumente se suporia?

Na realidade, à época, para além de denotarem uma pretensão emancipatória, os lemas e as palavras eram ambíguas. Aliás, a carregar na adjetivação, alvitrar-se-á que as palavras eram mais veículos de duplicidade do que instrumentos de entendimento do mundo e da emancipação, que eram mais veículos de acesso ao poder do que meios de construção de equidade entre os ilhéus.

Não se trata de enunciar juízos imbuídos de despropositado revanchismo, mas poderemos abdicar da dúvida para enunciar hipóteses explicativas do que se passou? Sem prejuízo da simpatia em relação a causas emancipatórias, importa não alijar o sentido crítico inerente a qualquer análise. Por exemplo, perante as políticas postas em prática após a independência, forçosamente emergem questões: quando se ouvia falar de independência, não estariam os dirigentes a falar, sobretudo, do seu futuro poder? Quando se falava de igualdade, a ninguém terá ocorrido pensar em sujeição?

À margem de posicionamentos políticos, parece estultícia não equacionar que o que subjazia às palavras dos dirigentes – para o que a sua consciência, sendo uma questão, importará menos – era a motivação do poder, não do abstrata e supostamente devotado à mudança social reparadora das chagas do colonialismo, mas do que lhes possibilitaria a modelação das vidas das pessoas e, podemo-lo supor, da índole dos concidadãos⁶ em nome de um futuro melhor, tal, afinal, a condição de aceitação e de legitimação do poder.

Na antecâmara do acesso ao poder, pretextou-se desapego face ao dinheiro. A proclamada (e inquestionada, também por ninguém estar em condições de questionar) renúncia ao dinheiro validava as palavras do desapego à riqueza, por que, ao invés, se norteara a exploração e a opressão colonial. Na época da independência, para a juventude que se denominava de revolucionária, existia algo muito mais apaixonante do que o dinheiro. Tal era a capacidade ou a possibilidade que tinham de modelar a natureza dos seus conterrâneos – libertando-os das supostas alienações colonialistas –, intento que justificava que se os privasse de outros desejos e horizontes que não os ditados pela juventude dita de “vanguarda” e revolucionária.

Num plano mais geral, não se trata só de rebater uma visão pelo que continha de teleológica. Por paradoxal que isso pareça, a independência revelou-se, afinal, o gérmen de uma deriva que,

⁶ Como o indica o intento de construção do ‘homem novo’ (Nascimento 2014), num certo sentido, uma prisão. O fito do ‘homem novo’ implicava a adoção de mecanismos de injunção e de contenção das “massas” e de orientação destas para a construção de um futuro ridente.

tentada à luz dos ideais da época, acabou por parecer negar todos os propósitos emancipatórios. Aqueles que se atreveram a predizer o futuro – em nome do qual impuseram uma dominação aos seus concidadãos – enganaram-se rotundamente, não apenas no tocante a consecução das metas económicas que propiciariam o bem-estar prometido aos seus concidadãos, mas também no tocante à inimaginável deliquescência e degradação do ambiente político e institucional.

Logo, tomar pelo valor facial as palavras dos ditos heróis e dirigentes, replicando-as, é como querer contar uma história que deveria ter acontecido⁷, mas que foi diferente. Aqui subjaz uma armadilha, a de ser incapaz de explicar as derivas – as mais das vezes, autoritárias ao invés de emancipatórias – por não se ser capaz de desvelar a duplicidade dos arautos dos lemas anticoloniais, como se, afinal, devêssemos continuar a crer, contra as evidências, numa imaculada evolução da história.

Em suma, são bastos os motivos para reflexões sobre a valia do conhecimento mobilizado para a interpretação da independência de há meio século e, inapelavelmente, da situação atual. Até em razão da relevância da independência, por nada devemos abandonar a reflexão crítica sobre o processo conducente à independência e sobre as respetivas consequências nos tempos subsequentes.⁸

Neste texto, em jeito de breve ensaio, revisitamos os derradeiros anos do colonialismo, o histórico da “luta” e, depois do 25 de Abril, o favorecimento do MLSTP pelas autoridades coloniais demissionárias.

Em que medida a conjuntura internacional, a “luta” e as dissensões entre ilhéus após o 25 de Abril facetaram a independência do arquipélago? Que mudanças se adotaram com a independência? Que estrangimentos e inércias lhe sobreviveram?

Os derradeiros anos do colonialismo

Para a formação da opinião das pessoas no período subsequente ao 25 de Abril – formação de opinião aqui entendida enquanto processo de adesão à independência que, parecendo exaltante,

⁷ Enquanto exemplo da história que deveria ter ocorrido, lembre-se que a quebra de rendimentos foi explicada pelas dificuldades da cotação internacional do cacau em inícios da década de 1980. Porém, não é dito que a queda da produção começara praticamente com a independência.

⁸ Sobre os legados e as continuidades no pós-independência, ver Nascimento 2013.

também era inevitável⁹ – importa entrar em linha de conta com ressentimento calado¹⁰ dos são-tomenses relativamente ao colonialismo, aos vexames implícitos à condição colonial e, também, a episódios odiosos, como o de 1953.¹¹

Em sentido contrário, importa igualmente sopesar as mudanças ocorridas nos derradeiros anos do colonialismo, as quais, implícita, mas automaticamente, se tinham instituído com uma fasquia de um conjunto de ambições a que os ilhéus se tinham passado a julgar com direito.

Relacionadas com o progresso, noção que se tornara consensual e que parecia nortear a evolução das comunidades humanas, o facto de essas mudanças terem ocorrido sobre o colonialismo não as diminuía, ainda que viessem a ser menoscabadas pelos dirigentes¹² que, de forma dúplice, delas usufruíam. A aceitação universal do progresso e do desenvolvimento era, aliás, razão acrescida para se esperar que a política independentista só pudesse ampliar a melhoria das

⁹ Também por isso tal horizonte se impôs como razão maior da adesão dos ilhéus que, adiante-se, não deixaram de permanecer subalternos, pois não seria a mera ausência de preconceitos racistas ou a barragem de lemas revolucionários que preencheriam a cidadania.

¹⁰ Eventualmente, tal ressentimento podia ter-se dissipado, ao menos em parte, dada a possibilidade de os desmandos de 1953 acabarem por ser atribuídos, não a um regime colonial, mas a um indivíduo maldoso, em conformidade com juízos comuns acerca da experiência da condição humana.

Afora a censura da ditadura colonial, a ocultação, em parte, do carácter opressivo do colonialismo podia resultar da ausência de um discurso de contradita à política do colonialismo e à respetiva visão sobre a evolução do arquipélago, que, em rigor, poucos atreveriam a prever fora do quadro do laço com Portugal.

Argumentar-se-á que este raciocínio é especulativo. Ainda assim, talvez valha como hipótese.

¹¹ Em fevereiro de 1953, na sequência de um crescendo de tensão criado pelo voluntarismo do governador Gorgulho, ocorreram perseguições a ilhéus, sobre o falso pretexto de intentarem ações subversivas. Em resultado do que ficou conhecido por “massacre de Batepá”, ocorreram dezenas de mortes. Muitos ilhéus foram presos e sujeitos a torturas, outros deportados. O clima de terror perdurou meses. Quando as autoridades em Lisboa se convenceram do sem fundamento das acusações aos ilhéus, removeram o governador.

A este propósito, repisaria que, sem estudos é muito difícil não ter senão intuições. Não obstante a crueldade colonial alardeada em 1953, não daria por adquirido que a memória de tais desmandos – a que indiretamente aludia a PIDE ao mencionar o feito esquivo dos são-tomenses – ressoasse permanentemente e com a mesma intensidade ao longo dos anos no quotidiano islenho, que mudou no ocaso do colonialismo. É possível até que entre os ilhéus diferenciados – os alvos preferenciais da inominável perseguição do governador Gorgulho – se tivesse esbatido a dimensão traumática desses eventos, que uma evolução voluntariosa da política colonial pretendia fazer esquecer.

Facto de importância a ponderar, em conversa com uma das vítimas, a revolta maior tinha por alvo, não as violências do colono, mas as dos dirigentes independentistas.

¹² É sabido, dada a incapacidade de prover bens básicos, os políticos independentistas vieram a considerar os desejos e as necessidades sedimentados nos anos pregressos como sintomas da alienação a serem alijados pelo ‘homem novo’ em construção. Porém, nada disto fora aventado durante o período de transição, quando a equação era simples, a saber, a de um vindouro bem-estar decorrente da repartição da riqueza até então extorquida pelo colono.

Falava-se em acabar com a exploração do homem pelo homem, mas não se dava a entender – aliás, pareceria um contrassenso que em resultado de uma política igualitária se viesse a passar por provações – que se teria de experimentar a privação de bens básicos.

As circunstâncias da vida quotidiana no pós-independência tornaram-se objeto de considerações em surdina ou à boca pequena. Já no espaço público, o único discurso sobre provações das pessoas era o oficial, veiculado através do único jornal e da oficiosa Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe.

condições de vida no ocaso do colonialismo. No curto espaço de tempo em que se forjara, entre 1974-1975, esta seria a expectativa para a independência.

Qual era a situação nos derradeiros anos do colonialismo? Contra a ideia da prontidão para a insurgência em reação à injustiça, dir-se-á que, quando noutras colónias eclodiam insurreições, São Tomé e Príncipe pautava-se pelo imobilismo social e político, o qual tornava a vida previsível. Naquele exíguo meio social, para além do imobilismo e da acomodação, prevaleceria o medo¹³, devido à presença da polícia política (doravante, PIDE) na sequência dos eventos de 1953.

A ditadura praticamente não precisava de o ser por causa do medo, poderoso modelador dos comportamentos inculcado pela PIDE (Nascimento 2015c)¹⁴. Do controlo do quotidiano das pessoas pelo regime policial resultava a preclara percepção da dificuldade de se empreender qualquer ação política. Qualquer intento de atividade política estava condenado a ser extirpado. Apesar de a PIDE ter em mente as ações da parte dos colonizados, os seus relatórios não atendiam menos à pose (contida) dos europeus, que, no máximo, se mostravam avessos à situação. Em suma, predominavam a acomodação – também por dificuldade de imaginar outra condição – e o alheamento da política¹⁵.

Os elementos do que se poderia considerar uma camada diferenciada de ilhéus não estavam para aventuras políticas e os escassíssimos jovens ilhéus licenciados, por muito que se mostrassem revolucionários em convívios estudantis na metrópole, uma vez regressados à terra esqueciam-se de tais propósitos e também se acomodavam.

Uma exceção, Gastão Torres, não se acomodou. Porém, abandonou a terra e regressou à metrópole, onde, apesar da ditadura, o controlo das suas ações e o eventual desespero com a impotência política seriam menores. Se os mais diferenciados – com a exceção de Alda do Espírito Santo e de Gastão de Alva Torres, além do caso distinto de Agnelo Salvaterra – se davam à duplicidade, como é que os de mais baixa condição social poderiam olhar o mundo de outra forma que não a da aquiescência à condição que tinham por natural?

Evidentemente, havia quem pensasse que o colonialismo ia acabar, mas não por força da ação dos ilhéus, antes por arrasto da evolução noutras colónias. Era o raciocínio certo numa circunstância em que tanto pesava o medo quanto laborava a acomodação.

¹³ Podemos dizer que o medo prevaleceria por força da memória dos eventos de 1953, traduzidos em prisões e mortes de dezenas ou centenas de pessoas. Porém, após a independência, por que razão existiria medo se não pela inculcação do mesmo medo pelo poder independentista?

¹⁴ A PIDE executara as prisões de 1965 em Lisboa e infundia medo.

¹⁵ Na verdade, não se julgava que a política pudesse ser um instrumento de mudança em São Tomé e Príncipe, também por ser difícil imaginar um outro horizonte para o arquipélago.

Não existiu luta estritamente considerada, tão pouco uma contumaz resistência passiva¹⁶ que não ocorreu apenas por ser difícil. Certamente por isso, mas também por os ilhéus não terem por que trocar a sua vida previsível, a que acresceriam melhorias nos derradeiros anos do colonialismo. Tal induzia acomodação¹⁷ que pautou esses anos.

O impacto do 25 de Abril

Antes do 25 de Abril, também por força da vigilância policial, não se falara do destino do arquipélago. Não se equacionava outra hipótese que a da condição colonial, que, ao tempo, não era nomeada, nem sentida por todos como tal. Com o que tinha de mistificação, a “pertença” a Portugal pretendia ser distinta de uma condição colonial. Não se suscitava outra hipótese que não a da pertença a Portugal, também pelas dúvidas referentes à viabilidade económica do arquipélago¹⁸.

Inopinadamente, após o 25 de Abril, a movimentação de rua dos jovens com lemas revolucionários aprendidos no meio universitário em Portugal trouxe uma solução dogmática e pretensamente irreduzível, a da independência “total e completa”, lema que, avente-se, teria tanto de imperiosa rejeição de neocolonialismo ou neoimperialismo¹⁹ quanto de adoção camuflada da via socialista ou comunista. Aquela rejeição era mais retórica do que política, atentas a relativa insignificância do valor económico em causa e a impossibilidade de tal deriva em função do arrastamento do colonialismo português. Só era política no sentido em que, parecendo eleger um inimigo no exterior – insistentemente referido como ameaça pendente – visava condicionar a liberdade de pensamento e de escolha política dos ilhéus, alguns deles vituperados e anatemizados por alegadamente renegarem o “povo”.

Por entre meias palavras e intentos inconfessados, se antes do 25 de Abril não se discutia a soberania portuguesa, cerca de dois meses depois não se discutia o direito à independência, não se podendo sequer escolher o regime político no pós-independência.

¹⁶ A PIDE equacionava qualquer facto como um possível ato subversivo, menos por receio fundado da ação dos ilhéus do que por zelo policial.

¹⁷ Dificilmente se poderá afirmar que a massiva participação popular nos festejos do V centenário da descoberta das ilhas em 1970 resultou da coação.

¹⁸ Por força desta dúvida, aventou-se a união com um país africano, ocasionalmente apresentada nos anos 60, mas depois abandonada. Provavelmente já nos anos 70, uma ilustre são-tomense terá dito que o arquipélago se poderia juntar a um país africano.

¹⁹ É provável que se argumentasse que se pretendia evitar a repetição dos casos de falhanço na África já independente, onde se perpetuavam das desigualdades económicas e sociais, não raro sob a tutela ditatorial. Não se nega que tal fosse um argumento gerador de um genuíno intento dos independentistas ilhéus. Mas, no arquipélago, o que é que o escorava? E, mais relevante, num ambiente pautado por lemas revolucionários, como separar a intenção de justiça e de igualdade, porventura genuína de vários independentistas, da concentração e manipulação do poder em detrimento dos cidadãos?

O 25 de Abril e, depois, a arvorada “luta” constituíram uma mudança inesperada, não pelo fim do colonialismo – que alguns ilhéus tinham imaginado ou previsto a partir dos eventos no continente –, mas pela alteração nas hegemonias locais e concomitante mudança, aparentemente radical, de ideários políticos e de visões do mundo.

Em meados de junho de 1974, a dita “luta” começou com a mobilização dos estudantes chegados de Lisboa em apoio do MLSTP²⁰. Segundo o credo militante dos jovens portadores da “boa nova”²¹, o direito à independência tinha de resultar de uma luta (Santos 2006)²².

Não existia um nexos causal que fizesse depender o direito à independência da luta por tal fito. Embora segundo os cânones por algum tempo adotados em círculos africanos, o direito à independência devesse ser conquistado pela uma luta²³ – que atestava a aspiração à independência e confirmava o direito –, acabou por se anuir a que a condição arquipelágica impedia da luta armada e, até, de qualquer forma de resistência, de que os ilhéus se apartavam. Os mais diferenciados apostavam na duplicidade, por exemplo, afetando “portuguesismo” na presença do governador. Tal facto não passava despercebido às autoridades coloniais que, reféns da própria duplicidade, se limitavam a registar a dos ilhéus como um comportamento atávico²⁴.

A destempo, mais do que visar derrubar o colonialismo – cujo fim se decidia nas guerras ou em fóruns internacionais em sintonia com lances de maior alcance geopolítico – ou prevenir arquiteturas políticas consideradas neocolonialistas, a “luta” inventada pelos jovens estudantes propunha a agitação contra o pregresso alheamento da política e, de forma inconfessada, intentava criar as bases de implantação de um regime dito revolucionário, de inconfessada vocação comunista.

Afora o efeito de empatia da agitação na metrópole, os jovens promotores da agitação nas ruas da exígua cidade de São Tomé tinham mais fogosidade e traquejo do que os ilhéus agrupados

²⁰ Alega-se que Spínola rejeitou a descolonização. Refere-se que até à lei nº7, de 27 de julho de 74 não havia um pronunciamento ou uma decisão favorável à descolonização. Mesmo depois da aprovação dessa lei nº7, também se poderia aduzir que não se mencionava o caso de São Tomé e Príncipe. Estes argumentos só em parte podem ser arrolados, porquanto, ao tempo, o desenrolar do processo político em Lisboa predizia a inevitabilidade da descolonização.

²¹ Esta foi a expressão usada para anunciar a alteração das circunstâncias da vida política nas ilhas.

²² Almeida Santos relembrou com acerto a exaltação revolucionária.

²³ Por exemplo, este considerando influenciou a produção historiográfica e outra acerca da evolução de São Tomé e Príncipe, mormente nos anos de 1974 e de 1975 e no período subsequente à independência.

²⁴ Após a independência, sob pressão política, muitos ilhéus retornariam à duplicidade no tocante ao apoio aos governantes.

na Frente Popular Livre²⁵ (doravante, FPL), que tenderia a preconizar uma federação ou associação com Portugal²⁶. Note-se, ao tempo, quaisquer decisões políticas mais cautelosas eram entendidas pelos jovens politizados como um compromisso política e eticamente inaceitável com o colonialismo.

Cumprir notar, malgrado a inusitada atitude de desafio às autoridades, a dita “luta” dos jovens apoiantes do MLSTP – que detinha o reconhecimento internacional como organização representativa do povo islenho, o que tinha mais de convencional do que de verdadeiro – só era possível pela antevisão da condescendência da autoridade colonial demissionária. A exaltação causada pelas ações de rua atemorizou e calou os adversários. Não se permitia a expressão de interesses particulares. O interesse individual ou de grupo, que não fosse enquadrável pela crença ideológica do MLSTP ou tolerado pelos dirigentes do MLSTP²⁷, era banido.

Também por estas circunstâncias – e pela contemporização das autoridades portuguesas, de súbito, apoiantes da independência –, tal desígnio passou a constituir uma aspiração para parte substancial da população que, pouco antes, não pensava em política, antes supusera ter nascido e ir morrer portuguesa.

Independentemente de um grupo de exilados reclamar a independência, esta chegou por arrasto e com a assistência do MFA (Oliveira 2014, 540). O 25 de Abril e a visão política emergente na metrópole suscitaram o favorecimento do MLSTP pelas autoridades portuguesas, cumprindo destacar dois vetores, o do pronunciamento dos militares em São Tomé em 1974 pela independência do MLSTP e o do papel do alto-comissário Pires Veloso, apostado em cumprir a

²⁵ A Frente Popular Livre foi criada na ilha de São Tomé após o 25 de Abril de 1974 por um pequeno grupo de ilhéus que desempenhavam cargos de responsabilidade subalterna. Na esteira do imobilismo político das décadas precedentes, terão achado na distinção da sua condição o fundamento para uma ação política moderada, conducente a uma sorte de autonomia do território a acordar com as novas autoridades portuguesas. Chegaram a publicar um pequeno jornal, mas era-lhes impossível deter o ímpeto da exaltante “luta” da juventude estudantil pela independência.

²⁶ Mais recentemente, veio a dizer-se que a FPL era pela independência. Na verdade, tenderia para uma solução federativa e, só depois, se veio a dizer pela independência.

À margem da aparente razoabilidade das cautelas no tocante à viabilidade económica do arquipélago, tem de se sopesar a hipótese de que a solução federativa seria aquela que garantiria àquela pequena elite tradicional uma posição vantajosa, dado o histórico de interlocução com as autoridades coloniais e a sua posição na administração estatal. Porém, esta elite não conseguiu sequer afirmar a sua proeminência, até pelo desinteresse das autoridades coloniais demissionárias. A solução federativa concitava repulsa e os jovens que estavam capazes de asseverar, sem a mínima dúvida, os ganhos infínitos da independência revolucionária.

Porém, tudo se revelaria distante do que se imaginava e ninguém parecia capaz de imaginar o que estava para suceder. Ou, se o imaginava, calava-se por medo do porvir.

²⁷ Alguns indivíduos tornaram-se militantes apenas por se declararem fiéis aos novos mandantes. A condição de militante suspendia qualquer processo judicial em curso contra quem assim fosse declarado.

missão de levar o arquipélago até à independência, norteados, sobretudo, pela preocupação de apaziguamento social e de evitar derramamento de sangue.

Neste ponto, e a respeito de visões históricas em tempo difusas, lembre-se que mesmo perante justificações aparentemente artificiosas, validadas apenas por serem aduzidas pelos atores históricos, se decantou uma narrativa história indiscutida, sintonizada com a versão do MLSTP. Baseados na incerteza política em Lisboa após o 25 de Abril, os do MLSTP aludiam ao perigo em que incorriam se regressassem à sua terra. Não obstante, importa perguntar por que é que o pequeno grupo do MLSTP não foi para São Tomé, nem mesmo após a lei de julho de 1974 ou a chegada de Pires Veloso, quando manifestamente os seus membros já não corriam nenhum perigo de vida?

Na verdade, o MLSTP não receava os efeitos das indecisões em Lisboa, que, afinal, se deveria supor serem de pouco efeito face à propalada disposição para a “luta”. O MLSTP receava que, em São Tomé, o reconhecimento internacional pudesse ser apoucado ou até ignorado pelos adversários políticos – eventualmente, companheiros de criação na rua ou, quiçá, pessoas mais velhas com alguma ascendência local – num confronto aberto e livre de diferentes posições políticas acerca do destino do arquipélago. Evidentemente, poderiam supor que não tal debate não seria assegurado com imparcialidade pela autoridade colonial demissionária. Ora, tal implicava aceitar algo de inconcebível, a saber, que os argumentos em prol da independência pudessem ser menos convincentes do que os de outra solução política. Ou, em alternativa, que os argumentos de manipuladores pudessem sobrepujar os seus, malgrado o facto de serem ditados pelo sentido da história.

O ganho politicamente útil não foi apenas o da imposição dos intentos encobertos do MLSTP, foi o facto de nem sequer se ter aventado ou apresentado qualquer outra possibilidade política. Se aos da FPL ou a quaisquer outros fosse dada a palavra relativamente ao destino do arquipélago, isso poderia relativizar a valia dos argumentos e dos intentos do MLSTP, valia que, em última instância, se apoiava na circunstância de o dito Movimento ter sido reconhecido nos areópagos internacionais como representante do povo islenho. Ora, apesar de enorme, a valia de tal instrumento político-diplomático podia não ter correspondência nos laços entre o grupo, MLSTP, e o dito povo.

A ida, em agosto de 1974, da delegação da FPL a Libreville, onde foi recebida pelos do MLSTP e, mais relevante, por Omar Bongo²⁸, mostrou aos da FPL que estavam sozinhos,

²⁸ Será difícil saber quais as motivações de Omar Bongo, entre as quais poderia contar o ganho de arrolar o apoio a um movimento de libertação, constituído, de resto, por pessoas que tinham estado sujeitas à sua tutela nos anos

porquanto, por entre eventuais equívocos e ambiguidades, até regimes de direita suportavam o MLSTP. O regresso a São Tomé já se fez na convicção da impossibilidade de se oporem ao MLSTP.

Nessa hora, a sua principal figura, Maria do Carmo, anunciou a dissolução da FPL. Com esse anúncio, consumou-se a mudança de ascendência social da débil elite “tradicional”²⁹, grosso modo constituída por funcionários subalternos, para os jovens da Cívica. Aquela pequena elite quedou tolhida perante o facto de a independência acarretar uma até então impensada alteração da hierarquia nas ilhas. Noutros termos, o pequeno grupo de famílias distintas, habituado a uma certa proeminência e acomodado à situação – aventando, se tanto, que a independência cairia de madura, pelo que não valia a pena fazer nada –, veio a ser arredado de qualquer partilha do poder e sujeito a ditames que, proclamados como revolucionários, foram certamente sentidos como vexatórios³⁰.

Noutros termos, o grupo dos ilhéus mais distintos foi ultrapassado pelos jovens que se tinham politizado nas universidades em Portugal e dos que, no exílio, tinham o tirocínio da frequência dos fora internacionais, mormente africanos, tendo obtido por força da conjuntura internacional e de empenhos políticos o reconhecimento de representantes do povo islenho.

A tensão resultante da agitação promovida pela Cívica cessou em março de 1975. Por sugestão e com a ajuda do alto-comissário Pires Veloso, a mise-en-scène de 19 desse mês arredou a fação mais voluntarista do MLSTP, a da Cívica³¹, que desqualificara os da FPL. Tal lance ratificou a entrega de poder ao grupo do MLSTP, supostamente mais moderado. Em rigor, antecipemo-lo,

precedentes. Não deixa de ser irónico que nos anos seguintes à independência, embora sem nunca assim ser enunciado claramente, Bongo fosse tido como uma ameaça. Já depois da independência, Omar Bongo viria a acolher Carlos Graça, ao tempo ministro, fugido do arquipélago para o Gabão, onde se voltou a exilar até ao dealbar do processo de abertura política.

²⁹ Compô-la-iam um círculo restrito de famílias, algumas das quais, sem embargo da acomodação à inexorável condição colonial, tinham memórias das lutas nativistas nas primeiras décadas de noventa.

³⁰ Conversei várias vezes com elementos da FPL, que narraram o desprezo que os jovens lhes votaram. Alegadamente, em Libreville ter-se-lhes-ia dito que se juntassem à Cívica, mas terão sido ignorados, quando não escurraçados por acomodaticios. Nas conversas, transparecia o ressentimento por esta prática, mas também a amargura de terem sido derrotados quando, afinal, estavam certos quanto ao rumo que São Tomé e Príncipe deveria ter tomado naquela época, como provava a circunstância de nenhum dos revolucionários continuar a defender a revolução e de alguns terem admitido, embora à boca pequena, que se deveria ter adotado outra solução política. A tristeza adivinha também do facto de São Tomé ter enveredado por um caminho que em tudo sonegava as promessas da independência. No limite, a tristeza adivinha de verem perpetuada a desigualdade, encimada por gente feita dirigente que não deixavam de considerar como política e tecnicamente desqualificada.

³¹ Porém, a diferença atinha-se à oportunidade do voluntarismo jacobino e à disputa – tão imaginada quanto eventualmente possível – entre fações de revolucionários. Todos, na Cívica como no MLSTP, concordavam com o propósito de mudar o modo de vida e a índole dos ilhéus.

Durante anos, a Cívica seria banida da memória dos são-tomenses, não tendo merecido uma palavra no discurso do dia da independência em que se referiu que a mobilização política, através de paralisações de trabalho e de manifestações, teria acelerado a abertura de negociações com o governo português, cf. Costa 1978, I, 67-68.

era ilusória a diferença entre a Cívica e o MLSTP, ambos embrenhados na negação da liberdade dos indivíduos em nome de um processo revolucionário pelo qual se prometia a igualdade.

Graças a circunstâncias históricas particulares – entre as quais, a do desempenho do alto-comissário –, o MLSTP teve a possibilidade de esconder ou mascarar o seu voluntarismo, desdobrado na supressão das liberdades, e a radicalização do seu programa, no essencial, já anunciado pela Cívica.

A contenção – sugerida pelo Alto-Comissário e acatada pelos do MLSTP a partir de abril de 1975, em tandem com a interdição de atividades políticas não autorizadas, em todo o caso, por inúteis porquanto o destino da independência estava traçado – acabou por ser interpretada como prova de maturidade para a assunção de responsabilidades na futura condução do país em contraste com o irrequietismo da juventude da Cívica publicamente humilhada no comício de 19 de março e, subsequentemente, banida.³² Nem todos os são-tomenses terão acreditado na bondade de propósitos dos putativos dirigentes que, numa reviravolta súbita e imprevisível, abominavam o comportamento dos jovens cívicos. Mas não tinham como expressar as suas dúvidas, nem como torná-las num questionamento das políticas futuras.

Quando, após o comício de 19 de março, a acalmia se impôs com o advento de uma independência imposta por um grupo restrito, aceitou-se como inevitável o que nunca se imaginara. O facto de a maioria dos ilhéus nunca ter imaginado o fim da soberania portuguesa laborou em prol da inevitabilidade da solução do MLSTP, confirmada, para não dizer ungida, pelo colonizador demissionário.

O refluxo da agitação foi bem acolhido pela população, que, cansada da exaltação revolucionária, aspirou a que os dirigentes do MLSTP se nortegassem por maior razoabilidade na condução do quotidiano. O grosso da população quis acreditar no uso morigerado da autoridade, afinal, um esteio universal de governo das sociedades.

Assim, por força desta transação forçada – acalmia no dia a dia em troca da independência do MLSTP –, apesar da liberdade decorrente do 25 de Abril, o país nasceu com a imposição de uma ditadura em nome do “povo”, desdobrada na coação sobre os cidadãos.

³² A atuação voluntarista dos jovens da Cívica gerou tensões sociais e criou clivagens entre o governo provisório e o alto-comissário. Perante um *bluff* do alto-comissário – o de abandonar as ilhas –, o secretário-geral do MLSTP resolveu então deslocar-se ao arquipélago para confrontar o alto-comissário e, supostamente, reafirmar a defesa da atuação dos jovens da Cívica. Porém, de um jantar entre o alto-comissário e Pinto da Costa saiu a decisão de realização de um comício para aferir a opinião popular. Devidamente orquestrados, os presentes desqualificaram os da Cívica. Pinto da Costa, entretanto ciente dos riscos para o seu futuro poder, falando na qualidade de secretário-geral do MLSTP, dissolveu a Cívica, humilhando, de caminho, os jovens que tinham pugnado pelo MLSTP.

Num certo sentido, e como sucedera nos casos de disputa de poder no seio ou entre os movimentos de libertação na hora da independência dita nacional, para os do MLSTP, a independência nacional, de todos, importava menos do que a independência, antes denunciada em vão como “familiar”, ou particular, por guindar um pequeno grupo ao poder. Era a independência associada ao poder a que importava ao MLSTP e ao seu “líder”.

Em rigor, o “povo” não creditara os do MLSTP para falar em seu nome. O MLSTP falava em nome do povo em razão de circunstâncias conjunturais e de concertações internacionais. E, todavia, a ter ocorrido uma eleição aberta, certamente os autointitulados dirigentes do MLSTP teriam sido escolhidos para dirigir o país. Porém, não se queriam sujeitar a um veredito popular, que apodavam de alienado, para ulteriormente não terem de lidar com quaisquer precedentes de expressão da vontade popular, que não fossem as suas palavras sobre os verdadeiros interesses do “povo”.

A independência

Aquando da independência, malgrado a alusão à alegria na Praça da Independência, as mudanças não se operaram sem tensões, nomeadamente em torno dos intentos do MLSTP. A (supostamente incontroversa) alegria popular na dita Praça poderia ser o mais rematado desmentido desta hipótese. Contudo, importa ponderar a possibilidade de que tal alegria fosse mais uma das facetas (só aparentemente) paradoxais e contraditórias dos desejos (e apreensões) no tocante à independência. Ou, tão-somente, da aspiração à liberdade, de imediato negada. Afinal, a exaltação com a independência não deveria equivaler a desejar a sujeição a uma nova uma nova ditadura.

Durante anos, embalados pelas menções ao “povo”, os estudiosos não acentuaram o que a independência imposta trazia de divisivo. Apesar da liberdade pressupostamente decorrente do 25 de Abril, o país nasceu com a imposição de uma ditadura, de imediato transmutada na coação, que a maioria das pessoas não queria.

Prosseguiu-se na senda divisiva, decretando-se uma “revolução” com que supostamente se honrava a pregressa “luta” e se almejava superar o subdesenvolvimento legado pelo colonialismo. Contudo, na prática, a “revolução” era uma injunção à obediência.

Por entre meias palavras, inescrutáveis em razão da conjuntura e, sobretudo, do poder, as diretrizes do MLSTP assentavam na privação das liberdades individuais. A despeito da liberdade – tão ampla quanto indefinida – reivindicada nas mensagens anticoloniais, a coberto das alusões à libertação do abominado colonialismo, os do MLSTP erigiram uma dominação política sobre os seus contrerrâneos. As liberdades individuais valiam pouco quando cotejadas com a liberdade do

povo e do território. A libertação do povo colonizado tornava-se num estribo para o acesso a um poder que permitia a dominação dos ex-colonizados pelos novos dirigentes.

Para os dirigentes do MLSTP, a independência representava um corte radical com o passado (Costa 2011, 46), um tempo novo, em razão do que demandavam o apoio dos conterrâneos para a nova política. Na falta de adesão, permitiam-se exigir obediência em nome dos superiores interesses do “povo”.

Ora, contra uma ilusão que, ao tempo, dificilmente se rebateria, o ambiente festivo na renomeada Praça da Independência não significaria necessariamente apoio aos estritos intentos do MLSTP ou, noutros termos, que a população almejasse um tempo novo tal qual o entendiam os dirigentes. As intenções destes não estavam necessariamente em sintonia com sentimentos dos são-tomenses, que decerto terão desejado o que se lhes prometia de novo, se, por isso, não tivessem de desdenhar as benesses dos últimos anos do colonialismo. Ora, tais conjecturas eram indizíveis.

Logo, mais decisiva para o curso das vidas do que a troca de hino e de bandeira foi a mudança de políticas protagonizada pelos jovens que acederam ao poder, apostando numa ideologia avessa ao capitalismo e, por consequência, na mobilização contra imaginados devaneios reacionários e derivas neocolonialista e neoimperialistas.

Sem embargo da independência – mudança de vulto que, inspiradora da coesão política e social, deveria a criar a devoção ao trabalho, prescrita na insígnia do país “Unidade, Disciplina e Trabalho” – a trajetória de parte crescente da população foi a de progressiva apartação dos desígnios dos mandantes, que, ao arrepio do palavreado ideológico, vincaram a sua diferença face aos conterrâneos. Substituíram-se os mandantes, mas não forçosamente um mando rígido, malgrados os referentes, o léxico e os lemas antagónicos aos dos colonos. Aliás, não se descarte a ideia de a cristalização da rigidez das relações políticas – expressa no rigoroso protocolo de Estado ou na interdição de pisar o passeio circundante do Palácio dito do Povo – ter a ver com o receio ou até a incapacidade de sustentar um debate sobre as derivas do mundo, razão, já mencionada, para se ter protelado o regresso do exílio durante o período de transição.

Ponderada a vasta amplitude do poder e dos horizontes a rasgar, proclamado o tempo novo, em que medida e por que moldes é que a ação política no pós-independência esteve condicionada pelo legado colonial?³³ A esta pergunta talvez faça sentido antepor os óbices apostos

³³ Esse legado considerado pernicioso foi desvalorizado no momento da independência, quando se quis crer que a adesão das pessoas superaria todos os escolhos. Ora, tal consideração era voluntarista por negar a realidade. Mas era voluntarista para que não se pudesse equacionar a viabilidade económica do arquipélago a partir do momento em que se anunciava uma via revolucionária, em virtude da qual se considerava que nenhum óbice deteria o engajamento e a vontade popular.

pelos próprios governantes. Apesar de mais tarde terem vindo a falar das dificuldades assumidas com a independência, será mais acertado dizer que, imbuídos da sobrançeria ideológica, os dirigentes quiseram confiar na ideia de que governar se basearia na alteração de signos e de denominações indutora de uma supostamente apelativa mudança da índole das pessoas, entrementes não mais alienadas e dispostas a um trabalho esgotante.

Hoje, como ao tempo, surpreende que se tivesse por adquirido que os são-tomenses se devotariam a um trabalho denodado, que supostamente tinham recusado ao colono, apenas por lhes ser indicado pelos dirigentes independentistas, que, tendo desdenhado por paternalistas os conselhos da autoridade colonial demissionária acerca da necessidade de trabalho, acabaram a coagir os seus concidadãos ao trabalho, por vezes denominado de voluntário. Em todo o caso, dada a apriorística razão dos dirigentes, comprovada pela independência e firmada sobre o poder, não se permitia a dúvida sobre a certeza das convicções dos dirigentes.³⁴

Atentas as novas roupagens ideológicas e o ganho da independência, a adesão das “massas” parecia garantida. Segundo a perspetiva voluntarista que tomava as intenções pelas palavras, em razão da mudança de lemas políticos, a ação política deveria ser participada e disseminar-se pela sociedade. Porém, o palavreado revolucionário mascarava a rigidez hierárquica e a supressão das liberdades, previstas nas leis, mas inobservadas, diferidas em nome da urgência da construção da igualdade e das bases de um futuro bem-estar.

Como se disse, mais do que pelo dinheiro, os jovens dirigentes pareciam fascinados pela circunstância de poder modelar a índole dos seus conterrâneos³⁵. Tal importava num regime político menos atido à substância e ao formalismo da lei e mais inclinado à injunção das pessoas à obediência e mais intrusivo da vida pessoais. Aos ilhéus, face a um poder crescentemente discricionário, restavam o escape da adesão dúplice e a fidelidade ou dependência pessoal.

Os novos mandantes beneficiaram do relativo isolamento das ilhas e da aparente falta de alternativa à situação sobrevinda após a independência. O hábito de acatamento da autoridade, decantado por décadas numa sociedade colonial imobilista, serviu aos novos mandantes, sobretudo

³⁴ Os novos dirigentes julgaram as suas demandas – com o seu quê de paternalismo – para maximizar os resultados do labor dos que continuavam a trabalhar nas roças mais eficazes do que os conselhos dos representantes da autoridade colonial demissionária. Apesar das diferenças de ênfase, não fugiam à lógica da injunção e, no limite, de coação, tendencialmente subjacente à relação laboral relativa ao trabalho da terra alheia. Anos depois da independência, por entre ameaças, chegariam as alusões ao desleixo e à indolência, qualificadas de alienação colonialista.

³⁵ Matéria instigante, atento o essencialismo subjacente à hoje corriqueira reclamação de uma identidade irreduzível, cujas implicações não se equacionam com detalhe.

enquanto não faltaram moral e eficácia ao veio autoritário. A ruína económica e a privação generalizada de bens básicos vieram a causar o deslocamento dos intentos repressivos.

Alteraram-se os motes ideológicos³⁶, mas não o conservadorismo dos costumes e o acatamento da autoridade. A soberania não era mais alheia, mas nem por força do fim do colonialismo as vidas se tornariam mais livres, a avaliar, por exemplo, pela menor latitude de decisão própria sobre a vida pessoal.

Notas finais ... por fim, na senda da história do que foi em vez da que deveria ter sido?

Pelo facto de o colonialismo ser odioso teria de se aceitar como benigna a dominação que o substituiu³⁷. Apesar de parecer quase uma blasfémia, a dúvida só assim se afigurará a quem estiver disposto a replicar profissões de fé e a crer nas boas intenções dos militantes independentistas, prescindindo de escrutinar a quase imediata refração dessas intenções, desdobradas em práticas que as contradiziam, instaurando uma nova dominação.

Há décadas, a narrativa socialista – ou o marxismo-leninismo que, na sua versão banal, no arquipélago, se resumia ao credo no partido único³⁸ e à respetiva valia para lograr o desenvolvimento económico ou, quando assim não fosse, para enquadrar as “massas”, isto é, para as manter crenes em futuros ridentes³⁹ – constituía um magma cultural influente por força do abrangente clima de afrontamento geopolítico, abrangência que muitos dos particularismos ideológicos de hoje parecem não querer sequer sopesar. Essa prevalência da narrativa socialista esfumar-se-ia em anos, mas, em meados da década de 1970, era replicada nas interpretações da história e do destino de São Tomé e Príncipe e do mundo. Por causa disso, amiúde narrava-se uma

³⁶ Em jeito de hipótese para ulteriores investigações, assinala-se que, baseada no valor facial das palavras e na condescendência relativa aos objetivos a alcançar, a fé nas intenções dos dirigentes independentistas seria certamente maior entre estrangeiros do que entre os ilhéus. Para o juízo do comum dos ilhéus não era indiferente o conhecimento da personalidade daqueles que os governavam. Já as análises do exterior tendiam a ater-se às palavras e aos resultados, ainda assim adornados pelos argumentos relativos ao ónus da perniciosa herança do colonialismo.

Deixo a nota de que, ao tempo, indagar o curso dos sentimentos era impossível, tanto por a crença ideológica que enfermava as análises vetar por absurda a falta de sintonia entre os dirigentes e o povo recém-libertado, quanto por ser impossível uma inquirição, simples que fosse, da opinião das pessoas. Assim, a fonte de interpretação dos sentimentos populares foi a interação que, a espaços, abriu a oportunidade para a expressão da dissensão ou, tão só, da dúvida.

³⁷ Deixo nota do desconforto de políticos do regime de partido único quando, anos volvidos sobre o seu fim, se o denominava de uma ditadura. Julgo compreender o desconforto suscitado por um juízo alheio, de quem, sendo estrangeiro, não teria autoridade para avaliar tempos em que alguns agiram, segundo criam, em nome do bem do povo.

³⁸ Em termos simplistas, para Michel Cahen, não foi por causa do marxismo-leninismo que se adotou o partido único, antes foi pela necessidade de se ter o partido único enquanto instrumento de dominação que se perfilhou o marxismo-leninismo.

³⁹ A crença no marxismo atinha-se à promessa de nele se fundar um modelo de que supostamente traria maior justiça ainda que à custa de menor liberdade, cf. por exemplo, Gellner 1995, 47.

história anunciada – comprovada, aliás, pelo fim do colonialismo – que inexoravelmente deveria vir a suceder.

Mas não aconteceu.⁴⁰ Aliás, muito do que se prometia ser diferente se manteria igual ou mudaria para pior. Não se gerou um processo revolucionário, antes se decretou uma “revolução”, que, ao invés de suscitar uma efervescência revolucionária, se pretendeu cingida a uma mudança nominal dos fins do homem, conducente ao acatamento da autoridade do novo chefe.

Prevaleceu um jeito de governar – adotou-se um jeito de paternalismo autoritário⁴¹ – que, malgrado as diferenças de léxico, tinha aspetos em comum com a governação colonialista, baseada na autoridade providencial do governador.

Já depois da independência, não obstante a suposta participação das massas nas decisões políticas – em rigor, na encenação da tomada pública de decisões já tomadas –, o exercício relevante da ação política era o do chefe, dito “líder”, pessoa presumidamente sabedora e capaz da condução dos outros, subalternos apesar de nominalmente cidadãos, para cujo bem se presumia que governava e, logo, mandava. Não obstante o aparente antagonismo entre os referenciais ideológicos da situação colonial e os do pós-independência, o paternalismo e a autoridade, que não raro se transmudava em autoritarismo ou em discricionariedade, mantinham-se presentes.⁴²

Sem risco de erro, dir-se-á nos eventos coloniais, no comício de 19 de março de 1975 e nas proclamações e ações dos independentistas, o paternalismo estava presente, nesta última circunstância, de forma evidente, por exemplo, nas alusões à interpretação dos verdadeiros interesses dos trabalhadores pela força dirigente. E quando, em razão da retórica e dos ideais

⁴⁰ Recentemente, a desilusão com a independência ou, mais exatamente, com a usurpação da independência veio a ser tacitamente associada a intentos políticos avessos aos do MLSTP. Como que carreando as queixas de imensa maioria de jovens desapossados de bens e de futuro, tais intentos anunciaram-se como frontalmente contra os “país” da independência. Numa lógica declaradamente litigante, a usurpação das promessas e o descaso pelo povo são, por vezes, enviesadamente lembrados por locuções agressivas e parciais, como, por exemplo, as relativas aos “colonos negros”, com que se insinua, de forma também panfletária, uma outra versão do pós-independência.

⁴¹ Expressão sintética de Michel Cahen na conferência “Do Partido Único ‘Marxista-Leninista’ ao Partido Hegemónico Neoliberal: cinquenta anos de paternalismo autoritário em Angola e Moçambique”, a 11 de novembro de 2025, no ISEG, Lisboa.

Trata-se de uma noção útil para caracterizar a tentativa de condução política, assente na promoção da adesão ao chefe baseada na crença na benignidade dos fins políticos e, embora menos explicitamente, na expectativa de proteção decorrente da lealdade ou da condição de cliente.

⁴² À época, não seria difícil encontrar compreensão nas análises ditas de esquerda sobre tal tipo de condução política, supostamente atinente à construção das nações. Tal visão da esquerda, de alguma forma veiculando uma espécie de fraqueza moral pelos pecados pregressos do colonialismo, tinha o seu quê de paternalista. Aderindo ao valor facial das palavras dos dirigentes independentistas, aceitava-se, com naturalidade, a razoabilidade da proibição de greves em países onde as políticas intentavam criar a igualdade. Tal só era possível, ignorando, em consonância quase apriorística com o palavreado dos dirigentes, a diferença entre os privilégios destes e as provações daqueles a quem se prescrevia como destino continuar a trabalhar e a obedecer.

revolucionários, não devesse ser esta a relação entre os dirigentes revolucionários e o “povo” e, em particular, os trabalhadores, que deviam ser politicamente ativos, não era, em todo o caso, de paternalismo que se tecia a relação entre os novos dirigentes e os governados?

Afinal, e por não se tratar apenas da deriva do arquipélago, talvez importe ponderar que a frequência com que processos de intenções emancipatórias se transmudam em novas dominações é demasiada para se poder imaginar e acalentar como credível qualquer arremedo de teoria emancipatória ou para se prescindir de uma análise crítica dos processos (ditos) de libertação e de intenções emancipatórias.

Sem surpresa, muitas das promessas de emancipação foram esquecidas. Daqui vem a perspectiva de uma história que devia ter acontecido e que elege como objeto de pesquisa enviesada e distorcida as razões pelas quais a história anunciada ou prescrita não se concretizou – aprioristicamente, em razão de um qualquer poder fático –, ainda assim mantendo convicção da certeza das ideologias e dos lemas outrora arvorados.

Não raro, as narrativas enredaram-se nos liames da reverência perante vultos históricos e abdicou-se do escrutínio crítico em nome de putativos ganhos, que, viciosamente, se traduziram em denegações dos processos emancipatórios. Justamente, não raro a troca de princípios e valores pela necessária conquista de um bem maior é o estribo de ulteriores dominações, em gestação no próprio ato emancipatório, como foi o caso da independência de há meio século.

Operou, e ainda opera, um efeito de empatia pelas verdades de conjuntura da independência na análise da trajetória de países recém-libertados, cuja construção se presume em andamento, quando, na verdade, se observa a incessante deterioração da coesão política e social. Não será por acaso que não se estabelece um tempo apropriado à avaliação dos resultados, o que, afinal, não denota senão uma descrença inconfessada. Acresce o facto de, ao menos implicitamente, as promessas terem sido formuladas para o imediato.

Entretanto, a despeito de ilusões e esperanças em futuras correções – desde a adoção da democracia representativa até às imaginadas arquiteturas políticas talhadas para as recém-descobertas idiossincrasias, a que acresce a remanescente fé no virtuosismo de pensamentos de políticos africanos heroicizados – cristalizaram défices políticos e institucionais que não permitem vislumbrar, bem pelo contrário, a reversão dos danos na confiança política e na coesão social.

Ao tempo da independência, era imensa a certeza acerca do futuro e do acerto das soluções políticas adotadas de acordo com o sentido da história. Essa convicção era tanto maior quanto patente era a superficialidade das formulações ideológicas. Entre elas, as dos credos que

dispensavam, por exemplo, considerar a idiossincrasia das pessoas ou do “povo”, que tanto se evocava e em nome do qual tanto se falava.

O caso do arquipélago é interessante por supostamente poder ser isolado – tal a premissa dos dirigentes logo após a independência⁴³ –, à guisa de um experimento laboratorial, porquanto, embora arcando com a dificuldades da insularidade e de escala, beneficiava da inexistência de escolhos observáveis noutros territórios.

A deriva do arquipélago tornou-se particularmente significativa porque, mais do que noutros casos, o processo histórico, poupado a contingências perturbadoras – por exemplo, beneficiava da intentada filtragem de alienantes influências externas –, parecia apenas dependente do denodo militante e da autenticidade revolucionária, a que ninguém, comprometido com o bem do povo, se podia furtar. Ora, induzidos pela sobrançeria outorgada pela ideologia⁴⁴ e movidos pela convicção de residir no desenvolvimento económico a razão da adesão política, os dirigentes cometeram dois erros equiparáveis aos que se imaginam enformar (e enfermar) as análises externas⁴⁵, a saber, ter como inelutável o destino da história de que se consideravam intérpretes e ter, na esteira dos preconceitos coloniais, por retrógrado, ou alienado, o modo de vida dos seus concidadãos.

Seja pelo fosso entre as histórias prescritas e as derivas efetivas das sociedades, seja pela exigência de um olhar mais sofisticado acerca dos liames e das liberdades, por um lado, e das continuidades e mudanças, por outro, será maior a obrigação de refletir sobre as razões pelas quais não se caminhou no sentido apontado, em nome do qual – ao mesmo tempo que se falava do valor supremo da independência – se exigiram sacrifícios às pessoas, a que, sem surpresa e ainda que a despeito da prometida igualdade, os dirigentes se eximiram...

Referências bibliográficas:

1ª Assembleia do M. L. S. T. P. *Relatório do Bureau Político*. s. l.: 1978.

Alegre, Filinto Costa. 2010. “Associação Cívica – Movimento de Libertação”. <http://www.telanon.info/suplemento/entrevista/2010/07/12/4740/associacao-civica-movimento-de-libertacao/>.

⁴³ Na realidade, não muito distinta da presunção de quem do exterior, com arrogância, julgava simples a interpretação e, até, a governação de uma sociedade micro insular.

⁴⁴ Um credo cuja leitura verdadeira era a do oficiante, na circunstância, o chefe, cuja palavra era insuscetível de contradita.

⁴⁵ Ao tempo, dada a indisputada prevalência da ideologia, escasseava o espaço para noções aparentadas à da descolonização do pensamento ou que implicasse, por exemplo, análises segundo abordagens epistemológicas distintas das sugeridas pela luta ideológica e política que pautava o mundo.

Alva, Leonel Mário de. *O Meu percurso. Génese de uma nação no centro da terra*. s. l.: Rosa de Porcelana, 2024.

Bondoso, António. *Escravos do paraíso - Vivências de S. Tomé e Príncipe*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2005.

Ceita, João Guadalupe Viegas de. *O Memórias e sonhos perdidos de um combatente pela libertação e progresso de São Tomé e Príncipe*. s. l.: s. ed, 2012.

Costa, Manuel Pinto. *Discursos*. São Tomé: Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, 1978.

Costa, Manuel Pinto. *Terra firme*. Porto: Afrontamento, 2011.

Cruz, Carlos Benigno. *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Lisboa: Moraes Editores, 1975.

Esboço histórico das ilhas de S. Tomé e Príncipe. S. Tomé: Imprensa Nacional, 1975.

Eyzaguirre, Pablo. "Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa". Tese de doutoramento, Yale University, 1986.

Fernandes, Manuel Vaz Afonso. "Os imbróglios das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991". Dissertação de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra, s. d.

Gellner, Ernst. *As condições da liberdade*. Lisboa: Gradiva, 1995.

Graça, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. Lisboa: UNEAS, 2011.

História das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Porto: edição de N. Oliveira, 1974.

Laban, Michel. *São Tomé e Príncipe. Encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

Medeiros, Tomás. *Quando os cucumbas cantam*. Lisboa: Althum.com, 2016.

Nascimento, Augusto. "Os dividendos do autoritarismo colonial: o impacto e a manipulação do legado colonial na configuração do pós-independência em São Tomé e Príncipe". Em *Democracia, ditadura. Memória e justiça política*, org. Irene Pimentel e Maria Inácia Rezola, 259-282. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

Nascimento, Augusto. "São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra". *Anuário Antropológico*, 40, n. 1 (2014): 133-163.

Nascimento, Augusto. "A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)". *Estudos Ibero-Americanos*, 41, n. 1 (2015a): 58-78.

Nascimento, Augusto. "A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe". Em *O Adeus ao Império, 40 anos de independências*, org. Fernando Rosas, M. Machaqueiro e P. Aires Oliveira, 175-190. Nova Vega, 2015b.

Nascimento, Augusto. "Alda do Espírito Santo: a distinção social, a militância política e a tristeza". *Africana Studia*, n. 24 (2015c): 177-202.

Nascimento, Augusto. “A farsa da tropa nativa na transição para a independência em São Tomé e Príncipe”. *TEL. Revista tempo, espaço, linguagem*, 7, n. 2 (2016): 233-273. <http://dx.doi.org/10.5935/2177-6644.20160025>.

Nascimento, Augusto. “O 25 de Abril, a efêmera liberdade e a precocidade do medo em São Tomé e Príncipe”. Em *Depois dos cravos, liberdades e independências*, org. Leandro Pereira Gonçalves e Marçal de Menezes Paredes, 101-156. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2017.

Nascimento, Augusto. *São Tomé e Príncipe. As tramas da política e a emancipação do saber histórico*. São Tomé: BISTP, 2019.

Nascimento, Augusto. “A “luta” e as (in)verdades de conjuntura, a independência de São Tomé e Príncipe e a amputação das liberdades dos são-tomenses”. *Tempo e Argumento*, 13, n. 34 (2021): 1-30. <https://doi.org/10.5965/2175180313342021e0105>.

Oliveira, Pedro Aires. “O ciclo africano”. Em *História da expansão e do império português*, org. João Paulo Oliveira e Costa, José Damião Rodrigues e Pedro Aires Oliveira, 341-545. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

Santo, Armindo Ceita Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

Santo, Carlos Espírito. *O nacionalismo político são-tomense*, 2 vols. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

Santo, Carlos Espírito. *A primeira república*, 2 vols. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

Santos, António de Almeida. *Quase memórias*, 2 vols. Cruz Quebrada: Casa das Letras / Editorial Notícias, 2006.

Seibert, Gerhard. “A política num micro-estado. São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos”. *Lusotopie* (1995): 239-250. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/seibert.pdf>.

Seibert, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega, 2001.

Silva, Otilina. *Cores e sombras de S. Tomé e Príncipe. Ecos da terra do ossobó*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

Silva, Otilina. *São Tomé e Príncipe. Ecos da terra do ossobó*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

Silva, Otilina. *S. Tomé e Príncipe. Ecos de ontem e de hoje*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

Tiny, Carlos. 2015. “O papel da Associação Cívica na luta pela independência”. <http://www.telanon.info/destaques/2015/07/14/19652/o-papel-da-associacao-civica-pro-mlstp-na-luta-pela-independencia/>.

Torres, Gastão. 2012. “Associação Cívica – Pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe”. <http://www.telanon.info/suplemento/opinioao/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/>.

Veloso, Pires. *Vice-Rei do norte. Memórias e revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008.

Young, Crawford. “The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing Africa political dynamics”. *African Affairs*, 103, n. 410 (2004): 23-49.

Recebido: 28 de fevereiro de 2026

Aprovado: 03 de agosto de 2026

Dossiê: Para além do 25 de Abril: transações políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51333>

**Emigração e subversão da ordem:
o exercício do “direito de fuga” no Estado Novo português**

*Emigration and the subversion of order:
the exercise of the “right to escape” in the Portuguese Estado Novo*

*Emigración y subversión del orden:
El ejercicio del “derecho de fuga” en el Estado Novo portugués*

Marina Simões Galvanese¹

<https://orcid.org/0000-0001-5592-6554>

RESUMO: Este artigo aborda um fenômeno muitas vezes negligenciado pelos trabalhos que tratam do 25 de abril e da queda da ditadura em Portugal: a emigração. Longe de ser uma novidade inaugurada no Estado Novo, a partida de portugueses rumo ao exterior atingiu níveis inéditos entre as décadas de 1960 e 1970. Milhares de pessoas abandonaram o país à revelia das leis, escancarando as contradições do regime e evidenciando o descontentamento com as condições de vida a que estavam sujeitas e com a guerra na África. Os mecanismos até então utilizados pelo regime para conter o incômodo e os inconvenientes provocados pelos sujeitos emigrantes mostraram-se ineficientes perante um êxodo que subverteu a ordem salazarista e adquiriu contornos de um movimento social, que contribuiu para erodir um regime caduco. A partir da reflexão em torno do incômodo provocado pelo i/emigrante e do lugar bastardo por ele ocupado, proposta por Pierre Bourdieu (1998) e Abdelmalek Sayad (1998), e da ideia de direito de fuga, elaborada por Sandro Mezzadra (2010), este texto visa (i) compreender como, no regime salazarista, os sujeitos emigrantes foram pensados e captados em função dos “problemas” que causavam; (ii) examinar como autoridades do regime buscaram domesticar o incômodo provocado pelo emigrante; (iii) observar as consequências políticas de um fenômeno social que escancarou as contradições do salazarismo. Para tanto, serão mobilizadas fontes produzidas no e pelo Estado Novo, coletadas no

¹ Marina Simões Galvanese é Doutora em História pela Universidade de São Paulo e realiza pesquisa de pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Contato: marina.galvanese@gmail.com.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no Arquivo Histórico Diplomático e na Biblioteca Nacional de Portugal.

Palavras-chave: Salazarismo. Emigração. Políticas Emigratórias.

ABSTRACT: This article analyses a phenomenon often neglected in the scholarship on the Carnation Revolution and the fall of the Portuguese dictatorship in Portugal: the emigration. Far from being a novelty inaugurated under the Estado Novo, the departure of Portuguese citizens to foreign countries reached unprecedented levels in the 1960's and 1970's. Thousands of people left the country in defiance laws, thereby openly exposing the regime's paradoxes as well as their dissatisfaction with living conditions in Portugal and with the continuation of the war in the African colonies. The strategies previously put in place to contain these disruptive and inconvenient emigrants were no longer sufficient to stem an exodus that subverted the Salazarist order and evolved into a social movement, contributing to the erosion of an obsolete regime. Drawing on Bourdieu (1998) and Sayad's reflections (1998) on the inconvenience caused by migrants, as well as on the notion of the “right to escape” developed by Mezzadra (2010), this article seeks to (i) examine how the Salazarist regime perceived emigrants in light of the problems they posed; (ii) analyze how Portuguese authorities attempted to minimize the inconveniences caused by emigration; (iii) observe the political consequences of social phenomenon that laid bare the paradoxes of Estado Novo. The article draws on sources produced by and within the regime, collected at the Portuguese National Archive of Torre do Tombo; in the Historical Diplomatic Archive and at the Portuguese National Library.

Keywords: Salazarist regime. Emigration. Migration Policies.

RESUMEN: Este artículo analiza un fenómeno a menudo descuidado por la historiografía sobre la Revolución de los Claveles y la caída de la dictadura portuguesa: la emigración. Lejos de ser una novedad inaugurada durante el Estado Novo, la salida de portugueses hacia países extranjeros alcanzó niveles sin precedentes en las décadas de 1960 y 1970. Miles de personas abandonaron el país en desafío a la legislación vigente, exponiendo así de manera abierta las paradojas del régimen, así como su descontento con las condiciones de vida en Portugal y con la continuación de la guerra en las colonias africanas. Las estrategias previamente implementadas para contener a estos emigrantes perturbadores e inconvenientes ya no fueron suficientes para frenar un éxodo que subvirtió el orden salazarista y se transformó en un movimiento social, contribuyendo a la erosión de un régimen caduco. A partir de las reflexiones de Pierre Bourdieu (1998) y Abdelmalek Sayad (1998) sobre las incomodidades provocadas por los migrantes, así como de la noción de “derecho de fuga” desarrollada por Sandro Mezzadra (2010), este artículo se propone (i) examinar cómo el régimen salazarista percibió a los emigrantes en función de los problemas que planteaban; (ii) analizar cómo las autoridades portuguesas intentaron minimizar las incomodidades provocadas por la emigración; (iii) observar las consecuencias políticas de un fenómeno social que puso al descubierto las contradicciones del salazarismo. El artículo se basa en fuentes producidas por y dentro del propio régimen, recopiladas en el Archivo Nacional de Torre do Tombo, el Archivo Histórico Diplomático y la Biblioteca Nacional de Portugal.

Palabras clave: Salazarismo. Emigración. Políticas emigratorias.

Como citar este artigo:

Galvanese, Marina Simões. “Emigração e subversão da ordem: o exercício do ‘direito de fuga’ no Estado Novo português”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 88-114.

Introdução

A efeméride dos cinquenta anos da Revolução dos Cravos convidou historiadoras, historiadores, analistas sociais e cientistas políticos a revisitar temas como as direitas na consolidação autoritária; as características do regime salazarista; os exílios políticos; os movimentos independentistas nas colônias portuguesas na África; o Movimento das Forças Armadas; a transição para a democracia, dentre outros tantos. Este texto, escrito também a propósito da efeméride, traz para o primeiro plano um movimento aparentemente desvinculado dos acontecimentos daquele 25 de abril de 1974 e dos que se seguiram à derrubada do regime.

O texto trata do movimento de milhares de portugueses que se recusaram a viver na “pobreza honrada” valorizada por Salazar, que se negaram a partir como colonos para Angola ou Moçambique e a pegar em armas para defender o império português: os emigrantes. O artigo mostra que a emigração assumiu proporções políticas que, possivelmente, não foram vislumbradas pelos sujeitos migrantes, que buscavam uma solução imediata às dificuldades que vivenciavam diuturnamente, as quais, evidentemente, tinham raízes sociopolíticas mais amplas. O artigo reforça, portanto, a ideia de que os emigrantes votavam “com os pés” contra o regime.

Dito de outra forma, o texto aborda aquelas e aqueles que exerceram o que o filósofo italiano Sandro Mezzadra (2010) chamou de “o direito de fuga”. O autor sugeriu rever a forma como as migrações são correntemente abordadas, seja pelas ciências sociais, seja pelos veículos de comunicação, que tratam os sujeitos migrantes como objetos desprovidos de agência, repelidos pelos países de origem e atraídos pelos países de destino. Sem negar os fatores estruturais e as desigualdades que compõem o pano de fundo desses deslocamentos, Mezzadra propõe pensá-los a partir do “direito de fuga”.

A fuga, como pontuou o autor, costuma estar associada à traição e à covardia, noções antipatrióticas que levantam suspeitas. Porém, ela evoca também a aventura, a recusa da banalidade, podendo ser entendida como uma via privilegiada de acesso à subjetividade, à liberdade, à autonomia e à independência. Ao pensar as migrações a partir da ideia de fuga, Mezzadra enfatiza o protagonismo do sujeito migrante que, como o fugitivo, vislumbra para si um outro destino e elabora uma estratégia para sair da situação em que se encontra e construir um novo futuro.

Enxergando os deslocamentos migratórios como resultado da recusa do presente e do desejo de transformação, o filósofo desvenda o poder e o cariz iminentemente político das migrações. Nessa perspectiva, as migrações emergem como um verdadeiro movimento social com potencial transformador.

Entender as migrações como movimento social é compreendê-las como uma forma de recusa e subversão da ordem vigente. No prefácio que redigiu para o livro de Abdelmalek Sayad *A Imigração e os Paradoxos da Alteridade*, Pierre Bourdieu sugeriu que os sujeitos desse movimento constituem uma existência incômoda tanto para as sociedades de origem, quanto para as de destino. Nas palavras do autor, essas “pessoas deslocadas” são “privadas de um lugar apropriado no espaço social e de lugar marcado nas classificações sociais” (Bourdieu 1998, 11). Não sendo nem cidadãs, nem estrangeiras, desafiam os “fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação” (Bourdieu 1998, 12) e suscitam um embaraço que torna difícil pensá-las.

O indivíduo emigrante, que representa a ausência na sociedade à qual pertence, é, ao mesmo tempo, o imigrante, aquele presente em uma sociedade à qual não pertence. Marcados por essa duplicidade, vivendo na fronteira entre “o ser e o não ser social” (Bourdieu 1998, 11), esses deslocados nos obrigam a pensar fora dos quadros do Estado-nacional, a refletir sobre os motivos pelos quais se deslocaram, a buscar formas de lidar com o vazio que deixam no local de origem e com o espaço que reivindicam na sociedade de destino. Por tudo isso, aquelas e aqueles que cruzam fronteiras subvertem a ordem e incomodam.

Como existência incômoda, os sujeitos migrantes, de acordo com o sociólogo argelino Abdelmalek Sayad (1998), só são nomeados, captados e pensados a partir dos desafios e questões que colocam aos países de onde partiram e àqueles para os quais se dirigiram. Esses sujeitos emergem nos discursos políticos ou científicos atrelados a uma série de problemas correlatos, os “problemas da i/emigração”, entendidos como “dificuldades, distúrbios, danos” provocados pelos indivíduos deslocados (Sayad 1998, 14-15). Assim, os desafios colocados por esses indivíduos que atravessam fronteiras geográficas e sociais são também epistêmicos. Por isso, pensar as migrações na sua dupla dimensão de “fato social e itinerário individual” (Sayad 1998, 13), como sugere Sayad, ou como movimento social e exercício do direito de fuga, seguindo a proposta de Mezzadra, é enxergar no fenômeno seu potencial de subversão da ordem e do *status quo* – potencial esse visto como ameaça pelos partidos de extrema-direita que crescem hoje mundo afora e alimentam a xenofobia.

Partindo dessas reflexões, este texto visa (i) compreender como, no regime salazarista, os sujeitos emigrantes foram pensados e captados em função dos “problemas” que causavam e (ii)

entender como autoridades do salazarismo lidaram com o incômodo provocado pela emigração, de modo a domesticá-la, para, então, (iii) observar as consequências políticas de um fenômeno social que escancarou as contradições do salazarismo.

Importa observar que o texto não tem a pretensão de examinar em que medida os sujeitos migrantes tinham ou não consciência das consequências políticas do exercício do “direito de fuga” e da recusa do lugar social que o regime lhes reservava, mas sublinhar que, ao buscarem de forma autônoma melhores condições de vida, forjaram um movimento social que contribuiu para erodir os mitos sobre os quais se ergueu o salazarismo. No mais, as fontes aqui mobilizadas não permitiriam que tamanha empreitada chegasse a termo. O texto apoia-se em fontes coletadas no fundo “Ministério da Administração Interna – Gabinete do Ministro” do Arquivo Nacional da Torre do Tombo; no Arquivo Histórico Diplomático, no Arquivo Histórico da Emigração e das Comunidades Portuguesas e na Biblioteca Nacional de Portugal. Trata-se, portanto, de um corpus majoritariamente formado por fontes oficiais, pelas quais podem-se entrever os esforços do regime para domesticar o incômodo provocado pelos emigrantes, bem como o fracasso imposto por esses sujeitos a tal desiderato.

Não é de surpreender, portanto, que as vozes vindas de baixo que se podem auscultar nesses arquivos são justamente daqueles que, confiando no regime e, sobretudo, em Salazar, buscaram deixar o país pelas vias legais. Os que não confiavam, ou não tinham tempo para burocracias, ou que partiam por discordarem da ditadura, não se encontram nesses arquivos. Ainda assim, se lidas a contrapelo, essas fontes permitem examinar as estratégias elaboradas por indivíduos que se recusaram a viver na “pobreza honrada” das aldeias idílicas difundida pelo regime, ou que se negaram a defender o império.

O artigo divide-se em três partes. A primeira aborda, em linhas gerais, a historiografia sobre as políticas emigratórias portuguesas, examina o potencial incômodo causado pelo emigrante ao regime e interroga o lugar por ele ocupado na ordem salazarista. Na segunda parte, o texto analisa a forma como as autoridades do regime captaram e abordaram o “problema da emigração” de forma a conter e domesticar o incômodo provocado pelo sujeito emigrante e avança para o período da emigração rumo à França, quando o êxodo se tornou incontável e o incômodo latente. Por fim, a terceira parte examina as tensões provocadas pela emigração à ordem salazarista, atentando para o potencial transformador do exercício do “direito de fuga”, que emancipou o emigrante da tutela do regime e deu à emigração um caráter de movimento social com consequências políticas.

A emigração e os emigrantes na “nova ordem social” do Estado Novo

A emigração não se apresentou como um problema apenas ao Estado Novo. Pelo contrário. O fenômeno remonta ao século XVIII, quando milhares de indivíduos abandonaram o reino para buscar a sorte na região das Minas Gerais, no período áureo da mineração. Em 1709, a obtenção de passaporte tornou-se obrigatória a quem se dirigisse à América Portuguesa e, em 1720, o documento passou a ser concedido apenas a negociantes que regressariam ao reino. Ainda no século XVIII, o governo pombalino procurou aprofundar a identificação e o controle sobre indivíduos em deslocamento. As medidas inseriam-se nas políticas mercantilistas, que viam a população como parte da riqueza do país, razão pela qual as saídas precisavam ser controladas.

No XIX, com o advento do liberalismo, algumas mudanças ocorreram. Em primeiro lugar, pela Carta Constitucional de 1826, a emigração foi considerada um direito individual; em segundo, o fluxo migratório que tradicionalmente se dirigia ao Brasil (e que acentuou no oitocentos) não mais se dirigia a uma colônia de Portugal, mas a um Estado independente. Porém, o passaporte se manteve obrigatório, não como anacronismo, mas como um dispositivo necessário à identificação e à vinculação dos indivíduos ao estado-nacional em formação. Apesar dos inconvenientes gerados pela exigência do documento, o passaporte não contrariava o direito à emigração garantido pela Carta, mas assegurava um certo monopólio dos meios legítimos de circulação, que estava longe de ser absoluto (Torpey 2000; Galvanese 2024).

Se o “problema da emigração” não se impôs apenas no Estado Novo, o fenômeno só começou a ser analisado em perspectiva histórica na década de 1970. Joel Serrão (1970; 1977) e Vitorino Magalhães Godinho (1978) identificaram a estrutura econômica de Portugal como a responsável pelo abandono secular do país pelos portugueses. Os baixos salários praticados, a má distribuição fundiária e o baixo nível de vida da população seriam os principais fatores que, desde o século XV, empurravam os portugueses para a aventura marítima. Essa constatação homogeneizou deslocamentos com características distintas, conforme observou Serrão (1970, 598), que se esforçou por diferenciar “emigração” de “colonização”. Para o historiador, diferentemente da primeira, a colonização estaria inserida em um projeto estatal, sendo, por isso, incentivada. O termo “emigração”, a seu ver, deveria ser reservado para os deslocamentos feitos sem apoio dos governantes e, muitas vezes, à revelia desses.

Não cabe aqui avançar na diferenciação proposta pelo autor. Interessa, antes, observar que Serrão sublinhou o papel do Estado para demarcar as diferenças entre dois tipos de deslocamentos

populacionais que marcaram a história de Portugal. Mais tarde, Miriam Halpern Pereira (2002)² enfatizou o papel do Estado no controle da emigração e estudou o entendimento dado ao fenômeno pelos governos portugueses. Em trabalho seminal, a autora formulou uma tese que dominou a historiografia sobre as políticas emigratórias portuguesas. Para Pereira, a repressão da corrente emigratória pela legislação portuguesa foi acompanhada de uma tolerância que viabilizou os altos índices de emigração clandestina.

A aparente ambiguidade resultaria, por um lado, da pressão feita pelas elites agrárias, que exigiam medidas restritivas capazes de assegurar a mão de obra excedente no campo e, assim, a política de baixos salários; por outro, decorria da conhecida dependência do Estado português em relação às remessas dos emigrantes, cruciais ao equilíbrio das contas públicas. Reificado e transformado em sujeito onisciente, o Estado faria uma espécie de jogo duplo, em que elaborava medidas restritivas da emigração (dentre as quais estaria a exigência do passaporte), mas não reprimia as saídas à margem da lei, visto que funcionavam como uma válvula de escape às tensões sociais e garantiam o equilíbrio fiscal.³

Abordagens relevantes que questionaram tanto o entendimento de que a exigência de passaportes tinha por objetivo restringir a emigração, quanto a ideia de que a clandestinidade resultava das barreiras erguidas para conter as saídas (Leite 1987, 465; Alves 1994) tiveram menos aderência na historiografia. Possivelmente, devido à adesão de historiadoras e historiadores à concepção que enxerga o Estado como instrumento da classe dominante, contrária ao fenômeno emigratório que diminuía a mão de obra disponível. A tese do “jogo de fachada” foi seguida por Victor Pereira (2010; 2012), que examinou as políticas relativas à emigração para a França adotadas durante o Estado Novo. Segundo o autor

Proibir a emigração, transformar a emigração clandestina em crime, imprecisar contra os passadores sem escrúpulos era, a pouco custo financeiro, um meio de acalmar os proprietários rurais descontentes com a rigidez dos preços dos produtos agrícolas, o aumento dos custos dos salários, das máquinas, dos adubos e a consequente baixa dos rendimentos (Pereira 2010, 63).

Essa proibição, contudo, era mais aparente do que real, visto que a emigração clandestina não foi de fato combatida pela PIDE⁴, uma vez que “o objetivo principal da vigilância da fronteira exercida pela polícia política não era impedir a emigração, mas selecionar e vulnerabilizar os emigrantes” (Pereira 2010, 61). Apesar de observar, no Estado Novo, o mesmo jogo de fachada

² A obra foi originalmente publicada em 1981.

³ Para uma discussão mais aprofundada das contribuições e limites da tese de Pereira, ver: Galvanese 2021, 4-28.

⁴ Polícia Internacional e de Defesa do Estado. A PIDE substituiu a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) em 1945 como polícia política do regime. Cabia a ela vigiar a fronteira com a Espanha de modo a evitar a emigração clandestina.

identificado por Miriam Halpern Pereira, o historiador avançou no entendimento do Estado e deu um importante contributo para a historiografia do salazarismo. Afastando-se da concepção reificada do Estado e da ideia do ditador “todo-poderoso” que tudo sabe e tudo vê, comumente atrelada a Salazar, Victor Pereira evidenciou a ampla margem de manobra de que dispunham autoridades administrativas e os inúmeros atores políticos abaixo do presidente do conselho.

Como demonstrou o autor, Salazar manifestou-se pouquíssimas vezes sobre a questão emigratória que, durante a maior parte do regime, esteve sob responsabilidade do Ministério do Interior. Sem uma determinação clara do ditador acerca da política emigratória a seguir, autoridades locais e funcionários municipais tinham grande influência na gestão da emigração, incentivando ou desencorajando as saídas conforme seus interesses pessoais. A seu ver, era a vontade da burguesia agrária que se impunha, de modo que a política emigratória estava subordinada “aos interesses dos médios e grandes proprietários agrícolas e dos notáveis de província” (Pereira 2010, 57).

Essa grande autonomia das autoridades dificulta o entendimento da forma como os emigrantes foram enquadrados na ordem salazarista. Tal entendimento torna-se ainda mais difícil quando se considera que o tratamento dado à questão variava não apenas em função dos interesses individuais de autoridades e funcionários administrativos, mas também do sujeito emigrante e do local para onde se dirigia – e em que condições. Essa variedade de fatores indica, contudo, o esforço empregue pelos indivíduos que compunham a estrutura administrativa do Estado Novo em conter ou minimizar o incômodo provocados pelos emigrantes e pelos problemas que poderiam causar ao regime e à sua perpetuidade. Esse incômodo e o lugar “bastardo” ocupado pelo emigrante na ordem salazarista serão examinados a seguir e as estratégias utilizadas para amenizar esse incômodo, reservando ao emigrante um lugar passivo e subalterno, serão observadas mais adiante.

A emigração é fenômeno de longa data em Portugal. Entre os séculos XIX e XX, milhares de pessoas deixaram o país rumo ao continente americano. O Brasil foi o principal destino dos portugueses emigrados. Após a Proclamação da República (1910), nos dois anos que antecederam a eclosão da Grande Guerra, o Brasil chegou a receber mais de 150 mil portugueses (Leite 1987). O período entreguerras viu uma redução do movimento emigratório, devido à crise econômica instaurada em 1929 e à adoção de políticas imigratórias mais restritivas pelos países de destino. Durante a Segunda Guerra, as saídas diminuíram drasticamente, mas voltaram a crescer em ritmo acelerado tão logo o conflito chegou ao fim.

Assim, ao longo da primeira década do regime, a emigração estava longe do volume atingido no início do século XX e não se colocava como um problema de primeira ordem ao presidente do conselho. De todo modo, o tema não ficou de fora da Constituição de 1933, que

institucionalizou o Estado Novo. A emigração foi inserida no capítulo “Da ordem econômica e social”, ao lado das questões do trabalho, dos salários e das explorações agrícolas, comerciais e industriais. No artigo 31º da Constituição lê-se que caberia ao Estado:

Coordenar e regular superiormente a vida econômica e social com os objetivos seguintes:
1º Estabelecer o equilíbrio da população, das profissões, dos empregos, do capital e do trabalho;
2º Defender a economia nacional das explorações agrícolas, industriais e comerciais de caráter parasitário ou incompatíveis com os interesses superiores da vida humana;
3º Conseguir o menor preço e o maior salário compatíveis com a justa remuneração dos outros fatores da produção, pelo aperfeiçoamento da técnica, dos serviços e do crédito;
4º Desenvolver a povoação dos territórios nacionais, proteger os emigrantes e disciplinar a emigração (Constituição de 11 de abril de 1933).

Diferentemente da Carta de 1826, a Constituição de 1933 não reconheceu a emigração como um direito individual, mas não desconsiderou a relevância do fenômeno para a sociedade portuguesa, assegurando ao Estado o direito de “disciplinar a emigração”. O texto não deixa claro se as saídas seriam autorizadas ou restringidas e nem explica como se daria essa disciplina. O caráter lacônico e ambíguo do parágrafo 4º deixava em aberto a possibilidade de a emigração ser incentivada ou proibida em função do “equilíbrio da população, das profissões, dos empregos, do capital e do trabalho”, dos salários e da povoação dos territórios. Com isso, o regime poderia conter o incômodo provocado pelo emigrante restringindo ou autorizando as saídas em função dos próprios interesses e necessidades.

Aqui, cabe retomar o sociólogo Abdelmalek Sayad (1998), para quem o emigrante é apreendido e pensado a partir dos problemas que coloca. Pelo artigo 31º da Constituição de 1933, ficam evidentes os problemas que poderiam ser provocados pelos emigrantes. Ainda segundo Sayad, visando reduzir o impacto social da i/emigração, os governos calculam os custos e a vantagens do movimento migratório, definindo assim o valor e a razão de ser desses sujeitos deslocados (Sayad 1998, 50). É justamente esse cálculo que a Constituição deixava em aberto, de modo que a equação pudesse ser refeita sempre que as variáveis se alterassem. Se os resultados poderiam variar consoante os locais de partida e destino dos emigrantes, os riscos de falta de mão de obra, de incremento dos salários, de uma crise de superpopulação, ou da necessidade de remessas etc., um fator deveria ser constante: a emigração não poderia ameaçar a perpetuidade do regime, deslegitimar o Estado Novo ou contradizer (pelo menos não de forma explícita e contundente) os mitos que sustentavam o salazarismo.

Segundo Fernando Rosas, o regime “tentou resgatar a alma dos portugueses e integrá-los sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica” (Rosas 2001, 1032), de modo a criar uma ordem social composta por “homens novos”. Para tanto, propagou valores que

sustentavam essa nova ordem e que estabeleceram “uma ideia mítica da essencialidade portuguesa, transtemporal e transclassista” (Rosas 2001, 1034). O autor sistematizou essa “essencialidade portuguesa” em sete mitos, dentre os quais vale destacar o da “ruralidade”, que valorizava a terra como “o berço das virtudes pátrias” (Rosas 2001, 1035); da “pobreza honrada”, que enaltecia o povo português por supostamente aceitar viver de acordo com o seu destino, sem maiores ambições; e o da “ordem corporativa”, que estabelecia uma hierarquia social atemporal e comportava uma visão infantilizada do povo português, irresponsável e volúvel, dependente dos governantes.

Como já observado em outra ocasião (Galvanese 2020), o emigrante contrariava esses mitos e evidenciava a fragilidade dos mesmos. Esse sujeito que deixava o campo, a terra natal e um destino de pobreza e privações para se estabelecer em cidades estrangeiras e melhorar suas condições de vida provava falsos os mitos da “ruralidade” e da “pobreza honrada”. Ao não se conformar com seu lugar na ordem social e elaborar de forma autônoma uma estratégia para transformar sua realidade, o emigrante desafiava a o mito do “corporativismo”. Porém, enquanto a emigração acontecesse de forma discreta e controlada, em volume inferior ao de períodos anteriores, era possível administrar o incômodo provocado pelo emigrante e sustentar o mito do “recomeço”, visto que menos pessoas sentiam a necessidade de abandonar o país.

Duas obras de dramaturgia da época do Estado Novo – aprovadas pela censura – reforçaram esses mitos e destacaram o incômodo causado pelo emigrante. A primeira, escrita por Armando Vieira Pinto para o Teatro do Povo em 1937, intitula-se *Brasil: fábula em quatro capítulos*.

A história desenrola-se no norte de Portugal e tem por cenário “a clássica cozinha do Minho, alegre, limpa, ordenada e fresca”, apesar de simples (Pinto 1937, 9). Nela estão Clara, Antônio e Ti’Ana. Antônio está decidido a emigrar para o Brasil, preocupando as mulheres. Ti’Ana, avó da Clara, tenta dissuadi-lo lembrando a história dos pais de Clara, ocorrida dezoito anos antes, encenada no segundo capítulo. Na mesma cozinha, estava Rosa, mãe de Clara, quando entrou Ramiro, que “tinha estado no Brasil, ganhara uns patacos e não guardava respeito a ninguém” (Pinto 1937, 30). O visitante convenceu Joaquim, pai de Clara, a emigrar para o Brasil. Um ano e meio depois, período encenado no terceiro capítulo, Rosa, sem notícias do marido emigrado, lamenta: “O meu home foi lá pr’á outra banda do mundo e deixou-me pr’áqui, como s’eu fosse uma probe duma engeitada” (Pinto 1937, 90). Ramiro, aproveitando-se da situação, passou a “andar às voltas” com Rosa (Pinto 1937, 30).

Por fim, o público fica a saber que Antônio, ao conhecer a história dos sogros, desistiu “d’embarcar, assentou e fez-se um home às dreitas!” (Pinto 1937, 97). À mesma cozinha, entra

Antônio contente por ter fechado um negócio e comprado uns olivais. De outra parte, Ti’Ana chora a ausência do filho que ficou pelo Brasil e nunca deu notícias: “Morreu por lá de miséria, ou de febres, ou de q’alquer maleita amaldiçoada” (Pinto 1937, 112). Enquanto a mulher lamenta a descoberta do Brasil pelos portugueses, Joaquim, inesperadamente, torna à casa.

A lição da fábula dispensa grandes comentários ou análises. Nela, podem-se ver os mitos da “ruralidade” e da “pobreza honrada” em ação. A ordem da tradicional casa portuguesa da aldeia vê-se perturbada pelo “brasileiro-de-torna-viagens”, Ramiro, que dá falsas esperanças de enriquecimento fácil a Joaquim. O emigrante ausente faz-se presente no enredo pelo rastro de tristeza que deixou em sua mãe, em sua esposa e em sua filha, que só o pôde conhecer anos depois, quando finalmente voltou a casa. Fica evidente, na peça, que não há, na ordem social criada pelo salazarismo, lugar para o emigrante, cuja presença só pode ser sentida pela falta, pelo sofrimento que provoca, pelo incômodo que gera.

A outra obra, de autoria de Armando Neves, chama-se *Emigrantes* e venceu o 1º Prémio do Concurso de Peças em 1 ato, para o Teatro do Povo, do Secretariado de Propaganda Nacional em 1937. A vitória pode ser facilmente compreendida, uma vez que, aqui, a mítica do regime é ainda mais evidente e o “problema da emigração” ainda mais explícito. O enredo passa-se em uma aldeia no meio rural, tendo como cenário “uma vista de campo simples e graciosa”, onde vê-se a casaria branca e, ao longe “serras a perder de vista” (Neves 1940, 10).

Na primeira cena, estão Tomé e Manuel e, ao lado de cada um deles, no chão, um saco de roupas e um chapéu. Estão prontos para partir. Enquanto Manuel sofre antecipadamente de saudades, Tomé reforça a “esp’rança que nos leva para as terras do Brasil”, onde terão “a sorte que aqui não temos” (Neves 1940, 11). Entra em cena Maria, suplicando a Manuel que desista de partir porque “Tudo é sonho e fantasia! – O Brasil não dá riqueza aos pobres que vão p’ra lá [...] que lá também há pobreza – pobreza lá como cá” (Neves 1940, 15). A mulher continua: “Não troques a nossa aldeia por fantasia ruim, embora pareça boa. Emigrar – Que má ideia! Não partas, Manuel, assim à aventura, à toa... Olha a aldeia, como é linda!” (Neves 1940, 16). Mais adiante, questiona: “O Brasil é bom? Será. Mas não p’ra quem de cá for levado pela incerteza. A terra é mãe – tudo dá. Não há tesoiro maior do que a terra portuguesa” (Neves 1940, 17). E prossegue em sua súplica: “Passa a vida em Portugal. Ao homem bastam os braços p’ra ser feliz – trabalhar na sua terra natal. Tens um arado e uma enxada: arroteia as tuas leiras. [...] No campo estão os cofres do maior oiro do mundo” (Neves 1940, 18). Apesar do clamor da amada, Manuel parte com Tomé.

A cena seguinte passa-se em uma “cozinha aldeã”, com “mobiliário e utensílios rústicos” (Neves 1940, 23). Nela, os pais do Manuel lamentam ao Padre João a ausência do filho que “há

três anos que emigrou, e ainda não teve a graça de notícias nos mandar” (Neves 1940, 24). O pai lembra-se da Maria, que, por culpa de Manuel “anda magra, escanzelada, morre aos poucos, dia a dia” (Neves 1940, 25). O padre então comenta “Quantos Manueis no Brasil! E quantas Marias por cá!” (Neves 1940, 26). O pai, em tom de lamúria: “Correr atrás da ilusão... Maldita a sede do oiro, maldita seja a ambição!” (Neves 1940, 27). Maria, então, entra em cena com a notícia do retorno do Manuel, que “traz – coitado! – a alma gasta de amargura e ‘sôidade’... Teve sorte bem nefasta, voltou vivo é são – é quanto basta!” (Neves 1940, 29). Tomé, por sua vez “ficou por lá – ficou debaixo da terra” (Neves 1940, 30). Ao reencontrar o filho, Ti’Francisco indaga: “Por que deixaste o Brasil e voltaste a Portugal?”. O filho então responde: “Porque a fortuna, meu pai, a fortuna está aqui!” (Neves 1940, 32).

Novamente, o Brasil aparece como terra de ilusão, para onde vão os ambiciosos que não se contentam com o lugar social que ocupam e não vêm que a verdadeira riqueza está na aldeia natal, onde podem ser felizes a trabalhar junto aos seus. Uma vez mais, o emigrante faz-se presente pela ausência e pelo amargor que deixa para trás. Ele perturba a ordem, desorganiza a família para viver uma aventura da qual nem todos retornam – e os que retornam voltam com a “alma gasta”.

Importa notar que, enquanto as obras visavam dissuadir a emigração e valorizar a “pobreza honrada” e o meio rural, o regime não descurou daqueles que já haviam emigrado e viviam no Brasil. Segundo Heloísa Paulo, que estudou a propaganda do regime direcionada à comunidade lusa instalada no Brasil, o “ideal de ‘portuguesismo’” criado pelo ideário salazarista contribuiu “para a sua aceitação quase unânime por parte da colônia [lusitana no Brasil]”. (Paulo 2000, 6). Isso porque, a imagem da aldeia idílica difundida pela propaganda do Estado Novo coincidia com a memória distorcida dos emigrantes acerca da terra natal, memória essa que “apaga as lembranças negativas do período vivido em Portugal, levando-o a esquecer as razões pelas quais emigrou” (Paulo 2000, 4). De outra parte, a propaganda direcionada aos emigrantes no Brasil os representou como heróis que reviviam as “epopeias passadas da história nacional”, tendo vencido em terra alheia, “superando condições adversas apesar da ‘prosperidade’ do seu próprio país” (Paulo 2000, 6). Com isso, o regime ultrapassava as fronteiras portuguesas, angariando apoio, e mantinha os laços que uniam os emigrantes à pátria, que tanto dependia das remessas.

Assim, em Portugal, o emigrante era uma incômoda presença ausente. No Brasil, era um cidadão português, alvo e vetor do ideal salazarista, cujos esforços deveriam ser valorizados.

O incômodo domesticado – ou, um esforço fracassado

Longe dos palcos do Teatro do Povo, a população vivia uma realidade bastante mais dura do que aquela da aldeia idílica retratada nas obras analisadas e difundida entre a comunidade

portuguesa no Brasil, fato que não era desconhecido dos funcionários administrativos e dos atores políticos do regime. Esses, temerosos do agravamento de tensões sociais e de um aumento populacional incompatível com o potencial produtivo do país, calculavam os custos e benefícios da emigração, sempre buscando mantê-la longe dos holofotes e em números baixos, de modo a não atrair o descontentamento dos proprietários rurais e não arriscar a continuidade do regime. Dessa forma, visavam minimizar os “problemas” da emigração, atenuar seu potencial disruptivo e auferir as vantagens que o fenômeno poderia proporcionar.

Esse cálculo fica evidente em um ofício do governador civil de Faro, enviado em 1935 ao ministro do Interior, defendendo que se autorizasse a emigração de operários ao Marrocos, como se fizera “nos anos anteriores”, visto ser uma “medida de ordem econômica digna de ser considerada” tendo em vista “a grave crise de trabalho que afeta aquela classe de trabalhadores”. Ainda segundo o governador, “nos últimos três anos tem sido quase total a falta de pesca no Algarve, residindo neste fato a desgraçada situação em que se encontram os operários que dela vivem”. A emigração para o Marrocos dava “a certeza de um trabalho bem remunerado que lhes permitia, além do sustento e vestuário [...] fazerem economias”. O pedido foi deferido, certamente porque o incômodo que representava o emigrante era menor do que as tensões que poderiam resultar da crise econômica da região – e porque, segundo o governador, anualmente entravam 750.000\$00 no distrito graças a essa emigração.⁵

Foi esse mesmo cálculo que levou o ministro do Interior a autorizar, em junho de 1937, a Companhia Itaquerê a recrutar trabalhadores no país. A Companhia, de propriedade de ricos cafeicultores do interior paulista, visava “contratar famílias portuguesas e subsidiar a viagem” para São Paulo. A proposta agradou o ministro do Interior, que considerou “vantajosa para a economia nacional e para o interesse particular de emigrantes a emigração” feita de acordo com as condições oferecidas pela companhia. Pelo acordo autorizado pelo ministro, a Companhia só poderia recrutar trabalhadores em localidades previamente estabelecidas pelo governo, com o objetivo de “equilibrar a desvantagem econômico-social do desemprego rural”. Além disso, ficava vetado à Companhia propagar a sua atuação, que deveria ser discreta.⁶

A discrição, no entanto, se transformou em escândalo após os primeiros embarques. No início de 1938, o *Jornal de Notícias* e *O Século* noticiaram em tons dramáticos a partida de dezenas de famílias ao Brasil (Santos 2014, 100). As matérias, ilustradas com fotografias dos emigrantes que

⁵ Governador civil do distrito de Faro ao ministro do Interior. Faro, 19.02.1935. ANTT-MAI, mc. 473, NT 345, pasta 9/1.

⁶ Despacho do ministro do Interior. Lisboa, 26.06.1937. ANTT-MAI, mc. 486, NT359-1, PV/L n° 57.

aguardavam o embarque “sem um sorriso, sem um vislumbre de alegria”,⁷ responsabilizavam o governo por autorizar aquele triste espetáculo. A campanha negativa foi possivelmente incentivada pelas agências de emigração, que se viram ameaçadas pela concorrência aberta pela Companhia.

Independente dos fatores que motivaram o escândalo, o importante é que, após as publicações, a relação custo-benefício da emigração organizada pela Itaquerê alterou-se: as vantagens econômicas tornaram-se menores do que os prejuízos causados à imagem do regime. A emigração, assim noticiada e escancarada, expunha a fragilidade dos mitos sobre os quais o regime se apoiava e evidenciava a incapacidade do Estado Novo em solucionar os problemas econômicos e sociais que motivavam as partidas. Além disso, as notícias atraíam a atenção dos setores contrários à emigração, que contavam com o governo para barrá-la. Por isso, em fevereiro de 1938, o ministro do Interior revogou a autorização de funcionamento concedida à Companhia e proibiu a saída de famílias que já aguardavam o embarque. A medida provocou enormes prejuízos àqueles que já haviam se desfeito de seus bens para emigrar. Esse drama, contudo, não foi noticiado e, portanto, não teve qualquer custo político ao governo.⁸

Nos anos subsequentes, a emigração praticamente cessou, não porque as condições de subsistência melhoraram ou porque o regime logrou construir uma nova ordem social. Pelo contrário. Durante a Segunda Guerra, a carestia e a miséria eram parte do cotidiano da população rural (Nunes 2012), que deixou de emigrar porque os conflitos desaconselhavam as travessias atlânticas. Quando o fim da guerra emergiu no horizonte, a emigração recuperou o fôlego. A força da pressão emigratória somada a uma crise econômica difícil de esconder forçaram o regime a criar uma instituição exclusivamente dedicada à questão. A Junta de Emigração (JE), fundada em 1947, deveria disciplinar os fluxos emigratórios, conforme previsto na Constituição de 1933. O regime, ciente da impossibilidade de conter as saídas, buscou colher as vantagens do fenômeno, minimizar possíveis inconvenientes e mitigar o incômodo que os emigrantes poderiam causar.

À JE cabia conhecer os assuntos relativos à emigração, examinar os contratos de trabalho de modo a garantir os interesses dos emigrantes e os do país (assegurando as remessas de parte do salário dos indivíduos), examinar regionalmente o número de trabalhadores autorizados a emigrar, emitir os passaportes e proteger os emigrantes. Em suma: deveria “disciplinar” a emigração considerando os fatores estipulados na Constituição de 1933. A criação da JE afastou as agências de emigração e passaporte do processo emigratório, as quais foram transformadas em agências de

⁷ “A Partida dos Emigrantes”, *O Século*, 04 de fevereiro de 1938, capa.

⁸ Para uma análise da Companhia Itaquerê, da crise provocada pelas matérias publicadas nos jornais e das consequências da proibição do embarque para as famílias que aguardavam para emigrar, ver: Santos, 2014 e Galvanese, 2020.

turismo (Sousa 2009). Com isso, a instituição deveria controlar todo o processo emigratório, desde a emissão do passaporte, o embarque e a chegada ao destino. A JE contaria, nas localidades, com o apoio das câmaras municipais, que fariam o primeiro atendimento aos interessados em emigrar e enviariam a respectiva documentação à JE.

A autoridade da JE baseava-se em um discurso que construía o emigrante como um ser passivo, facilmente ludibriado e iludido (como as personagens Joaquim e Manuel das obras de dramaturgia analisadas) que necessitava do apoio, proteção e instrução do regime (Galvanese 2014). Esses discursos infantilizavam os emigrantes e ampliavam a distância entre governantes e governados, entre quem dirigia e quem precisava ser dirigido. Dessa forma, confirmava-se o mito da “ordem corporativa”. Em um período em que a emigração se dirigia sobretudo ao continente americano por meio de transporte marítimo, a proteção ao emigrante seria garantida pela presença a bordo de um médico e um inspetor da JE. À JE caberia, ainda, preparar os emigrantes para a viagem e inteirá-los das dificuldades que poderiam enfrentar no destino.

Com esse objetivo, o médico Alberto Soares de Oliveira redigiu a brochura “Conselhos e instruções aos portugueses que emigram pela primeira vez” (s/d). Nela, Oliveira fornecia instruções para um maior conforto dos emigrantes durante a viagem, dando conselhos como não pular as refeições para não enjoar muito, beber bastante água e utilizar roupas frescas. Mas não era apenas isso. O médico os instruía acerca do comportamento que deveriam ter a bordo, como: não jogar cascas de frutas e restos de alimentos ao chão do camarote e guardar o bacalhau que levavam às famílias no frigorífico para não incomodar os demais passageiros. As mulheres não deveriam usar xales e lenços atados à cabeça, pois “parece mal e dá nas vistas” (Oliveira s/d, 4). Em caso de piolhos, deveriam evitar “a vergonha para Portugal e os portugueses de se porem a catar piolho umas às outras” (Oliveira s/d, 4). Oliveira lembrava que “quando o navio sai de Lisboa, já não há mais algarvios nem trasmontanos, todos têm o mesmo nome, todos somos portugueses e as faltas de uns refletem-se nos outros” (Oliveira s/d, 4).

Por fim, o médico observava que homens portugueses se ligavam, no Brasil, a “pretas e mulatas, às vezes até pelo casamento”, ficando “condenados a um degredo da pátria” (Oliveira s/d, 6). Por isso, aconselhava os homens a evitarem as “uniões com pretas e mulatas” e a casarem-se com compatriotas. Oliveira se dirigia aos emigrantes como um pai que educa e aconselha os filhos. O objetivo era claro: assegurar uma imagem positiva de Portugal no exterior. A preocupação desnuda um outro inconveniente provocado pelos emigrantes ao Estado Novo. Considerados brancos e sem maneiras, capazes de se casarem com mulheres tidas como racialmente inferiores,

os emigrantes poderiam transmitir a imagem de um país incivilizado, prejudicando a imagem do regime como capaz de restaurar Portugal e os portugueses.

Essa mesma preocupação com a imagem de Portugal está presente na publicação “Nós, os emigrantes” organizada pela JE e publicada em 1954. A publicação visava incutir nos emigrantes a lealdade à pátria, confortando-os com a “certeza imperecível de que – em qualquer parte do mundo – [Portugal] nos considera e ama como filhos” (Ministério do Interior 1954, 5). Ao esvaziar as motivações socioeconômicas da emigração, que desabonavam o regime, ela transformava o emigrante em um perpetuador da obra heroica dos descobrimentos. De acordo com a publicação, os “humildes emigrantes” eram os “heróis que hoje escrevem a História de Portugal sobre as páginas ainda em branco do livro imortal dos descobrimentos” (Ministério do Interior 1954, 8). Eram essas as palavras que o regime desejava que os emigrantes incorporassem e disseminassem no exterior, mascarando, assim, os problemas socioeconômicos do país, não solucionados pelo Estado Novo.

Seguem-se, então, pequenos ensinamentos que, assim como as instruções de Oliveira, deveriam orientar a atuação dos emigrantes de modo a não comprometer a imagem do regime. Segundo a publicação, os verdadeiros emigrantes não eram os “agitadores facciosos, indesejáveis no próprio país, mas sim os trabalhadores inteligentes e abnegados” (Ministério do Interior 1954, 30), razão pela qual não deveriam se envolver em atividades políticas e sindicais, mas se dedicar ao trabalho. O trabalho seria “em toda a parte do mundo, a melhor credencial que o português leva consigo” (Ministério do Interior 1954, 17). As boas maneiras, o caráter, o amor ao próximo, a sensatez na aquisição de bens materiais e os cuidados com a saúde eram valores enaltecidos, pois “o emigrante tem uma alta representação do seu país” (Ministério do Interior 1954, 28). Outro aspecto da cultura portuguesa que deveria ser respeitado e valorizado pelos emigrantes era a religiosidade e a devoção ao catolicismo e a Nossa Senhora de Fátima.

Percebe-se que perante a impossibilidade de impedir a emigração, o regime, por meio da JE, procurou domesticá-la e reduzir os custos políticos do fenômeno, transformando o emigrante em vetor da propaganda salazarista no exterior. Com isso, procurava evitar que a emigração fosse associada a problemas internos do país. Para que a estratégia funcionasse, era preciso que a JE controlasse o processo emigratório, garantindo que todo emigrante passasse por ela e recebesse as instruções julgadas necessárias. As distâncias entre Portugal e os países de destino e as dificuldades impostas pelo transporte marítimo contribuíam para o monopólio da JE sobre a emigração. Esse monopólio viu-se ameaçado na década de 1960, quando a Europa, sobretudo a França, se tornou o principal destino dos portugueses.

No pós-guerra, a França vivia um déficit de mão de obra que se agravou em 1954, quando os argelinos foram proibidos de ingressar no país. O governo francês se empenhou, então, em celebrar um acordo bilateral de emigração com Portugal, semelhante ao assinado na Primeira Guerra, que inaugurou o fluxo emigratório ao hexágono (Pereira 2012, 205).⁹ O regime se recusou a assinar o acordo almejado pelo governo francês. No entanto, em 1957, o embaixador de Portugal, Marcelo Mathias, assinou um acordo de segurança social, que não visava estimular a emigração, mas assegurar aos portugueses já residentes na França os mesmos direitos trabalhistas de que gozavam os franceses. Paralelamente, o governo francês passou a facilitar a entrada e regularização de portugueses que ingressavam ilegalmente no país (Pereira 2012, 208). As notícias não tardaram a chegar a Portugal, provocando o aumento abrupto da emigração portuguesa rumo à França.

Conforme já observado,

as facilidades de legalização concedidas pela França após a entrada [ilegal de imigrantes portugueses] no país, a proximidade entre os dois países e a possibilidade de cruzar as fronteiras a pé tornavam o labirinto burocrático da JE desnecessário aos olhos dos emigrantes, de modo que essa nova emigração se caracterizou pela clandestinidade (Galvanese 2013, 81).

A emigração clandestina para a França atingiu números inéditos entre as décadas de 1960 e 1970, quando o regime canalizava esforços para combater os movimentos independentistas nas colônias africanas. A eclosão da guerra na África deu um incentivo a mais para que rapazes emigrassem clandestinamente.

Sem dúvida, para muitos, os riscos de serem capturados na travessia da raia seca ou na Espanha franquista compensavam a possibilidade de serem enviados para a guerra ou a certeza de uma vida de privações. Sobretudo porque, a despeito da severidade das penas previstas à emigração irregular, a efetividade das punições era baixa devido à tolerância dos que, incluindo agentes da PIDE, não viam os emigrantes como criminosos. Os riscos da emigração clandestina tornaram-se ainda menores quando as autoridades espanholas deixaram de entregar emigrantes e passadores à PIDE. Segundo David e Baía (2023) a colaboração ibérica declinou quando as autoridades espanholas notaram que os clandestinos entregues à PIDE não eram presos e voltavam a entrar na Espanha. Por isso, a polícia espanhola passou a adotar a mesma tolerância praticada pela PIDE.

Assim, já não era possível à JE conter e atenuar os incômodos provocados pelos emigrantes. O êxodo era notório e as medidas impostas pela instituição para assegurar seu monopólio sobre o processo emigratório eram continuamente baldadas. As saídas massivas

⁹ O acordo data de 28 de outubro de 1916 e incentivou a emigração, apenas naquele ano, de 13800 trabalhadores portugueses para a França (Pereira 2014).

desagradaram os proprietários rurais, que se queixavam da falta de mão de obra e pressionavam por medidas mais restritivas, capazes de impedir as saídas. É exemplar a representação enviada pelo presidente da câmara municipal de Aguiar da Beira, distrito da Guarda. Nela, o funcionário solicita “medidas adequadas” para o problema da emigração, que provocava uma tal falta de braços que “os terrenos terão que ficar por cultivar, e consequentemente, os proprietários não poderão pagar as contribuições prediais ao Estado”. Isso porque não era possível “de um momento pro outro [...] substituir o trabalho do homem pelo da máquina”. No mais, segundo o presidente, “os que regressam a Portugal já não se adaptam ao amanho das terras” e, ainda mais grave, “trazem consigo o gérmen do comunismo ou ideias avançadas, que servem para contaminar seus conterrâneos”.¹⁰

A representação explicitava, ainda, um conflito entre a câmara e a JE, que “parece não querer atender a voz dos municípios e dos presidentes das câmaras que lhe expõem os problemas”, gerando “males e consequências nocivas”. Isso porque, se a JE não considerasse a opinião da câmara de que se deve restringir ou limitar as saídas, o sacrificado seria “o presidente da câmara [...], contra o qual os proprietários de terras se insurgirão ao verem os seus terrenos por cultivar por falta de braços”.¹¹ As alegações da câmara foram confirmadas pelo governador civil da Guarda, de acordo com o qual, a emigração agravava, “nos meios rurais, a falta de braços [...] não só neste concelho como nos demais do distrito”.¹²

Questionado, o presidente da JE alegou que a representação decorria do caso de Filomeno da Paixão Amaral, “que conseguiu particularmente um contrato de trabalho para a França”. A JE solicitou, então, à câmara a “documentação necessária à emissão do passaporte, que esta tem recusado alegando falta de braços na agricultura”. Ainda segundo o presidente da JE, não era possível impedir a emigração de Filomeno, visto que cumpria todos os requisitos para emigrar e melhorar de condição “em face dos salários diminutos auferidos na região”. Além disso, seria “pouco numerosa” a emigração daquele concelho. O presidente rebateu ainda o argumento do governador civil da Guarda, afirmando que em alguns concelhos do distrito, como Almeida, Gouveia e Seia, era indicada a manutenção da emigração, devido à falta de trabalho.¹³

Na resposta ao ministro, o presidente da JE procurava convencê-lo de que a emigração estava sob controle e se fazia, ainda, em função do cálculo dos custos e benefícios: era benéfico que Filomeno emigrasse, assim como era benéfica a emigração de certos concelhos onde havia mão

¹⁰ Exposição do presidente da câmara municipal de Aguiar da Beira ao ministro do Interior. Guarda, 17.07.1961. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 0255.

¹¹ Idem.

¹² Governador civil da Guarda ao ministro do Interior. Guarda, 12.09.1961. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 0255.

¹³ Presidente da JE ao ministro do Interior. Lisboa, 27.09.1961. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 0255.

de obra excedente. No entanto, tornava-se cada vez mais inegável o aumento do número de pessoas que abandonavam o país, assim como era cada vez mais impossível disfarçar a ineficiência da JE. Com isso, crescia também a insatisfação das autoridades locais com uma emigração indisciplinada e o incômodo provocado pelos emigrantes, que pressionavam por mudanças no regime.

O exercício do direito de fuga e a emigração como movimento social

Contando com conhecidos na capital francesa e confiando nos passadores,¹⁴ os emigrantes dispensavam a “proteção” oferecida pela JE e deixavam o país à revelia das leis, em busca, não apenas de trabalho, mas dos benefícios oferecidos pelo Estado de bem-estar social. Em massa, escancaravam os problemas do país.

Alguns indivíduos, talvez por temerem as agruras da travessia ilegal, por confiarem nas boas intenções do regime e nas autoridades ou por falta de opção, recorriam a elas, muitas vezes dirigindo-se ao próprio Salazar. Buscavam solução a seus problemas e explicitavam as razões pelas quais desejavam emigrar. Nessas cartas, fica evidente o quanto a emigração é, como afirmou Sayad, ao mesmo tempo fato social e trajetória individual.

Dentre essas cartas, duas chamam a atenção. A primeira, escrita de próprio punho por Amílcar dos Santos, 26 anos, “vidreiro, natural de Marinha Grande”. Amílcar alega ter conseguido um contrato para trabalhar em uma empresa francesa, porém “em virtude de dificuldades então surgidas na JE, o contrato caducou, tendo sido agora renovado”. A JE teria então solicitado, à câmara municipal, os documentos necessários, dentre os quais “uma credencial de disponibilidade da entidade patronal, onde presto serviço”. Porém, a dita entidade recusou passar-lhe o documento. Por isso, ele recorreu ao ministro do Interior, descrevendo suas condições de vida em Portugal como “bastante precárias”.¹⁵

Amílcar afirmava estar endividado pois empenhara-se em “fazer uma modesta casa [...] que não está ainda acabada porque tenho um filho a estudar no 7º ano no Liceu Nacional de Leiria”, pois tem vontade de seguir um curso universitário. O menino tinha “colegas a estudar que vão seguir o curso pois têm os pais a trabalhar em França”. Por isso, decidiu fazer o mesmo, porém “apareceu este obstáculo”, de modo que colocava na mão do ministro o seu “modo de vida futuro”.¹⁶ A carta foi enviada à JE, em cujo despacho lê-se que a exigência do documento foi esclarecida com a câmara e que “a pretensão deste indivíduo foi considerada de autorizar”.¹⁷

¹⁴ Sobre a rede de emigração irregular e a atuação dos facilitadores, ver: David e Baía, 2023 e Silva, 2022.

¹⁵ Amílcar dos Santos ao ministro do Interior. Leiria, 09.11.1964. ANTT-MAI-GM-JE 0032, cx. 276.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Secretário da JE ao ministro do Interior. Lisboa, 17.12.1964. ANTT-MAI-GM-JE 0032, cx. 276.

A segunda, endereçada a António de Oliveira Salazar, foi escrita por Adelino Valdemar Nunes, de Amarante. Nela, Amarante apresentou-se como “um pobre jornalista” que ganhava a dias “quando há trabalhos no serviço de rezina”. Em virtude de seus fracos rendimentos para sustentar a casa, a mulher e os três filhos, estava “passando fome”. Para se livrar da miséria, conseguira um emprego na França e um empréstimo, que usou para retirar os documentos necessários, e os enviar à JE. Essa negou o passaporte alegando que o impetrante não tinha parentesco naquele país. Temendo ficar “irremediavelmente arruinado por não poder pagar” o empréstimo, dirigiu-se a Salazar, garantindo que “o contratador em França me dará alojamento e tudo quanto dele vier a necessitar”.¹⁸ A carta foi remetida à JE, que justificou o indeferimento pelo contrato não ter sido intermediado por um parente de até 3º grau do solicitante. Porém, afirmou que Adelino seria convocado para “fazer parte de um recrutamento para a França que esta Junta está a efetuar”.¹⁹

O intermédio de um parente até 3º grau foi uma exigência imposta pelo presidente da JE a quem desejasse emigrar para a França com contrato de trabalho celebrado sem o intermédio das autoridades portuguesas, sob a alegação de que era uma forma de proteger os emigrantes das fraudes dos empregadores. Não é possível saber se Adelino conseguiu outra oportunidade para emigrar por intermédio da JE, se desistiu ou se partiu ilegalmente. O que é notório é que enquanto a JE reforçava o suposto caráter passivo e manipulável dos emigrantes, vítimas fáceis de exploração, milhares de portugueses deixavam o país e exerciam o direito de fuga: fugiam da miséria, da guerra, da falta de liberdade. Abandonavam o país reivindicando a autonomia que o regime lhes roubara fingindo querer protegê-los.

Não tardou para que o êxodo comprometesse a imagem do regime no exterior. Em 1964, chegou ao ministério do Interior, via ministério dos Negócios Estrangeiros, uma matéria extensa publicada no jornal *Le Figaro* sobre a imigração portuguesa na França, intitulada “O escândalo do bidonville português de Champigny-sur-Marne”. No “bigode” lia-se: “Quase 10.000 pessoas amontoadas sem a menor higiene”.²⁰ A matéria descreve as péssimas condições de vida naquele bairro de lata, onde não havia saneamento básico, a água era retirada de uma fonte pública e as pessoas conviviam com ratos. Muito embora a ênfase recaísse sobre o problema do alojamento no país, a situação descrita apontava para problemas socioeconômicos ainda maiores em Portugal, que

¹⁸ Adelino Valdemar Nunes a António de Oliveira Salazar. Porto, 1962. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 255.

¹⁹ Secretário da JE ao ministro do Interior. Lisboa, 08.09.1962. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 255.

²⁰ “Le scandale du bidonville portugais de Champigny-sur-Marne”. *Le Figaro*, 14 de abril de 1964. Trad. Nossa. ANTT-MAI-GM-JE 032, cx. 276. *Bidonville* refere-se aos bairros de lata, ou favelas, em que viviam os portugueses na França.

faziam com que portugueses preferissem os bairros de lata à terra natal. Em outro artigo, o êxodo de portugueses é associado ao baixo nível de vida da população em Portugal. A matéria enfatiza a ausência de mão de obra qualificada capaz de promover a expansão industrial no país, a falta de professores nas escolas e nas universidades, os baixos salários e as más condições de vida no campo.²¹ A emigração escancarava para o mundo ocidental tudo aquilo que o regime queria esconder e jogava por terra os mitos do salazarismo.

Da França, o embaixador Marcelo Mathias alertava para a má imagem do regime provocada no exterior pela forma como viviam os portugueses. No mesmo ano em que as matérias acima mencionadas foram publicadas, Mathias mostrava-se preocupado com uma reportagem preparada por uma emissora de TV francesa, que entrevistaria imigrantes portugueses. Segundo Mathias, “os imigrantes, para justificar o caráter de fuga do nosso país [...] alegarão que a imigração provém da extrema miséria, da atmosfera policial e da fuga da guerra em Angola”. Assim, concluía que “o assunto é de uma gravidade muito maior do que pode se supor, não apenas quanto ao bom nome de Portugal em França e aos problemas sociais que também provoca, mas sobretudo quanto às repercussões políticas que acabará por ter em nosso país”.²²

Essas repercussões já se faziam notar. Enquanto o presidente da JE insistia em assegurar um (já perdido) controle sobre a emigração, a responsabilidade pelas saídas ilegais recaía sobre a PIDE, a quem cabia fiscalizar as fronteiras. Pressionado, o diretor da PIDE afirmou, em 1962, que a emigração não se devia à incompetência da polícia, mas ao fato de o trabalhador rural encontrar-se “completamente desamparado”, sem assistência para si e sua família e “se não trabalha, a miséria bate à porta”. Por essa razão, buscava países onde auferiria não apenas melhores salários, mas onde encontraria também “assistência médica e previdência”, de modo que, se não pode trabalhar “tem seus salários garantidos”. Por isso, a seu ver, o problema deveria ser estudado “no aspecto social, econômico e político” e não seria resolvido com mais medidas repressivas, mas com a extensão da assistência social aos trabalhadores rurais.²³ Nota-se que, perante a fuga de milhares de portugueses às margens do controle do regime, a imagem da aldeia idílica e os mitos da ‘ruralidade’ e da ‘pobreza honrada’ tornavam-se insustentáveis.

Conforme observou Victor Pereira (2009), ao regressarem a Portugal nas férias de verão, os emigrantes levavam à aldeia natal televisores, geladeiras e outros produtos modernos mais acessíveis além-Pirineus. Mas mais do que isso: levavam notícias sobre os benefícios sociais e

²¹ “Portuguese face paradox on labour problem”. *The Times*, 10 de abril de 1962. ANTT-MAI-GM-JE 032, cx. 276.

²² Marcelo Mathias. Telegrama. Paris, 04.03.1964. AHD-EEA-132.

²³ Diretor da PIDE ao ministro do Interior. Lisboa, 13.02.1962. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 255.

trabalhistas a que tinham direito na França, como férias, seguro-desemprego e licença remunerada em caso de doença. Com isso, contribuíam para a pressão pela modernização do país – almejada, na década de 1960, pela chamada “ala modernizadora” do regime. Para os técnicos do ministério das Corporações e Previdência Social, como Mário Murteira, e para funcionários do ministério dos Negócios Estrangeiros, como Carlos Fernandes, era necessário liberalizar a emigração e reconhecer que os portugueses escolhiam emigrar porque não tinham “esperança na agricultura”, nem “abonos de família e os benefícios da segurança social”.²⁴

Assim, aos poucos, a estratégia individual em busca de melhores condições de vida adquiriu caráter de um movimento social que evidenciava a necessidade de mudanças e transformações mais profundas. As esperanças de que essas mudanças seriam finalmente implementadas foram depositadas em Marcelo Caetano, que assumiu a presidência do conselho em 1968. O jurista, respeitado por Salazar, cercara-se da “ala modernizadora” do regime, que almejava industrializar e desenvolver Portugal. Eram justamente os membros dessa ala mais moderada que, percebendo a ineficiência das medidas para conter a emigração, defendiam liberalizá-la.

Se as esperanças depositadas no marcelismo foram frustradas (sobretudo para quem esperava que o novo presidente do conselho conduzisse a transição para a democracia), mudanças tênues na abordagem da questão emigratória foram levadas a cabo por Marcelo Caetano. Pouco depois de subir ao poder, Caetano demitiu o presidente da JE, visto como um entrave à solução da clandestinidade, e, pouco depois, extinguiu a instituição e a substituiu pelo Secretariado Nacional de Emigração. O fenômeno foi então associado à política de emprego, tal como propunha o ministério das Corporações e Previdência Social. Porém, a tônica da “nova” política emigratória voltou-se para a reversão do fluxo emigratório rumo às colônias na África, como forma de assegurar o já caduco império.

Não por acaso, Antônio Spínola – na obra *Portugal e o futuro*, em que defendia o fim da guerra contra os movimentos independentistas e uma solução política para a situação na África – constatou que Portugal vivia, naquele momento, “uma das horas mais graves da sua História, pois nunca as perspectivas se apresentaram tão nebulosas como as que se deparam à geração atual” (Spínola 1974, 21). A seu ver, uma das expressões da “crise atual”, era o fenômeno emigratório. A este, atribuía a “subida do nível de vida” no país, promovida pelas remessas dos emigrantes (Spínola 1974, 36). Porém, alertava que tal fonte de renda, além de ser consequência da fuga da mão-de-obra, provocava a dependência de Portugal em relação aos países de destino. Por isso, defendia

²⁴ Carlos Fernandes. “O regime legal e a situação de fato da emigração portuguesa na atualidade”, 15.09.1964. AHD-EEA-134.

que “algo deverá ser revisto à luz de um espírito novo” (Spínola 1974, 27). Como se sabe, o regime foi derrubado dois meses depois da publicação.

Os emigrantes não pegaram em armas para depor o regime. Mas exerceram o direito de fuga e recusaram em massa o lugar passivo e infantilizado em que o Estado Novo insistia em encarcerá-los. Viram na travessia das fronteiras uma forma de recuperarem a autonomia que o regime lhes roubara e de decidirem sobre os próprios futuros. Formaram um movimento social que escancarou as contradições e os anacronismos do salazarismo, bem como o descontentamento da população com a pobreza e a manutenção do império. Assim, contribuíram para corroer os alicerces de um regime cada vez mais gasto e, de longe, assistiram à derrubada de Marcelo Caetano pelo MFA. Do governo provisório formado em 1974, receberam a seguinte mensagem:

Amigo, acabas de chegar a um novo país: o teu. Quando daqui tiveste de sair, Portugal era uma terra oprimida, de costas viradas para o mundo. Agora, somos uma nação de cara levantada, orgulhosa, aceite pelos povos de todos os quadrantes, uma nação de que fazes parte e quer reconstituir-se para que um dia possas voltar. [...] Hoje a luta é de todos. Portugal precisa de todos os portugueses, onde quer que eles vivam e trabalhem (Lisboa 1974).

Conclusão

Este artigo colocou em evidência milhares de sujeitos que demonstraram sua insatisfação com as condições de vida impostas pelo regime atravessando a pé as fronteiras nacionais e exercendo o que o filósofo italiano Sandro Mezzadra (2010) chamou de “direito de fuga”. Longe de ser um fenômeno inédito na história de Portugal, a emigração, ainda que em baixa nos primeiros anos do Estado Novo, foi abordada na Constituição de 1933. Nela, o regime procurou se antecipar aos “problemas” que uma eventual e provável retomada do fluxo emigratório poderia ocasionar. O objetivo era garantir um saldo positivo para o regime no cálculo entre custos e vantagens do deslocamento de portugueses.

Conforme demonstrado, o emigrante era uma ausência presente na sociedade portuguesa, com potencial disruptivo da nova ordem que o salazarismo visava criar. Representado em obras de dramaturgia como ambicioso, o emigrante recusava a “pobreza honrada” e a vida na aldeia natal, pintada com cores que valorizavam uma suposta essência rural da sociedade portuguesa. Buscando de forma autônoma uma estratégia para melhorar de vida, o emigrante desafiava o mito do corporativismo, pelo qual os portugueses dependiam de uma autoridade capaz de os guiar. Porém, enquanto a emigração se mantivesse abaixo dos níveis atingidos nas décadas anteriores, era possível ao regime alegar que o país estava melhor que antes.

Assim, ao longo da década de 1930, o regime autorizava as saídas de acordo com o cálculo das vantagens que elas poderiam assegurar, como o alívio das tensões sociais em momentos e locais

com alta taxa de desemprego e a garantia das remessas. Porém, os benefícios econômicos e sociais eram soterrados sempre que os prejuízos políticos se fizessem sentir. Foi o caso do engajamento de famílias pela Companhia Itaquerê, arbitrariamente encerrado pelo ministro do Interior (que o autorizara em um primeiro momento) quando importantes veículos de comunicação deram ao fenômeno ares de escândalo.

Com o fim da Segunda Guerra, as saídas até então represadas voltaram a crescer rapidamente. Perante a impossibilidade de evitá-las, o regime criou a Junta de Emigração, responsável por conter o fenômeno, mitigar seus impactos negativos e domesticar o incômodo provocado pelo emigrante à ordem salazarista e à imagem do Estado Novo no exterior. A JE sustentou ao máximo a ideia do emigrante facilmente ludibriado que precisava de proteção estatal e buscou transformá-lo em um vetor da propaganda salazarista nos países de destino.

No fim da década de 1950, o fluxo emigratório que tradicionalmente se dirigia para as Américas voltou-se para a Europa em reconstrução. Perante a necessidade de atrair mão de obra, o governo francês passou a facilitar o ingresso de imigrantes portugueses, muitos dos quais chegavam ao país ilegalmente. Sem precisar agendar viagens transatlânticas e almejando os benefícios assegurados pelo Estado de bem-estar social, os emigrantes dispensaram a “proteção” supostamente oferecida pela JE. Contando com conhecidos no destino e confiando na ação dos passadores, arriscavam-se na travessia da raia seca e da Espanha franquista, que deixou de perseguir os clandestinos. A emigração ilegal tornou-se massiva. Milhares de indivíduos exerciam o direito de fuga, abandonando uma vida de privações e a possibilidade de serem enviados à África para defender o império.

Face ao êxodo, já não era possível conter as saídas em função dos custos e benefícios da emigração, muito menos domesticar o incômodo provocado pelos emigrantes ao regime. As condições de vida que os portugueses estavam dispostos a enfrentar na França para deixar o país natal escancaravam aos governos da Europa Ocidental a verdadeira situação em que viviam em Portugal. Aos poucos, tornava-se impossível a atores políticos do regime negarem os fatores socioeconômicos que motivavam as saídas, bem como continuarem a defender soluções repressivas que se provavam ineficazes. A emigração deixava de ser compreendida como resultado da ambição individual para ser vista como um recurso legítimo. Ao evidenciar a necessidade de mudanças, os emigrantes encetaram um movimento social que contribuiu para roer os alicerces de um regime caduco e anacrônico que caiu naquele 25 de abril de 1974.

Referências:

Fontes Impressas

- “A Partida dos Emigrantes”, *O Século*, 04 de fevereiro de 1938.
- “Le scandale du bidonville portugais de Champigny-sur-Marne”, *Le Figaro*, 14 de abril de 1964.
- Ministério do Interior. *Nós, os emigrantes*. Lisboa: Junta da Emigração, 1954.
- Neves, Armando. *Emigrantes: um ato, em verso*. Lisboa: J. Roussado dos Santos, 1940.
- Oliveira, Alberto Soares. *Conselhos e instruções aos portugueses que emigram pela primeira vez*. Junta da Emigração: s/d.
- Pinto, Armando Vieira. *Brasil: uma fábula em quatro capítulos*. Lisboa: s/e, 1939.
- Portugal. Constituição de 11 de abril de 1933. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>. Consulta em: 06 jan. 2026.
- “Portuguese face paradox on labour problem”, *The Times*, 10 de abril de 1962.
- Secretaria de Estado da Emigração. “Um povo unido dentro e fora do país”. Lisboa, 1974.
- Spínola, Antônio de. *Portugal e o futuro: análise da conjuntura nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

Fontes de Arquivo

Arquivo Histórico Diplomático

- Carlos Fernandes. “O regime legal e a situação de fato da emigração portuguesa na atualidade”, 15.09.1964. AHD-EEA-134.
- Marcelo Mathias. Telegrama. Paris, 04.03.1964. AHD-EEA-132.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- Adelino Valdemar Nunes a António de Oliveira Salazar. Porto, 1962. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 255.
- Amílcar dos Santos ao ministro do Interior. Leiria, 09.11.1964. ANTT-MAI-GM-JE 0032, cx. 276.
- Despacho do ministro do Interior. Lisboa, 26.06.1937. ANTT-MAI, mc. 486, NT359-1, PV/L nº 57.
- Diretor da PIDE ao ministro do Interior. Lisboa, 13.02.1962. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 255.
- Exposição do presidente da câmara municipal de Aguiar da Beira ao ministro do Interior. Guarda, 17.07.1961. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 0255.
- Governador civil do distrito de Faro ao ministro do Interior. Faro, 19.02.1935. ANTT-MI, mc. 473, NT 345, pasta 9/1.

Governador civil do distrito da Guarda ao ministro do Interior. Guarda, 12.09.1961. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 0255.

Presidente da JE ao ministro do Interior. Lisboa, 27.09.1961. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 0255.

Secretário da JE ao ministro do Interior. Lisboa, 17.12.1964. ANTT-MAI-GM-JE 0032, cx. 276.

Secretário da JE ao ministro do Interior. Lisboa, 08.09.1962. ANTT-MAI-GM-JE 0065, cx. 255.

Bibliografia

Alves, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Reunidos, 1994.

Bourdieu, Pierre. “Um analista do inconsciente”. Em *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Abdelmalek Sayad, 9-12. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

David, Pedro e Baía, João. “A emigração irregular para a França: repressão, tolerância e colaboração (1957-1974)”. *Ler História*, 83 (2023): 169-189.

Galvanese, Marina Simões. “A Junta da Emigração: os discursos sobre a emigração e os emigrantes no Estado Novo do pós-Guerra (1947-1970)”. Dissertação de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2013.

Galvanese, Marina Simões. “Os discursos sobre a emigração portuguesa no pós-Segunda Guerra Mundial: a Junta da Emigração entre o proibicionismo e o avanço liberal (1947-1961)”. *Revista Portuguesa de História*, XLV (2014): 393-413.

Galvanese, Marina Simões. “Fronteiras de papel: o controle da emigração pelo regime salazarista (1933-1947)”. *Tempos Históricos*, 24 (2020): 36-72.

Galvanese, Marina Simões. “Os sentidos da emigração portuguesa: discursos, diplomas e políticas entre Portugal e Brasil (1835-1914)”. Tese de doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2021.

Galvanese, Marina Simões. “Idas e vindas do direito de ir e vir: debates sobre passaportes na monarquia constitucional portuguesa”. *Ler História*, 85 (2024): 193-216.

Godinho, Vitorino Magalhães. “L’émigration portugaise (XV^{ème}-XX^{ème} siècle): une constante structurelle et les réponses aux changements du monde”. *Revista de História Econômica e Social*, 1 (1978): 5-32.

Leite, Joaquim da Costa. “Emigração portuguesa: a lei e os números”. *Análise Social*, XXIII, n. 97 (1987): 463-480.

Mezzadra, Sandro. “Direito de Fuga”. Em *A política dos muitos: povos, classes e multidão*, org. Bruno Peixe Dias e José Meves, 315-328. Lisboa: Tinta da China, 2010.

Nunes, João Paulo Avelãs. “Corporativismo e economia de guerra: o salazarismo e a Segunda Guerra Mundial”. Em *Corporativismo, fascismos, Estado Novo*, org. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 165-178. Coimbra: Almedina, 2012.

Paulo, Heloísa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

Pereira, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc, 2002.

Pereira, Victor. “Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal”. *Análise Social*, XLIV, n. 192 (2009): 471-510.

Pereira, Victor. “‘Ainda não se sabe qual é o pensamento de Sua Excelência Presidente do Conselho’: o Estado português perante a emigração para a França (1957-1968)”. Em *O Estado Novo em questão*, Nuno Domingos e Victor Pereira (orgs.), p. 41-80. Lisboa: Edições 70, 2010.

Pereira, Victor. *La dictature de Salazar face à l’émigration: L’État portugaise et ses migrants en France (1957-1974)*. Paris: Sciences Po, 2012.

Rosas, Fernando. “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”. *Análise Social*, XXXV, n. 57 (2001): 1031-1054.

Santos, Ivete Sobral dos. “A Junta Nacional da Emigração e a política de emigração do Estado Novo”. Tese de doutorado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

Sayad, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

Serrão, Joel. “Conspecto histórico da emigração portuguesa”. *Análise Social*, 32 (1970): 597-617.

Serrão, Joel. *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

Silva, Marta. “O auxílio à emigração irregular para a França e a figura do intermediário no interior rural português (1957-1974)”. Tese de doutorado, Lisboa. Universidade Nova de Lisboa, 2022.

Sousa, Fernando. *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu*. Porto: Cepese e Fronteira do Caos, 2009.

Torpey, John. *L’invention du passeport: États, citoyenneté et surveillance*. Paris: Belin, 2000.

Recebido: 09 de janeiro de 2026

Aprovado: 14 de agosto de 2026

Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51091>

Maria Archer:
escritos, exílio e resistências (São Paulo/1955-79)

Maria Archer:
Writings, Exile, and Resistance (São Paulo/1955-79)

Maria Archer:
Escritos, Exílio y Resistencia (São Paulo/1955-79)

Maria Izilda Santos de Matos* **
<https://orcid.org/0000-0002-4109-3747>

RESUMO: Este artigo focaliza o protagonismo feminino nas ações e lutas de oposição ao salazarismo, destacando a trajetória e obra da escritora portuguesa Maria Archer. Recupera-se o contexto, trajetória de vida e produção de Archer, particularizando, as ações de censura às suas obras e o exílio em São Paulo, onde permaneceu por cerca de 20 anos (1955-1979) dando continuidade à luta antissalazarista. A pesquisa valorizou uma diversidade de fontes e referências em arquivos no Brasil e em Portugal: a documentação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), o acervo da Torre do Tombo e da Fundação Mário Soares; os arquivos do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social); textos literários, cartas, fotografias, entrevistas, crônicas, imprensa, priorizando os escritos de Archer no exílio.

Palavras-chave: Maria Archer. Antissalazarismo. Censura. Exílio. Portugal Democrático.

* CNPQ, Bolsa Produtividade de Pesquisa 1 A.

** Professora Titular da PUC/SP e Professora convidada Università Ca'Foscari/Veneza/Itália (2023). Possui graduação (USP/1978), doutorado (USP/1991) e Livre docência (PUC/SP 2016) em História; Pós-doutorado pela Université Lumière Lyon 2/França (1997). Pesquisadora Produtividade em pesquisa do CNPq nível 1 A. Investiga temas de imigração portuguesa, história das mulheres e gênero, exílios, entre outros. Livros: *Gênero e imigração: mulheres portuguesas em foco*. São Paulo: E@manuscrito, 2017; *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: E@manuscrito, 3.ed., 2019; *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano*. São Paulo, EDUSC, 2013; *Portugueses: ações e lutas políticas*. Rio de Janeiro e São Paulo: Verona editores, 2015. Acesso ao CV completo: <http://lattes.cnpq.br/3818957885297532>. E-mail: mismatos@pucsp.br.

ABSTRACT: This article focuses on female protagonism in the actions and struggles of opposition to salazarism, highlighting the trajectory and work of the Portuguese writer Maria Archer. It recovers the context, life trajectory, and production of Archer, particularly the censorship of her works and her exile in São Paulo, where she remained for about 20 years (1955-1979), continuing the anti-Salazar struggle. The research valued a diversity of sources and references in archives in Brazil and Portugal: the documentation of PIDE (International Police and State Defense), the collection of Torre do Tombo and the Mário Soares Foundation; the archives of DEOPS/SP (State Department of Political and Social Order); literary texts, letters, photographs, interviews, chronicles, press, giving priority to Archer's writings in exile.

Keywords: Maria Archer. anti-Salazarism. Censorship. Exile. Democratic Portugal.

RESUMEN: Este artículo se centra en el papel protagónico de las mujeres en las acciones y luchas de oposición al salazarismo, destacando la trayectoria y obra de la escritora portuguesa Maria Archer. Recupera el contexto, la trayectoria vital y la producción de Archer, en particular la censura de sus obras y su exilio en São Paulo, donde permaneció durante aproximadamente 20 años (1955-1979), continuando la lucha antisalazarista. La investigación valoró una diversidad de fuentes y referencias en archivos de Brasil y Portugal: la documentación de la PIDE (Policía Internacional y de Defensa del Estado), la colección de la Torre do Tombo y la Fundación Mário Soares; los archivos del DEOPS/SP (Departamento de Orden Político y Social del Estado); Textos literarios, cartas, fotografías, entrevistas, crónicas, prensa, con especial énfasis en los escritos de Archer en el exilio.

Palabras clave: Maria Archer. Antisalazarismo. Censura. Exilio. Portugal Democrático.

Como citar este artigo:

Matos, Maria Izilda Santos de. “Maria Archer: escritos, exílio e resistências (São Paulo/1955-79)”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 115-141.

* * *

Vim para o Brasil, tendo chegado dia 15-07-1955, porque já não podia viver em Portugal. A ação da censura asfixiou-me e tirou-me os meios de vida. Apreenderam-me dois livros publicados, assaltaram-me com policiais a casa e levaram-me um original que ainda estava escrevendo, violência inédita em países de civilização europeia (*Diário de Notícias* 15/01/1956, 14).

Em entrevista ao *Diário de Notícias*, quando da sua chegada ao exílio, Maria Archer, escritora e intelectual portuguesa, denunciou as perseguições a que foi submetida em Portugal, considerando-se “amordaçada pela censura”. Assim, como outros portugueses exilados em São Paulo, ela levou a frente ações de oposição ao regime salazarista, tendo como arma de luta a escrita.

O exílio¹ é uma situação impactante, que provoca reações e necessidade de desabafos, desencadeando desejos de preservar memórias desta experiência através da escrita, analisando e registrando contextos, ideias e práticas políticas, redes e conexões estabelecidas, além de dilemas afetivos (Said 2005; Hochman 2011; Sarlo 2006; Arendt 1988).

Nesse sentido, estes escritos pretendem uma contribuição para o estudo do protagonismo feminino nas ações e lutas de oposição ao salazarismo, destacando a trajetória e obra de Maria Archer. Para tanto, inicialmente, recupera-se o contexto vivenciado pela escritora (o Estado Novo português e seus aparelhos repressivos); na sequência retoma-se a trajetória de vida e a produção de Archer em Portugal, particularizando, as ações de censura às suas obras. Finalizando, com a análise de sua atuação e obras produzidas nos anos de exílio em São Paulo (1955-1979).

Para enfrentar tal desafio, a pesquisa valorizou uma diversidade de fontes e referências: a documentação da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), o acervo da Torre do Tombo e da Fundação Mário Soares (em Portugal); do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social no Arquivo Público do Estado de São Paulo- APESP); textos literários, cartas, fotografias, entrevistas, crônicas, imprensa, priorizando os escritos de Archer no exílio.

Estado Novo português: autoritarismo, censura e propaganda

Em Portugal, a República foi instaurada em 1910, num momento de instabilidade política, crise econômica e social. Terminada a I Grande Guerra (1914-18), as dificuldades foram agravadas pela alta dos preços, desemprego e miséria nos campos e nas cidades, gerando descontentamento, lutas e reivindicações, bem como, o crescimento das organizações operárias, sindicais e a fundação do Partido Comunista Português (PCP/1921). Disputas políticas, crise econômica, déficits econômicos, manifestações de trabalhadores, geraram golpes e contragolpes, levando os militares ao poder (1926). Estes contextos de tensões dinamizaram novos fluxos de emigração para o Brasil, inclusive, o exílio de opositores ao regime (1927/28).

Com a ascensão do General Carmona (1928), foi nomeado para a pasta das finanças António de Oliveira Salazar, sendo, posteriormente, indicado para a Presidência do Conselho de Ministros. Em 1932, ele encabeçou a elaboração da Constituição do Estado Novo (implantado em 1933/34), que se caracterizou como um governo corporativo, forte e intervencionista, cultivando alianças com a Igreja Católica, constituindo-se num “regime autoritário católico”. Sua gestão era

¹ A delimitação dos significados semânticos de *exílio* é complexa, o termo é polissêmico, podendo significar a experiência de ser expatriado forçado ou voluntário, envolvendo o ser expulso da pátria, também, o apartar, arredar, afastar-se do convívio social, embora toda pessoa impedida de voltar para casa é um exilado, há distinções entre exilados, asilados, refugiados, expatriados e emigrados.

resistente às mudanças econômicas, confinando Portugal a padrões tradicionais centrados nas atividades agrícolas, com uma política econômica avessa à industrialização, considerada a causa dos conflitos de classe (Maxwell 2006; Secco 2004; Paulo 2000; Silva 2006; Ramos 2004; Oliveira 2010; Matos 2013).

As ações de oposição e resistência ao salazarismo foram permanentemente sufocadas, tais como o Levante Operário (1934), a Revolta dos Marinheiros ou Motim dos Barcos do Tejo (1936) e o Movimento de Unidade Democrática (1945/48), sendo a repressão às oposições mantida por meio da PIDE e de outros órgãos (Pinto 1994; Torgal 2009; Secco 2004; Mattoso 1998).

Durante todo o Estado Novo foram constituídos mecanismos de controle de expressão e de propaganda do regime. Em 1933, foi criado o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), órgão ligado diretamente ao Conselho de Ministros (portanto, a Salazar), que se encarregava pela propaganda do regime tanto em Portugal como no exterior.

O SPN assumiu o controle e a censura dos meios de difusão cultural, fiscalizava e cerceava à programação de rádio, televisão, jornalismo (qualquer matéria que tivesse conteúdo considerado impróprio, incluindo os noticiários internacionais), produção literária (autores estrangeiros e nacionais), teatro, música, artes plásticas e até mesmo as festas nacionais. Ao mesmo tempo que censurava, esse órgão incentivava e subsidiava as ações ufanistas ao salazarismo, através de estímulo e apoio cultural, prêmios literários e artísticos, organização de exposições, museus, espetáculos teatrais, apoio a produção cinematográfica e ações conservação ao patrimônio etnográfico, que entre suas plataformas valorizava um país rural e folclorizado (Coelho 1974; Cabrera 2008; Ramos 1969; Baião 2012; Paulo 1994; Azeredo 1999).

Em 1944, o SPN transformou-se no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), passando a controlar e censurar as atividades culturais em Portugal e em outros países com os quais mantinha contato. O escritor e jornalista Antônio Ferro presidiu o SPN/SNI entre 1933-1949, tornando-se uma das figuras mais influentes do governo salazarista (Torgal 2004).

A sua acção, durante os anos em que ocupou tal cargo, de 1933 a 1950, pautou-se pela fidelidade à “lição de Salazar” e pelo incremento daquilo que era apodado por ele próprio como uma “política do espírito”. Salazar encontrou em António Ferro o homem ideal para a dinamização do seu projecto cultural [...].

A rádio, o teatro e o cinema nacionais foram especialmente favorecidos pela sua acção, tendo sido também ele o criador do grupo de danças Verde Gaio. Tentou aliciar e controlar a imprensa estrangeira, instalando-a num gabinete do Palácio Foz. O significado ideológico das diversas manifestações culturais do seu tempo não lhe escapava. Reflectindo, por exemplo, sobre os defeitos e qualidades do cinema português, Ferro pretendeu incentivar o “filme histórico”, ao mesmo tempo que desencorajou os chamados “filmes cómicos”, não apenas talvez por uma questão de gosto pessoal, mas porventura pelo incómodo do retrato social que registavam (Torgal 1982, 1442).

As propagandas salazaristas se davam através de vários meios de comunicação, entre eles o rádio. Na década de 1930, foi criada a Emissora Nacional, com programas que se propunham a difundir a “cultura popular”, conforme esta era entendida pelo sistema. O teatro (Teatro do Povo, que pretendia levar a todos a “cultura verdadeira”, segundo o regime), o cinema e a música apoiados se caracterizavam por mensagens nacionalistas, de exaltação ao governo e a Salazar. Afora essas, houve várias outras iniciativas de difundir o ideário propalado pelo regime, como a criação das Casas do Povo, que, além de promover atividades culturais e de lazer, possuíam bibliotecas com obras que enalteciam o salazarismo. Com a mesma intenção foram criadas as Casas dos Pescadores, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) e a Junta de Ação Nacional (Torgal 1982; Santos 2008).

O sistema de propaganda salazarista (SPN/SNI) organizou ações voltadas para os portugueses que viviam em outros países. No caso do Brasil, a propaganda se concentrou no eixo Rio de Janeiro-São Paulo devido a maior presença lusitana. Em São Paulo, destacou-se a participação da Casa de Portugal, além de publicações de propaganda na *Revista Portuguesa*, patrocínio de conferências, programas de rádio, veiculação de cinema, teatro e espetáculos musicais de cunho apologético ao salazarismo (Paulo 1994).

As obrigações que, no campo da propaganda no estrangeiro, cabiam ao Secretariado, bem como as ações que levou a cabo, incluíam a colaboração com todos os organismos portugueses de propaganda existentes no estrangeiro, tais como embaixadas, consulados e Casas de Portugal; supervisão de todos os serviços de imprensa oficiais fora do país; a realização de conferências e encorajamento do intercâmbio com intelectuais e jornalistas estrangeiros, com vista a moldar a opinião internacional, entre outros assuntos, sobre a política colonial; promoção cultural e artística de Portugal bem como do seu turismo (Cotrim 2010, 77).

Durante a Guerra Fria, cresceram as tensões e as ações repressivas do regime aos seus opositores. Os conflitos se agudizaram nas eleições para a Assembleia e a Presidência (1957/58), com a coligação das oposições em torno da candidatura do general Humberto Delgado, que angariou adeptos e popularidade, porém, o resultado das eleições deu a vitória ao candidato da situação, Américo Tomás. Nesse contexto, o regime desencadeou novas ações de repressão através da PIDE, com a prisão de vários oposicionistas, enquanto outros, inviabilizados de manter suas atividades profissionais e políticas, optaram pelo exílio.²

² Observando os diferentes momentos políticos e a constituição das oposições ao regime português pode-se identificar fluxos de exílios. Inicialmente, uma leva nos anos 1920/30, envolvendo os que atuaram na oposição e levantes contra o sistema estabelecido (1927/28 e 1931), eram na maioria republicanos e democratas, alguns, depois de passagens pela Espanha, exilaram-se na França e na sequência no Brasil; dentro desta primeira leva encontra-se João Sarmiento Pimentel e Jaime Cortesão. Já entre 1940/56, intelectuais e políticos em tensão com o regime salazarista exilaram-se majoritariamente no Brasil. A dinâmica oposicionista e o agravamento da repressão depois de 1957/58 gerou novos fluxos, que levou diferentes quadros políticos e de opção ideológica diversa a saírem, tendo o Brasil como um dos

Nas décadas de 1960/70, a situação socioeconômica em Portugal era marcada por crises econômicas, particularmente, a agrícola, gerando dificuldades e declínio da produção nos campos; a emigração continuava a ser a válvula de escape e as remessas enviadas amenizavam as carências. Os descontentamentos frente ao regime se generalizavam, as resistências cresceram dentro e fora do país culminando na “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974.³

Maria Archer: escrituras, resistências e lutas

Minha obra tem sido norteadada pelo princípio vital de rebater o preconceito arcaico da inferioridade das mulheres (Archer 1952).

A chamada oposição pode contar com as mais nobres energias da minha pena de escritora, da minha voz de conferencista, e mesmo com o meu voto de cidadã (Archer 1948b).

Romancista e dramaturga, autora de uma ampla obra literária e jornalística, Maria Emília Archer Eyrolles Baltazar Moreira, nasceu em Lisboa (1899), filha de João Baltazar Moreira Junior (funcionário do governo/Banco Nacional Ultramarino) e de Cipriana Archer Eyrolles Baltazar. Foi casada com Alberto Teixeira Passos (1921-1926), buscando por independência econômica e profissional, se divorciou em 1931. Sua trajetória de vida foi marcada por vivências em vários países da África (Angola, Guiné-Bissau, Niassa, Moçambique) e, como exilada, no Brasil (1955-1979).

Maria Archer cursou apenas a escola primária e como autodidata adquiriu ampla cultura, se tornando escritora profissional, atuando como jornalista e publicando várias obras, que transitavam por diferentes campos do conhecimento como história, geografia, etnografia, sociologia e antropologia. Sua escritura tinha um estilo agradável e envolvente, buscando, além de entreter, instruir, debater, informar, defender ideias e instigar o debate.⁴ Nas décadas de 1930 a 1950, Archer produziu uma ampla gama de escritos (livros, crônicas, teatro, literatura infantil), proferiu palestras,

destinos. Entre 1965/74, percebe-se que o aumento das saídas esteve associado às Guerras coloniais, ao movimento estudantil e a emergência de novos grupos políticos, além do Brasil, cresceram os fluxos para áreas mais próximas a Portugal como o Marrocos e Argélia, França, Alemanha, Bélgica, Suécia, Itália e, em menor frequência, para Romênia, URSS, Canadá e USA. As escolhas por estes destinos se vinculam às diferenças de opções políticas, articulações nas sociedades de acolhimento e nível de projeção dos agentes envolvidos (Martins 2005).

³ Ampliavam-se os desgostos, especificamente, devido às Guerras coloniais na África, gerando insubordinação inclusive entre os oficiais, contudo, o regime se mantinha indiferente frente às questões apesar de todos os alertas da impossibilidade de continuidade destes conflitos. As articulações políticas da oposição culminaram na “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974, conduzida pelos oficiais intermédios do Movimento das Forças Armadas (MFA) e membros da oposição, o programa proposto visava o fim da guerra na África e a criação de um regime democrático e pluralista em Portugal (Maxwell 2006. Secco 2004, Mattoso e Rosas 1998).

⁴ Considerada uma “escritora esquecida”, recentemente suas obras têm sido parcialmente reeditadas, despertando o interesse de vários pesquisadores, particularmente da área de letras e literatura, merece menção as obras: Batista 2007; Bordeira 2014; Botelho 1994; Bouzy 2012 e Bouzy 2015; Horta 2001; Martins 2005; Pedrosa 2017; Pereira 2008; Souza 2012.

conferências, participou de programas radiofônicos, trabalhou para vários jornais em Portugal e África.

Iniciou a sua carreira literária com a obra *Três Mulheres*, em coautoria com Graça Pinto Quartim (Luanda 1935). Já estabelecida em Lisboa, sua escritura foi intensificada, nesta fase, priorizou temáticas sobre África, merecendo destaque o livro *Viagem à roda de África* (1938), com o qual recebeu o prêmio Maria Amália Vaz de Carvalho, seguido de outras obras na *Coleção Cadernos Coloniais* (1936 e 1938).⁵

A partir de 1938, com a obra *Ida e volta duma caixa de cigarros*, Maria Archer iniciou uma nova etapa ou pelo menos a incorporação de inovações temáticas, priorizando as questões da condição feminina, abordando assuntos polêmicos e tabus como violência doméstica, sexualidade feminina, virgindade, honra, aborto, separação, trabalho e prostituição, entre outros.⁶

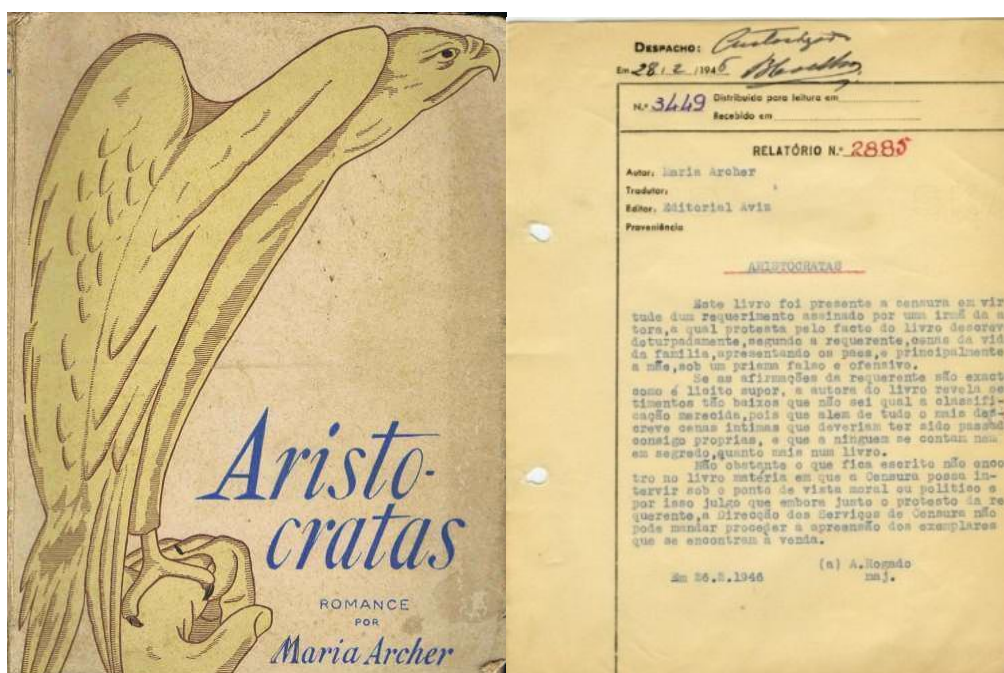
Seus livros tiveram várias edições com boa recepção e aceitação do público, eram inovadores e provocadores, retratavam a condição e o cotidiano femininos, criticavam práticas vigentes, perversidade das relações conjugais e falsas moralidades. Sua narrativa contemplava personagens femininas combativas, independentes e sedutoras, posicionadas entre o consentido e o proibido.

Em 1938, *Ida e volta duma caixa de cigarros* foi “qualificado” pelos periódicos *Voz* e *Novidades* como “pornográfico”, o Serviço de Censura apreendeu e proibiu a obra alegando “caracter acentuadamente erótico, a autora compraz-se na volúpia do promenor sensual, que parece ser o único objectivo”. Apesar dos recursos impetrados (1939 e 1944), a censura manteve a decisão afirmando “que se julga de conveniência pública fundada principalmente na intenção de preservar leitores de formação incorrupta ou imperfeita, de leituras que seriam perniciosas”.⁷

⁵ *África Selvagem* (1935, pela qual foi considerada uma escritora revelação), *Sertanejos*, *Singularidades dum país distante*, *Folclore dos negros do grupo Bantu e Ninbo de bárbaros* (1936), *Angola filme* (1937), *Colônias piscatórias em Angola e Caleidoscópio africano* (1938), *Roteiro do mundo português* (1940). Dentro dessa temática, merece menção a obra *Herança Lusíada* (s.d), com o prefácio de Gilberto Freyre, que destaca o “talento literário” da escritora. Nessas obras demonstrava conhecimentos etnográficos e fazia críticas eventuais à administração portuguesa na África.

⁶ Desta fase, entre sua vasta produção (algumas obras com várias reedições) destacam-se: *Ida e Volta de uma caixa de cigarros* (1938), *Há dois ladrões sem cadastro* (1940), *Fauno sovina* (1941), *Memórias da linha de Cascais* (1943), *Os parques infantis* (1943), *Ela é apenas mulher* (1944- considerado seu melhor romance), *Aristocratas* (1945), *Eu e elas*, *Apontamentos de Romancista* (1945), *A Morte veio de madrugada* (1946), *Casa sem pão* (1947), *O mal não está em nós e Filosofia duma mulher moderna* (1950), *Bato às portas da vida* (1951), *Nada lbe será perdoado* (1952), *A primeira vítima do Diabo* (1954), *Herança Lusíada* (s.d). As peças de teatro: *Alfacinha*, *Isso que chamam amor*, *Numa casa abandonada*, *O poder do dinheiro* e *O leilão*.

⁷ Os relatórios da Direção dos Serviços de Censura da PIDE anteriores a 1942 não estão disponibilizados nos arquivos da Torre do Tombo. No processo da obra *Casa sem pão* (1947) foram encontradas menções a *Ida e volta duma caixa de cigarros*. Processo 3540/1947e Relatório da Censura 2971/1947. Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS.



Imagens 1 e 2 — Capa do Livro e Relatório da Censura

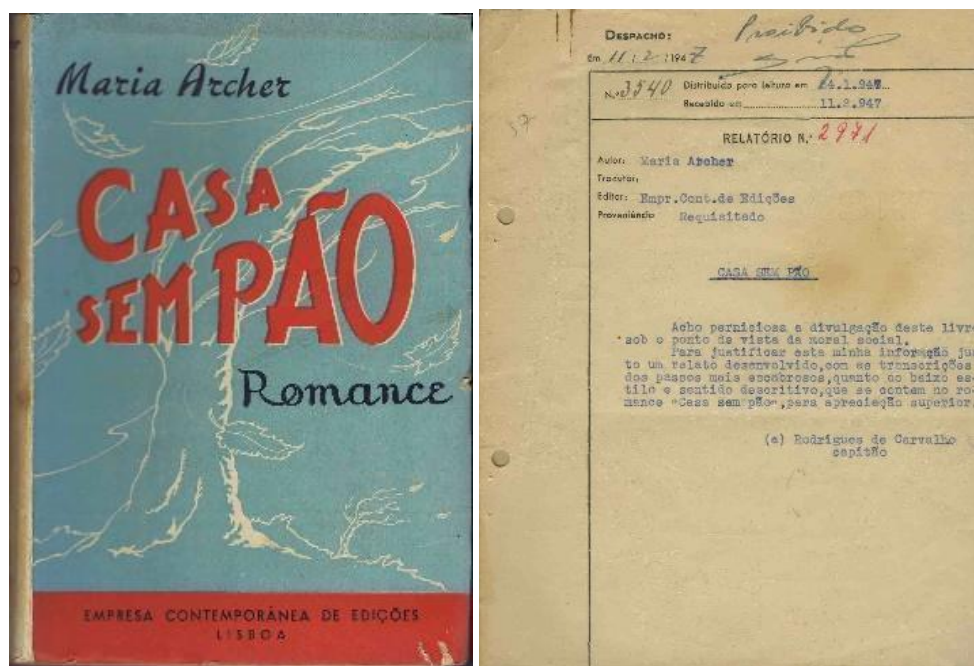
Fonte: Capa do Livro e Relatório da Censura 2885/1946 (Processo 3549/1946). Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS.

No caso do romance autobiográfico *Aristocratas* (1945), a autora se indis põs com a família que se viu representada no texto. Em 1946, a irmã da escritora encaminhou à Direção dos Serviços de Censura o pedido de apreensão da obra. O parecer do órgão relatava.

Se as afirmações da requerente são exactas como é licito supõe, a autora do livro revela sentimentos tão baixos que não sei qual a classificação merecida, pois além de tudo o mais descrever cenas íntimas que deveriam ter sido passadas consigo próprias, e que a ninguém se contam nem em segredo, quanto mais em um livro...⁸

Apesar dessas ponderações críticas à autora, a decisão final da Direção dos Serviços de Censura foi pela não apreensão dos exemplares.

⁸ Processo 3549/1946 e Relatório da Censura 2885/1946. Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS.



Imagens 3 e 4 — Capa do livro e Relatório censura 2971/1947

Fonte: Processo 3540/1947, direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS.

Com o recrudescimento político e moral do regime, a obra de Archer foi considerada “inadequada” e ela passou a ser “cautelosamente acompanhada” pela PIDE. Em 1947, a autora caiu novamente nas garras da censura com o livro *Casa sem pão*, que foi apreendido. Os despachos da Direção dos Serviços de Censura, assinado pelo capitão Rodrigues de Carvalho, indicavam que o livro foi considerado como um “grave inconveniente moral”:

Lisboa, Fevereiro de 1947

Acho pernicioso a divulgação deste livro sob o ponto de vista moral e social...

Para justificar esta minha informação, junto um relato desenvolvido, com as transcrições dos passos mais escabrosos, quanto ao baixo estilo e sentido descrito que contém no romance *Casa sem Pão* para a apreciação superior.

Este, como não podia deixar de ser, em face de texto imoral do livro, e de aberta oposição a divulgação do romance “CASA SEM PAO” que melhor lhe ficaria o título - “Livro sem moral”

A BEM DA MORAL SOCIAL Desfecho Proibido (Processo 3540/1947 e Relatório censura 2971/1947).⁹

Archer reafirmava que seus escritos eram norteados pelo questionamento à condição de discriminação e submissão das mulheres (Archer 1952). Sua abordagem, temáticas e a descrição narrativa enfrentavam as concepções vigentes dos papéis atribuídos aos gêneros, marcados pelos padrões apregoados pelo conservadorismo moralista do Estado Novo. Por isso, seus livros foram

⁹ Processo 3540/1947 e Relatório censura 2971/1947. Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS. A autora fez novo recurso a Direção dos Serviços de Censura em 1969, o processo foi revisto e a obra liberada com vários cortes, contendo o seguinte despacho “Julgo pois que, com a condição expressa dos “cortes” apontados, possa ser autorizada a reedição do romance em causa”.

identificados como ousados e acintosos, sendo a escritora considerada pelos mecanismos censórios como “incomoda”.

[...] tudo o que Maria Archer dizia era proibido. Tudo o que ela escrevia, portanto, era assustador por esse motivo. A desvirginização, o aborto, o prazer sexual das mulheres, a violência masculina. O trabalho escravo que as mulheres então executavam nas suas próprias casas. A violação diária na cama do casal. A passividade ou revolta contra tudo isto. A prostituição a que tantas raparigas eram obrigadas ou apenas empurradas, por uma sociedade hipócrita, que em seguida a condenava (Horta 2000, X).



Maria Archer. Desenho de Inês Guerreiro publicado no jornal
Acção de 10 de Agosto de 1944.

Imagem 5 — Desenho de Inês Guerreiro
Fonte: Jornal *Acção*, 10 de agosto de 1944, 8.

Nesses anos, Archer se destacava pela presença em círculos literários e culturais. Em 1945, se filiou ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) organização política de oposição ao regime salazarista, iniciando uma fase militante com críticas políticas ao Estado Novo e atuando em várias ações e movimentos. Em 1949, apoiou o candidato de oposição à presidência Norton de Matos.

A minha modesta obra de escritora ia-se também realizando e a sua crítica pertinaz aos quadros duma sociedade decadente e descrente de si mesma situou-me, a mim, sua autora, antes mesmo de eu ter escolhido refletidamente o meu caminho, acentuou-me no campo espiritual da oposição. Eu era tida e considerada como escritora oposicionista antes mesmo de ter dito, a mim própria, que era esse, definitivamente, o meu rumo, que eu esposava, conscientemente, grande parte dos seus ideais (Archer 1948a).

Como credenciada pelo jornal *República* (1953) assistiu o julgamento do opositor ao regime Henrique Galvão (1953), fez anotações dos depoimentos, entrevistou o réu, advogados e o próprio juiz, sinalizando com a proposta de escrever um livro sobre a questão. Devido a essa participação, passou a ser vigiada, foi interrogada pela PIDE, sua casa foi invadida por agentes da polícia e suas

anotações sobre o julgamento foram apreendidas.¹⁰ Denunciou o ocorrido no artigo “Um caso inédito de perseguição do pensamento”, publicado na *República*, de 20 de outubro de 1953.

As pressões se ampliaram, ela se queixava das hostilidades de uma sociedade conservadora, do endurecimento do regime, da perseguição da PIDE e da censura com a interdição dos seus livros. Com medo de uma possível prisão e sem condições de continuar suas atividades, em julho de 1955, exilou-se no Brasil.



Imagem 6 — Entrevista de Maria Archer
Fonte: Jornal Correio Paulistano 1956, 23.

Resistências Antissalazaristas em São Paulo: por um *Portugal Democrático*

Desde os inícios do século XX (1926/7), que São Paulo concentrava muitos imigrantes portugueses, alguns vieram na busca de oportunidades devido às novas perspectivas geradas pela expansão econômica e industrial, outros escapando das dificuldades da vida no campo, do serviço militar obrigatório e fugindo das tensões/perseguições políticas em Portugal. Essas perseguições políticas produziram ondas de exílios, que se acentuaram depois da implantação do Estado Novo (1933), destacavam-se entre os motivos das saídas os questionamentos ao regime, os vínculos a partidos de oposição, a falta de perspectivas profissionais, as exclusões (muito comuns nas carreiras universitárias e públicas), a censura (de artistas, jornalistas e escritores), as situações de medo e insegurança. Assim sendo, São Paulo se tornou uma possibilidade de acolhimento aos opositores do salazarismo, constituindo-se *redes* de apoio e recepção que envolviam partidos (PCP e PCB), associações, grupos profissionais e políticos, jornalistas, intelectuais e acadêmicos brasileiros.

¹⁰ Uma cópia dessas anotações foi enviada a Tomás Ribeiro Colaço, amigo exilado no Rio de Janeiro, o que possibilitou a produção do livro *Os Últimos Dias do Fascismo Português*, publicado em 1959.

Os exilados das décadas de 1950/60 se diferenciaram dos que chegaram anteriormente (1927/33, em sua maioria, de orientação republicana), a nova leva incorporava comunistas, socialistas, anarquistas, liberais republicanos e até dissidentes do próprio regime (após as eleições de 1957/58) (Paulo 2006/7; Silva 2006; Oliveira 2010). Não obstante a diversidade de tendências políticas, esses exilados convergiam numa plataforma unificadora de contestação ao regime salazarista e se uniram em ações de oposição, inclusive, atuando pela imprensa, este foi o caso do grupo que fundou o jornal *Portugal Democrático* (inicialmente instalado na sede do Centro Republicano Português), editado entre 1956 e 1977 (Matos 2013; Matos 2020; Rodrigues 2003; Ramos 2004; Silva 2000).

A iniciativa da criação do periódico foi de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura, ambos membros do PCP, que articularam outros compatriotas. No primeiro número (julho/1956) se esclareceu a plataforma:

A política que pretendemos realizar e a missão que temos a cumprir são, pura e simplesmente, servir o Portugal Democrático com verdade e independência... mostrar aos portugueses que se interessam por Portugal a real situação do país, destacando a cultura portuguesa; mudar a imagem do país, vencer as barreiras da censura, da falta de dinheiro e de apoio, estamos voltados para o futuro, consciente das realidades do presente e orgulhoso das grandezas do passado, aqui têm pois os portugueses do Brasil o seu jornal: o *Portugal Democrático* (*Portugal Democrático* 1956, n. 1, 1).

Entre os envolvidos na publicação encontravam-se intelectuais, escritores, artistas, jornalistas, além de um setor não menos atuante (apesar de mais oculto) de militantes e voluntários. A esfera editorial contava com os nomes de Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, João Alves das Neves, Jorge de Sena, Paulo de Castro e Maria Archer¹¹, que como contestadora do salazarismo escreveu várias crônicas de críticas ao regime. O periódico também incluiu a participação de expressivos nomes da cultura e da política do Brasil, ainda autores das colônias portuguesas em África.

Através de redes de contatos e apoios, O *Portugal Democrático* era distribuído em vários estados do Brasil e núcleos da oposição em outros países como Canadá, Venezuela, Uruguai, Argentina, USA, Inglaterra e França (apesar de censurado pela PIDE, o jornal chegava clandestinamente a Portugal), sendo o periódico português de oposição, publicado no exterior, de maior circulação (Rodrigues 2003).

Em São Paulo, os mentores do *Portugal Democrático* se depararam com o discurso “oficial” do salazarismo, difundido junto aos imigrantes lusos, neste sentido, sua proposta visava

¹¹ Na lista de membros atuantes do *Portugal Democrático* foram identificadas quatro mulheres, Maria Archer, Maria Irolinda, Manuela de Gouveia e Maria Antônia Fiadeiro, mas, vários participantes declararam que outras se fizeram presentes.

conscientizar a comunidade portuguesa e brasileira das ações e práticas do governo salazarista, desmistificando a propaganda oficial, denunciando a violência e os métodos de repressão, a situação do ensino e os movimentos de estudantes, além de outras questões gerais da situação política e econômica portuguesa¹², explicitadas por Sarmiento Pimentel.

Protesto contra todas as mentiras, violências, injustiças, crueldades, extorsões – polícia política, campos de concentração, presos políticos, eleições roubadas, desprezo pela liberdade, indiferença pelos direitos do povo e suas gloriosas tradições de independência – que, por todos os modos, num conto do vigário colossal, tem sido apresentado ao mundo inteiro como uma era de progresso, de fraternidade, de paz e prosperidade em Portugal. De esperança, de certeza mesmo, que tudo quanto infelicitou durante trinta anos a nossa pátria, sem liberdade, sem teto, sem pão para o misero paisano e seus filhos, está no fim (Sarmiento Pimentel, Portugal Democrático 10/1956, n. 4, 9).

Foram várias as questões abordadas pelo periódico na luta antissalazarista, denunciava a situação política e econômica, destacava temáticas como os horrores praticados nos campos de prisioneiros, a luta pela anistia, debatia as questões coloniais (envolvendo Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé, Príncipe, Timor, Macau, Goa, Damão e Diu), apontava a censura à produção cultural e intelectual, a situação da educação e das universidades, a repressão aos movimentos de estudantes.

A convergência na oposição ao salazarismo, não minimizou a existência de divergências e disputas internas, com momentos de tensões e cisões que levaram ao afastamento de colaboradores, como em março de 1963, quando Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Paulo de Castro e Maria Archer se retiraram do Conselho de Redação, devido ao veto, pelo grupo hegemônico do PCP, a um artigo de Casais Monteiro.

Após o Golpe civil-militar de 1964, ocorreram pressões sobre os jornalistas envolvidos no periódico, cogitou-se sobre o encerramento.¹³ Em abril de 1974, o periódico assumiu entusiasticamente a cobertura da “Revolução dos Cravos”¹⁴; porém, com o retorno de muitos colaboradores, após dezenove anos de ação, o *Portugal Democrático* finalizou suas publicações, em 1977.

¹² A propaganda política salazarista coordenou ações dirigidas para comunidade de portugueses que moravam em outros países. No Brasil, essas ações foram centradas nos centros de maior presença lusitana; em São Paulo, destacou-se na mediação a Casa de Portugal. As estratégias de propaganda incluíam a divulgação de publicações como a *Revista Portuguesa*, o patrocínio de palestras, programas de rádio, projeção de filmes, espetáculos teatrais e musicais de cunho apologético ao salazarismo.

¹³ Com a “Revolução dos Cravos” em 25 de abril de 1974, novos horizontes foram abertos em Portugal. O periódico assumiu entusiasticamente a cobertura dos fatos, mas, com o retorno de muitos colaboradores, após dezenove anos de atividade e com 205 números impressos, em 1977, a publicação foi finalizada.

¹⁴ As articulações das oposições com os oficiais intermediários do Movimento das Forças Armadas (MFA) culminaram na “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974. O programa político do novo governo propunha a criação de um regime democrático e pluralista e o fim das guerras na África (Maxwell 2006; Secco 2004; Mattoso e Rosas 1998).

Exílio e resistência antissalazarista

Eu creio que, se eu puder algum dia reentrar em Portugal, terei decerto a impressão de andar pelas ruas dum país estrangeiro (Archer, Carta de 7 de abril de 1975).

Em Portugal, Maria Archer sofreu pressões políticas, teve obras censuradas, perdeu suas condições de subsistência, foi silenciada e condicionada ao exílio, mantendo-se afastada do seu país durante mais de duas décadas.



Imagem 7 — Entrevista de Maria Archer

Fonte: Entrevista de Maria Archer à Folha de S. Paulo, 1955, fotografia (detalhe), 16.

No exílio em São Paulo, participou ativamente de ações políticas em várias frentes e manteve sua produção constituída por livros, crônicas, artigos, ensaios, palestras, conferências, entrevistas e participações radiofônicas. Seus escritos e atuações se centravam na denúncia/oposição ao regime salazarista e abordavam as questões do feminino, também, buscou divulgar a cultura dos países onde viveu, apregoando a confluência histórico-cultural entre os dois lados do Atlântico (Brasil e África portuguesa).

A escritora esteve sobre a investigação do DEOPS¹⁵, em cujos arquivos foram encontrados relatórios de “observação preventiva”, pelos quais se percebe sua militância política. Essas atividades frequentes atraíram a atenção da polícia-política de São Paulo, registrado no comunicado de 1957:

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, ainda em serviço de observação proveniente nos meios estudantis à volta da próxima visita a São Paulo do Gal. Francisco Craveiro Lopes, fomos encontrar, agindo neste mesmo setor e sobre os mesmos motivos, a comunista portuguesa, Maria Archer, que, inclusive, acaba de mandar editar um livro de sua autoria sobre as gentes lusas, em diversos países do mundo.

¹⁵ Serviço de Informações, SSP/SP, doc. 50 C-24-321, 321^a, 323, 1957-63. Fundo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP).

Segundo estamos informados, na tarde do dia 8 último, Maria Archer telefonou para um dos diretores da UESP, de nome Sérgio Lessa, e em cuja presidência, à Rua Sorocaba, 48, se verificava a primeira reunião ordinária daquela entidade estudantil, solicitando-lhe que lh'a convidasse para assistir tal “meeting” estudantino, o que foi feito.

Em meio ao debates naquela reunião, Maria Archer dizendo visceralmente adversária do atual Presidente de sua pátria, Gal. Francisco Higino Craveiro Lopes, sob a alegação de ter sido uma das vítimas do regime então reinante no país; e, depois de dizer que até sua residência particular houvera sido vasculhada pela polícia portuguesa, a mando do Governo luso, quando lhe furtaram vários originais de sua lavra, pediu que naquela reunião de estudantes se fizesse uma moção de protesto contra a visita do Gal. Francisco Craveiro Lopes a São Paulo, e em repúdio aos gastos excessivos feitos pelo Governo Brasileiro no acolhimento a um ditador estrangeiro. Esta moção, que ali fora redigida pelo estudante Sérgio Lessa, fora aprovada por Gilberto Rogê Ferreira, Elpidio Reali Júnior, Norma Jarnol, João Carlos Aguiar e Luiz Fernando Ribeiro da Silva, contra Joaquim Lima Neto, Firmino de tal, Henrique Bamer e João Gonçalves e uma abstenção. Satisfeita com o resultado da votação, Maria Archer prometeu escrever um livro, dentro em breve, contando a unidade, a combatividade e coragem na luta pelos estudantes (DEOPS 11 de junho 1957).

As ações da escritora visavam atrair apoio à causa antissalazarista. Nesse sentido, em janeiro de 1959, discursou no Ato de Solidariedade ao Povo Cubano, organizado pela União Estadual dos Estudantes, quando declarou:

Heróis anônimos tombam dia após dia, nos porões das cadeias políticas de Salazar, enquanto uma centena de fantoches do governo vive no luxo e no conforto. A colônia portuguesa que se encontra no Brasil, talvez por ser formada na sua maior parte de indivíduos apolíticos, que para cá se dirigem e tenho a impressão que aqui se influenciam pela máquina de propaganda orientada pelo governo português, começa ultimamente a tomar consciência e felizmente, da real situação, o mesmo não se deu quando há dois ou três anos passados para aqui se dirigiu o caixeiro viajante da ditadura general Craveiro Lopes (UEE, 24 de janeiro de 1959).

Archer participou de várias ações e movimentos políticos, alguns contaram com ampla audiência, como: Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão (1958), Ato em solidariedade ao povo cubano (1959)¹⁶, Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Janeiro/1960, quando aborda a temática da censura em Portugal), manifestações pré-candidatura Lott-Jango (1960), II Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal (Montevideu/1961)¹⁷, Encontro Estadual de Solidariedade a Cuba (compondo a mesa com Caio Prado Jr., Helena Silveira, José Serra e Jamil Haddad/março de 1963), Debate “42 anos de fascismo em Portugal” (PUC/SP/finais de 1968). No Ato Público em Solidariedade dos Povos de Portugal e Espanha, no Cine Paramount, em 27 de maio de 1962, fez parte da mesa de discussões:

Levamos ao conhecimento dessa chefia que, segundo nossos observadores, realizou-se na manhã de ontem, dia 27, das 9:10 às 12:50 horas, no Cine-Teatro Paramount, à Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, o anunciado ato público de solidariedade aos trabalhadores e aos povos de Espanha e Portugal.

¹⁶ Relatório-documento 50C-24-321,321A e 323. Fundo DEOPS-SP/APESP.

¹⁷ Relatório documento: 52-Z-0-14.284. Fundo DEOPS-SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Os trabalhos, que contaram com presença de cerca de 900 pessoas (lotando a plateia e os camarotes), foram presididos pelo Deputado Cid Franco, tendo ainda tomado assento à mesa, os seguintes elementos: Dep. José Rocha Mendes Filho; Dep. Germinal Feijó; Dep. Paulo de Tarso; Dep. Jéthero de Faria Cardoso; João Louzada; Gen. Humberto Delgado; Luiz Carlos Prestes; Dr. Walter Dias (advogado da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Jales); Eng. Tito de Moraes (líder do Movimento Português); Antonio Guardiola (líder do Movimento Espanhol); José Vendral (líder do Movimento Espanhol); Prof. Ênio Sandoval Peixoto; Helena Silveira (presidente da UBE); Maurício Vasconcellos Pinheiro (presidente da UEE); Dolores Mello Vassão (secretária da Comissão Paulista Pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal); Ítala Schwartzmann (presidente da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo); Maria de Lourdes Prestes Maia; **Maria Archer** (União Brasileira de Escritores); Edgar Leuenroti; Prof. Florestan Fernandes; os líderes sindicais Pedro Francisco Iovine, Gentil Neves Correia, Floriano Francisco Dezen, José Molenídio, Thimóteo Spínola e José Xavier dos Santos (Relatório DEOPS, 28 de maio de 1962. Documento: 50-E-29-50).

Na mesma página o jornal colocava em destaque uma coluna intitulada *Heroínas e mártires na luta contra o fascismo português*, na qual listava as mulheres mortas e presas políticas, assunto pouco abordado no periódico.

As questões que envolviam as mulheres portuguesas se fizeram presentes. Em abril de 1960, no Centro Republicano Português de São Paulo, a escritora proferiu a conferência “Presença da mulher na Paisagem Social Portuguesa”. Já em 1963, juntamente com Maria Fernandes, Maria Ermelinda, Janette A. Pereira e Maria Aldina, Maria Archer fundou a “sucursal” da União das Mulheres Portuguesas (UMP), da qual foi eleita presidente, sendo a iniciativa noticiada no *Portugal Democrático*.

Filiado ao Movimento das Mulheres Democratas Portuguesas, e com ligações estabelecidas no Uruguai, Buenos Aires, Mar del Plata, Rio, Recife, fundou-se recentemente em São Paulo uma sucursal da União das Mulheres Portuguesas... saudamos calorosamente o novo elemento de combate ao fascismo e cumprimentamos as senhoras portuguesas que o iniciaram (Portugal Democrático 08/1963, n. 75, 5).

No Ato Público de Solidariedade às Presas Políticas Portuguesas, concorrido evento patrocinado pela UMP, em 04/03/1964, no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, Archer expôs a situação das mulheres encarceradas na Fortaleza subterrânea de Caxias.

A situação trágica, desesperadora dessas presa, há longos anos sequestradas do mundo nos cárceres salazaristas, está atraindo a atenção internacional. São mulheres das mais diversas camadas sociais, desde a intelectual, em que há escritoras, engenheiras, artistas, professoras, médicas, etc, às operárias e camponesas. Nenhuma foi condenada por atos mas graves que pichar paredes, espalhar jornais e panfletos, aliciar elementos para tentativas de greve, tomar parte de agrupamentos clandestinos, seja de intelectuais, escolares ou operários assinar manifestos e cartas mimeografadas, viajar para o Exterior para os congressos de Juventude ou Femininos. Nenhuma foi condenada por sabotagem, terrorismos, assaltos ou atos semelhantes. Contudo, estão há anos trancadas numa fortaleza subterrânea, sem ver a luz do sol, e pior ainda, sem esperança! Para elas, uma única esperança fulgura – somos nós, senhoras e senhores, sois vós, sobretudo vós brasileiros. É para os brasileiros que se estendem as mão súplices emanadas nas sombras da fortaleza de Caxias (Archer, *Portugal Democrático*, 04/1964, n. 82, p. 4).

Entre os artigos e crônicas produzidos pela autora se destacam os publicados em *O Estado de São Paulo*¹⁸, neste jornal contribuiu no Suplemento *Literatura e Arte* (6 ensaios que discutem comparativamente a formação histórica e cultural de Angola e Brasil, 1956); de forma mais expressiva e constante, escreveu para o *Suplemento Feminino*, totalizando cerca de 120 colunas (1955-57), que entre assuntos variados, priorizavam as crônicas de memória e as referentes a África (Batista 2007).¹⁹

Maria Archer também escreveu em outros periódicos como *A Gazeta*, *Semana Portuguesa e Portugal Democrático* (1955 a 1963) do qual foi uma das principais articuladoras. Seus artigos demonstravam erudição, cultura e visavam mobilizar e angariar apoios à luta antissalazarista.

No *Portugal Democrático* (1956-1963), Archer publicou 12 crônicas²⁰ abordando temáticas políticas e de denúncias sobre falta de liberdade de expressão. Apontava o desconhecimento e ocultamento da censura vigente em Portugal, deixando seu testemunho de ter dois dos seus livros de ficção apreendidos, assinalava as consequências da censura ao processo criativo e os prejuízos à literatura portuguesa. No artigo “A censura à imprensa e ao livro” rememorava.

Meus livros foram apreendidos sem a mínima justificação do acto e sem sequer me ser dada resposta aos pedidos que fiz para que essa explicação me fosse fornecida. [...] a simples existência da censura destrói uma geração literária. [...] A nossa situação é tão dura e dolorosa que o livro chega a ser apreendido em casa, ainda em original inacabado, em cima da secretaria, como me aconteceu (Archer 1956b, 5-6).

¹⁸ *O Estado de São Paulo* foi o único dos grandes jornais brasileiros, que manteve uma plataforma de oposição ao salazarismo, tendo acolhido nos seus quadros vários jornalistas e intelectuais exilados, além de Archer, destacaram-se Miguel Urbano Rodrigues, João Alves das Neves, Vitor da Cunha Rego, Carlos Maria de Araújo, Santana Mota e, durante certo período, Henrique Galvão (que se dedicava a uma exótica coluna sobre os safáris na África), alguns atuavam através de artigos e/ou crônicas no *Suplemento Literário*.

¹⁹ Nesses escritos se observa alguns eixos temáticos como as crônicas de memória, sobre a África e assuntos variados. Nas crônicas de memória, a autora questionava a condição feminina, os mecanismos e abusos do poder masculino, os acordos matrimoniais movidos por interesses, os códigos de posturas restritivos às viúvas, a ditadura da estética e o culto a beleza e a juventude; retratava o cotidiano feminino, as mulheres das aldeias e as tensas relações entre patroas e criadas. As crônicas sobre a temática africanista visavam ampliar o conhecimento sobre África, apresentando aspectos sociais, étnicos, políticos, culturais e históricos, focalizando as diversas experiências das mulheres africanas. Por fim, abordando temáticas variadas, demonstrava preocupações sociais, discutia questões como desigualdades, pobreza, desamparo dos trabalhadores na doença e na velhice, apresentava a comunidade portuguesas (associações, clubes, círculos literários, hospitais, asilo), iniciativas humanitárias-caritativas (com destaque para a Cruz Vermelha) e questões culturais (teatro, documentários, literatura e língua portuguesa), entre outros assuntos (Batista 2007).

²⁰ “A censura à Imprensa e ao livro” (10/1956), “Um Vencido” (01/1957), “Carta aberta a sua majestade Britânica Isabel II” (02/1957), “Eu e “A Voz” (04/1957), “Eleição de candidato único” (05/1957), “Cai sobre nós, esta vergonha, mulheres I” (12/1958) e II (01/1959), “Somoza, Salazar e CIA.” (07/1959); “A revolução áurea” (10/1960), “Avacalhar e Portugalizar” (09/1961), “Brasil, Fronteira da África” (09/1963), “Símbolo e Mito do 5 de Outubro” (10/1963).



Figuras 8 e 9 — Artigos de Maria Archer publicados em Portugal Democrático
Fonte: Portugal Democrático, n. 4, 10/1956 e n. 8, 2/1957.

Em seus escritos assumia um discurso de denúncia, buscando conscientizar sobre a situação e as atrocidades cometidas pelo governo salazarista. No artigo “Carta Aberta a sua majestade britânica Isabel II” utilizou a estratégia narrativa de uma carta dirigida a soberana inglesa em visita a Portugal, descrevia a situação de miséria vivenciada pelo povo, as ações de opressão e censura vigentes, também, denunciava a conivência do governo britânico às atrocidades da ditadura salazarista.

São 30 anos de ditadura em que as forças e os fuzilamentos não se fizeram sentir, mas a dominação se processou pela opressão do exército, espionagem e torturas da polícia, cerceio das liberdades políticas e civis e jurídicas, exílios e internamentos em campos de concentração africanos, com ou sem julgamento, e mesmo a prisão perpetua, «como medida de segurança», para acusados absolvidos nos tribunais. A censura postal, a censura à imprensa, o saque de livros e manuscritos de casados autores, a proibição de greves, de reunião, de associação, de eleições livres, de pluralidade partidária na política, o condicionamento econômico, fecharam o circuito opressor. São 30 anos em que as forças e fuzilamentos não se fizeram sentir, mas em que se trituraram adversários sob pressões econômicas. Comissões e perseguições, exílios, torturas policiais, julgamentos, assassinatos nas prisões, vexames contínuos, ameaças e intimidações, instalando-se a espionagem política no lar e despedaçando-se nessa engrenagem os afectos familiares sob suspeitas e delações (Archer, *Portugal Democrático* 02/1957, n. 8, 1, 2, 4).

Apesar da censura do governo salazarista ao *Portugal Democrático*, o artigo teve repercussões em Portugal, no jornal *A Voz* foi publicado o texto “Coisas Ignóbeis” (26/02), identificando como “ignóbeis” o periódico e a própria Maria Archer, que respondeu em “Eu e “A Voz (Archer 04/1957, n. 10, 1 e 6).

Tendo como mote a visita do presidente português Craveiro Lopes ao Brasil, no artigo “Eleição de candidato único” (Archer 05/1957, 1 e 4), Archer denunciava as falcaturas das eleições

em Portugal que ocorriam “sem fiscalização, sem disputa, verdadeira comédia eleitoral”, o que tornava “Craveiro Lopes um usurpador, ilegalmente nomeado e empossado pelo ditador Salazar num posto a que o elevaram através das manigâncias duma eleição de candidato único”, apontava, ainda que Craveiro vinha em missão propagandista do regime salazarista, ditadura vigente a mais de 30 anos.

Nos artigos “Cai sobre nós, esta vergonha, mulheres I” (Archer 12/1958, n. 19) e II (Archer 01/1959, n. 20), a articulista comentava a falta de apoio feminino nas lutas de oposição ao regime, apesar de reconhecer a existência de exceções, clamava por maior adesão de esposas, filhas e mães na resistência ao salazarismo.

Em “Somoza, Salazar e CIA”, construindo paralelos entre as arbitrariedades das ditaduras de Somoza e Salazar, denunciava a situação de miséria, ausência da liberdade de expressão, opressão e torturas impetradas pelo salazarismo,

Dou testemunho do que vi. Mas sei mais do que o pouco que vi, sei de certeza que há milhares de mulheres e homens torturados, deformados, humilhados, envelhecidos, assassinados, sumidos em ignotos cemitérios pela polícia salazarista. Sei, e toda a cidade do Porto o sabe, que a sede da PIDE, no Porto, comunica diretamente, pelos fundos, com um dos cemitérios municipais para facilidade dos sepultamentos clandestinos. Quantos presos desapareceram, na PIDE, no Porto, como se tivessem ido para o campo de concentração do Tarrafal? Nunca mais há notícias deles. Desapareceram... que a terra lhes seja leve e o seu nome perdue em nossa memória! (Archer, *Portugal Democrático* 07/1959, n. 26, 6).

Em “A revolução áurea” (Archer 10/1960, n.35) elaborou uma retrospectiva histórica sobre as lutas pela República em Portugal, retornando a essa temática em “Símbolo e Mito do 5 de Outubro” (Archer 10/1963, n.76, 8). Já no artigo “Avacalhar e Portugalizar” comentava as apreciações de Charles de Gaulle (relatada na obra de J.R. Tournoux, *Segredos de Estado*) sobre o crescente desinteresse do povo francês, como já acontecido com os portugueses. Referendando a Roger Vailland (no premiado livro *A Lei*), explicava os significados de “portugalizar”.

AO LEITOR: Ainda há quem se recorde de que o termo “portugalizar” significava, há anos efervescência revolucionária, convulsão política, paixão e anarquia, patriotismo exaltado, mas de nenhum modo avacalhamento, desinteresse ou renúncia. Esses são os trunfos de Salazar, os seus frutos opimos. Ele conquistou mais essa glória no seu palmarés. Hoje, “portugalizar” é o general De Gaulle quem o diz, significa o desinteresse dum povo que se “avacalha”. Por isso é que muitos separam a ALMA DE SUA PROPRIA PATRIA PARA A ENTREGA A OUTRA. São portugueses que não se deixam “portugalizar” (Archer *Portugal Democrático* 09/1961, n. 46, 7).

Além dos artigos e crônicas, no exílio, Maria Archer publicou os livros *Terras onde se fala português* (1957), *África sem luz* (1962), *Brasil, fronteira da África* (1963), nessas obras priorizou temáticas africanas e das relações Brasil-África.

O livro *Os últimos dias do fascismo português* veio a público em 1959, a obra focalizava o julgamento do capitão Henrique Galvão (12/1952 e 03/1953) acusado de conspiração contra o governo de Salazar. Como já dito, Maria Archer acompanhou as sessões no Tribunal, fez anotações e entrevistas (réu, advogados, testemunhas e o próprio o juiz) coletando informações, contudo, a escritora foi convocada pela PIDE e teve suas anotações apreendidas, sendo esse um dos motes do seu autoexílio (1955). Porém, parte dos seus escritos tinha sido enviados para Tomás Ribeiro Colaço, no Brasil, Archer se empenhou na escrita e publicação do livro.

Os escritos contundentes objetivavam envolver os leitores, sensibilizando-os das arbitrariedades judiciais e crueldades do sistema salazarista, para tanto, a estratégia narrativa se centrou na metáfora teatral, identificando o julgamento como um espetáculo, um simulacro, “estamos em pleno teatro e do dramático, direi mesmo da tragédia” (Archer 1959). O tribunal era o cenário, no qual os participantes desempenhavam papéis com roteiros pré-definidos e marcados pelas metáforas da guerra e da luta. O protagonista central era o capitão Henrique Galvão,

É ainda um animal lutador. Encara os juízes como adversários a quem não pede misericórdia. Está desarmado em frente de inimigos que têm por si a força da Nação, está condenado e vencido antes da batalha, mas é evidente, e clamante, que em medida humana, é superior aos seus contrários (Archer, 1959).

Os sentidos políticos da obra presentes no discurso de denúncia se encontram marcados por referências emocionais e afetivas, a própria capa do livro foi ilustrada com a contrafé da *Comissão de Censura* da PIDE, convocando a autora a prestar declarações. Objetivando desmascarar as tramas de poder, a narrativa denunciava as injustiças, a falta de liberdade de expressão centrada num sistema estruturado pela repressão política, violência e censura, da qual a própria autora foi vítima.



Imagens 10 e 11 — Capa de *Os últimos dias do fascismo português* de Maria Archer, 1959 e contrafé da PIDE
Fonte: Capa de *Os últimos dias do fascismo português* de Maria Archer, 1959, e contrafé da PIDE, fotografias (detalhes).

* * *

A historiografia sobre a oposição ao regime salazarista não tem atentado ao protagonismo feminino, invisibilizando as atuações e lutas das mulheres. Camponesas e operárias participaram de protestos e greves, denunciaram a carestia, altos custos, racionamentos e falta de gêneros; mulheres profissionais, intelectuais e artistas se manifestaram, outras participaram de partidos políticos, associações, organizações e comissões, integraram oposições de diferentes vertentes e, ainda outras, se assumiram como feministas e pacifistas. Assim sendo, frente ao estatuto de desigualdade de gênero que caracterizou o regime salazarista, cabe observar as especificidades nas formas das ações, reivindicações e lutas femininas, sendo um desafio reverter o estatuto de invisibilidade dessas experiências de luta (Gorjão 2002).

Archer é apontada como precursora da participação da mulher nos movimentos de resistência salazarista, suas ações e escritos visavam denunciar o regime. Na sua trajetória no exílio observa-se duas fases: uma inicial, entre 1955-63, caracterizada pela árdua militância, produção criativa e visibilidade midiática e um segundo período, entre 1964-79, no qual se nota a desaceleração da produção, reclusão, silenciamento e doença. Sobre esta mudança algumas hipóteses podem ser levantadas: o contexto político brasileiro após o Golpe de 1964, cisões e dissidências internas no grupo do *Portugal Democrático*, levando a ruptura de Maria Archer com os colegas, além da doença e avanço da idade.

Em São Paulo, viveu dos seus escritos, humildemente instalada num apartamento no Bairro de Santana, partilhado com a professora portuguesa Maria do Céu Rosa Lopes. Em cartas ao sobrinho Fernando de Pádua (1973) explicitava suas dificuldades de saúde e financeiras, tinha uma

pequena e irregular pensão, insuficiente para custear os tratamentos de saúde, para os quais contava com apoios eventuais de amigos. Pedia que o sobrinho solicitasse a autorização governamental para o seu retorno a Portugal, apesar de concedida (1973), ela só voltou em abril/1979, já com a idade de 80 anos e tendo a saúde muito abalada, declarou falta de “coragem de voltar a Portugal sem dinheiro nem prestígio”. Em Lisboa, ficou albergada no Lar Santa Maria de Marvila, morreu em janeiro de 1982.

* * *

A posição do exilado aviva a vontade de partilhar experiências, memórias e sentimentos, podendo desencadear desejos de registros através de textos, ainda mais quando o ofício praticado é o da escritura, gerando narrativas de lutas, denúncias e ativismo político (Sarlo 2006). Dessa forma, Maria Archer atuou, assumiu a causa antissalazarista escreveu e denunciou as atrocidades deste regime.

A produção literária de Archer visava inspirar questionamentos aos papéis tradicionais das mulheres, além de denunciar e criticar o regime salazarista. As ações da censura foram basilares na trajetória de Archer, a escritora foi estigmatizada pelos mecanismos censórios considerada como “dissonante”, “incomoda” e “inconveniente”; o regime além de censurá-la, tirou-lhe os meios de subsistência e levou-a ao exílio que perdurou mais de vinte anos, mais ainda, cortou seus vínculos com os leitores e a empurrou para o “esquecimento”. Apesar das tentativas de recuperação da sua vida e obra, ainda resta muito para que seja conhecida e reconhecida.

Esta investigação enfrentou o desafio de focalizar a trajetória combatente de Maria Archer, também observar a trama de emoções emergentes nos seus escritos no exílio marcados pela humilhação (experiência de impotência e sofrimento), injustiça, desrespeito, difamação, ultraje, vergonha e desesperança). Contudo, mantém-se a percepção de que muito ainda precisa ser pesquisado no sentido de dar luzes às lutas de resistência contra o salazarismo dos que foram exilados e de longe se articularam na causa oposicionista e, entre esses, dar vozes às mulheres que atuaram, escreveram e denunciaram as atrocidades do regime.

Referências:

Livros escritos no exílio:

- Archer, Maria. *Terras onde se fala Português*. Rio de Janeiro: Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1957.
- Archer, Maria. *Os Últimos Dias do Fascismo Português*. São Paulo: Editora Liberdade e Cultura, 1959.
- Archer, Maria. *África Sem Luz*, São Paulo: Clube do Livro, 1962.

Archer, Maria. *Brasil, Fronteira da África*. São Paulo: Felman-Rêgo, 1963.

Artigos no Portugal Democrático:

Archer, Maria. “A censura à Imprensa e ao livro”, *Portugal Democrático*. outubro/1956, 5-6.

Archer, Maria. “Um Vencido”, *Portugal Democrático* janeiro/1957, 6.

Archer, Maria. “Carta aberta a sua majestade Britânica Isabel II”, *Portugal Democrático* fevereiro/1957, 1-2, 4.

Archer, Maria. “Eu e “A Voz”, *Portugal Democrático*, Abril/1957, 1, 6.

Archer, Maria. “Eleição de candidato único”, *Portugal Democrático*, Maio/1957, 1,4.

Archer, Maria. “Cai sobre nós, esta vergonha, mulheres I ”, *Portugal Democrático*, dezembro/1958.

Archer, Maria. “Cai sobre nós, esta vergonha, mulheres II ”, *Portugal Democrático*, janeiro/1959.

Archer, Maria. “Somoza, Salazar e C^a.” *Portugal Democrático*, Julho/1959, 6.

Archer, Maria. “A revolução áurea”, *Portugal Democrático*, Outubro/1960, 6-7.

Archer, Maria. “Avacalhar e Portugalizar”, *Portugal Democrático*, Setembro/1961, 7

Archer, Maria. “Brasil, Fronteira da África”, *Portugal Democrático*, Setembro/1963, 4.

Archer, Maria. “Símbolo e Mito do 5 de Outubro”, *Portugal Democrático*, Outubro/1963, 8.

Archer, Maria. “Solidariedade às Presas Políticas Portuguesas”, *Portugal Democrático*, 04/1964, n. 82, 4.

Artigos na imprensa portuguesa:

Archer, Maria (a). “Eu...e mais eu”, *O Sol*, 11 de Setembro de 1948, 4.

Archer, Maria. (b) *O Sol*, n. 184, 11 de setembro de 1948.

Archer, Maria. “O general Norton de Matos”, *O Sol*, 8 de Janeiro de 1949, 1, 10.

Archer, Maria “Revisão de Conceitos Antiquados”, *Ler*, 7, Outubro de 1952, 5.

Archer, Maria. “A censura e o livro”, *República*, 4 de Novembro de 1953, 4-5.

Referências na imprensa

Archer, Maria. Entrevista com Maria Archer, *Diário de Notícias*, 15 jan. 1956, 14.

Editorial, *Portugal Democrático*, agosto/1963, n. 75.

Sarmiento Pimentel, João Maria Ferreira. *Portugal Democrático* 10/1956, n. 4, 9.

Jornal Acção, 10 de agosto de 1944.

Direção Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas-PIDE/DGS:

Processo 3549/1946,

Processo 3540/1947,

Processo 131/1948, SR, fls 324.

Relatório da Censura 2885 (1946).

Relatório censura 2971 (11/2/1947)

Relatório Censura 8587 (6/9/1969).

Fundo DEOPS/SP, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

“Assunto sobre a Escritora Portuguesa, em São Paulo, Maria Archer”, comunicado do Serviço Secreto do DEOPS, de 11 de junho de 1957. Doc. 50-C-25-321.

Relatório DEOPS, 28 de maio de 1962. Documento: 50-E-29-50.

Relatório DEOPS. documento: 52-Z-0-14.284.

Serviço de Informações, SSP/SP, documento: 50 C-24-321, 321^a, 323, 1957-63.

Bibliografia:

Arendt, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Azeredo, Candido de. *A censura de Salazar e Marcelo Caetano*. Lisboa: Caminho editorial, 1999.

Baiôa, Manuel. “Censura como factor de formação e consolidação do salazarismo: o caso do noticiário sobre política internacional na imprensa (1933-1935)”. Em *A formação e a consolidação política do salazarismo e do franquismo*, org Fernando Martins, 131-157. Lisboa: Colibri, 2012.

Batista, Elisabeth. “Entre a literatura e a imprensa: percursos de Maria Archer no Brasil”. Tese de Doutorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2007.

Bordeira Guilherme. *Acervo de Maria Archer*. Lisboa: Lantia, 2014.

Botelho, Dina Maria dos Santos. “Ela é apenas mulher”: Maria Archer, obra e autora”. Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1994.

Bouzy, Armanda Manguito. “Mémoires d’exil: Maria Archer, une femme anti-salazariste au Brésil”. *Cahiers d’études des cultures ibériques et latino-américaines*, n. 1 (2015).

Cabrera, Ana. “A memória e o esquecimento: a censura do Estado Novo em Portugal perante três peças de autores espanhóis” *Media & Jornalismo*, n. 12 (2008): 35-56.

Coelho, José Dias. *A resistência em Portugal*. Porto: Inova, 1974.

Cotrim, João Pedro. “Tradutores e Propagandistas - da tradução como ferramenta de propaganda do Estado Novo no estrangeiro e da indústria que se desenvolveu em torno desta no Secretariado da Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação”. Dissertação de Mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2010.

Fiuza, Alexandre Felipe. “Entre um samba e um fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970”. Tese de Doutorado, Assis, Universidade Estadual Paulista, 2006.

Gorjão, Vanda. *Mulheres em tempos sombrios: oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

Hochman, Nicolás. “Conflictos y posibilidades de los escritores en el exilio: la discusión entre Émile Cioran y Witold Gombrowicz”. *Anagramas-Rumbos y sentidos de la comunicación*, 10, n. 19 (2011): 119-128..

Horta, Maria Teresa. “Prefácio”. Em *Ela é apenas mulher*, de Maria Archer, V-XII. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2001,

Martins, Leonor Pires. “Menina e moça em África: Maria Archer e a literatura colonial portuguesa”. *Lusotopie*, 12, n. 1-2 (2005): 77-91.

Martins, Susana, *Socialistas na oposição ao Estado Novo: um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*. Cruz Quebrada: Casa das Letras/Editorial Notícias, 2005.

Matos, Maria Izilda S. “Exílios e Resistências antissalazarista em São Paulo. O Jornal Portugal Democrático: questões e debates (1958-77)”, Em *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*, org. Paulo, Heloisa, Pena-Rodríguez, Alberto, Clímaco, Cristina e Enrique Coraza de los Sanntos, 125-149. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2020.

Matos, Maria Izilda Santos de. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX*. Bauru: Edusc, 2013.

Mattoso, José e Fernando Rosas. *História de Portugal, v. 7: o Estado Novo*. Lisboa: Estampa, 1998.

Maxwell, Kenneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

Oliveira, Fábio Ruela de. “Trajetórias intelectuais no exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954-1974)”. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

Paulo, Heloisa. *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Minerva, 1994.

Paulo, Heloisa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo* Coimbra: Quarteto, 2000.

Paulo, Heloisa. “O exílio português no Brasil: os "budas" e a oposição antissalazarista”. *Portuguese Studies Review*, Ontario, 14, n. 2 (2006-2007): 131-150.

Pedrosa, Ana Bárbara Martins. “Escritoras portuguesas e Estado Novo: as obras que a ditadura tentou apagar da vida pública”. Tese de Doutorado, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

Pereira, Maria La Salete Coelho de. “Maria Archer entre o feminismo e o neorrealismo: uma leitura dos romances *Ela é apenas mulher* e *Aristocrata*”. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, 2008.

Pinto, Antonio Costa. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal-1914-45*. Lisboa: Estampa, 1994.

Ramos, Ubirajara Bernini. “*Portugal Democrático: um jornal de resistência ao salazarismo publicado no Brasil*”. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

Ramos, Vitor. *Breve análise da repressão à vida intelectual em Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1969.

Ribeiro, Adelia Maria Miglievich. “Intelectuais no exílio: onde é a minha casa?”, *Dimensões*, 26 (2011): 152-176.

Rodrigues, Miguel Urbano. Portugal Democrático: um jornal revolucionário. Em *A missão portuguesa: rotas entrecruzadas*, org. Fernando Lemos e Rui Moreira Leite, 183-191. São Paulo-Bauru: Editora Unesp/Edusc, 2003.

Said, Edward. “Reflexões sobre o exílio”. Em *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, 46-60. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

Santos, Graça. Política do espírito: o bom gosto obrigatório para embelezar a realidade. *Media & Jornalismo*. Coimbra, 12, n. 7, (2008): 59-72.

Sarlo, Beatriz. *Tiempo presente: notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

Secco, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004.

Silva, Douglas M. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

Silva, Douglas Mansur da. “A Ética da Resistência: Os Exilados Anti-Salazaristas do Portugal Democrático (1956-1974)”. Dissertação de Mestrado, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

Souza, Francisca Duarte de. 2012. “Quando o veto sufoca a voz”, Anais XIII Encontro da ABRALIC UEPB/UFCG, Campina Grande, Brasil, 2012.

Torgal, Luís Reis. “O modernismo português na formação do Estado Novo de Salazar: Antônio Ferro e a Semana de Arte Moderna de São Paulo”. Em *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, org. Jorge Ribeiro, Jorge Martins, Francisco Ribeiro da Silva e Helena Porto Oswald, 1081-1092. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

Torgal, Luís Reis. *Estados novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2ª edição, 2009.

Torgal, Luís Reis e Homem, Amadeu de Carvalho. “Ideologia salazarista e “cultura popular”: análise da biblioteca de uma casa do povo”. *Análise Social*, XVIII (1982): 1437-1464.

Recebido: 09 de dezembro de 2025

Aprovado: 09 de junho de 2026

Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51354>

**Transição como invenção política:
a intervenção de intelectuais cristãos nos embates pela democracia
brasileira (1970-1990)***

*Transition as a Political Invention:
The Intervention of Christian Intellectuals in the Struggles for Brazilian Democracy
(1970-1990)*

*La transición como invención política:
la intervención de los intelectuales cristianos en las luchas por la democracia
brasileña (1970-1990)*

Américo Freire**

<https://orcid.org/0000-0002-3039-5360>

RESUMO: O texto tem como objetivo examinar as bases da formação de um novo campo político-religioso no Brasil no contexto da transição pela democracia no país (1970-1990). Adota como método de análise o estudo da trajetória de dois intelectuais cristãos – um protestante e um católico – que tiveram papel central na condução de entidades civis e na elaboração e divulgação de proposições que deram fundamento à Teologia da Libertação – centro de gravidade desse novo campo político-religioso. Propõe também discutir elementos acerca da modalidade de intelectual que tece a construção desse campo, sugerindo o uso da noção “intelectuais de retaguarda”. A pesquisa mobiliza fontes bibliográficas e entrevistas de História Oral.

* A pesquisa conta com o apoio de uma bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

** Professor titular do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pesquisador do CNPq, Doutor em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: americo.freire@fgv.br.

Palavras-chave: Transição política. Intelectuais cristãos. Teologia da Libertação. Protagonismo popular.

ABSTRACT: This text aims to examine the foundations of the formation of a new political-religious field in Brazil within the context of the country's transition to democracy (1970-1990). It adopts as its analytical method the study of the trajectory of two Christian intellectuals – one Protestant and one Catholic – who played a central role in leading civil entities and in the elaboration and dissemination of propositions that formed the basis of Liberation Theology – the center of gravity of this new political-religious field. It also proposes to discuss elements concerning the type of intellectual who shaped the construction of this field, suggesting the use of the notion of "rearguard intellectuals." The research utilizes bibliographic sources and Oral History interviews.

Keywords: Political transition. Christian intellectuals. Liberation Theology. Popular protagonism.

RESUMEN: Este texto tiene como objetivo examinar los fundamentos de la formación de un nuevo campo político-religioso en Brasil en el contexto de la transición del país a la democracia (1970-1990). Adopta como método analítico el estudio de la trayectoria de dos intelectuales cristianos —uno protestante y otro católico— que desempeñaron un papel central en la dirección de entidades civiles y en la elaboración y difusión de propuestas que conformaron la base de la Teología de la Liberación, eje central de este nuevo campo político-religioso. Asimismo, se propone analizar elementos relacionados con el tipo de intelectual que influyó en la construcción de este campo, sugiriendo el uso de la noción de "intelectuales de la retaguardia". La investigación se basa en fuentes bibliográficas y entrevistas de Historia Oral.

Palabras clave: Transición política. Intelectuales cristianos. Teología de la liberación. Protagonismo popular.

Como citar este artigo:

Freire, Américo. “Transição como invenção política: a intervenção de intelectuais cristãos nos embates pela democracia brasileira (1970-1990)”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 142-164.

Como renascem as democracias – esse é o título de uma conhecida coletânea organizada por pesquisadores de três países – Alain Rouquié (França), Bolivar Lamounier (Brasil) e Jorge Schvarzer (Argentina) – que foi publicada pela editora Brasiliense em 1985, ano derradeiro da ditadura militar brasileira. Na ocasião, tomava corpo, no âmbito dos estudos políticos, uma subárea cujo foco envolvia uma agenda de questões relativas aos processos de transição rumo à democracia.

Lamounier, na apresentação da obra, chama atenção para um traço distintivo dessa produção: trata-se de estudos de extrato acadêmico que são igualmente motivados por uma “investigação engajada sobre as perspectivas e dilemas de uma ordem democrática e pluralista” (Lamounier 1985, 8). Tal postura, como sabemos, era então nutrida pela crença de que, naquela quadra, nas palavras de Rouquié, a democracia voltava a ser “uma ideia nova no mundo”. E acrescenta:

Pelo menos o seu universo parece em expansão e isso justamente nos continentes onde se menos esperava. Ontem um espécime em vias de extinção, forma condenável e condenada pela história da dominação burguesa ou do colonialismo, os sistemas representativos pluralistas aparecem de repente como portadores de valores universais e areolados com a sedução do fruto proibido ou do mal menor (Rouquié 1985, 9).

Guy Hermet, em escrito mais recente, da década de 1990, propõe um freio de arrumação nesse campo de estudos, dado que aponta, entre outras críticas, para o viés normativo e teleológico que havia marcado boa parte da chamada “transitologia”. Hermet (2001) a par de definir as transições democráticas como um espaço de tempo inscrito em regimes políticos de tipos diferentes, assevera que seria melhor e mais prudente falarmos tão-somente em “transição política”. Pois, de um lado,

sabe-se muito bem que nem todas as passagens para a democracia se processam de maneira democrática; de outro, ninguém pode assegurar que se conseguirá chegar de fato a uma solução democrática aceitável (muitas vezes fica-se num estágio de semidemocracia) (Hermet 2001, 14).

O autor, assim, sugere vermos a transição como um evento-ponte, nos moldes de um acontecimento singular, acidental, improvável, tal como a tipologia sugerida por Dosse (2013, 264), que nos joga para uma outra margem do rio, muitas vezes desconhecida.¹

¹ Temos utilizado, em nossas pesquisas, a noção “transição política” inspirados em Hermet (2001) e na produção que trabalha com a categoria “invenção democrática”, destacando seu caráter aberto, processual e inconcluso. A respeito, ver Lefort (1983 e 1991); Rosanvallon (2010, 2022 e 2024); Rancière (2014). Para o caso da transição política brasileira, nosso foco se concentra no estudo de processos políticos que cobrem as décadas de 1970 a 1990. Sobre o tema, ver Freire e Martinho (2012) e Freire (2014).

Seguindo a trilha aberta por Hermet, temos em nossas pesquisas estudado os contornos de um novo campo político-religioso que, advindo de mudanças de vulto no universo católico e cristão promovidas no pós-guerra – cujos marcos são o Concílio Vaticano II e o avanço do movimento ecumênico levado adiante pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) –, terminou por exercer considerável influência nas alterações políticas e sociais que se processaram no país nas décadas finais do último século. Quanto aos elementos-chave desse campo, compreendido por Michael Löwy pela noção “cristianismo da libertação” (2000, 56-67), há de se mencionar dois deles: a presença orgânica de vários de seus membros nos chamados “novos movimentos sociais” (Doimo 1995), notadamente na estruturação e divulgação dos Encontros Nacionais das Comunidades Eclesiais de Base (os Intereclesiais) (Teixeira 1996) e a condução de iniciativas no sentido de constituir grupos e uma ampla rede de entidades que têm como fundamento a Teologia da Libertação (TdL). Lideranças desse campo também se envolveram – direta ou indiretamente – na criação e na formação da Central de Movimentos Populares (CMP), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) (Barros 2022).²

Dito isso, cabe perguntar acerca dos intelectuais que compuseram e deram sentido e direção a esse campo. Qual seria o seu padrão de atuação? Como se relacionaram com a hierarquia e as denominações religiosas que muitos deles mantiveram algum tipo de conexão? Seria possível apontar um leque de características comuns que possibilite construirmos um perfil desse intelectual?³

No âmbito das nossas investigações, que seguem orientadas pelas perguntas acima, temos enfrentado o tema buscando variar nossa escala de observação, ora concentrado o foco na vida e obra de um intelectual em particular, no caso Frei Betto (Freire e Sydow 2016), ora produzindo estudos de cariz prosopográfico sobre o Grupo Emaús – coletivo de referência da TdL no país – (Freire 2019), ora estudando a malha de entidades criadas por eles voltadas para o trabalho de formação pastoral e de educação popular (Freire 2022).

² Nosso uso da noção “campo popular-religioso” está em diálogo com as proposições de Bourdieu (1989 e 2011), Weber (2000), Löwy (2000) e Doimo (1995) e tem como norte explorar os processos de interação entre os campos político e religioso.

³ A noção “intelectuais” adotada na pesquisa segue proposições de Said (2005) e Altamirano (2013) em torno do intelectual público moderno. Sobre o perfil desse intelectual, conferir Novaes (2006) e Ribeiro (2006). A respeito das redes de sociabilidade dos intelectuais, ver Sirinelli (1996 e 1998) e Dosse, (2007) e sobre a sociologia dos intelectuais, consultar Zelinský, (2025). Ver ainda panorama do caso brasileiro em Miceli (2001) e Perlatto (2025).

Optamos, no caso deste estudo, em fixar nosso olhar na produção de dois intelectuais com vistas a melhor situar e qualificar os traços constituintes desse campo. Seleccionamos nomes que reúnem dois atributos básicos: firmaram sua atuação no trânsito entre os campos religioso, acadêmico e popular; e criaram e estiveram à frente de entidades civis que compõem o largo campo da TdL no país. São eles: Jether Ramalho (1922-2020), leigo protestante vinculado à Igreja Congregacional, sociólogo, professor universitário, criador do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), e um dos líderes do ecumenismo no país; e José Oscar Beozzo (1941-...), padre católico, historiador, sociólogo, teólogo e professor universitário, coordenador-geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP) e membro destacado da Comissão para o Estudo da História da Igreja na América Latina (CEHILA).

O texto está dividido em três seções. Nas primeiras, apresentamos proposições e temas que entendemos como relevantes para a compreensão da obra de cada autor. Na última, avançamos em reflexões sobre o perfil desses intelectuais mantendo os olhos no roteiro de questões acima mencionado.

Cristãos, ecumenismo e classes populares

José Ricardo Ramalho, sociólogo, professor universitário e filho de Jether Ramalho, organizou, em 2010, um livro sobre o pai intitulado *Uma presença no tempo: a vida de Jether Ramalho*, o qual tornou-se referência tanto para os estudos acerca da trajetória do protagonista em tela, como para os que se debruçam na história do evangelismo e do ecumenismo no Brasil (Entrevista de José Ricardo Ramalho ao autor 2017). O volume está dividido em três seções. Na primeira, a palavra está com Jether e com Lucília, sua esposa. Ambos relatam eventos relativos às origens familiares, ao casamento e ao início da carreira profissional de Jether como dentista com um concorrido consultório em um bairro do subúrbio carioca. Jether narra ainda, em seguida, os primeiros passos de sua ascendente presença na mocidade evangélica, primeiro na Igreja Congressional e depois também na Confederação Evangélica Brasileira (CEB), quando veio a tomar contato com vertentes do ecumenismo voltadas para a responsabilidade social das igrejas e com as bases da teologia progressista cristã de Richard Shaull (Ramalho 2010b, 34-38).

Jether coloca também leitor a par da reviravolta política no campo evangélico decorrente do golpe militar de 1964. Na ocasião, lideranças conservadoras de várias denominações evangélicas trataram de afastar suas alas progressistas, vindo a atingir diretamente Jether, Waldo César e outras lideranças que militavam em suas igrejas e na CEB.

Esse grupo, para manter algum nível de articulação, criou o Centro Evangélico de Informação, mais tarde denominado Centro Ecumênico de Informação (CEI). A nova entidade, contando com apoio de personalidades e órgãos que giravam na órbita do CMI, em pouco tempo, ganhou fôlego e respeitabilidade entre segmentos evangélicos e católicos. Nesse contexto favorável, o CEI passou a se chamar Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), com escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo. Jether, em seu depoimento, chama atenção para dois aspectos-chave dessa nova estrutura ecumênica: o trabalho pastoral e educacional baseado no método Paulo Freire e a criação da editora – e depois da revista – *Tempo e Presença* (Ramalho 2010b, 38-49).

Jether, nas décadas seguintes, intensificou sua presença no universo ecumênico internacional – vindo a coordenar projetos no âmbito do movimento Igreja e Sociedade na América Latina, vinculado ao CMI – e nacional, quando cumpriu papel importante na formação de uma malha de entidades voltadas para a formação de quadros e para o desenvolvimento de projetos fundados nas teses do ecumenismo vinculado à justiça social, tais como a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP). Também se envolveu na constituição do Grupo Emaús, do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) e do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), entre outros (Entrevista de José Ricardo Ramalho ao autor 2017).

Nos anos sessenta, ele abandonou o consultório e ingressou no universo acadêmico, primeiro como aluno e depois como professor de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em seu depoimento, porém, dedica-se pouco a descrever episódios de sua nova vida como discente maduro e como professor universitário. Não menciona, por exemplo, a elaboração de sua dissertação de mestrado em educação que defendeu na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) sob o título *Prática educativa e sociedade: Um estudo de Sociologia de Educação* – publicado em livro pela Editora Zahar em 1976.

A segunda seção do livro, *Uma presença no tempo: a vida de Jether Ramalho*, abre-se para a palavra aos amigos e parceiros de jornada de Jether, tais como Zwinglio Dias e Luiz Eduardo Wanderley (companheiros no CEI/CEDI); Oscar Beozzo e Carlos Mesters (no Emaús, CESEEP e CEBI); Maria Helena Arrochellas (no CAALL - Centro Alceu de Amoroso Lima para a Liberdade); Edson de Almeida (na Igreja Cristã de Ipanema) ou ainda Gilberto Velho (colega nos tempos da UFRJ).

Já a derradeira seção deste livro comporta uma seleção de dez escritos de Jether que será a matéria-prima para nossa análise sobre algumas de suas proposições centrais. Temos um material variado: um único texto acadêmico (capítulo VI da dissertação de mestrado acima mencionada); anotações e reflexões preparatórias para reuniões; capítulos de livros; e artigos publicados em revistas para um público não especializado. Desse conjunto, optamos por nos fixar em dois textos da lavra do autor em que sobressaem três temas que se entrelaçam: ecumenismo, avanço da presença popular e formação de quadros. Acompanhemos.

Organismos ecumênicos, igrejas e movimentos populares é o título do primeiro deles. Escrito para servir de documento de discussão para o debate que veio a realizar no Encontro Latino-Americano e Caribenho de Organismos Ecumênicos (Quito, julho de 1988), o texto passa em revista várias questões que então desafiavam o movimento ecumênico, chamando atenção para duas delas em particular. Tratava-se, em primeiro lugar, de definir com maior clareza o padrão de relacionamento a ser estabelecido entre entidades ecumênicas e as instituições eclesiais. Para Jether, era importante que essas entidades se preocupassem em assegurar uma convivência harmônica com as igrejas, afastando a ideia, por vezes presente, de que os organismos ecumênicos representariam uma “outra igreja” ou uma “igreja alternativa” com pastoral própria.

Essas entidades, ao mesmo tempo, precisam afirmar sua autonomia frente às estruturas eclesiais. Isso porque, nas palavras do autor, tal postura representa uma “condição indispensável para garantir a sua liberdade de reflexão, de análise crítica, de assessoria, de serviço, isentos das injunções da política eclesial que podem assumir, muitas vezes, caráter repressivo e dificultador de avanços necessários.” E prossegue: “Devem ter espaço livre para exercer, plenamente, seu carisma especial, seu ministério próprio” (Ramalho 2010c, 188).

Outro campo de desconfiança entre as entidades ecumênicas e as igrejas diz respeito à formação de quadros próprios para o movimento ecumênico. Uma vez mais, há o temor de que o incremento desses quadros poderia vir a enfraquecer – ou mesmo substituir – os quadros eclesiais. Jether refuta esse temor: trata-se, na verdade, de uma “suplementação e atualização, qualitativamente diferentes e absolutamente necessárias” (Ramalho 2010c, 188).

O autor, em seguida, desloca seu relato e análise para examinar questões relativas ao relacionamento entre os organismos ecumênicos e os movimentos populares. A esse respeito, cabe registrar, preliminarmente, a maneira pela qual entendia o papel desses

movimentos naquela quadra histórica. Segundo ele, em um contexto adverso, dado os duros golpes desfechados pelos governos contra tais movimentos, “estes se recompuseram, amadureceram politicamente, ampliaram os níveis de luta, abrangendo outros segmentos sociais”. Assim, aponta o autor, “nota-se a emergência [...] do *novo sujeito que, certamente, será o protagonista principal da sociedade que está se gestando em nosso continente*” (Ramalho 2010c, 183, grifo nosso).

Mas, como as entidades ecumênicas deveriam lidar com esse fenômeno de grande amplitude? Quais deveriam ser as estratégias no sentido de estreitar relações, construir pontes com o universo popular então em franca mobilização? Jether levanta algumas pistas para enfrentar essas questões. A primeira: os organismos ecumênicos deveriam evitar a pretensão de se colocar na posição de influir na direção e mesmo na articulação desses movimentos. Em suas palavras: “O ritmo, a pedagogia, as prioridades dos movimentos populares são basicamente decisões deles próprios. Não precisam de tutores, por mais bem intencionados que sejam” (Ramalho 2010c, 195). Ou seja, cabe às entidades ecumênicas o papel de contribuir na reflexão crítica e na elaboração de sínteses teóricas sobre as práticas populares. Não se trata, segundo o autor, de colocar-se em posição de subordinação, mas de “serviço e cumplicidade solidária com os movimentos populares” (Ramalho 2010c, 195).

Jether desdobra esse tema ao arrolar algumas iniciativas a serem adotadas pelos organismos ecumênicos quanto a firmar uma “aliança madura” com os movimentos populares, entre as quais: promover a guarda e a divulgação acerca das lutas e da história dos movimentos populares; assessorar os movimentos na sistematização e avaliação de suas práticas; participação na formação de quadros junto às entidades populares; além de contribuir na elaboração de projetos com vistas à obtenção de recursos oriundos de agências de apoio ligadas às Igrejas.

O autor, por fim, propõe que os organismos ecumênicos, na América Latina e no Caribe, se transformem, cada vez mais, “em um espaço, sem nenhuma pretensão de tutela, onde os movimentos populares possam com liberdade refletir suas práticas e estreitar os laços de unidade e solidariedade” (Ramalho 2010c, 200). E arremata: “Proporcionando esse local de troca de experiências, ajuda a superar diferenças superficiais e ampliar o horizonte de luta, colocando-a em escala universal, sem desprezar as conjunturas locais e nacionais” (Ramalho 2010c, 200).

O tema da centralidade dos movimentos populares está também presente no artigo de Jether intitulado *Ecumenismo brotando da base* – publicado na revista Sedoc da Editora Vozes

no começo de 1979. Nele, o autor, de partida, aponta para algumas mudanças que então se processavam no campo ecumênico, sendo que a mais importante delas disse respeito à constituição de um espírito ecumênico renovado e nutrido pela “opção clara e consequente de muitos segmentos da Igreja pelas classes populares” (Ramalho 2010a, 230). Configura-se, para o autor, um “ecumenismo vivo” que se expressa “em diversas Comissões Pastorais da Terra, na luta pelos Direitos Humanos, onde a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) tem prestado relevantes serviços, na tarefa de integração de migrantes e agora nas Comunidades Eclesiais de Base [Cebs]” (Ramalho 2010a, 230).

Jether, nas demais seções do artigo, foca em elementos constitutivos desse ecumenismo popular que se encontram presentes na experiência das Cebs, tomando como referência o Intereclesial realizado em julho de 1978. São eles: 1) As Cebs possuem uma agenda de lutas que envolve o enfrentamento de questões concretas, sejam às relativas ao acesso a bens públicos nos meios urbanos, seja às voltadas para o ancestral problema da posse da terra.

Isso pressupõe, segundo o autor, uma atitude unitária que tende a ultrapassar divisões confessionais. Seus membros descobrem-se, assim, que “são irmãos não somente na fé, mas no sofrimento e na luta por direitos” (Ramalho 2010a, 231); 2) No universo das Cebs, a prática da leitura popular da Bíblia é elemento central, favorecendo uma vez mais a aproximação entre protestantes e católicos; 3) A presença ativa e significativa dos leigos na animação das Cebs é outro instrumento capaz de reunir católicos e protestantes. Registra o autor: “Os leigos vão descobrindo que os seus companheiros de trabalho, de lutas, de sofrimento, de exploração, são também, muitas vezes, seus irmãos na fé e na esperança, filhos do mesmo Pai e alimentados pelo mesmo Evangelho” (Ramalho 2010a, 232).

Jether, ao concluir, observa que, nas Cebs, a prática ecumênica não segue protocolos pré-estabelecidos e nem é resultante de acordos formais entre instituições eclesiais, mas sim fruto de

uma força que emerge das bases da Igreja e que certamente é alimentada pelo Espírito de Deus. [...] A luta pela justiça, então ultrapassa o eclesial e é capaz de reconhecer como companheiros todos os que estão verdadeiramente empenhados na causa comum (Ramalho 2010a, 232).

Aí estão, portanto, algumas proposições do autor que podem ser resumidas em torno de duas questões: temos um fenômeno social-religioso que marca o presente e aponta para o futuro e temos ainda o desafio de como as igrejas e entidades cristãs devem lidar com ele. Quanto ao protagonismo popular apontado por Jether, o autor se reserva a descrever alguns

aspectos constitutivos do fenômeno, deixando de lado a preocupação em melhor situar o problema, seja no plano conceitual, seja acionando outros autores. O foco aqui é outro: Jether produz textos estratégicos, diretos, assertivos e de intervenção cuja finalidade é a de incidir diretamente sobre os que compõem o campo ecumênico.

Independentemente do objetivo e do estilo do autor, é possível levantar a hipótese de que suas assertivas sobre o protagonismo popular estariam na confluência de duas tradições intelectuais. A primeira seria aquela que, entre as décadas de 1960 e 1980, via os chamados “novos movimentos sociais” como o motor de transformações que então se processavam na luta de classes nas sociedades contemporâneas, tratando assim de se afastar de abordagens mais clássicas do marxismo. As referências aqui são os nomes de C. Castoriadis (1982), C. Lefort (1991), E.P. Thompson (2008) ou ainda M. Castells (2000), entre outros, que contribuíram para afirmar as linhas gerais de movimentos autonomistas que ganharam algum fôlego naquela quadra histórica, alcançando inclusive o Brasil (Perruso 2009, 88-97). Daí, por exemplo, a presença do ideário autonomista em correntes dos movimentos populares e sindicais, assim como no âmbito do PT (Barros 2022, 102-104).

Essas proposições de Jether relativas aos “novos atores sociais”, como também à configuração de um “ecumenismo popular”, podem também ser vistas em franco diálogo com vertentes da TdL que têm como opção afirmar a presença das classes populares como protagonistas da sua própria história. Essa ideia-força alimentou, por um lado, a criação de uma rede de entidades leigas e religiosas cujo foco foi a promoção de cursos de educação popular inspirada nas teses e métodos de Paulo Freire. Também nutriu a produção de inúmeros trabalhos, fossem eles no campo das Ciências Sociais, fossem teológicos, que tiveram como objeto compreender as bases do soerguimento de uma “Igreja popular” na América Latina e no Brasil.

Cabe sublinhar, no âmbito dessa produção, as proposições de Leonardo Boff contidas em livros como *Eclesiogênese* (Boff 1977) e *Igreja, Carisma e Poder* (Boff 1981), cujo principal objetivo foi o de traçar as linhas gerais de uma nova Igreja erguida, construída e mantida pelas bases, tal como vinha apontando a experiência das Cebbs. A menção a esses livros de Boff não é gratuita: eles foram escritos como resposta ao fenômeno das Cebbs e na atmosfera dos debates realizados no Grupo Emaús, do qual faziam parte Boff, Carlos Mesters, João Batista Libânio, José Oscar Beozzo, Luiz Alberto Gomez de Souza, Frei Betto e o próprio Jether Ramalho.

Isso posto, tratemos de acompanhar a questão apresentada por Jether acerca da maneira pela qual os cristãos comprometidos com a opção popular devam lidar com a emergência desse “novo agente histórico”. Duas posturas deveriam ser evitadas. A primeira delas é a resposta tradicional – a que reproduz a postura evangélica colonizadora conduzida por aqueles que conhecem e são detentores da palavra divina. As classes populares, nesse caso, permanecem como objeto de uma ação cristã que se pretende libertadora. A outra postura inverte os termos da equação: as classes populares detêm a palavra, a cultura, o porvir. Caberia, assim, aos intelectuais cristãos reconhecer os estritos limites de sua atuação.

Temos aqui, portanto, um dos traços distintivos do que, nos debates políticos, se chama de “basismo”, qual seja: a verdade insofismável está na atuação autônoma das classes populares, as quais devem se manter devidamente afastadas das instituições, da política e mesmo dos partidos. Jether, em seus textos, menciona brevemente o basismo, apontando para suas insuficiências. Registra:

Os movimentos populares [...] têm reagido com intensidade, ultimamente, a certa tentativa de hegemonia dos intelectuais no delineamento de sua estratégia de ação. Essa tensão poderá levar a uma radical posição *basista* que também não possibilitará avanços concretos no processo (Ramalho 2010c, p. 196, grifo nosso).

E conclui: “A complementariedade das perspectivas será necessária para a eficácia da luta popular” (Ramalho 2010c, p. 196).

Adiante, na segunda seção deste trabalho, iremos avançar um pouco mais no papel estratégico exercido por Jether e pelo movimento ecumênico no âmbito da TdL e das lutas sociais e políticas que então eram empreendidas no país nas últimas décadas do século XX.

Teologia da Libertação em perspectiva histórica

José Oscar Beozzo é o segundo nome da nossa galeria de intelectuais cristãos. Padre Beozzo, como é costumeiramente chamado, é uma das mais conhecidas figuras do clero paulista. Ordenado padre em 1964, aos 23 anos, fez estudos de Filosofia em São Paulo e Teologia na Universidade Gregoriana de Roma. Formou-se ainda Mestre em Sociologia da Religião pela Universidade Católica de Louvain, e Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). É também Professor *Honoris Causa* pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É sacerdote, ainda hoje, na Diocese de Lins (Sauvage 2017, 79-80).

Beozzo associou seu nome a múltiplas atividades, seja como reitor no Instituto Teológico de Lins, como professor de história da Igreja em universidades paulistas, membro da Comissão para o Estudo da História da Igreja na América Latina (CEHILA) e secretário-executivo do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular

(CESEEP). É membro do Grupo Emaús, tendo sido ainda um dos organizadores da Coleção Teologia e Libertação – obra-referência da TdL (Entrevista de José Oscar Beozzo ao autor, 2018).

O religioso, em meio aos inúmeros afazeres – pastorais, administrativos e acadêmicos –, concentrou amplos esforços em duas frentes. Na primeira delas, trabalhou no sentido de colocar de pé e gerir o CESEEP, contando para tal com o suporte estratégico da arquidiocese de São Paulo, então dirigida pelo Cardeal Paulo Evaristo Arns, e com o apoio de um bom número de religiosos e leigos católicos, assim como de alguns protestantes, entre quais cabe citar os nomes de Jether Ramalho e de Júlio de Santa Ana – teólogo uruguaio metodista e figura-chave do campo ecumênico. A entidade, criada em 1982, tem como principal atividade a promoção de cursos voltados para a formação de quadros, sendo que o mais importante deles é o Curso de Verão – cujo objetivo consiste em oferecer instrumentos pastorais, bíblicos, teológicos e sociológicos para centenas de jovens leigos e lideranças comunitárias (CESEEP 2011). O CESEEP, com o tempo, fixou-se como uma importante *escola de formação* vinculada organicamente à TdL (Freire 2022).

Beozzo, ao mesmo tempo, não descurou em produzir vasta obra voltada especialmente para a história da Igreja Católica no Brasil e na América Latina, destacando-se, no caso, sua presença – como organizador e autor – na *Coleção História Geral da Igreja no Brasil*, ladeado por Eduardo Hoornaert, Riolando Azzi e vários outros historiadores. Essa obra de referência, publicada entre fins da década de 1970 e a década de 1990, foi uma das principais realizações da CEHILA. Quanto aos livros autorais, cabe aqui mencionar dois deles: *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II* (Beozzo 2005), resultado de sua tese de doutorado em História defendida na USP, e *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo* (Beozzo 1993), uma coletânea de textos que cobre 35 anos da história da Igreja do Brasil.

Optamos, para os fins deste artigo, focar nossa análise no texto do autor intitulado “O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas”, publicado originalmente na Itália (2014) e depois no Brasil, nos *Cadernos de Teologia Política* do Instituto Humanitas Unisinos (2015). Nele, Beozzo, após tratar em perspectiva crítica a implantação do cristianismo na América Latina, foca sua análise em elementos que entende como constitutivos da TdL, dando destaque a três deles: a leitura popular da Bíblia; a elaboração, pela CEHILA, de uma historiografia do passado do continente comprometida com a “Igreja dos Pobres” e com o ecumenismo; e, por fim, menciona as obras que construíram as bases

teológicas da TdL — no caso, o livro do teólogo presbiteriano brasileiro Rubem Alves, *Theology of Human Hope* (1971), e as obras dos teólogos católicos Gustavo Gutiérrez, *Teologia da Libertação* (1971), e Leonardo Boff, *Jesus Cristo Libertador* (1972).

Beozzo examina ainda outros dois pontos que se mostram importantes para o estudo da trajetória da TdL latino-americana. O primeiro deles cobre uma longa e detalhada descrição acerca da montagem da *Coleção Teologia e Libertação*, da qual é figura-chave, e do quadro de grave tensão que esteve presente nas relações que então se estabeleceram entre o Conselho Editorial da Coleção, formada por treze teólogos latino-americanos, segmentos da alta hierarquia do Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho (CELAM) e a Congregação para a Doutrina da Fé, então dirigida pelo Cardeal Joseph Ratzinger.

Beozzo, nesta seção do texto, se esmera em apresentar ampla documentação primária acerca das sinuosas tratativas que se desenvolveram no decorrer da década de 1980 quanto à publicação de livros da Coleção. Descreve, por exemplo, como a direção da Coleção levou a efeito a criação de um Comitê de Patrocínio que teve por finalidade dar lastro político-religioso à iniciativa editorial. Esse Comitê reuniu arcebispos e bispos de vários países latino-americanos e foi capitaneado pelo Cardeal Paulo Evaristo Arns. O autor, ao mesmo tempo, não se furta em denunciar as inúmeras pressões realizadas por Ratzinger e seus intermediários no sentido de interditar a coleção, seja junto a membros do episcopado latino-americano, seja junto a editoras responsáveis pela publicação. Beozzo, por fim, chama atenção para a importante intervenção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na condução de negociação com o Vaticano com vistas a aparar arestas que possibilitassem viabilizar a Coleção. O resultado de todo esse processo foi o seguinte, nas palavras de Beozzo:

A Coleção publicou 28 volumes, pouco mais da metade dos 54 programados. A interrupção foi provocada, em parte, pelo cansaço de se lutar tanto pelo direito à reflexão teológica ao interior da Igreja; em parte, pela inconformidade de ser a TdL a única teologia em toda a Igreja católica submetida a uma censura prévia e à obrigação de se obter um *nihil obstat* para a edição de cada um dos livros; em parte, pelo fato de que o serviço pastoral que se prestava a uma Igreja inspirada em Medellín e Puebla foi sendo corroído pelas orientações em sentido inverso do pontificado de João Paulo II (Beozzo 2015, 48).

Beozzo, ao concluir o texto, aponta para os desafios que então estavam colocados à TdL. Para o autor, em suas origens a TdL, teve o foco colocado nas “dimensões econômicas, políticas e sociais da realidade”. Só mais tarde, segundo ele, “outras dimensões como as discriminações de caráter cultural, de gênero, de raça e de cor, de orientação sexual, ou os desafios que emergem do meio ambiente ganharam maior atenção na reflexão teológica em chave libertadora” (Beozzo 2015, 61).

Quanto à nova agenda da TdL, Beozzo destaca três frentes: a emergência de uma leitura feminista da Bíblia que se desenvolve no âmbito de uma luta mais ampla que segue a interpelar os limites impostos pela Igreja Católica ao ordenamento das mulheres; o conjunto de trabalhos teológicos voltado para discutir o problema das migrações e das condições das populações periféricas nas grandes cidades; e, por fim, as formulações produzidas por Leonardo Boff e outros teólogos dirigidas aos problemas da questão ambiental e da sustentabilidade do planeta (Beozzo 2015, 63).

Temos, nesse texto de Beozzo, alguns elementos importantes que nos auxiliam a verificar a maneira pela qual ele compreende a História da Igreja na América Latina e no Brasil, assim como vê o percurso que entende como exitoso da TdL. Situemos alguns pontos:

1. Quanto ao histórico da presença da Igreja no continente, Beozzo é claro e direto – a instituição esteve a cumprir o papel de instrumento de legitimação do domínio colonial, assim como também o fizeram Igrejas protestantes que atuaram na região. O autor, por outro lado, tampouco deixa de mencionar a presença de algumas vozes da Igreja católica que serviram de contraponto à essa posição hegemônica.

2. Beozzo, neste texto em particular, não volta os olhos para história da Igreja do Brasil. O faz na obra acima mencionada intitulada *A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II de Medellín a Santo Domingo* (1993). Nela, vê a caminhada da Igreja brasileira marcada, sob a influência do Vaticano II e Medellín, por uma práxis evangélica comprometida com os pobres e enraizada nos meios populares. Foi desse movimento, cita ele, que surgiram entidades fundamentais como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além das Comissões de Justiça e Paz criadas em prol dos Direitos Humanos (Beozzo 1993, 126-133).

3. Aponta ainda que a Igreja do Brasil, nessa caminhada, tem enfrentado inúmeras resistências, seja por parte daqueles grupos sociais e políticos que se vêm ameaçados pelo avanço da aliança entre a TdL e os movimentos populares, seja por parte de segmentos internos da Igreja que se encontram presentes em diferentes órgãos da instituição. Beozzo tampouco deixa de mencionar a oposição à TdL liderada por importantes autoridades da CELAM, desde a década de 1970, assim como chama atenção para medidas conduzidas pelo papa João Paulo II e pela Cúria Romana no sentido de promover a neutralização da Teologia latino-americana. Nesse contexto, trata de dois casos paradigmáticos: o dos problemas relativos à publicação da Coleção Teologia e Libertação, acima mencionados, e o processo de interdição o qual foi alvo o teólogo Leonardo Boff.

4. Cabe levantar, por fim, alguns aspectos relativos à abordagem de Beozzo sobre a TdL, a qual ora se refere no singular, ora no plural – como no caso do título do artigo que examinamos acima. A esse respeito, é possível sugerir que o uso do plural pelo autor tem como objetivo sublinhar seu caráter múltiplo e originário de muitas fontes. Beozzo, ainda assim, a concebe, tal como os teólogos Leonardo e Clodovis Boff (2001), como uma reflexão teológica alimentada e plasmada pela realidade social do continente, na qual a leitura da realidade deva:

partir dos últimos, dos mais pobres e excluídos, aos quais se revela o Deus da Vida, como a seus prediletos; abraçar sua causa e seus sonhos; e empenhar-se pela transformação da injusta realidade como parte essencial do seguimento de Jesus Cristo são alguns dos elementos que configuram o que se convencionou chamar de teologia da libertação (Beozzo 2015, 8).

5. Beozzo, também no título, se refere ao “êxito das Teologias da Libertação”, sendo que, como pudemos verificar, ele mesmo acompanha em detalhes o duro embate da TdL com o Vaticano, do qual resultaram não poucas perdas e derrotas. Beozzo, ao que parece, sem deixar de chamar atenção para os problemas e obstáculos enfrentados pela TdL, tende a vê-la como uma resposta única, criativa e orgânica à realidade religiosa e social do continente. E mais: coerente com o espírito e com os ares renovadores do Concílio Vaticano II e de Medellín.

Podemos, por ora, feito esse breve apanhado de algumas suas proposições, avançar no fechamento desta seção, não sem antes mencionarmos a posição estratégica que Beozzo tem exercido na formação e na condução do campo político-religioso que temos nos referido neste texto. No acompanhamento de suas atividades, assim como na leitura de seus textos, é possível ver em ação um intelectual sofisticado, preparado e com ampla capacidade de interlocução e articulação (dentro e fora da Igreja Católica). A par do cotidiano da vida religiosa e de administrador de uma importante entidade de formação, temos ainda uma figura que veio a ocupar um duplo papel bem significativo: o de artífice de uma nova história da Igreja do Brasil – vista por ele como majoritariamente comprometida com a opção pelos pobres – e de memorialista do campo que vem forjando a TdL no Brasil e na América Latina (Entrevista de José Oscar Beozzo ao autor, 2018).

Intelectuais cristãos na retaguarda: apoio e legitimidade aos movimentos populares

Tratemos, por ora, nesta seção final, de avançarmos em uma dupla direção. O foco, na primeira delas, persiste no exame da trajetória e das proposições dos autores em tela, uma

vez que nos interessa melhor situar o posicionamento de ambos no campo político-religioso acima mencionado. Em seguida, abriremos nossas lentes de análise com vistas a explorar e articular dois temas que tocamos neste texto: a constituição de um novo campo político-religioso no país que tomou corpo no contexto de luta contra o regime ditatorial e em prol da democratização social e política da sociedade brasileira e a consequente presença nesse campo de uma determinada modalidade de intelectual cristão que tem como norte a defesa teórica e prática do protagonismo popular nas lutas políticas e sociais. Acompanhemos esses pontos.

Jether Ramalho e José Oscar Beozzo, como pudemos verificar, exerceram papel de liderança em inúmeras iniciativas que deram lastro à TdL brasileira, cuja marca tem sido, desde a década de 1970, o entrelaçamento entre os universos cristão e popular (Susin 2017, 99-105). Quando postos lado-a-lado, é possível observar que Jether, depois de intensa militância na juventude evangélica, e do seu afastamento forçado de sua denominação religiosa, optou por criar e organizar uma via alternativa no universo cristão. Ele e seus parceiros de caminhada, com vistas a fugir do isolamento, se viram diante da necessidade de forjar um espaço próprio de atuação religiosa e política.

O principal resultado dessa ação coletiva foi a criação do CEI, depois CEDI, o qual veio a contribuir de forma efetiva para a elaboração e para a divulgação de concepções de cunho ecumênico no Brasil, para tal contando com uma rede de entidades em nível internacional vinculada ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Esse caminho trilhado por Jether, assim como por outros cristãos protestantes dissidentes, lhe assegurou ampla liberdade de ação, daí sua forte presença em grupos compostos majoritariamente por católicos, como o Emaús, ou mesmo em atividades vinculadas a segmentos da Igreja Católica, como os encontros nacionais das Cebs – os Intereclesiais, nos quais atuava no corpo de assessores.

Jether, conforme vimos, teve atuação universitária como professor de sociologia na UFRJ, mas a academia não mostrou ser seu lugar preferencial. Seu foco, ao que parece, foi a atividade educativa/social/ política em entidades que então mantinham estreitos vínculos com o universo popular. Nessa perspectiva, boa parte da sua produção intelectual veio a ser moldada – e mesmo condicionada – para o atendimento de questões estratégicas para o incremento do campo ecumênico.

Já Beozzo, de início, teve trajetória típica daqueles que a Igreja Católica prepara para exercer posições de liderança na instituição, seja para assumir funções na alta hierarquia, seja

para atuar como teólogos e professores em entidades universitárias católicas. A instituição, para tal, proporciona aos seus quadros uma apurada formação intelectual em universidades católicas de prestígio, entre elas a Gregoriana de Roma e a Universidade de Louvain, na Bélgica. Como aluno, Beozzo teve oportunidade de acompanhar de perto as mudanças proporcionadas pelo Concílio Vaticano II que então abalaram e transformaram a Igreja Católica.

Beozzo, ao retornar ao Brasil, não seguiu exatamente o caminho a ele reservado, vindo a ocupar um lugar bastante original no âmbito da Igreja católica em São Paulo. O religioso, a par de manter seus vínculos como sacerdote em sua diocese de origem, optou por assumir atividades profissionais que lhe possibilitaram uma razoável margem de autonomia aos ditames estabelecidos pela Igreja Católica, seja como docente universitário; seja como diretor executivo do CESEEP – um centro evangélico e ecumênico estruturado nos moldes de uma entidade civil; seja, por fim, como autor de uma nova história da Igreja do Brasil, devidamente inspirada nos princípios e práticas da TdL. Cabe observar que, como registramos acima, o religioso nunca deixou de manter firmes seus vínculos com o Cardeal Paulo Evaristo Arns, então à frente da Arquidiocese de São Paulo, e com vários segmentos do clero católico então vistos como “progressistas”. Quanto à sua vasta obra, cabe observar a identificação de seus posicionamentos com linhas do catolicismo favoráveis às resoluções do Concílio Vaticano II e de Medellín.

Jether e Beozzo, já registramos, estiveram ao lado de inúmeros militantes – leigos e religiosos – na construção de um novo campo político-religioso no país cujo eixo orientador foi a TdL que tinha como horizonte promover importantes transformações nas estruturas sociais e políticas brasileiras. Duas questões aqui se impõem. A primeira delas: como esse campo enfrentou a questão partidária e o processo de institucionalização democrática brasileira das últimas décadas do século XX? E mais: quais foram os principais encaminhamentos nesse sentido?

Quanto a esse ponto em particular, pudemos verificar, em nossas pesquisas preliminares, que o tema da questão partidária ensejou inúmeros debates entre lideranças diretamente vinculadas à TdL. E isso não era por acaso. A preocupação era dupla: uma delas dizia respeito à instrumentalização das Cebs pelos partidos políticos. A outra, correlata à primeira, referia-se à sangria de líderes cristãos rumo aos partidos de esquerda e às administrações municipais populares que então começaram a tomar corpo (Freire 2021).

Para enfrentar esse problema, foram formuladas uma gama de respostas, da qual se destacou uma, sugerida pelo teólogo Clodovis Boff, e acompanhada por outros membros do Grupo Emaús, relativa à criação de uma pastoral de acompanhamento dos militantes partidários, a ser conduzida por religiosos, que teria como objetivo orientar e articular aqueles cristãos que estivessem devidamente envolvidos nas lides político-partidárias. (Boff 1987, 09-46). A proposta, de certa inspiração “basista” e antipartidária, esbarrou, porém, na falta de interesse e apoio da Igreja Católica para ser viabilizada.

Anos mais tarde, na esteira da promulgação da Constituição de 1988 e na expectativa de realização de eleições presidenciais, nas quais disputavam o campo da esquerda Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (Partido Democrático Trabalhista-PDT) e Roberto Freire (Partido Popular Socialista-PPS), lideranças da TdL levaram adiante uma nova proposta com vistas a dar instrumentos à “tribo cristã” que se mostrava interessada em se envolver na militância político-partidária.

Ela consistiu na criação de uma articulação formada por leigos e religiosos cristãos, majoritariamente católicos, chamada “Movimento Nacional Fé e Política” (MF&P), a qual estaria voltada para a promoção de cursos de formação e para a realização de eventos com vistas a reunir a totalidade dos militantes. Na agenda do movimento, esteve ainda a publicação regular dos “Caderno Fé e Política” que tinham a função de servir de norte político-ideológico para o movimento (Freire 2022). O MF&P, criado em 1989, tomou corpo e até hoje se encontra ativo por meio da realização – agora irregular – de grandes eventos marcados pela discussão integrada de dois grandes temas: o da “espiritualidade político-libertadora, que se concretiza de forma macroecumênica, e a opção radical pelos excluídos e excluídas do banquete do mercado” (Oliveira 2018, 136). Ainda sobre a questão partidária, cabe apontar ainda a significativa afluência de militantes desse campo em direção ao PT. O mesmo a dizer de importantes lideranças leigas vinculadas à TdL, das quais cabe citar Jether Ramalho, Pedro Ribeiro de Oliveira e Luiz Alberto Gómez de Oliveira, entre outros.

A segunda questão, correlata à primeira, é a que engloba os itens do nosso roteiro, acima discriminado, que interroga acerca da modalidade de intelectual que conforma esse campo. Recapitulando esses itens – padrão de atuação desses intelectuais; suas relações com a Igreja e outras denominações religiosas; e, por fim, reunir características gerais com vistas a pensar nesse tipo específico de intelectual cristão. Vejamos.

Tratemos, em primeiro lugar, de reunir os dois primeiros itens do nosso roteiro. No âmbito das pesquisas que temos realizado a respeito de intelectuais que compreendem a TdL

e o Cristianismo da Libertação, é possível afirmar que, com base inclusive nos dados que recolhemos para este texto, esses intelectuais têm operado com ampla margem de autonomia frente às exigências e demandas das suas denominações religiosas. Para tal, forjaram um repertório de ação (Tilly 1978) no qual o ponto nodal tem sido sua atuação privilegiada em entidades civis, autônomas, e, portanto, algo distanciadas do raio de ação das Igrejas e de suas respectivas hierarquias. Por certo, há gradações quanto à essa autonomia, dado que, muitos quadros da TdL, tal como Beozzo, Frei Betto e Carlos Mesters, mantêm vínculos formais com sua denominação religiosa.

À guisa de conclusão, cabe mencionar ainda quatro outros atributos: 1) Temos verificado que permanece amplamente majoritária a presença de intelectuais católicos nesse campo, sendo eles originalmente oriundos de diversas ordens – a dos dominicanos, a dos jesuítas e carmelitas etc. Beozzo, nesse caso, por se tratar de um sacerdote diocesano, é uma notável exceção. Quantos aos protestantes, houve e há nomes associados às denominações históricas – luteranos, metodistas ou presbiterianos; 2) Emaús e outras entidades do campo, aqui mencionadas, contam com ampla presença masculina, fenômeno esse típico do universo cristão. Essa realidade, porém, vem se alterando rapidamente nas últimas décadas; 3) Reunimos, na pesquisa, intelectuais de formação superior, vários deles com estudos no exterior, sendo que se destaca o bom número de teólogos e de cientistas sociais; 4) Temos indivíduos sensibilizados pela fé cristã que são movidos pela construção de uma “Igreja comunitária”, sendo defensores diretos do protagonismo popular nas lutas sociais e políticas. Exatamente por isso, costumam compor grupos que garantem apoio e assessoria aos movimentos (Ramalho e Esterici 2017). São, assim, por excelência, críticos acerbos de quaisquer posições – ou pretensões vanguardistas – sendo que seu papel central consiste em legitimar o projeto popular-cristão.

Referências:

Fontes

Entrevista de José Ricardo Ramalho ao autor, 2017.

Entrevista de José Oscar Beozzo ao autor, 2018.

Bibliografia

Altamirano, Carlos. *Intelectuales: notas de investigación sobre una tribu inquieta*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

Barros, Clovis Rocha de. *PT: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

- Beozzo, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II – 1959-1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- Beozzo, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- Beozzo, José Oscar. “O êxito das teologias da libertação e as teologias americanas contemporâneas.” *Cadernos Teologia Pública* 12, n. 93 (2015). São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos.
- Boff, Clodovis. “Os cristãos e a questão partidária.” In *Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis/CEDI*, 9-46. Petrópolis: Vozes, 1987.
- Boff, Leonardo. *Eclogiôgênese: as comunidades eclesiais de base reinventam a Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- Boff, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- Boff, Leonardo, e Clodovis Boff. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- Castells, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- Castoriadis, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP). São Paulo: Paulus, 2011.
- Doimo, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- Dosse, François. *La marcha de las ideas: historia de los intelectuales, historia intelectual*. Valência: Publicacions de la Universitat de València, 2007.
- Dosse, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- Freire, Américo. “A via partidária da transição política brasileira.” *Varia Historia* 30, n. 52 (2014): 287–308.
- Freire, Américo. “Brazilian Liberation Theology and the Party Issue: Debates, Proposals and Reflections.” In *Liberation Theology and the Others: Contextualizing Catholic Activism in 20th Century Latin America*, edited by Christian Büschges, Andrea Müller, and Noah Oehri, 205–224. Lanham, MD: Lexington Books, 2021.
- Freire, Américo, e Evanize Sydow. *Frei Betto: biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
-

- Freire, Américo. “Grupo Emaús: esteio da Teologia da Libertação no Brasil (1970–1980).” *Tempo e Argumento* 11, n. 28 (2019): 212–239.
- Freire, Américo, e Francisco Martinho. “Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia.” *História da Historiografia*, n. 10 (2012): 124–145.
- Freire, Américo. “Teologia da Libertação em rede: Emaús, CESEEP e Movimento Fé e Política.” *Revista de História* (São Paulo), n. 181 (2022): 1–28.
- Hermet, Guy. “As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu.” Em *Transições em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*, org. Alzira Alves de Abreu, 13-43. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- Lamounier, Bolivar. “Apresentação da edição brasileira.” Em *Como renascer as democracias*, org. Alain Rouquié, Bolivar Lamounier e Jorge Schvarzer, 7-8. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Lefort, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Lefort, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- Löwy, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Miceli, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- Novaes, Adauto. “Intelectuais em tempos de incerteza.” Em *O silêncio dos intelectuais*, org. Adauto Novaes, 7-18. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Oliveira, Pedro A. Ribeiro de. *Fé e política: uma trajetória*. Vila Velha: Quatro Irmãos, 2018.
- Perlatto, Fernando. “Sociologia dos intelectuais no Brasil: textos, contextos e novas perspectivas.” Em *Intelectuais no plural*, org. Caio Benedito Martins e Felipe Maia, 45–75. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2025.
- Ramalho, Jether. “Ecumenismo brotando da base.” Em *Uma presença no tempo: a vida de Jether Ramalho*, org. José Ricardo Ramalho, 229–233. São Leopoldo: OIKOS, 2010a.
- Ramalho, Jether. “Histórias de vidas entrelaçadas – trajetória de Jether, presença de Lucília.” Em *Uma presença no tempo: a vida de Jether Ramalho*, org. José Ricardo Ramalho, 13–49. São Leopoldo: OIKOS, 2010b.
- Ramalho, Jether. “Organismos ecumênicos, igrejas e movimentos populares.” Em *Uma presença no tempo: a vida de Jether Ramalho*, org. José Ricardo Ramalho, 183–205. São Leopoldo: OIKOS, 2010c.
- Ramalho, Jether. *Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
-

- Ramalho, José Ricardo. *Uma presença no tempo: a vida de Jethber Ramalho*. São Leopoldo: OIKOS, 2010.
- Ramalho, José Ricardo, e Neide Esterci, orgs. *Militância política e assessoria: compromisso com as classes trabalhadoras e resistência à ditadura*. São Leopoldo: OIKOS, 2017.
- Rancière, Jacques. *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- Ribeiro, Renato Janine. “O cientista e o intelectual.” Em *O silêncio dos intelectuais*, org. Adauto Novaes, 137–149. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Rosanvallon, Pierre. *A contrademocracia: a política na era da incerteza*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2022.
- Rosanvallon, Pierre. *A legitimidade democrática: imparcialidade, reflexividade e proximidade*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2024.
- Rosanvallon, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- Rouquié, Alain. “Introdução geral: Querer a democracia.” Em *Como renascem as democracias*, org. Alain Rouquié, Bolivar Lamounier e Jorge Schvarzer, 9–24. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Rouquié, Alain, Bolivar Lamounier e Jorge Schvarzer, orgs. *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- Said, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- Sauvage, Pierre. “Beozzo, José Oscar.” Em *Dictionnaire historique de la théologie de la libération*, dir. Maurice Cheza, Luis Martínez Saavedra e Pierre Sauvage, 79–80. Namur: Lessius, 2017.
- Sirinelli, Jean-François. “As elites culturais.” Em *Por uma história cultural*, org. Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, 259–279. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- Sirinelli, Jean-François. “Os intelectuais.” Em *Por uma história política*, org. René Rémond, 231–269. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- Susin, Luiz. “Brésil.” Em *Dictionnaire historique de la théologie de la libération*, org. Maurice Cheza, Luis Martínez Saavedra e Pierre Sauvage, 99–105. Namur: Lessius, 2017.
- Teixeira, Faustino. *Luiz Couto: os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1996.
- Tilly, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.
- Thompson, E. P. *A formação da classe trabalhadora inglesa*. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- Weber, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- Zelinský, Dominik. “A sociologia dos intelectuais nos séculos XX e XXI.” Em *Intelectuais no plural*, org. Caio Benedito Martins e Felipe Maia, 21–44. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2025.
-

Recebido: 12 de janeiro de 2026

Aprovado: 19 de junho de 2026

Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51388>

**A “portugalização” do Brasil em debate:
os tempos da transição política brasileira (1973-1988)***

*The “Portugalization” of Brazil under debate:
the times of the Brazilian political transition (1973-1988)*

*La “Portugalización” de Brasil en debate:
los tempos de la transición política brasileña (1973-1988)*

Reinaldo Lindolfo Lohn**

<https://orcid.org/0000-0002-7902-2733>

RESUMO: O artigo analisa um dos debates intelectuais ocorridos em torno das possibilidades de transição política no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, o qual conectou os contextos brasileiro e português. A noção de “portugalização” do Brasil, formulada por Philippe C. Schmitter entre 1971 e 1973 é tomada como indício histórico e eixo analítico para compreender algumas das expectativas sobre a transição política, evidenciando que os debates acadêmicos e políticos envolveram na década de 1970 a tentativa sincronizar a temporalidade das disputas políticas no Brasil a outros processos de transformação em regimes autoritários. Inicialmente a ideia de “portugalização” foi formulada como uma perspectiva de institucionalização da ditadura,

* Este artigo resulta de projetos de pesquisa apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa de Produtividade em Pesquisa (Processo: 305022/2025-3), e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), termo de outorga 2025TR001468.

** Professor Titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), junto ao Departamento de História e nos Programas de Pós-Graduação em História e em Ensino de História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa nível C (CNPq). Doutor em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e estágio pós-doutoral na NOVA, Lisboa. Sob a abordagem da História do Tempo Presente, investigo a temática da transição política no Brasil ao fim da última ditadura. Coordeno o Laboratório de Estudos da Contemporaneidade, sou um dos coordenadores do Grupo de Trabalho História do Tempo Presente da Associação Nacional de História (ANPUH) e coeditor da revista *Tempo e Argumento* (2019 a 2026). Autor de *Artífices do futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)* (2020, Insular); coautor do capítulo *The left and the Workers’ Party in Brazil: a party between populism, social policies and the popular vote* (em *Populism: Latin American Perspectives*, 2023, Agenda Publishing); organizador de *História nas bancas de revistas: um país impresso entre representações sociais e culturas políticas* (Todapalavra, 2016); coorganizador de *Una mirada crítica desde la izquierda* (CLACSO, 2021) e *Utopia e repressão: 1968 no Brasil* (Sagga, 2018). E-mail: reilohn@gmail.com.

assegurando desdobramentos análogos ao regime português, então sob a chamada “primavera” de Marcello Caetano. A Revolução dos Cravos, em 1974, viria a suscitar novos empregos para essa formulação, que foi criticada e ressignificada nos debates políticos, na imprensa brasileira e em elaborações intelectuais. Por outro lado, as vitórias eleitorais da oposição a partir daquele ano acentuaram a percepção, que ganhou corpo na década de 1980, de uma temporalidade própria para a transição brasileira, distinta de modelos internacionais. O esquecido debate sobre a “portugalização” do Brasil é um indício de ampliação da esfera de discussões políticas no país a respeito da transição política, afirmando suas assincronias e singularidades, ainda que atravessada por referências e disputas em escala internacional.

Palavras-chave: Transição política. Portugalização. Debates intelectuais. Esfera política.

ABSTRACT: This article analyzes one of the intellectual debates surrounding the possibilities of political transition in Brazil between the 1970s and 1980s, which connected the Brazilian and Portuguese contexts. The notion of the “Portugalization” of Brazil, formulated by Philippe C. Schmitter between 1971 and 1973, is taken as an historical evidence and analytical axis to understand some of the expectations about the political transition, highlighting that academic and political debates in the 1970s involved an attempt to synchronize the temporality of political disputes in Brazil with other processes of transformation in authoritarian regimes. Initially, the idea of “Portugalization” was formulated as a perspective for the institutionalization of the dictatorship, ensuring developments analogous to the Portuguese regime, then under the so-called “spring” of Marcello Caetano. The Carnation Revolution in 1974 would give rise to new uses for this formulation, which was criticized and reinterpreted in political debates, in the Brazilian press, and in intellectual elaborations. On the other hand, the electoral victories of the opposition from that year onwards accentuated the perception, which gained traction in the 1980s, of a specific temporality for the Brazilian transition, distinct from international models. The forgotten debate about the “Portugalization” of Brazil is an indication of the expansion of the sphere of political discussions in the country regarding the political transition, affirming its asynchronies and singularities, even if traversed by references and disputes on an international scale.

Keywords: Political transition. Portugalization. Intellectual debates. Political sphere.

RESUMEN: Este artículo analiza uno de los debates intelectuales en torno a las posibilidades de transición política en Brasil entre las décadas de 1970 y 1980, que conectó los contextos brasileño y portugués. La idea de “Portugalización” de Brasil, formulada por Philippe C. Schmitter entre 1971 y 1973, se toma como evidencia histórica y eje analítico para comprender algunas de las expectativas sobre la transición política, destacando que los debates académicos y políticos de la década de 1970 implicaron un intento de sincronizar la temporalidad de las disputas políticas en Brasil con otros procesos de transformación en regímenes autoritarios. Inicialmente, la idea de “Portugalización” se formuló como una perspectiva para la institucionalización de la dictadura, asegurando desarrollos análogos al régimen portugués, entonces bajo la llamada “primavera” de Marcello Caetano. La Revolución de los Clavos de 1974 daría lugar a nuevos usos para esta formulación, que fue criticada y reinterpretada en debates políticos, en la prensa brasileña y en elaboraciones intelectuales. Por otro lado, las victorias electorales de la oposición a partir de ese año acentuaron la percepción, que cobró fuerza en la década de 1980, de una temporalidad

específica para la transición brasileña, distinta de los modelos internacionales. El debate olvidado sobre la “Portugalización” de Brasil es un indicio de la expansión del ámbito de las discusiones políticas en el país respecto a la transición política, afirmando sus asincronías y singularidades, aun cuando esté atravesada por referencias y disputas a escala internacional.

Palabras clave: Transición política. Portugalización. Debates intelectuales. Esfera política.

Como citar este artigo:

Lohn, Reinaldo Lindolfo. “A ‘portugalização’ do Brasil em debate: os tempos da transição política brasileira (1973-1988)”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 165-189.

Os nós da transição

O processo de reorganização política ocorrido no Brasil a partir da segunda metade da década de 1970, quando ainda vigia a ditadura militar (1964-1985), envolveu aspectos e debates que não se restringiram à escala nacional. O horizonte para uma democratização do sistema político brasileiro naquele contexto mobilizou percepções e projeções de futuro que receberam influência do contexto internacional. Neste artigo pretende-se destacar as interações então suscitadas pelos contextos políticos do Brasil e de Portugal, compreendendo que o país ibérico impressionava diferentes observadores, seja pela então perspectiva de manutenção da longa ditadura salazarista (1933-1974), então sob o comando de Marcello Caetano ou logo após a Revolução do Cravos, em abril de 1974, que pôs fim àquele regime.

Pretende-se focalizar a circulação no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 de algumas ideias políticas em torno de uma possível democratização que superasse a ditadura e articulasse diferentes posições no quadro das forças que atuavam nas oposições ao regime autoritário. Sabe-se que as transições políticas ocorridas na América Latina e no Sul da Europa foram alvos de estudos acadêmicos que se tornaram referências indispensáveis, em vários casos ainda antes da extinção das ditaduras que vicejaram em países dessas regiões (O'Donnell e Schmitter 1988; Huntington 1994; Hermet 2001; Linz e Stepan 1999). Quando aqueles processos sociais e políticos ainda estavam em curso ou em aberto, áreas como a Sociologia ou a Ciência Política procuraram dotar aquele então “presente” de densidade analítica e histórica. Uma das marcas desses estudos estava em compreender que a análise dos casos nacionais era, em certos aspectos, superada por um quadro de relações transnacionais. Buscava-se tipologias mais ou menos amplas para situar os

processos ocorridos em cada país, como se houvesse uma sincronização de eventos e perspectivas que fariam parte de uma única contemporaneidade.

Além disso, avançou-se para projeções de futuro, como se uma superação de regimes autoritários significasse a concretização de modelos previamente formulados que confirmassem um projeto histórico da modernidade ocidental, na qual as singularidades reiteram uma imagem abrangente do mundo com um único sentido. As possíveis aproximações dos casos brasileiro e português ganharam corpo em diferentes análises, incluindo um neologismo que se perdeu no tempo, mas que foi acionado em meados da década de 1970: a perspectiva de uma possível “portugalização” do Brasil. Neste artigo, toma-se essa quase esquecida formulação teórica como uma oportunidade para perceber a circulação de debates políticos que, a partir dos diferentes contextos vividos em Portugal e no Brasil naqueles anos, apontavam para os limites ou para as possibilidades dos projetos de democratização.

Cabe questionar as narrativas lineares e estáveis sobre o processo de transição política no Brasil, compreendendo que entre a década de 1970 e a seguinte há diferentes mudanças de percepção nos debates então encetados. O enfoque buscado aqui pretende destacar as circulações de ideias que reenquadraram ao longo do tempo a discussão sobre a democratização brasileira, compreendendo que estas envolveram dimensões que não se restringiram às frequentes e necessárias denúncias ao aparato repressivo. É possível sugerir uma redefinição do espaço em que ocorriam debates políticos, compreendendo projeções que superavam aqueles que ocorriam ao nível das forças políticas organizadas no interior do país. Obviamente, não é tarefa fácil demonstrar tal redefinição do espaço político, atravessado por questões que extrapolavam a escala nacional, daí que se pretende percebê-la por meio de discussões de ideias e formulações em que as particularidades das relações políticas domésticas foram tensionadas ao serem situadas em uma escala transnacional de debates. Situado em uma esfera mais ampla de debates, a esfera do campo político no país foi percebida de modo mais complexo, o que tornou possível valorizar as próprias relações que ocorriam internamente, neste caso, as mobilizações em torno das eleições a legitimidade de setores político-partidários que ganharam legitimidade nessas disputas.

A partir da análise de um trabalho publicado em 1973 pelo cientista político Phillipe C. Schmitter, de debates registrados nas páginas do *Jornal do Brasil* e de sua avaliação crítica em um trabalho de Bolivar Lamounier, em 1988, o objetivo deste artigo está em perceber o quanto as projeções em torno de uma transição política no Brasil favoreceram uma fértil formulação de questões que ampliavam o quadro político brasileiro, seja para superá-lo ou para tornar mais denso o papel de agentes internos. Neste caso, os diferentes tempos, ritmos e sentidos da transição política

estiveram em debate. De certa forma, a esfera do político no Brasil, passou a ser composta por “nós históricos”, na imagem sugerida por Pierre Rosanvallon (1995), em que o âmbito nacional, com suas particularidades, foi entrecruzado por elementos transnacionais. Tais “nós” podem ser compreendidos, conforme o autor, como conexões pelas quais “novas racionalidades políticas e sociais se organizam”. É possível compreender que as ideias e interpretações sobre a democratização compreendiam um quadro de conexões que estabeleceram pontos nodais a partir de sua exposição a discussões que ultrapassavam as fronteiras nacionais, com sincronias e assincronias, acentuando a influência do cenário internacional ou destacando os fatores endógenos. Atar ou desatar os nós da transição política implicou em debates que contribuíram para tornar mais complexa a esfera do político no Brasil.

Transição, transições

Recentemente, historiadores e historiadoras voltaram-se aos processos de democratização ocorridos na América Latina, reabrindo discussões e possibilitando compreender aquele período como necessário para tratar a história do tempo presente de países como o Brasil, em particular a limitação dos processos democráticos e sua baixa densidade (Fico 2017; Napolitano 2018; Motta 2021; Pedretti 2024). Por outro lado, depois de algumas décadas sob uma percepção genérica nos meios convencionais de que a democracia brasileira estaria consolidada, episódios e processos recentes voltaram a suscitar dúvidas e a evocar a necessidade de analisar historicamente os processos sob os quais foi arranjado um quadro que se institucionalizaria nas décadas seguintes.

Antes dos historiadores, contudo, por suas proporções e dimensões no âmbito internacional, a situação do Brasil nas décadas de 1970 e 1980 ganhou destaque nas análises de cientistas sociais de outras áreas com ampla circulação acadêmica. O quadro das relações políticas do país foi então percebido como uma parte de um todo abrangente, redimensionando o papel das negociações internas, as quais perdiam suas características particulares e eram localizadas em um plural de eventos que se sucediam em diferentes contextos nacionais. Efetivamente, a variação nas escalas de observação dos processos sociais e históricos é uma premissa necessária para dar conta da temática aqui explorada. Para Jacques Revel (2010), “a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar uma realidade constante em diferentes tamanhos, mas sim a transformar o conteúdo da representação através da escolha do que é representável”. Uma escala de observação transnacional sincronizava as relações políticas brasileiras em trajetórias que as extrapolavam, derivando daí certas representações sobre os fenômenos analisados.

A escala transnacional dos processos de democratização ganhou destaque entre analistas coevos aos acontecimentos. Sob a influência de estudos políticos desenvolvidos por intelectuais dos Estados Unidos ou em universidades daquele país, esse tipo de abordagem viria a se consagrar ainda mais, nas décadas seguintes aos processos de transição política dos anos de 1970 e 1980, na proposição de Samuel Huntington (1994), para quem, em 1974, teria sido iniciada em âmbito global uma nova “onda” democratizadora. A terceira onda de democratização, a partir justamente de Portugal, seria uma das explicações para a compreensão dos diferentes processos sociais que marcaram a América Latina e, inclusive, o Leste Europeu, a partir da queda de sistemas autoritários. O próprio Huntington esteve no Brasil em algumas oportunidades a partir de 1972 (Hoeveler 2024) e travado contato com o primeiro escalão do regime autoritário, quando teria exercido influência intelectual na formulação de uma estratégia distensionista. Esta marcaria a chamada transição lenta, gradual e segura, sob o comando de militares supostamente moderados e ciosos de suas responsabilidades, considerados pelo autor como força capaz de organizar países sem tradição democrática (Lemos 2014).

Sob outras perspectivas, intelectuais com grande peso acadêmico e ampla circulação internacional publicaram diferentes estudos sobre as transições para a democracia, pretendendo analisá-las de modo sistemático e a partir de categorias e métodos submetidos à validação científica. Como mencionado anteriormente, nomes como Guillermo O'Donnell, Juan J. Linz, Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead, entre outros, por meio da perspectiva comparativa dos diferentes processos nacionais, buscaram perceber o papel dos agentes políticos na formulação de estratégias realistas e moderadas, conforme o contexto, para as transições. Por outro lado, não se perdia de vista que compreender as disputas políticas como parte central das transições jogava luz sobre as tensões e conflitos entre as diferentes forças sociais dominantes, o que denotava um elemento de indeterminação e de franca possibilidade de reversão dos processos de transição ainda em curso (Cancelli 2021). Para Laurence Whitehead (2001), no que diz respeito aos procedimentos formais, a organização de sistemas representativos esteve sob o estrito controle de relações políticas internas, mas as questões mais amplas, como os direitos humanos e as diferentes proteções à participação popular envolveram a aquisição de um aprendizado e de um repertório internacional de ideias e princípios.

Não faltaram nas perspectivas adotadas para compreender a transição política no Brasil certas “análises de cunho teleológico e finalístico” (Freire e Martinho 2012), como se houvesse alguma necessidade histórica presidindo uma ação que estaria definida previamente pelo quadro das democracias ocidentais. No conjunto de tais teorias da transição, cabe ainda considerar o que

aponta Leonardo Avritzer (1995), para quem seus pressupostos foram construídos a partir do que seriam regras democráticas ideais e apriorísticas. Neste caso, tais teorias levariam, por um lado, a universalizar uma noção de democracia e, por outro, a particularizar os episódios políticos que envolveram a superação de regimes autoritários. Diferentes análises tenderam a desenhar trajetórias que necessariamente conduziriam a uma democratização ideal ou a seu fracasso, desconsiderando quaisquer assincronias possíveis. É como se fosse perdido de vista que havia elementos não exatamente contemporâneos, dadas as singularidades nacionais. A democratização, conforme o autor, compreende uma disputa “acerca da cultura política que irá prevalecer no interior de uma sociedade com instituições democráticas” (Avritzer 1995). Portanto, há a percepção de um balanço entre a efetividade das formas institucionais democráticas existentes e as experiências dos agentes sociais e políticos.

No caso da transição brasileira, os elementos singulares tiveram peso significativo. Diferentes abordagens identificaram um pacto conduzido por elites do sistema político dominante, sob controle militar, tendo em vista a aceitação limitada de algumas demandas de uma então rearticulada sociedade civil. No início da chamada Nova República tornara-se consistente a perspectiva de que as urnas e os chamados movimentos sociais teriam sido bases legitimadoras fundamentais para a tomada de medidas que viessem a caracterizar um regime democrático no país (Diniz 1985). Em recente obra, Bryan Pitts (2023) propõe um peso ainda mais acentuado para os políticos civis, caracterizados a partir de suas funções como lideranças partidárias que teriam sido decisivas na superação da ditadura. Neste caso, a proposta do autor possibilita renovar, sob novo viés, a questão formulada na década de 1980 quanto ao papel das eleições como fator central e singular da transição brasileira, destacando tanto a mobilização popular quanto a ação de uma nova classe política.

Compreende-se aqui que seja importante discutir a transição política ocorrida no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 como um fenômeno que, apesar de operado no âmbito de instituições e sistemas nacionais, envolveu o cruzamento com ideias e projetos que ampliavam seus limites, bem como apresentou diferentes dimensões, espaços de debates e ritmos temporais. Fazer a transição política anunciada pela ditadura transformar-se em uma democratização envolveu conflitos e agenciamentos que não estavam definidos de antemão e que suscitavam debates que situavam a ação de forças políticas domésticas em um quadro que extrapolava seus marcos nacionais.

Geoffrey Pridham (1997), considerando o contexto Europeu, sugeriu examinar o espaço de “interações” entre contextos nacionais e internacionais que é construído no âmbito de transições de regimes, de modo a perceber conjuntos de relações que organizaram as dinâmicas políticas. De

sua parte, por meio da observação de um campo interseccionado de interações e conexões internacionais, Fernando Pedrosa (2010) pontua que a análise histórica dedicada ao passado recente pode encontrar um “espaço chave” para revitalizar os estudos sobre a democratização, percebendo as vivências e as práticas dos agentes políticos, suas experiências e lugares por onde circularam, evitando generalizações teóricas. Pode-se apontar que, além da variação de escalas, a análise histórica ganha em muito ao adotar a perspectiva da conectividade dos processos sociais. Trata-se de expandir as abordagens historiográficas para além da fragmentação e do isolamento nacionais. Supõe-se que as estruturas políticas dependem de interações que pressupõem conexões e permitem integrações. Seguindo a sugestão de Sebastian Conrad (2012), menos importantes do que buscar as “origens”, se internacionais ou locais dos processos sociais, é útil acentuar as condições de emergência que possibilitaram as interações entre as dinâmicas nacionais e internacionais.

No quadro abrangente de circulação de ideias e projeções sobre o futuro da ditadura é possível identificar as singularidades da transição brasileira, com suas dinâmicas internas próprias, mas atravessadas por discussões em que se pode entrever as alternativas disponíveis. No escopo da literatura internacional das décadas de 1970 e 1980, destaca-se aqui um livro que veio à público alguns anos antes dos trabalhos mencionados e que articulou intelectuais brasileiros e estrangeiros. De certo modo, ainda que em suas limitações, dado que as formulações de seus autores foram elaboradas anteriormente aos eventos marcantes de 1974, tanto em Portugal quanto no Brasil, o livro serve como indício das preocupações que viriam a ganhar dimensão mais consistente a respeito das perspectivas do regime autoritário vigente no Brasil e eventuais mudanças futuras. A obra *Authoritarian Brazil: origins, policies, and future*, foi organizada por Alfred Stepan e publicada em 1973, como resultado de um evento realizado em 1971 na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, sobre o então Brasil contemporâneo. A ditadura vivia seu momento mais intenso, tanto em termos dos procedimentos repressivos quanto do êxito de políticas de crescimento econômico acelerado, no que se chamou então de “milagre econômico”. Apenas um brasileiro participou da coletânea, Fernando Henrique Cardoso. Entre os estrangeiros, havia os muito familiarizados com o Brasil, como Thomas Skidmore, Albert Fishlow e o próprio Stepan. Completam o elenco de autores, Samuel Morley, Gordon Smith, Juan J. Linz e Philippe C. Schmitter. Os trabalhos publicados no livro avaliaram algumas das principais características políticas e econômicas do processo de desenvolvimento do país desde 1964. Os estudos partiram da premissa de que havia um modelo brasileiro de desenvolvimento, sendo que seria indispensável compreender os valores sob os quais este se sustentava. Três questões aparecem como centrais nas preocupações de então:

as condições que levaram ao regime autoritário, as políticas socioeconômicas adotadas e os fatores que permitiriam sua institucionalização futura (Stepan 1973).

Este terceiro âmbito de atenção dos cientistas sociais norte-americanos sobre o Brasil, focado em percepções e projeções sobre o futuro do país e, particularmente, sobre as perspectivas então disponíveis a respeito dos desdobramentos da ditadura, proporciona a possibilidade de identificar a emergência de alguns dos horizontes políticos no Brasil que inspiravam percepções e debates sobre a esfera do político no país, tomada como lugar de articulação entre o social e sua representação (Rosanvallon 1995). A inteligibilidade de algumas dessas ideias demandou ampliar a escala dos debates ocorridos no país ao longo da década de 1970, o que resultou em perceber as relações políticas internas como parte de discussões que superavam suas fronteiras e supunham uma dimensão transnacional e suas possíveis conectividades. Tomando-se um dos textos da coletânea, elaborado por Phillippe C. Schmitter, justamente o que abre a parte relativa às projeções sobre os desdobramentos políticos da ditadura brasileira, o Brasil tinha diante de si um quadro político que poderia ser descrito a partir do que então se processava em sua antiga metrópole colonialista, Portugal, compondo uma formulação que foi sintetizada na ideia de uma possível “portugalização” do país.

Transição como institucionalização da ditadura: a “portugalização” do Brasil

Em um dos capítulos do livro organizado por Alfred Stepan e publicado um ano antes da queda do regime salazarista em Portugal, Philippe C. Schmitter (1973) constrói sua análise sobre o futuro do Brasil autoritário e suas possíveis mudanças em torno de uma interrogação: *The ‘Portugalization’ of Brazil?* A pretensa “portugalização” possibilita abrir um produtivo flanco de discussões. Pode-se tomar esta especulação que se mostrou equivocada como uma possibilidade para discutir as projeções e a circulação de ideias que tinham como tema as possibilidades de efetuar mudanças no quadro político brasileiro de então, iniciando uma transição que, neste caso, significaria a manutenção de estruturas autoritárias.

A análise do cientista político norte-americano é um exemplo de uma perspectiva comparativa frequente em sua obra, partindo de seu interesse sobre o Brasil que vinha desde seu mestrado, quando atuou no país como parte de atividades da “Aliança para o Progresso”. O foco no Brasil e em Portugal redundou de seu interesse em compreender o corporativismo (Schmitter 1974), a partir de uma abordagem funcionalista renovada que questiona a influência das estruturas de poder e de formas complexas de intermediação de interesses por sobre a pretensa atuação livre de agentes políticos, tal como seria possível em um ambiente liberal-democrático.

Ao longo do texto, Philippe C. Schmitter avalia as possibilidades disponíveis para que a ditadura brasileira transitasse para um tipo de dominação autoritária permanente, ou seja, para sua institucionalização completa, a qual eliminaria a autonomia dos agentes políticos, restringiria as escolhas disponíveis e controlaria as alternativas, resultando em sua autoperpetuação no poder. A “portugalização” seria uma possibilidade para a institucionalização definitiva de um sistema autoritário, tal como o autor e outros integrantes da coletânea especulavam para o futuro do Brasil, tendo como significado o reavivar de um modelo político, social e econômico que parecia desacreditado. A discussão leva Schmitter a observar diferentes aspectos que reforçariam a viabilidade de iniciativas que assegurassem a longevidade do regime, tal como parecia ocorrer com a ditadura portuguesa, sob o comando de Marcello Caetano. Assim, “portugalização” adquire o sentido de uma resposta à modernização capitalista que seria uma base para um sistema singular de dominação política autoritária com capacidade para se institucionalizar e sobreviver. O próprio autor sugere que gostaria de estimular os agentes políticos brasileiros a resistirem a tal cenário, embora tivesse poucas expectativas sobre a possibilidade de evitar um tipo de transição no regime que redundaria em uma dominação institucional autoritária que se consolidaria. Países como o Brasil não teriam condições de repetir experiências históricas de democratização clássicas: seu tempo seria outro, sincronizando-se com o que se passava na antiga metrópole, que institucionalizara um modelo autoritário durável.

Para além das repetidas violações a direitos humanos denunciadas pela imprensa internacional e da criação arbitrária de normas constitucionais, o futuro do regime autoritário brasileiro seria revelado pelas mudanças impostas nos mecanismos decisórios no âmbito precípua do Estado, os quais tinham potencial para tornarem-se duráveis. Para o autor, o regime atualizava e tornava ainda mais robustos os componentes estruturais de um sistema que remeteria ao autoritarismo corporativo do Estado Novo brasileiro, entre as décadas de 1930 e 1940, sintomaticamente bem-sucedido no regime homônimo português. Compreender os desdobramentos da ditadura militar demandaria ter em conta aquele regime autoritário e como alguns de seus elementos eram compartilhados dos dois lados do Atlântico. O objetivo dos militares seria o de modificar os mecanismos herdados, purgando-os do “populismo” e evitando a possibilidade de competitividade e disputa, mantendo intactos os elementos autoritários estruturais (Schmitter 1973, 182). O regime, assim fazendo, institucionalizaria um sistema de dominação corporativo puramente autoritário, o que poderia ser exemplificado pela Espanha e, em especial, por Portugal, então sob os efeitos da suposta “primavera” prometida por Caetano assim que assumiu o poder, após o afastamento forçado de António Salazar. Sabe-se, contudo, que a referida

“primavera” se provaria uma iniciativa frustrada, dada a inflexibilidade e a intransigência de Caetano em promover mudanças substanciais, especialmente em relação aos domínios coloniais do país (Martinho 2018, 205).

Para Schmitter, Brasil, Portugal e Espanha apareciam como espaços em que regimes autoritários seriam eficazes na regulamentação de cima para baixo da representação de interesses por meio de categorias hierárquicas, tendo por foco tanto o controle sobre as finanças quanto a seleção de lideranças, as quais redundariam em uma burocracia central corporativista. Por isso, na visão do autor, a manutenção da legislação trabalhista, expressa na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seria um elemento revelador das bases do regime, mantendo a estrutura preexistente, sem descuidar de perseguir e afastar os integrantes mais combativos do movimento sindical e de cooptar os demais (Schmitter 1973, 206).

Portanto, na análise de Schmitter, o Portugal corporativista pretensamente renovado por Marcello Caetano poderia estar no futuro do Brasil na década de 1970. Em ambos os lados do Atlântico haveria uma sincronia de processos políticos e sociais que presidiriam suas transições autoritárias. Um futuro partilhado e peculiar, pois de certo modo tinha por bases o passado recente brasileiro, sob a dominação varguista. O autor admite que a “portugalização” não seria um modelo prototípico que estaria sendo perseguido pelos militares, pois o Brasil teria sua própria dinâmica social, bem como as pretensões internacionais do regime tenderiam a aproximá-lo de políticas menos autárquicas e mais próximas dos interesses dos Estados Unidos (Schmitter 1973, 229). De todo modo, mesmo que não fosse modelo ou solução, a “portugalização” referia-se a uma perspectiva futura, até então ainda incompleta, de transição para a estabilização e a institucionalização do autoritarismo. Assim, a ditadura militar não seria um breve parêntese em uma trajetória que logo retomaria uma direção liberal e democrática inelutável, tão logo fossem vencidos os extremismos da esquerda, tal como os defensores do regime propugnavam. Por outro lado, também não seria facilmente vencida pela ação de massas populares politicamente conscientes que aprofundariam as lutas sociais interrompidas em 1964 e retomariam o protagonismo, tal como setores da esquerda preconizavam.

A ditadura militar não seria algo “extraordinário” na trajetória política brasileira, mas um elemento que poderia revelar um tipo de dominação “bonapartista”, ideia sugerida a partir d’*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, bem como pelos próprios estudos do autor sobre o corporativismo, característica de sociedades com um desenvolvimento capitalista tardio (Schmitter 1973, 189). Não estaria no horizonte brasileiro uma saída de tipo liberal-democrática ou uma solução radical, com amplo protagonismo popular. O futuro reservaria uma “dictablanda”,

construída por meio da restauração mais complexa e depurada das bases autoritárias da década de 1930, sem os riscos inerentes ao “populismo” (Schmitter 1973, 215). Com algumas intervenções institucionais, os militares poderiam garantir uma dominação de tipo burocrática, institucionalizando seus sucessores, à sua escolha, ainda que fossem civis, configurando a progressiva independência e proeminência do Executivo sobre as demais instâncias do poder estatal, expressa no corporativismo, na centralização, na despolitização e em um sistema partidário monopolista.

A modernização autoritária assim imposta, com altas taxas de concentração de renda, significaria constantes intervenções que evitassem mudanças substantivas, ou seja, por meio de estritos mecanismos de controle social. Isso resultaria em um sistema em que, mesmo com a existência formal de partidos, os militares exerceriam um monopólio sobre a seleção das lideranças, promovendo a desmobilização política e a apatia social. Essas duas últimas características mais uma vez guardariam analogia com o regime português de então, embora também expressassem uma “cultura política” singular, cujas predisposições apontariam para o pactualismo, os arranjos pessoais não conflitivos e o bacharelismo, em uma análise que deve muito à leitura dos intérpretes clássicos do pensamento social brasileiro (Schmitter 1973, 205-212).

O caminho para uma institucionalização completa do poder autoritário militar estaria aberto e se desdobraria na criação de um sistema de controle que assegurasse a previsibilidade e a legalidade da dominação, sem os riscos da contestação, afirmando uma nova normalidade. Isso seria alcançado pela concentração de recursos decisórios e na disseminação de agências governamentais na periferia, reduzindo ao mínimo o espaço para a discussão congressual e a ação oposicionista, ao passo em que a capilaridade do Serviço Nacional de Informações (SNI) se tornava cada vez mais evidente. Com um poder autônomo e sem contendores e alternativas, o resultado seria uma sociedade prostrada diante dos fuzis e dos planos governamentais (Schmitter 1973, 224-228).

O texto de Schmitter parece ter sido rapidamente superado pelos fatos. A “portugalização”, mesmo não sendo um modelo, apontaria para uma perspectiva de transição política que asseguraria a longevidade e normalização de um regime autoritário. Compreendendo o quadro político existente em 1973 em dois países distintos, o autor propunha uma interpretação do Brasil então contemporâneo que especulava cenários sobre o futuro da ditadura brasileira. A esfera do político ganhava uma outra dimensão e delimitação. Contudo, duraria pouco essa perspectiva de futuro. O mês de abril de 1974 provocou uma virada importante. A Revolução dos Cravos, iniciada a 25 de

abril, marcava o fim da ditadura salazarista e impressionou por propor a “eleição de uma Assembleia Constituinte pelo voto direto” (“Junta controla Portugal” 1974).

Após o 25 de Abril de 1974 teve início o que a historiografia portuguesa denomina de Processo Revolucionário em Curso, que suscitou desconfiças, divergências e esperanças. Como aponta Maria Inácia Rezola (2007, 17), num mundo impactado pela crise do petróleo e dividido pela guerra fria, “negando todas as previsões e modelos de intervenção dos militares nos processos de transição e mudança política, os Capitães de Abril apresentaram um programa democratizador”, o qual previa “um governo civil e a realização de eleições livres”. Após uma longa ditadura que manteve um sistema político e econômico relativamente autárquico, com foco no controle de possessões coloniais, Portugal abria-se para o mundo.

Tendo como cenário a revolução portuguesa, Lisboa tornou-se uma das frentes internacionais de ativismo político das oposições brasileiras. O trabalho de denúncia da ditadura brasileira no exterior e de rearticulação das esquerdas logo se desdobrou em novos debates em que a questão das liberdades democráticas e o movimento pela anistia aos refugiados ganhou proeminência (Pezzon, 2019). Portugal tornou-se palco de intensos debates entre setores da oposição brasileira sobre as formas de transição política. A projeção de uma “portugalização” do Brasil ganhou, nessas condições, novas delimitações e sentidos.

A “portugalização” no labirinto

Ao propor a noção de que o tempo histórico é constituído de camadas ou estratos que o fazem denso, Reinhart Koselleck (2014) estimula os estudos históricos a discutirem a política e suas relações a partir dos conceitos empregados pelos agentes sociais, bem como as disputas em torno de seus sentidos. Se até então “portugalização” indicava uma projeção de continuidade autoritário no Brasil e uma transição sob controle estrito do regime, ainda que em novas bases, a partir da Revolução dos Cravos é possível encontrar novos significados em seu emprego. E isso implica que a esfera do político, como articulação entre práticas e representações, sofre um redimensionamento.

Neste aspecto, a investigação histórica em títulos da imprensa brasileira torna possível verificar que uma possível “portugalização” do Brasil após 1974 gerou debates densos, dado que expunha algumas das contradições que se punham diante dos que buscavam uma possível superação do autoritarismo. A mais evidente das objeções estava na influência transnacional sobre as alternativas brasileiras para uma possível transição política. Sincronizar o quadro político do Brasil ao ambiente internacional implicava em reduzir a importância das negociações e acordos

internos. Redimensionar a esfera do político no Brasil envolveu debates que podem ser entrevistados na apropriação interna da ideia de “portugalização”, especialmente em sua rejeição.

Juntamente com outros veículos da chamada grande imprensa brasileira, mas de modo especial, dada a atenção que o periódico dedicava ao processo político lusitano, o *Jornal do Brasil* acompanhou com atenção o contexto português resultante da revolução, com uma cobertura jornalística que permitiu a discussão de temas e questões que tinham reverberação no âmbito da situação política brasileira. A atenção voltou-se não apenas para o peso do passado português e sua identidade nacional, bem como seus vínculos históricos com o Brasil, mas para as possibilidades futuras que a revolução projetaria. A revolução portuguesa abriu possibilidades para discutir a questão democrática, quando diferentes forças políticas estavam envolvidas em uma longa transição política no Brasil, na qual qualquer possibilidade de ruptura institucional imediata estava afastada. O ritmo acelerado em Portugal contrastava com a lentidão brasileira.

Em meio às expectativas sobre a então recente troca de comando na ditadura militar brasileira, que passava às mãos do general Ernesto Geisel, vislumbrava-se possibilidades de diálogo e afrouxamento das ações repressivas do Estado. Em meados daquele ano, o general anunciou o início de uma distensão que qualificou, em tom de advertência, como necessariamente lenta, gradual e segura. Ao regime não interessava que a transição fosse marcada por um aprofundamento democrático. Tal gradualismo de acordos de cúpula foi aceito pela maior parte da oposição então instituída e defendido pela grande imprensa. Tal arranjo, situado em perspectiva transnacional, apontava para uma transição política própria, com uma temporalidade que se mostrava assíncrona em relação ao que ocorria em Portugal. Isto foi defendido pelos que insistiam em uma transição à brasileira, que se manteria relativamente alheia aos eventos internacionais.

Ao final de 1974, em 28 de novembro, depois que o processo revolucionário português começava a tomar formas mais radicais, a tradicional “Coluna do Castello” analisou a repercussão internacional do resultado das eleições parlamentares no Brasil ocorridas dias antes, com ampla vitória do partido da oposição consentida, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Editada pelo jornalista Carlos Castello Branco, o Castelinho, a Coluna publicada diariamente no *Jornal do Brasil* era considerada um dos poucos espaços para a cobertura do exercício político no Brasil durante a ditadura militar brasileira e no período mais repressivo do regime. Em um ambiente de censura à imprensa, no qual havia grandes impedimentos às vozes oposicionistas, “o Congresso Nacional, nas palavras do próprio Castelinho, só existia na coluna dele” (Motta 2018, 347). A coluna daquele dia foi escrita pelo redator substituto Aluizio Flores, que refletiu sobre o que considerava a incapacidade dos analistas estrangeiros em compreenderem “os dados da conjuntura

brasileira” e o quão “incompreensível se torna a política brasileira”, levando os que olhavam o país desde o exterior a “errar grosseiramente”. Isso teria ocorrido com “alguém que teve a coragem de afirmar que o processo histórico levaria o Brasil a uma solução de força”. O resultado eleitoral, com a ampla vitória oposicionista, demonstrava que “sem maiores dores, um sistema fechado vai sendo aberto pela via eleitoral”, constituindo uma “solução cabocla”. Recorrendo à mitologia grega, o colunista refletiu sobre o quanto os formuladores estrangeiros necessitavam de uma Ariadne que os guiasse “no labirinto da política brasileira”. Em uma nítida resposta a Philippe C. Schmitter, conclui tal labirinto seria incompreensível aos “comentaristas de outras terras”, os quais deveriam “tratar de entender antes de sugerir uma portugalização do Brasil, e no mau sentido” (Flores 1974).

Significativa é a conclusão de que haveria uma portugalização no “mau sentido”, justamente aquela presente na formulação de Schmitter. Dessa forma, é possível perceber como após a revolução do 25 de Abril, há uma passagem nos sentidos atribuídos à portugalização. Até então, a metáfora com Portugal apontava para a continuidade do regime autoritário brasileiro. Depois, certamente ocorre um deslocamento. As transições em ambos os países tomariam novos caminhos, nem sempre coincidentes ou sincronizados. E o melhor sentido de “portugalização” passava a dizer respeito ao que ocorria a partir do 25 de abril de 1974.

O argumento colunista evidencia algo que é significativo: a influência de ideias políticas e de debates acerca do processo político brasileiro que não se limitavam à perspectiva “cabocla”. O incômodo sobre a “portugalização” ganhava novas conotações. Mas, sua rejeição não implicava que fosse possível deixar de debater ideias que circulavam em um espaço político ampliado. Seja pelas conexões entre processos sincronizados ou pela circulação de ideias e agentes, não era possível evitar que as disputas políticas internas viessem a ser interpretadas a partir de elaborações acadêmicas que passaram a discutir, desde então e nas décadas seguintes, a influência da dimensão transnacional das dinâmicas políticas domésticas (Brito e Malamud 2008).

No “labirinto” da política doméstica brasileira, que seguia opaco e de difícil resolução e interpretação, os debates que envolviam ideias que circulavam para além das fronteiras nacionais, ainda que gerassem eventuais repulsas, não deixavam de colaborar para a confecção de um fio de Ariadne. No final de 1974, o *Jornal do Brasil* voltou a mencionar a discussão, quando foi publicado um artigo em um Caderno Especial, no dia 8 de dezembro, sem autoria definida. O texto, sob responsabilidade dos editores do periódico, trata do referido evento acadêmico ocorrido dois anos antes na Universidade de Yale, destacando o quanto os intelectuais norte-americanos demonstravam pessimismo sobre as possibilidades futuras do sistema político brasileiro, com o aprofundamento do autoritarismo. Entre um ou outro “estudo cinzento”, o que mais nitidamente

demonstrava os limites das ideias então formuladas sobre o Brasil seria exatamente o de Phillippe C. Schmitter, para quem o futuro reservaria ao país “a formação do Partido único, a associação entre o empresariado e os militares e o progressivo desaparecimento da importância da Oposição”. O artigo ressalta os limites dos analistas estrangeiros, com a única exceção do espanhol Juan J. Linz. Em seu texto, este autor defendeu que o Brasil vivia mais uma “situação autoritária” do que propriamente um regime consolidado (Linz 1973). Por haver atentado ao jogo político interno que dificultava as bases de legitimação do regime, impedindo sua institucionalização e definição de um modelo, Linz teria então antevisto “o ambiente em que se dariam as eleições de novembro”, quando a oposição saiu vitoriosa em meio a um quadro econômico menos favorável do que aquele de 1972.

Depois das eleições o pessimismo fora afastado e o país demonstrava que poderia “sobreviver a um resultado eleitoral oposicionista”. O neologismo, então, não só havia “mudado de sentido”: a “portugalização” do Brasil passou a ser um delírio de politicologia”. A política doméstica impunha-se a “teorias de modelos, com círculos, arabescos, reformas e outras barroquices”, vencidas e arquivadas pela imposição da “saída eleitoral” como a única possível para o país. Nessa toada, o texto não apenas rejeita o sentido de “portugalização” anterior aos Cravos, como institucionalização da ditadura, mas também aquele que se apresentava em fins de 1974, quando o processo revolucionário ganhava corpo no país lusitano. Este não seria o caminho brasileiro, mas o da negociação interpartidária entre governo e oposição, o que demandava a “competência” dos agentes políticos, mediada pelos resultados dos sufrágios eleitorais que ocorreriam nos anos seguintes (“Uma questão de competência” 1974).

Para uma parte da oposição brasileira, contudo, uma certa “portugalização” poderia soar de modo positivo naquele contexto. Após a série de derrotas no âmbito do ciclo revolucionário e de resistência às ditaduras na América Latina, diferentes segmentos da oposição brasileira encontravam em Portugal a possibilidade para discussões sobre o caráter da transição brasileira e formas para aprofundá-la no sentido de construir uma transição democrática, assumindo demandas por direitos humanos, liberdades civis e democracia. Naqueles anos, o país ibérico recebeu muitos dos exilados brasileiros após os golpes militares no Chile, no Uruguai e na Argentina, aproveitando a abertura da janela democrática ibérica. O país passou a ser um refúgio exatamente quando o cerco de ditaduras militares na América do Sul fechou-se quase por completo. Ocorreram três ciclos de ingressos de exilados brasileiros em Portugal, sendo o primeiro logo após a Revolução dos Cravos, reunindo diferentes gerações de militantes políticos brasileiros. Um segundo e importante momento ocorre a partir de 1978, quando o ex-governador Leonel Brizola reorganizou o

trabalhismo em contato com os social-democratas portugueses (Marques e Gonçalves 2016). O terceiro se dá em 1979, como uma “última estação” de muitos exilados que procuravam apoio em Portugal antes do retorno ao Brasil (Freire 2010).

Setores da esquerda portuguesa ao longo do processo revolucionário passaram a promover ativamente a solidariedade com os chamados povos do Terceiro Mundo. Juntamente com desenvolvimento e democracia, a revolução tomava iniciativas em favor da descolonização. O alargamento de tal perspectiva, aproximava amplos setores políticos de países do então chamado Terceiro Mundo, o que por algum tempo localizou Portugal em um quadro de lutas anticoloniais (Narra 2023). As lutas contra a ditadura militar no Brasil, vistas a partir de Portugal, poderiam então ganhar uma conotação internacional e conexões com a descolonização na África, o que intensificava os debates sobre a importância internacional das disputas políticas domésticas.

Quando a revolução portuguesa completou seu primeiro aniversário, em um editorial, o *Jornal do Brasil* defendeu que, “nessa fase de transição”, Portugal demonstrava que rejeitava o “regime comunista que infiltrou seus tentáculos no governo provisório”. As eleições então realizadas apontavam para a “fisionomia europeia democrática” e derrotavam qualquer “engajamento no terceiro mundo, com os riscos que lhe seriam inerentes, de uma mudança para outra órbita”. O país mantinha-se como o “portal da Europa” (“Resposta eleitoral” 1975).

A partir de 1976, o esvaziamento do período mais radical da revolução portuguesa significou consensos entre socialistas, setores liberais moderados e os que se autodenominavam socialdemocratas, contando com o fundamental aporte das forças armadas, acerca da consolidação de um regime democrático (Loff 2006). Houve um rearranjo de forças que favoreceu uma situação de estabilidade constitucional do país e a afirmação de um sistema partidário baseado no pluralismo e na competição eleitoral. Socialistas e socialdemocratas buscaram um outro tipo de protagonismo internacional, apresentando-se como forças confiáveis para levar Portugal a ingressar na Comunidade Europeia (Paço 2012).

Nesse âmbito, novos sentidos de “portugalização” passaram a fazer parte momentaneamente do léxico político brasileiro. Corria o mês de novembro de 1975, há poucos dias do movimento militar que afastou do poder os segmentos políticos mais comprometidos com o processo revolucionário e interrompeu o caráter radical das iniciativas governamentais em Portugal. O *Jornal do Brasil* publicou declarações do senador Danton Jobim, vice-presidente do MDB, um opositor muito moderado, que discutiu a necessidade de criar “certas válvulas de escape para reclamos de natureza social”, preocupado que estava com o aumento de pressões populares. Isso deveria conduzir governo e oposição a “encontrar caminhos para institucionalizar

a Revolução”, referindo-se ao modo como a ditadura se autodenominava, o que teria o sentido de garantir “normalização” juntamente com a “segurança das instituições” e a “segurança nacional”, em um discurso que procurava ganhar a confiança das Forças Armadas. A transição como institucionalização de princípios orientadores da própria ditadura reaparecia em tal argumento, mas não no novo sentido de “portugalização”. Pelo contrário, caso não fosse institucionalizada, a transição poderia levar o país para um caminho que estaria “criando as condições ideais para a portugalização”, algo que “nenhum de nós deseja”. É nítido que o sentido atribuído ao neologismo era o de ruptura abrupta com o regime, em meio a pressões sociais. Mais uma vez, a portugalização é indesejada, ainda que por motivos inteiramente distintos (“Danton pede uma orientação” 1975).

Àquela altura, “portugalização” passou a ser empregado para definir um processo revolucionário que combinava pressões populares apoiadas e fomentadas pelas Forças Armadas. Naquele contexto, o líder conservador francês Jacques Chirac acusava a esquerda de seu país, em especial o Partido Socialista, de “tentar subverter o exército”, numa tentativa de “portugalização nas Forças Armadas” da França. Isso estaria ocorrendo em função da criação de “comitês de soldados”, organizados para a defesa de seus direitos, com uma “conotação revolucionária e subversiva” (“Chirac teme ‘portugalização’” 1975).

O correspondente do *Jornal do Brasil*, Walder de Góes, em fevereiro de 1976, discorreu sobre a expectativa de “distensão política” que naqueles dias mobilizava outro país europeu, a Espanha, meses depois da morte do ditador Francisco Franco. Ao contrário das esperanças populares, o regime franquista procurava manter-se intacto, controlando o sistema político para “dosar com precisão o ritmo da mudança”. Os opositores, contudo, alertavam que este teria sido exatamente “o erro de Caetano”, referindo-se ao ditador deposto em Portugal. A oposição conservadora não escondia que temia a “portugalização da Espanha”. Como um fantasma que rondava diferentes países, a imagem de mobilizações populares radicais, apoiadas por soldados armados, parecia assustar de diferentes formas os que desejavam evitar mudanças rápidas e controlar os ritmos de quaisquer transições que estivessem no horizonte. Na Espanha, o que estaria em jogo seria a promoção de uma “mudança” que não fugisse aos “padrões europeus ocidentais”. Conforme um arquiteto da transição espanhola: “é necessário tornar impossível a revolução, através de reformas” (Góes 1976).

No mês seguinte, um artigo de outra correspondente internacional, Arcelina Helena, reportou o encontro de partidos socialistas moderados ou socialdemocratas na cidade do Porto. Passado o período revolucionário mais intenso, o *Jornal do Brasil* anunciou: “Portugal de volta à Europa”. O mote principal do encontro, “a Europa está conosco”, cristalizava a união de dirigentes

partidários de diferentes países, especialmente Espanha, França, Suécia, Áustria, Alemanha, Noruega e Holanda, organizados na Internacional Socialista, além de Portugal, sob a liderança de Mario Soares. Portugal deixava o isolamento de “50 anos de colonialismo e fascismo” para uma “agressiva política de abertura”. A aproximação com os socialdemocratas europeus, principalmente os alemães, assegurava que os portugueses seguissem o caminho da transição moderada (Helena 1976). Pode-se afirmar que tal abordagem significava afirmar que Portugal finalmente abandonava também o novo sentido que fora atribuído ao termo “portugalização”, o que deveria ser um exemplo para o Brasil.

Em um período de poucos anos, a partir de 1974, várias iniciativas foram delineadas para as recomposições políticas no Brasil, o que envolveu debates sobre a unidade das oposições, incluindo ainda as medidas que partiram do próprio regime para fragmentar seus adversários. Ainda em 1976, em texto publicado na revista *IstoÉ*, que então aparecia como uma novidade no mercado editorial brasileiro, com grande espaço para a discussão de ideias, o cientista político Bolívar Lamounier referiu-se aos políticos opositores que, em um debate promovido pela revista, “entoaram loas à moderação da revolução portuguesa” (Lamounier 1976). A moderação do processo político português, a partir daquele ano, deu consistência aos diálogos travados por brasileiros com a perspectiva do chamado “socialismo democrático”, campo político que envolvia a socialdemocracia europeia por meio da organização Internacional Socialista. Entre os que atuaram com destaque em Portugal neste âmbito político, cabe destacar os ex-deputados Márcio Moreira Alves e Hermano Alves, além do mencionado Leonel Brizola, ao aproximar-se do então Primeiro-Ministro português Mário Soares e do ex-chanceler alemão Willy Brandt, quando estes buscavam uma ação articulada junto a lideranças latino-americanas. Um dos marcos desta conexão portuguesa com o Brasil ocorreu exatamente em 1976, a partir de uma reunião de dirigentes políticos da Europa e da América Latina ocorrida em Caracas, daí desdobrando-se em discussões sobre a reorganização da oposição brasileira e as alternativas ao MDB (Lohn 2021).

Assincronias da transição à brasileira

Alfred Stepan voltou a organizar um livro sobre o processo político brasileiro em 1988, como uma sucessão do mencionado *Authoritarian Brazil*, de 1973. A coletânea intitulada *Democratizando o Brasil* (Stepan 1988) contou com alguns autores que haviam participado do trabalho publicado quinze anos antes. Além do próprio Stepan, voltaram a colaborar com capítulos Thomas Skidmore, Albert Fishlow e Fernando Henrique Cardoso, este acompanhado por nomes que colaborariam com seu governo quando chegou à presidência da República na década seguinte, tais

como Francisco Weffort, Edmar Bacha e Pedro Malan. Editado primeiramente no Brasil, há uma presença muito mais significativa de intelectuais brasileiros no livro do que na coletânea de 1973, além de uma maior diversidade de pontos de vista e de abordagens no âmbito das Ciências Sociais. Uma ausência significativa é a de Phillippe C. Schmitter.

Há muito que a tese sobre a “portugalização” havia sido esquecida. Seus limites, em confronto com os eventos e processos ocorridos, mostraram-se evidentes e foi descartada dos dois lados do Atlântico. Na coletânea de 1988, com foco na decomposição da ditadura e de seu modelo de desenvolvimento, bem como na construção de alternativas de democratização, o texto de Bolivar Lamounier (1988), “O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura”, é tanto um balanço crítico sobre o primeiro livro quanto a formulação de uma abordagem que demonstra um deslocamento de perspectivas acerca da transição política brasileira entre as décadas de 1970 e 1980 no âmbito dos especialistas acadêmicos.

O autor admite que a obra de 1973 não tivera “um grande poder preditivo no que se refere à liberalização iniciada em 1973-74”. Para Lamounier, a obra não fora capaz de identificar a “mecânica” por meio da qual o processo de transição política no Brasil foi engendrado, em especial “a rápida revalorização da política eleitoral”, o que implicou no surgimento de uma “oposição vigorosa”. A transição, tendo este elemento por motor, teria engendrado um sistema político distinto e que não reproduzia aspectos do que havia anteriormente a 1964. Mesmo ausente da coletânea, Phillippe C. Schmitter aparece com destaque no texto de Lamounier, que aponta sua falha ao exagerar o papel do Estado e a simplificar excessivamente as “reações políticas da sociedade”. Neste caso, o cientista político norte-americano teria deixado de considerar as práticas pluralistas e os “antecedentes liberal-representativos” das disputas políticas brasileiras, os quais sobreviviam apesar do período mais duro do regime autoritário. O autor considera que “esse expurgo dos aspectos pluralistas” teria levado Schmitter “a pensar num processo de ‘portugalização’ (salazarista, bem entendido) do Brasil”. Em particular, sua concepção de uma sociedade brasileira “incapaz de engendrar resistências à concentração autoritária do poder”. Em conclusão, diferente do que ocorrera na Argentina, na Grécia e em Portugal e Espanha, a democratização brasileira seria caracterizada “por seu caráter totalmente endógeno e pelo seu gradualismo”, o que apontava para sua duração longa e sua inconclusão. A singularidade da transição brasileira prevalecia sobre sua sincronidade com processos análogos, com o autor acentuando sua conhecida tese acerca do “processo de abertura pela via eleitoral” que teria prevalecido no país (Lamounier 1988).

Apesar da contemporaneidade dos processos de transição, a não contemporaneidade da transição brasileira parece prevalecer nessa perspectiva crítica de Lamounier em relação à proposta

de Schmitter. A longevidade e o gradualismo do processo brasileiro chamam a atenção para uma outra temporalidade, distinta daquela percebida na “onda” democratizadora em âmbito internacional. Na passagem da década de 1970 para a seguinte, há um deslocamento da discussão e das interpretações sobre a transição brasileira, prevalecendo os aspectos propriamente nacionais. Dessa forma, sua sincronicidade perde em favor de uma singular transição à brasileira. E as questões centrais passaram a ser as discussões sobre os fundamentos e o alcance do “pacto” pelo alto que marcou a transição “para a constituição de um regime ‘realmente democrático’ no país”, como apontam Freire e Martinho (2012). As assincronias do processo de transição ocorrido no Brasil, contudo, não obscurecem os cruzamentos e os nós de debates que ampliaram a esfera propriamente do político no país naquele contexto. Houve uma rápida politização da sociedade e as mobilizações sociais ganharam dimensão francamente democrática.

Não houve um mesmo e único tempo dos processos de transição, mas suas interações e conectividades atravessaram os debates em curso sobre as relações políticas no país e seu reenquadramento à luz de novos debates. Pode-se sugerir que as eleições atuaram como fator de legitimação de setores entre os políticos civis que foram então capazes de dialogar com a crescente participação popular, ao mesmo tempo em que manejava valores e princípios que ampliavam a noção de democratização, incluindo ideias que circulavam em âmbito internacional. Para Rui Cunha Martins (2011), à luz de Koselleck, entre as características de um tempo vivido como um período de transição e de mudança política está a convivência de “histórias diversas e de diversos ritmos”, configurando experiências que envolvem projeções de futuro e uma percepção de aceleração. Contudo, para além dessas dimensões, há ainda a permanência, que costuma estar ausente das perspectivas marcadas por abordagens que acentuam a linearidade das mudanças sociais. Daí que seja necessário atentar para a “sobreposição”, em tais períodos, “de elementos de sinal contrário e de modelos tradicionalmente antagônicos de consumação da mudança”, identificando a presença simultânea e improvável de temporalidades e sentidos divergentes, não necessariamente sincronizados.

A temática da consolidação da democracia segue sendo uma das mais sensíveis no cenário brasileiro contemporâneo, com movimentações ambíguas e conflitantes que atravessam a sociedade brasileira em um concerto de perspectivas autoritárias, violências cotidianas e promessas frustradas. De certo modo, a transição resguardou a continuidade de elementos do Estado autoritário, os quais insistem em conviver com os procedimentos democráticos. Por outro lado, o cenário social e político ganhou novos contornos, que extrapolaram os limites das forças incrustadas no aparelho de Estado. Por fim, debates como os ocorridos entre as décadas de 1970

e 1980, ao conectar e extrapolar as fronteiras nacionais, possibilitaram situar em um quadro amplo os projetos sociais então em disputa acerca da transição brasileira e seus arranjos e interações. As fronteiras nacionais apareceram como limiares atravessados por ideias que circularam e influenciaram de diversas formas as racionalidades políticas em construção. Além disso, é preciso considerar que a complexidade de processos históricos como as transições políticas está em suas assincronias, residindo aí a importância de abordagens históricas, atentas às diferentes temporalidades envolvidas.

Referências:

- Avritzer, Leonardo. “Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica das teorias da transição para a democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10, n. 28 (1995): 109-122.
- Brito, Alexandra Barahona de, e Andrés Malamud. “Dimensões internacionais da democratização: debates, paradoxos e opções políticas”. Em *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*, org. Manuel Villaverde Cabral, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva, 203-223. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Cancelli, Elizabeth. “Brasil: políticas de transição e de reconciliação, estratégia de Guerra Fria”. *Revista de História*, n. 180 (2021): 1-32. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.167231>
- “Chirac teme ‘portugalização’”, *Jornal do Brasil*, 29 de novembro de 1975, A10.
- Conrad, Sebastian. “Enlightenment in global history: a historiographical critique”. *The American Historical Review*, 117, n. 4 (2012): 999-1027. <https://www.jstor.org/stable/23427878>
- “Danton pede uma orientação”, *Jornal do Brasil*, 21 de novembro de 1975, A2.
- Diniz, Eli. “A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura”. *Dados*, 28, n. 3 (1985): 329-346. <https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=309>
- Fico, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. *Tempo e Argumento*, 9, n. 20 (2017): 5-74. <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>
- Flores, Aluizio. “Do processo histórico e da solução cabocla”, *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1974, Coluna do Castelo, A4.
- Freire, Américo Oscar Guichard, e Francisco Carlos Palomanes Martinho. “Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia”. *História da Historiografia*, 5, n. 10 (2012): 124-145. <https://doi.org/10.15848/hh.v0i10.462>
- Freire, Américo. “Ecos da Estação Lisboa. O exílio das esquerdas brasileiras em Portugal”. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 64 (2010): 37-57. <https://journals.openedition.org/spp/241>
- Góes, Walder de. “Madri dosa com calma o ritmo da mudança”, *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1976, A9.

- Helena, Arcelina. “Portugal de volta à Europa”, *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1976, Especial, 1.
- Hermet, Guy. “As transições democráticas no século XX: comparação entre América Latina e Leste Europeu. Em *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*, org. Alzira Alves de Abreu, 13-43. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- Hoeveler, Rejane Carolina. “Pela manutenção da ‘obra da Revolução de 1964’: a formulação da estratégia gradualista de descompressão política no Brasil (1970-1972)”. *Estudos Históricos*, 37, n. 82 (2024): e20240216. <https://doi.org/10.1590/S2178-149420240216>
- Huntington, Samuel P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- “Junta controla Portugal e anuncia Constituinte”, *Jornal do Brasil*, 26 de abril de 1974, A1.
- Koselleck, Reinhart. *Estratos do tempo. Estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- Lamounier, Bolivar. “A retórica dos profissionais”, *IstoÉ*, novembro de 1976, n. 7, 48-51.
- Lamounier, Bolivar. “O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura”. Em *Democratizando o Brasil*, org. Alfred Stepan, 83-134. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Lemos, Renato Luís do Couto Neto e. “A conexão Harvard e a política de descompressão: sobre as origens da transição política no Brasil pós-64”. *Tempos Históricos*, 18, n. 2 (2014): 559-590. <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/11628>
- Linz, Juan J., e Alfred Stepan. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- Linz, Juan J. “The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil”. Em *Authoritarian Brazil. Origins, Policies, and Future*, org. Alfred Stepan, 233-254. New Haven e Londres: Yale University Press, 1973.
- Loff, Manuel. “Fim do colonialismo, ruptura política e transformação em Portugal nos anos setenta”. Em *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)*, org. Manuel Loff, e Maria da Conceição Meireles Pereira, 153-193. Porto: Editora UP, 2006.
- Lohn, Reinaldo Lindolfo. “Internacionalismo e redemocratização brasileira: as transações de cúpula da Internacional Socialista e as conexões entre Brasil e Portugal em 1976”. *Esboços*, 28, n. 48 (2021): 386-406. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2021.e78249>
- Marques, Teresa Cristina Schneider, e Leandro Pereira Gonçalves. “A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio”. *Civitas*, 16, n. 3 (2016): 399-416. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.23504>
- Martinho, Francisco Carlos Palomanes. *Marcello Caetano and the Portuguese “New State”. A Political Biography*. Brighton: Sussex Academic Press, 2018.

Martins, Rui Cunha. “Problemática da mudança política”. Em *Portugal, 1974: transição política em perspectiva histórica*, org. Rui Cunha Martins, 19-29. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

Motta, Cezar. *Até a última página: uma história do Jornal do Brasil*. São Paulo: Objetiva, 2018.

Motta, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Napolitano, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.

Narra, Rita Lucas. “O Quarto Movimento de Libertação Nacional? O MFA e o terceiro-mundismo na revolução portuguesa de 1974–1975”. *Dictatorships & Democracies*, 11 (2023): 37-64. <https://doi.org/10.7238/dd.v0i11.421892>

O'Donnell, Guillermo, e Phillipe C. Schmitter. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

Paço, António Simões do. “A ‘Europa Connosco’: os trabalhistas ingleses e o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias”. *Diálogos*, 16, n. 2 (2012): 525-546.

Pedretti, Lucas. *A transição inacabada: violência de Estado e direitos humanos na redemocratização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

Pedrosa, Fernando. “Nuevas perspectivas en los estudios sobre la democratización: el papel de los actores internacionales. La Internacional Socialista en América Latina (1974-1992)”. *Studia historica. Historia contemporânea*, n. 28 (2010): 71-95. <https://revistas.usal.es/uno/index.php/0213-2087/article/view/8045>

Pezzon, Rodrigo. *Guarda um cravo para mim: os exilados brasileiros em Portugal (1974-1982)*. São Paulo: Alameda, 2019.

Pitts, Bryan. *Until the storm passes: Politicians, democracy, and the demise of Brazil's Military Dictatorship*. Oakland: University of California Press, 2023.

Pridham, Geoffrey. “The international dimension of democratization: theory, practice and inter-regional comparisons”. Em *Building democracy? The international dimension of democratization in Eastern Europe*, org. Geoffrey Pridham, Eric Herring, e George Sanford, 7-29. Londres: Leicester University Press, 1997.

“Resposta eleitoral”, *Jornal do Brasil*, 27 de abril de 1975, Editorial, p. A6.

Revel, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”. *Revista Brasileira de Educação*, 15, n. 45 (2010): 434-444. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300003>

Rezola, Maria Inácia. *25 de Abril: mitos de uma revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007

Rosanvallon, Pierre. “Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)”. *Revista Brasileira de História*, 15, n. 30 (1995): 9-22.
https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3782

Schmitter, Philippe C. “Still the century of corporatism?”. *The Review of Politics*, 36, n. 1 (1974): 85-131. <https://www.jstor.org/stable/1406080>

Schmitter, Philippe C. “The ‘Portugalization’ of Brazil?”. Em *Authoritarian Brazil. Origins, Policies, and Future*, org. Alfred Stepan, 179–232. New Haven e Londres: Yale University Press, 1973.

Stepan, Alfred, org. *Authoritarian Brazil. Origins, Policies, and Future*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1973.

Stepan, Alfred, org. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

“Uma questão de competência”, *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1974, Caderno Especial, 2.

Whitehead, Laurence. “Postscript”. Em *The international dimensions of democratization: Europe and the Americas*, org. Laurence Whitehead, 443-454. Oxford: Oxford University Press, 2001.
<https://doi.org/10.1093/0199243751.003.0016>

Recebido: 15 de janeiro de 2026

Aprovado: 05 de agosto de 2026

Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51360>

**Os empresários e a transição política brasileira: um estudo de caso a
partir do Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa**

*Business Elites and the Brazilian Political Transition: A Case Study of the
Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa*

*Los Empresarios y la Transición Política Brasileña: Un Estudio de Caso a Partir
del Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa*

David A. Castro Netto*

<https://orcid.org/0000-0001-5435-6799>

RESUMO: O final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 foram marcados por diversas transições. Desde o fim das políticas coloniais em África e Ásia, passando por processos de esgotamento do autoritarismo na Europa. Na América Latina, algumas ditaduras, ainda que com níveis altos de violência, estavam dando seus últimos suspiros. No caso brasileiro, o processo de transição política foi complexo pois, ao mesmo tempo em que eclodia um novo movimento social que tensionou os limites da abertura lenta, gradual e segura, este não foi suficiente para impor uma transformação radical na proposta da ditadura. Neste texto, analisaremos como uma fração da sociedade civil, os empresários, por meio do Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa, apresentaram sua proposta para um Brasil pós-ditadura que, em linhas gerais, mantivesse a política militarizada e a economia liberal.

Palavras-chave: Abertura Política. Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa. Neoliberalismo. Transição Política.

ABSTRACT: The late 1970s and early 1980s were characterized by a global wave of political transitions, ranging from the end of colonial rule in Africa and Asia to the collapse of authoritarian regimes in Europe. In Latin America, various dictatorships were in their waning days, despite maintaining high levels of violence. The Brazilian case presented a complex transitional process:

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), com ênfase nas relações entre a publicidade brasileira e a ditadura militar, mestre pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM), autor do livro *Propaganda e legitimação na ditadura militar brasileira*. E-mail: dacnetto2@uem.br.

while an emerging social movement strained the boundaries of the "slow, gradual, and secure" opening (abertura), it lacked the leverage to impose a radical transformation of the dictatorial project. This article analyzes how a specific segment of civil society—the business elites—through the National Campaign for Free Enterprise (Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa), advanced a vision for post-dictatorship Brazil that sought to preserve a militarized political framework while institutionalizing a liberal economy.

Keywords: Political Opening. National Campaign for Free Enterprise. Neoliberalism. Brazilian Transition.

RESUMEN: El final de la década de 1970 y el comienzo de la de 1980 estuvieron marcados por diversas transiciones: desde el fin de las políticas coloniales en África y Asia, hasta los procesos de agotamiento del autoritarismo en Europa. En América Latina, algunas dictaduras, aunque mantenían altos niveles de violencia, daban sus últimos suspiros. En el caso brasileño, el período de transición política fue complejo ya que, si bien surgía un nuevo movimiento social que tensionó los límites de la apertura lenta, gradual y segura, este no fue suficiente para imponer una transformación radical al proyecto de la dictadura. En este artículo, analizaremos cómo una fracción de la sociedad civil —los empresarios— a través de la Campaña Nacional por la Libre Iniciativa (Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa), presentó su propuesta para un Brasil posdictadura que, en líneas generales, buscaba mantener un marco político militarizado y una economía liberal.

Palabras clave: Apertura Política. Campaña Nacional por la Libre Iniciativa. Neoliberalismo. Transición Brasileña.

Como citar este artigo:

Castro Netto, David A. “Os empresários e a transição política brasileira: um estudo de caso a partir do Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 190-214.

Introdução

A segunda metade dos anos 1970 foi marcada pela intensa transformação na geopolítica mundial. A partir da revolução dos Cravos, em Portugal, um conjunto explosivo de eventos desmontou governos autoritários na Europa e na América, representando o último suspiro da política colonial nos continentes africano e asiático.

Concomitante a este movimento, as orientações da gestão política e econômica inspiradas pelas teses do economista John Maynard Keynes que deram base aos chamados Estados de Bem-Estar Social também sofriam ataques mais intensos, passando de estabilizadores no mundo pós Segunda Guerra, para responsáveis pela crise que dava sinais na metade dos anos 1970. Os “anos dourados” (Hobsbawm 1995) chegavam ao fim.

Neste contexto surgem, por exemplo, o relatório da Comissão Trilateral (1975) e o Consenso de Washington (1989). Cada um a seu modo, além de darem densidade política e institucional, catapultam para o centro dos debates econômicos um grupo de economistas até então marginalizados do debate político (Hobsbawm 1995) que em 1947 haviam se reunido na Sociedade de Mont Pèlerin e elaboravam uma nova proposta de liberalismo, o neoliberalismo.

Historicamente, conhecemos os resultados destes eventos. Basicamente, os princípios do neoliberalismo são aplicados como laboratório no Chile, sob a ditadura de Augusto Pinochet (Chamayou 2020). Depois, aperfeiçoa-se para tornar-se viável nas potências centrais do capitalismo, Estados Unidos da América sob a gestão de Ronald Reagan e na Inglaterra sob gestão de Margaret Thatcher.¹

Quando procuramos colocar este prisma de análise sobre o Brasil nos deparamos com o momento de transição política. Em 1974, liderada por Ernesto Geisel, a ditadura brasileira ensaiava uma proposta de abertura “lenta, gradual e segura”, com o objetivo de um retorno controlado à democracia ou, pelo menos, àquilo que os militares chamavam de uma “democracia forte”.

Desta maneira, o Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa (MNPLI) pode ser compreendido como emergência desta matriz ideológica, ou seja, a defesa da “liberdade de iniciativa” e a crítica à presença do Estado na economia funcionaram como espécie de laboratório para a agenda que só se tornaria hegemônica anos mais tarde².

Os resultados deste processo histórico são conhecidos. Houve de fato uma abertura política controlada (Fico 2012), em que, se não todos, mas os principais objetivos da proposta da ditadura se realizaram (garantia da Anistia irrestrita e a continuidade de influência militar sobre a política). Entretanto, isso não significou que a transição proposta pelos militares não tenha enfrentado seus limites e testado sua eficácia frente ao novo contexto social que se desenvolveu no Brasil a partir das eleições de 1974 e de maneira mais intensa a partir de 1979 com a retomada dos movimentos sociais, em especial os trabalhadores.

¹ É importante destacar que não estamos sugerindo que existia neoliberalismo no Brasil nos anos 1980. O que queremos apontar neste artigo é que a necessidade de novas diretrizes econômicas já circulava em outros lugares para além dos EUA e Inglaterra.

² Como mostraremos na sequência, é importante levar em consideração as especificidades do contexto brasileiro. Assim, se é fato que a burguesia nacional procurava uma nova forma de gestão do Estado e foi ao encontro das propostas dos economistas neoliberais, isto não significou que tenham conseguido implementá-las imediatamente e nem na sua integralidade. Para ficar num exemplo simples, mesmo que apoiados no Consenso de Washington e com todo seu esforço, a proposta privatista das elites brasileiras teve que dialogar (confrontar) os movimentos sociais em marcha que, no contexto do texto da nova Constituição conseguiram garantir a obrigação do Estado na manutenção de alguns direitos, como ao trabalho e à saúde e só com o passar do tempo tais propostas foram minando o texto da Carta Constitucional.

A ascensão destes novos personagens (Sader 2007) envolvia um conjunto bastante heterogêneo da população, passando pelo movimento operário, o movimento galvanizado pela Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pelos Comitês Pela Anistia, o Movimento Contra a Carestia (ou Movimento do Custo de Vida - MCV) e pelo retorno dos exilados ao Brasil e ao campo político, em 1979.

Internamente, a ditadura também tinha que enfrentar duas formas de resistência ao projeto inicial de abertura. Primeiro, da ala mais próxima à repressão, cujo maior representante naquele momento era Sylvio Frota, que por meio de atentados a bomba, como o Riocentro, procuravam uma maneira de fechar o regime novamente³.

O segundo eixo será o objeto do nosso artigo. Nosso argumento central é que, a partir de 1977, a burguesia brasileira começava a se dar conta do esgotamento da ditadura e viu a necessidade de participar dos debates que tensionavam a abertura política de maneira propositiva. A ausência de projeto poderia representar um duplo risco: uma ameaça constante de marginalização das instâncias decisórias da política econômica (o que representaria um novo estágio de fechamento do regime) e, caso não restabelecida a aliança entre militares e empresários, o Brasil pós-ditadura poderia ser desenhado pelos movimentos sociais e, possivelmente, na direção de outra configuração.

Nesse contexto, a defesa de um novo Estado que garantisse a continuidade da militarização da política e o liberalismo na economia pareceu ser o caminho escolhido. É assim que analisaremos o “Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa” (MNPLI), ou seja, como um momento no qual a burguesia apresentava ao país o seu projeto de sociedade e que, como os outros, também estava em disputa no jogo político naquele momento.

Com duração de oito anos (1980 – 1988), a campanha foi idealizada por Héctor Brenner e apresentada ao Conselho Nacional de Propaganda (CNP). Sob direção da agência Denison Propaganda, foi apoiada por diversas instituições de classe. Vinculadas ao campo publicitário (APP, ABA, CONAR, ESPM), agências de publicidade (McCann-Erickson Publicidade LTDA e Castelo Branco e Associados Propaganda S.A), periódicos impressos como O Globo, O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo e semanários como a Veja. Outras instituições e empresas também se alinhavam ao movimento, como indústrias Gessy Lever LTDA, Chrysler, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores “ANFAVEA”, Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), UNIBANCO, Editora Abril, Brasilpar, Grupo Gerdau Empreendimentos LTDA e IBM.

³ Não é nosso objetivo aqui analisar as frações internas da FFAA no contexto da abertura política. Este trabalho já foi realizado por autores como Chirio (2012). Sobre os atentados a bomba, ver Argolo (1996).

Nossas fontes estão reunidas no livro publicado em 2008, pela editora da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) em homenagem aos trinta anos do lançamento do MNPLI. Organizado por Roberto Corrêa e intitulado: Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa: uma contribuição da Publicidade à democracia brasileira.

Na introdução do livro, Hiran Castelo Branco reforça os argumentos apresentados nos anos 1980 ao ressaltar que “não foi tarefa fácil em um ambiente estatizante de governos autoritários”⁴ defender a livre empresa e a liberdade de empreender. A defesa da livre iniciativa é vinculada como pedra angular da própria essência da democracia. Como aponta Roberto Corrêa na apresentação do texto,

O farto material é, sem dúvida, não só uma documentação histórica de um período da nação brasileira, como também da contribuição que o setor da Propaganda deu em prol da implantação e desenvolvimento da democracia em nosso país. Esse fato merece todo o nosso respeito e admiração, principalmente em um país em que o culto às tradições e valores que marcam a trajetória de um povo costuma ser tão pouco cuidado (Corrêa 2008, 13).

Como é possível notar, o MNPLI foi bem-organizado, com amplo acesso a recursos⁵, toda a estrutura de preparação, apoio logístico e investimento em anúncios. Tal estrutura nos permite compreendê-la como parte de uma ação sofisticada da burguesia nacional na disputa política, frente ao avanço dos movimentos sociais, como o “Novo Sindicalismo”. Tal ação política procurava manter o controle dos rumos da transição como forma de garantir uma estrutura econômica que aprofundasse as formas de exploração, agora na direção do neoliberalismo.

Nosso texto está estruturado em dois momentos. Primeiro, faremos uma breve análise das transformações na relação entre os empresários e a ditadura militar no contexto da abertura política a partir da Campanha Contra a Estatização - momento de reação às propostas econômicas do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Na sequência, analisamos o Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa como uma intervenção propositiva que demarcou uma atuação de classe na disputa política e seus possíveis impactos na transição.

A reação dos empresários: A Campanha Contra a Estatização

Embora em retrospectiva seja consensual que a crise econômica dos anos 1970 impactou a ditadura de diversas formas, é importante dizer que isto não estava claro naquele momento. Com esta afirmação pretendemos escapar das análises simplistas que ligam o fim do ciclo econômico de

⁴ Hiran Castelo Branco. Prefácio ao livro Movimento Nacional pela Livre Iniciativa: uma contribuição da publicidade à democracia brasileira. Corrêa (2008, 09)

⁵ Infelizmente, não foi possível apontar as quantias gastas para cada etapa da campanha. Podemos supor que tais dados estejam entre os documentos do CNP, os quais ainda não temos acesso.

crescimento com o rompimento, ou melhor, o reposicionamento da burguesia nacional na sua relação com a ditadura militar.

Circunscrever a explicação aos fatos econômicos empobrece a análise. Ademais, basta observar, como o fez Cruz (1995), que, boa parte do empresariado manteve lucratividade, pelo menos, até 1979. Do ponto de vista político, o desgaste entre a ditadura e diversos setores do empresariado nacional acumulava-se desde, pelo menos, 1968.

Desta forma, nossa questão é compreender os motivos pelos quais, a partir de 1977, desencadeou-se uma campanha intensa por parte do empresariado nacional pelo retorno às liberdades individuais e ao “Estado Democrático de Direito”. Como apontam Cruz (1995) e Codato (1995), o que teria levado à repentina descoberta de orientação liberal-democrática da elite empresarial brasileira?

Não é tarefa simples compreender os movimentos realizados pela elite empresarial brasileira a partir de 1974. Codato (1995) faz uma análise extensa da bibliografia sobre as diferentes ações desta classe e como suas relações com a ditadura passaram por momentos de tensão. A particularidade está em compreender os significados e as condicionantes de palavras como liberdade ou liberalização e retorno ao Estado Democrático de Direito significaram para este grupo.

Antes das explicações, vale destacar algumas das principais mudanças econômicas levadas a cabo pelo governo E. Geisel a partir do lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento. Codato (1995) aponta para uma reestruturação ampla das instâncias decisórias da política econômica nacional que fechavam os espaços de ação de tais setores em postos chave no Estado. Como destaca o autor, a reforma administrativa iniciada em 1974 tinha como objetivo racionalizar a formulação de políticas públicas da área econômica por meio da criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (lei 6036/1974). O Conselho se tornou uma espécie de árbitro nas decisões referentes às políticas públicas destinadas à economia.

Outro conjunto de regulamentos ampliou a autonomia da Presidência da República por meio de um afastamento das associações de classe que até então tinham assento nos conselhos econômicos (o que dificultou a realização de interesses de grupos estabelecidos no corpo do Estado). Algumas mudanças merecem destaque: o afastamento do Conselho Monetário Nacional do Presidente da Caixa Econômica Federal, Ministério da Agricultura e do Interior, a redução de seis para três dos representantes da iniciativa privada. O que tornou as mudanças mais significativas foram os membros que tinham acesso ao voto no conselho, número reduzido de dezesseis para dez (Codato 1995). Mudanças também ocorreram no Conselho Interministerial de Preços (CIP), que extinguiu a comissão consultiva, formada por representantes das Confederações da Indústria

e Comércio e Agricultura e pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores da Indústria e Comércio e Agricultura.

Em síntese, estas mudanças levaram a uma concentração burocrática e centralização administrativa que, sob supervisão direta do Presidente da República, passou a tomar as principais decisões sobre o planejamento econômico. Codato (1995, 59-60) aponta para o impacto destas mudanças:

É importante notar que na reforma administrativa de 1974 não se tratou de substituir um decisor importante (Delfim Netto) por outro (Geisel); um “estilo de governo” (mais informal) por outro (mais burocratizado); ou mesmo a simples troca de um centro de poder por outro (o CMN pelo CDE), numa espécie de “revolução burocrática” silenciosa, anódina e despida de interesse maior, cujas consequências só poderiam ser detectadas e medidas em termos exclusivamente formais. O alcance decisivo desse rearranjo na estrutura do Estado ditatorial não esteve, porém, restrito à modificação do organograma de governo, mas repercutiu também sobre as relações inter-burocráticas e a distribuição de funções e competências no interior do sistema estatal através da imposição de uma nova “tecnologia organizativa”, bem como nas ligações orgânicas entre a burguesia e seu aparelho de dominação política. O fim do corporativismo, ou pelo menos a série de empecilhos postos às relações formalizadas de consulta pela burocracia do Estado às organizações privadas que possuíam um acesso privilegiado às arenas decisórias mais importantes, gerariam uma crise importante (Codato 1995, 59-60).

As mudanças colocadas em marcha pela reforma administrativa de E. Geisel e sua equipe são elementos importantes para compreender o dissenso entre a ditadura e a burguesia brasileira e, num segundo momento, a reação. Contudo, constatar este fato é mais simples, compreender seus desdobramentos é trabalho mais complexo.

Atentos aos limites e aos objetivos deste artigo, não analisaremos os diversos projetos das diferentes frações da burguesia nacional nem a campanha contra a estatização. Neste aspecto, nosso objetivo é mais modesto: compreendermos tal movimento como primeiro ponto de inflexão na relação entre a elite do empresariado brasileiro e a ditadura, como aponta Cruz (1995, 64):

1) A campanha contra a estatização é desencadeada em fins de 1974; 2) ela é precedida de nítidos sinais de inquietação e de descontentamento nos círculos empresariais; 3) tendo sido lançada por alguns meios de informação, ela percorre algumas etapas: na primeira, a ofensiva é assumida exclusivamente por esses mesmos órgãos, que se apoiam na autoridade de algumas figuras gradas; na segunda fase, a discussão passa a incorporar entidades empresariais e se estende por outros espaços; por fim, fixada formalmente a posição do governo, a campanha se dilui e outros temas passam a ocupar o centro das atenções (Cruz 1995, 64).

Conforme demonstra Codato (1995, 85), a campanha contra a estatização da economia deu resultados “positivos”. No final, o governo Geisel não teve como resistir à pressão e não apenas o restante do planejamento do II PND foi abandonado, como o próprio plano foi alterado. Como assinala o autor:

(...)Além disso, o resultado prático dessas disputas entre as frações mais importantes da burguesia brasileira e as cúpulas da burocracia produziu uma série de modificações na

estrutura, na organização interna e no modo de funcionamento do Estado no Brasil pós-1979. A fim de responder às pressões sociais acumuladas no último período, o general Figueiredo procurou armar uma estrutura burocrática diferente, mais aberta e receptiva, reconstruindo os antigos canais de participação do grande capital nos assuntos do Estado e pavimentando novas vias de acesso ao seu aparelho. Houve, de fato, uma restauração dos padrões corporativistas suprimidos no pós-74 e uma redefinição dos centros de poder real. Nesse movimento, estreitaram-se de novo as relações da burguesia com o "Estado militar". Daí que seja preciso considerar com seriedade os elementos aqui discutidos para que se reavalie, criticamente, o sentido da ação empresarial no curso do processo de redemocratização do regime ditatorial brasileiro (Codato 1995, 85).

Ainda que tal aproximação tivesse como resultado o restabelecimento dos antigos marcos e da atuação das frações da burguesia brasileira marginalizadas pelo II PND, isto não diminuiu a presença no debate público dos empresários brasileiros. Como demonstraremos, ao contrário, o lançamento do Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa é um marco importante para compreender quais os próximos passos a serem dados para a manutenção do controle do processo de abertura política.

Desta maneira, a burguesia passa para o campo da ação propositiva. A título de exemplo, vejamos a afirmação de Severo Gomes, ministro do então governo Geisel exonerado em 1977. De acordo com o ex-ministro, a “nova” posição do empresariado brasileiro era mais tática que filosófica. Segundo ele, os empresários:

Sempre mostraram uma preferência por um regime autoritário, economicamente liberal, mas politicamente fechado, enfim um ‘salazarismo, mas, em vista da ausência, no atual governo, de um ministro com o qual eles pudessem fazer acordos diretos, eles passaram a reclamar uma abertura democrática (Codato 1995, 80).

Florestan Fernandes, em 1982, demonstrou claramente como as posições dos empresários poderiam ser observadas. De acordo com o autor:

Os que simplificam o problema da democracia e o colocam ilusoriamente como uma 'exigência da sociedade civil' ficariam espantados se pudessem ver claramente qual é o tipo de democracia que os setores estratégicos das classes dominantes, nacionais e estrangeiros, gostariam de estabelecer através da supremacia burguesa (isto é, por meio de sua capacidade de dominação de classe no seio da sociedade civil) e qual é a relação desse tipo de democracia com a ditadura existente. A ditadura deixou de ser prioritária para esses setores, mas não perdeu o caráter de uma necessidade inelutável, ao mesmo tempo econômica, social e política. O ideal, para eles, seria que ela se mantivesse, renovando-se e crescendo, de modo a gerar uma democracia de participação ampliada estável, esterilizada e controlada pelo tope das classes dominantes (ou seja, por suas elites no poder). O melhor dos mundos possíveis passa, portanto, para tais setores, pela ditadura, porém segundo uma lógica burguesa de capitalismo dependente internacionalizado: ao destruir-se, a ditadura daria à luz não ao seu avesso ou ao seu contrário, mas a uma forma política em que a autocracia burguesa fosse compatibilizada institucionalmente com a representação política, o regime de partidos e a rotina eleitoral. Como no passado, [...] haveria uma permanente fixação ditatorial ativa, operando por dentro e através do Estado burguês, pela qual as elites dominantes contariam com recursos políticos suficientes para impedir a instabilização da ordem e os convulsões políticos (Fernandes 1982, 99).

Portanto, o que a burguesia brasileira percebeu é que a ditadura havia atingido seu limite no que diz respeito à administração do Estado. Os desafios colocados, sobretudo pelo renascente movimento operário no ABC paulista, pareciam ir além da capacidade dos militares. Assim é possível constatar que, embora o uso da repressão institucionalizada fosse desejável, a gestão do Estado dava sinais de que não poderia conter o movimento ou, pior, criar líderes com condições reais de disputar as eleições.

Como demonstrou Chamayou (2020), a nova lógica da administração do capital buscava novos meios de acabar com o elemento ingovernável das democracias: a política. A partir da análise dos relatórios ligados às organizações patronais, reconstrói a nova orientação dos *policy makers*, que, a partir de então, sugerem operar a democracia com um percentual baixo de cidadãos ativos no processo.

A crise econômica dos anos 1970/1980 colocou à prova as explicações à esquerda e à direita. Do ponto de vista da esquerda, uma das vertentes marxistas, por exemplo, apontava que a contradição do Estado na sociedade capitalista era fruto da própria dinâmica da relação capital-Estado. Em síntese, no capitalismo o Estado deve preencher uma função de acumulação, ou seja, ajudar os industriais privados a acumular mais capital e, ao mesmo tempo, legitimar esta ação, ou seja, garantir uma lealdade em massa em relação ao sistema, como é possível notar em autores como Offe (1984) e O'Connor (1973).

Desta forma, a intervenção pública nem sempre é problema para a atividade econômica privada, mas, ao contrário, pode favorecer o desenvolvimento econômico na medida em que investe em infraestrutura, por exemplo. Por sua vez, a acumulação privada engendra custos sociais e ambientais, gerando conflitos que demandam novas intervenções do Estado que o fará, se quiser manter sua legitimidade e a do próprio sistema.

A versão neoconservadora da gestão da crise omite as contradições do sistema capitalista, operando uma deformação na análise. Assim, se para os marxistas “as sociedades capitalistas são sempre ingovernáveis” (Offe 1984 *apud* Chamayou 2020, 317), para os neoconservadores a ingovernabilidade da democracia é, justamente, sua política democrática. Nestes termos, o problema não é mais o funcionamento da economia capitalista, mas o funcionamento democrático da política (Chamayou 2020).

O que é possível notar é que houve um deslocamento da função/direção da intervenção do Estado na economia. O que a nova administração do capital percebia era que não seria possível ao Estado manter uma intervenção que garantisse, ao mesmo tempo, a escalada dos gastos públicos

para garantir o conjunto de demandas que vinham do campo político e as necessidades oriundas da intervenção do Estado na manutenção do sistema econômico.

Balizado por tal princípio, a disputa passa a ser orçamentária. Quanto mais despesas sociais forem exigidas dos Estados, menos haverá recursos para equilibrar o sistema econômico nos momentos de crise. Desmobilizar a política e reduzir a cidadania ao consumo passou a ser (e continua sendo) o mantra dos discursos que ganharam na palavra austeridade sua chave explicativa e a iniciativa privada seria o meio irredutível de manutenção de sistemas democráticos de governo. Reunimos alguns argumentos de lideranças empresariais brasileiras que apontam para essa direção.

Cláudio Bardella, na cerimônia onde os empresários defendem maior participação nas decisões econômicas, é sintomático do nosso argumento. Segundo ele, a abertura política era “um meio de resolver os problemas econômicos do país” numa defesa ampla de um “regime que se apoia na iniciativa privada” como caminho para a liberdade política (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Outros argumentos nesta direção podem ser encontrados, por exemplo, no debate promovido pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 1977⁶, quando um grupo de empresários foi convidado a debater o que o periódico chamou de “abertura democrática”.

Alfredo Rizkalah afirma:

(...) Não há dúvida de que todos temos consciência de que uma sociedade politicamente aberta resiste muito mais aos impasses econômicos. (...) Como empresários, definimos democracia como uma economia de mercado, mediante o qual se viabiliza melhor uma democracia: é a economia do maior número. E a democratização do poder econômico (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Laerte Setúbal, por sua vez:

O empresariado deseja a democratização não por convicção política, mas porque está pressionado por razões de ordem econômica decorrentes das medidas antipáticas e difíceis tomadas pelo governo [...] e com as quais eu concordo. Esse é o paradoxo: eu estou de acordo com essas medidas, mas quero mudar, apesar das medidas (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Com exceção de Bresser Pereira, os entrevistados, mais ou menos abertamente, assumem que o AI-5 é o remédio mais eficaz. Luís Eulálio defende a incorporação à Constituição: “Eu não diria que é popular. Eu pessoalmente acho que o AI-5 deveria ser institucionalizado, adaptado à constituição, para deixar de ser uma medida de exceção”(O Estado de São Paulo 1977, 48).

⁶ Para além dos jornalistas convidados, na ocasião estavam presentes: Laerte Setúbal (diretor da Duratex e da FIESP), Américo Oswaldo Campiglia (Presidente da Associação das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento de São Paulo), Alfredo Nagib Rizkallah (ex-presidente e conselheiro da Bolsa de Valores de São Paulo), Luis Eulálio Bueno Vidigal Filho (Presidente do Sindicato da Indústria de Autopeças) e Luís Carlos Bresser Pereira (professor da Fundação Getúlio Vargas).

Ao ser questionado por Eduardo Faria sobre como poderia ser uma medida constitucional, Luís Eulálio aposta na certa “plasticidade” do conceito de democracia:

Adaptável. Quando falei que o AI-5 pode ser adaptado ou é adaptável à Constituição, estava pensando exatamente na Constituição francesa. E a mesma coisa ocorre com a palavra democracia. Encontramos uma República Democrática Alemã, que é um país comunista, de regime totalmente totalitário; encontramos num regime monarquista, como a Suécia, um regime que é considerado democrático, onde o grau de socialização do povo ou, enfim, onde todos os anseios de uma sociedade moderna se encontram em maior grau. Por isso eu perguntei sobre a definição de democracia, pois seu conceito varia de acordo com o momento, com o povo e com o local. Eu não consigo encontrar uma definição de democracia estática (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Américo Campiglia é mais direto. Os empresários podem conviver com o AI-5, pois é uma medida de exceção voltada para controlar o campo da política. Porém, não toleram o CIP, que era o instrumento criado para fazer intervenções na economia:

Eu vou abordar dois fatos contraditórios: o estado de exceção contribuiu para devolver a tranquilidade ao País, necessária para que o sistema empresarial pudesse produzir, trabalhar isso é inegável. Mas o estado de exceção criou o CIP, que o empresário não tolera. Não tolera as formas pelas quais ele age. Ele não admite nem as evidências comprovadas, de que a ação do CIP altera a formação vertical do custo, e tem que influenciar necessariamente o preço da venda, sem o que a empresa entra em desequilíbrio econômico. O empresário sofreu na carne, durante certo tempo, a intranquilidade social. Depois, veio a tranquilidade proporcionada pelo estado de exceção. O que o empresário teme, no momento, não é a volta às instituições democráticas, mas o perigo de um retorno aquela intranquilidade que era prejudicial não só a ele, mas também à Nação. Eu não acredito que haja um empresário que em sua consciência seja contra a democracia. Resta saber se a volta ao Estado de direito vai tirar aquela tranquilidade ou não. É o caso de se dizer: Vamos mudar; se voltar a baderna, fazemos outra revolução e voltamos ao estado de exceção (O Estado de São Paulo 1977, 48).

Outro apelo comum é a necessidade de um Estado forte que possa manter o controle dos processos políticos. No limite, um poder ditatorial capaz de militarizar a política e despolitizar a sociedade.

Tal argumento se aproxima do diagnóstico de Fernandes (1982) sobre o processo de abertura política. De acordo com o autor, o que a ditadura não conseguia mais garantir era um controle efetivo sobre a luta de classes no contexto de ressurgimento dos movimentos sociais, em especial, o operário. Como os militares não conseguiram resolver o problema do que o autor chamou de “poder burguês” a burguesia brasileira agora via o risco da ditadura se aprofundar, dragando-a juntamente para o conflito.

Assim, se a burguesia brasileira em 1964 buscou abrigo na ditadura para evitar a expansão dos direitos para a população, por meio de um debate público que estava colocado por meio dos

diversos grupos sociais que disputavam o espaço público⁷, em 1980 os limites desta atuação estavam claros, pois, em síntese, a ditadura não conseguiria dinamizar sua estrutura para garantir a continuidade do desenvolvimento do capitalismo nacional.

Tal constatação leva esta elite empresarial a procurar outras formas de gestão do governo. Como aponta Fernandes:

Em (sic) consequência, a ditadura se obsoletizou de modo mais rápido para os estratos estratégicos dos parceiros externos. Estes preferem a absorção da “síndrome ditatorial” por meio de uma *democracia forte* (na qual possam explorar melhor a associação com as bases burguesas internas na esfera de poder político estatal), respaldada, em vista das proporções atingidas no Brasil pela modernização satelizadora, em um Estado de segurança nacional com uma faca democrática e outra militarizada, sem que esta se desgarre daquela e se torne incontrolável. A nível econômico, portanto, existe um divisor de águas. Uma militarização global da ditadura não é funcional para as nações capitalistas centrais e sua superpotência e, muito menos, um sistema que possa deslocar as decisões “civis” sem questionamento político e ditar políticas econômicas com liberdade quase total. O que é irremediável, para enfrentar “emergências amargas”, não é tolerável a médio e a longo prazos (Fernandes 1982, 102).

Dessa forma, diante da percepção de que a ação política seria inevitável, a burguesia brasileira passou a organizar uma intervenção mais articulada no debate público. O objetivo era tensionar os rumos da abertura e, ao mesmo tempo, conferir legitimidade à sua atuação perante a opinião pública. É nesse contexto que analisaremos o Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa.

A ação dos empresários: O Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa

O lançamento do “Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa” (MNPLI) deu uma nova organicidade para a ação de classe da burguesia brasileira. Apresentada em 1978 ao Conselho Nacional de Propaganda (CNP) por Héctor Brenner, diretor da Denison Propaganda, foi lançada em 1980 e contou com o apoio de veículos, agências e anunciantes⁸.

Ainda que tenha sido assinada pelo CNP, o MNPLI englobou praticamente todo o campo publicitário brasileiro. Nossa análise procurará demonstrar, mais uma vez, a atuação política das

⁷ Este é, por exemplo, o argumento de Caio Navarro de Toledo (2004). Para o autor, o golpe foi, essencialmente, contra o processo de adensamento da democracia brasileira.

⁸ O MNPLI não passou despercebida da ditadura. Localizamos dois informes do Serviço Nacional de Informações (SNI) a respeito da campanha e de seus idealizadores. Ambos produzidos em 1985. O primeiro trouxe um levantamento do material produzido pelo MNPLI, com destaque para alguns “manifestos” produzidos entre 1984 e 1985. Consta, ainda, uma ficha de informação cadastral sobre a Denison Propaganda. O segundo documento é um pedido de atualização de dados e contém um histórico das ações do MNPLI realizadas até então, além de outros informes referentes aos líderes do CNP e sua “ficha política-ideológica” que, segundo o documento do SNI, nada constava. É possível que existam outros documentos dos serviços de espionagem com avaliações mais robustas sobre a visão dos militares a respeito daquele movimento, contudo, como não eram o foco deste artigo, não realizamos uma busca mais rigorosa nos arquivos disponíveis.

agências de propaganda⁹. Tomaremos por base o apologético livro organizado por Roberto Corrêa, que reúne extenso material sobre os dez anos da campanha.

O MNPLI teve dois anos de preparação e foi dividida em seis fases. A primeira corresponde ao lançamento da campanha (1980); a segunda em fevereiro de 1982; a terceira, em outubro de 1982; a quarta, em novembro de 1983; a quinta, entre 1984-1985; e a sexta, entre 1986 e 1987.

A extensão da campanha teve correspondência com a ampla divulgação que recebeu. Para além das palestras, os anúncios foram publicados em edições especiais nos cadernos de economia da grande imprensa, veiculação de anúncios na televisão, com o incentivo da TV Globo. Ao todo, somaram-se 96 jornais, 28 revistas e 50 emissoras de televisão envolvidas na divulgação das 21 peças produzidas durante o período.

As entidades de classe também manifestaram importante apoio para o andamento do projeto, 56 ao todo. A diversidade do grupo apontava para uma campanha horizontal, uma vez que poderiam ser encontradas ali desde as associações relativas ao meio publicitário (ABAP, APP, CONAR, CNAEP, CNP), incluindo aí as estrangeiras (Associação Nacional de Anunciantes – Venezuela e International Advertising Association (IAA) – EUA) assim como entidades representativas de outros setores (como a FIESP e a Federação Nacional dos Bancos) e empresas como Itaú, Brastemp S.A e Cia. Sousa Cruz.

A tabela abaixo apresenta um levantamento dos anúncios produzidos durante o período:

1	A melhor liberdade de escolha é a liberdade de escolha. Destaque: Nunca na História do Homem, se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre
2	Para exercer a livre iniciativa bastam duas condições: ser livre e ter iniciativa. Destaque: A excessiva intervenção estatal embota a iniciativa privada e inibe seu potencial criativo.
3	Se a livre iniciativa fechar os olhos a certas coisas, muito em breve ela poderá não ser mais livre. Destaque: A responsabilidade social é principalmente do Estado, mas também dos empresários e demais setores da sociedade.
4	Esta é uma lei que precisa pegar. Destaque: Às empresas privadas competem, preferencialmente, organizar e explorar as atividades econômicas. Apenas em caráter suplementar da iniciativa privada o Estado explorará a atividade econômica.
5	Sem estes acionistas, nenhum sistema de livre iniciativa poderá ir longe. Destaque: O capital privado é vital à sobrevivência da livre iniciativa. Ação não controladora é fundamento das economias não totalitárias.
6	Por muito que tenha sido feito, muito há para se fazer. Subtítulo: O Brasil tem pressa para que os benefícios da Livre Iniciativa alcancem todos os setores da Sociedade.

⁹ Em outros trabalhos realizamos estas reflexões. Para o caso específico das agências, ver Castro Netto (2019).

7	Esse espaço vazio pode ser responsável por muitos empregos a menos. Subtítulo: Na economia de mercado, a propaganda não é um fim: é um serviço da Sociedade.
8	A história do consumismo é a história do progresso. Subtítulo: Atende ao desejo humano de uma vida melhor: é para isto que existe pesquisa, invenção, desenvolvimento tecnológico, produção em massa.
9	Se todo mundo defende o consumidor, por que ele vive apanhando. Subtítulo: O consumidor é a sociedade. Ele possibilita a existência da empresa privada e sustenta o Estado.
10	Pelas "4 únicas maneiras de gastar dinheiro" você descobre o melhor sistema econômico. Destaque: o sistema de Livre Iniciativa não é apenas mais eficiente. É a base da Democracia.
11	O Movimento Nacional pela Livre Iniciativa agradece à OPEP pela demonstração da eficiência do nosso sistema. Destaque: Na Livre Iniciativa, o consumidor acaba sempre ganhando. Mesmo contra a força dos oligopólios.
12	A Livre Iniciativa tem tudo para entusiasmar os jovens. Pena que eles não saibam. Destaque: Educar para a Livre Iniciativa hoje é construir a Democracia de amanhã.
13	Não exagerem. Destaque: Quando o Brasil se prepara para eleger seu novo presidente, lembramos um pensamento milenar que é sempre atual (Láo-Tzé, 560 AC).
14	Compreendida e apoiada, a pequena empresa pode mudar o quadro social. Principalmente nesta hora de crise. Destaque: A pequena empresa deve ter um tratamento diferenciado.
15	Antes de começarem os jogos olímpicos de Los Angeles já tem um vencedor: a Livre Iniciativa. Destaque: Sem a participação do Estado, a iniciativa privada transforma um evento historicamente deficitário num empreendimento lucrativo.
16	Já que tentaram tudo para salvar a economia brasileira, por que não experimentar o melhor remédio: a Livre Iniciativa. Destaque: O fortalecimento do setor privado é fundamental para se alcançar o pleno emprego e a recuperação econômica.
17	Constituição. É a base essencial. Mas é só o começo. Destaque: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia.
18	Cada espaço que um Governo ocupa é um espaço que o cidadão perde. Destaque: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia.
19	Não há liberdade política sem liberdade econômica. Destaque: O sistema de livre iniciativa é a base da democracia.
20	Quanto mais poderoso um Governo, mais fraco é o povo. Destaque: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia.
21	Washington, 10 de setembro de 1986. Textos de Ronald Reagan e José Sarney.

Tabela 01 — Anúncios da campanha Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa (1980 – 1988)

Fonte: Corrêa 2008, 19-20.

Para nossa análise, neste texto dividiremos o MNPLI em dois momentos. O primeiro corresponde às duas primeiras etapas, pois entendemos que representam o momento em que os principais objetivos são apresentados. O segundo corresponde ao contexto das discussões da

Assembleia Constituinte e da eleição de 1985, a sexta etapa da campanha, pois é possível notar uma mudança no discurso e no “tom” dos anúncios, enquanto as primeiras etapas apresentam o lucro e a iniciativa privada (1980) a última (1986) já avança contra o tamanho do Estado brasileiro. A seguir, na tabela 02, os anúncios veiculados nas três etapas:

1980: Primeira etapa	1. A melhor liberdade de escolha é a liberdade de escolha. 2. Para exercer a livre iniciativa bastam duas coisas: ser livre e ter iniciativa. 3. Se a livre iniciativa fechar os olhos a certas coisas, muito em breve ela poderá não ser mais livre. Destaque: A responsabilidade social é principalmente do Estado, mas também dos empresários e demais setores da sociedade.
Fevereiro 1982: Segunda etapa	1. Esta é uma lei que precisa pegar 2. Quando existe o lucro, todo mundo sai lucrando. 3. Sem estes acionistas, nenhum sistema de livre iniciativa poderá ir longe.
1986/1987: Sexta etapa	1. Constituição. É a base essencial. Mas é só o começo. Destaques: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia. 2. Cada espaço que um Governo ocupa é um espaço que o cidadão perde. Destaques: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia. 3. Não há liberdade política sem liberdade econômica. Destaques: O sistema de livre iniciativa é a base da democracia. 4. Quanto mais poderoso um Governo, mais fraco é o povo. Destaques: O sistema de Livre Iniciativa é a base da democracia. 5. Washington, 10 de setembro de 1986. Textos de Ronald Reagan e José Sarney.

Tabela 02 — Anúncios veiculados em 1978 e 1980
Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de Corrêa 2008.

O lançamento ocorreu no dia 16 de abril de 1980, com o discurso de Héctor Brenner. Ali lançou os princípios que norteariam as futuras etapas das campanhas. O primeiro destaque é para a divisão do mundo em dois sistemas alternativos: “a economia de estado e a economia de mercado”. Para Brenner, a diferença principal entre os modelos é que na economia de mercado existe a “prevalência da livre iniciativa, da liberdade do indivíduo e do seu poder de influência” (Corrêa 2006, 35).

Pondera os questionamentos ao capitalismo, ainda que “convictos e honestos”, “procedentes ou não”(Corrêa 2006, 36), contudo alerta que tais críticas poderiam tornar o sistema “vulnerável a outras correntes de pensamento ideológico que nada têm a ver com a essência, a índole e a legislação do nosso país” (Corrêa 2006, 36). Nestes termos se aproxima do discurso que ajudou a legitimar o golpe de 1964 ao retomar uma ideia de “raiz nacional”, cristã e liberal.

Brenner, contudo, amplia sua argumentação na medida em que associa a livre iniciativa não apenas ao campo da economia, mas ao fundamento da própria democracia. Em seu discurso afirma que “o sistema de livre iniciativa não se esgota como sistema econômico, mas é inerente à democracia” (Corrêa 2006, 36). Desta forma, procura sustentar a ideia de que a livre iniciativa representa não apenas um modelo de organização econômica, mas também uma forma de vida baseada na liberdade individual e política.

Essa concepção foi amplamente difundida pelo MNPLI, especialmente na primeira etapa, que buscava reforçar a relação entre liberdade política e liberdade econômica. Perspectiva essa sintetizada no slogan “nunca na História do Homem se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre” (Corrêa 2006, 36-37).

Por fim, o argumento de Brenner que ajuda a sustentar nossa hipótese: o MNPLI era um movimento propositivo, que procurava intervir no debate público:

Entretanto, entendemos que uma campanha de comunicação não é auto-suficiente nem encerra nosso esforço, mas é apenas o começo de um longo caminho que objetiva mobilizar homens, entidades e empresas, públicas e privadas, em favor do sistema de livre iniciativa. Somente obteremos sucesso na proporção em que conseguirmos motivar o engajamento e a participação das lideranças deste país, dos jornalistas, dos empresários, dos intelectuais, dos universitários, das entidades de classe, dos clubes de serviço, enfim, de todos os homens lúcidos que se identifiquem com o pensamento liberal, dispostos a estimular o debate que enriquece e promover o esclarecimento público (Corrêa 2008, 37).

Reunimos aqui os três anúncios da primeira e da segunda etapa da campanha. Todos seguem o mesmo padrão: uma imagem, acompanhada de um longo texto (ver exemplo da Figura 01). O primeiro: “A melhor liberdade de escolha é a liberdade de escolha”. O destaque: “Nunca na História do Homem, se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre”. O segundo, sob o slogan: “Para exercer a livre iniciativa bastam duas condições: ser livre e ter iniciativa”. O destaque era a excessiva intervenção estatal que embotava a iniciativa privada e inibia seu potencial criativo. O terceiro: “Se a livre iniciativa fechar os olhos a certas coisas, muito em breve ela poderá não ser mais livre”. O destaque, “a responsabilidade social é principalmente do Estado, mas também dos empresários e demais setores da sociedade”.

Os anúncios da primeira etapa receberam algumas premiações nacionais (como a categoria de “Serviço Comunitário” e a de melhor anúncio publicado no jornal “O Globo”) e internacionais (Festival Ibero-Americano de Publicidade, ficou em 2º lugar) todas em 1980. Foram veiculados três anúncios entre abril e outubro de 1980. Segundo Corrêa (2008), eram de meia página, publicados duas vezes por mês em jornais e mensais de página dupla em revista, somando um total de 300 publicações.



Figura 1 — Anúncio Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa – Primeira etapa

Fonte: Corrêa 2008, 39.

Ao final da primeira etapa, no V Encontro de Propaganda de Brasília (1980), Héctor Brenner fez um balanço do lançamento da campanha. Ao mesmo tempo em que comemorava a adesão dos grandes veículos de comunicação e das empresas, fez duras críticas à presença do Estado na economia brasileira por meio de uma série de dados estatísticos.

Procurava mobilizar o empresário nacional – ressaltou a importância do fortalecimento do mercado de capitais e da defesa do lucro – e a sociedade brasileira de maneira mais ampla que, na ausência de liberdade econômica, o que restava era o comunismo:

Portanto, é imprescindível despertar a consciência daqueles que combatem o lucro, até mesmo os bem-intencionados, que em verdade estão combatendo o sistema econômico liberal, estão combatendo o sistema de vida não escravizado e estão dificultando a viabilização da democracia. E aos escolaros em Marx devemos lhes recordar que os países que rejeitaram a economia de mercado e o lucro não resolveram sequer um dos problemas do mundo ocidental, de maneira melhor (Corrêa 2008, 49).

Ainda nos parece importante ressaltar a aproximação da relação entre liberalismo e democracia:

Por outro lado, o sistema de livre iniciativa não se refere somente a um sistema econômico, mas refere-se também a um sistema político. A própria democracia. Pois que a economia de mercado é objeto básico e essencial ao liberalismo político. Observem que se pode ter uma economia relativamente livre com governos autoritários. Mas a inversa não é verdadeira. Pois nunca na história do Homem se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre. Nunca. Não há exceções (Corrêa 2008, 47).

A segunda etapa teve início em fevereiro de 1982. Ao fazer o balanço, Héctor Brenner levantou os números. Foram 142 veículos – 120 jornais e 22 revistas – que publicaram cerca de 800 anúncios do MNPLI em todo o território nacional. A dinâmica seguiu a mesma lógica, ou seja, três anúncios seguidos de uma carta de explicação (ver exemplo na Figura 02).



Figura 2 — Anúncios da segunda etapa do MNPLI
Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Corrêa 2008.

Os textos que acompanhavam as imagens, geralmente reforçavam um aspecto pedagógico da campanha: explicar as funções do Estado numa economia de mercado, o quanto a liberdade e a democracia dependiam da existência da empresa privada e uma defesa do lucro enquanto forma de proporcionar o desenvolvimento social.

Assim, repetem um conjunto de afirmações, como “livre iniciativa representa liberdade em sua expressão maior: de trabalhar, criar, produzir, expressar opiniões, eleger governantes etc. Isso você não encontra nos países de economia de estado, pois nunca houve um regime deste tipo que fosse livre”, destaque na campanha “Esta é uma lei que precisa pegar”. Na campanha em defesa do lucro (“Quando existe lucro, todo mundo sai lucrando”), a peça procurava defender o “lucro legítimo”, ou seja, aquele que foi obtido com honestidade, sem monopólios, na livre concorrência, sem iludir o consumidor ou com recursos fraudulentos. Defendia, ainda, a possibilidade da

obtenção de um “lucro honesto”. A última peça da campanha procurava fortalecer o sistema de ações, com um olhar especial para o chamado “capital de risco”.

Para o que nos interessa neste artigo, destacamos alguns trechos da fala de encerramento desta etapa, realizada em 3 de fevereiro de 1982, na cidade de Curitiba, capital do Paraná. De acordo com Brenner, é importante lançar um olhar especial sobre o consumidor e combater o que chamou de “consumerismo”, ou seja, o consumo exagerado e desnecessário de coisas. Brenner retoma uma tópica comum dos defensores do consumismo, ou seja, quem tem a palavra final é o consumidor, é ele quem “tem o direito de dizer não”. Talvez, animado por esta proposição é que faz a afirmação que destacamos:

Também o consumidor em si deve merecer atenção. É suficiente pensar que o consumidor somos nós. O consumidor é o ser humano, sem distinção de qualquer natureza. Não importa onde ele se encontre, que produtos ou serviços consuma e em que quantidade. Quando o ser humano nasce, depois de chorar, a primeira atitude é de consumo - o leite materno. E quando o ser humano morre, a sua última atitude é deixar de consumir ar. O consumidor é a sociedade. E é evidente que a sociedade deve ser protegida. Desde o leite materno até o ar que respiramos (Corrêa 2008, 59).

Estes anúncios têm em comum o apelo na tentativa de estabelecer uma relação direta entre democracia e liberalismo econômico. Nestes termos, não havia outra possibilidade de existência da democracia fora dos marcos liberais o tal “sistema de vida não escravizado” como disse Brenner. No limite, o que a campanha procurava ressaltar era que a disputa envolvia não apenas a economia, mas uma forma de vida.

Assim, entendemos que estes anúncios constroem a visão reducionista da burguesia brasileira sobre democracia, liberdade e livre iniciativa. Vale notar ainda que este discurso consolida a ideia de que a crise era produto da ação expansiva do Estado que, além de ocupar espaço excessivo na economia, era ineficiente e impedia a ação de outros setores mais competentes de assumir o protagonismo. A mobilização política no contexto pós-1979, por sua vez, era explicada não como um problema da própria dinâmica da economia capitalista, mas como a causa da própria crise, na medida em que “força” o Estado a agir regulando o sistema, neste caso, as relações trabalhistas, gerando instabilidade.

Este foi o tema da sexta etapa da campanha. Ao contrário das outras que veiculavam três anúncios, esta veiculou um total de cinco. No momento dos debates que envolviam a redação da nova Constituição, o MNPLI incitou o público a “ficar de olho” naqueles deputados que seriam eleitos para participar da elaboração do texto. Também nos parece que a burguesia brasileira havia atingido grau maior de sistematização ideológica, ao menos no que diz respeito às ideias neoliberais, como é possível perceber também no pensamento de economistas como Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões. Menções a Milton Friedman e F. Hayek eram esparsas, constando

apenas algumas passagens, como é o caso do discurso de Héctor Brenner, por ocasião do lançamento da MNPLI, em 1980. No debate entre os empresários realizado pelo Estado de São Paulo apenas uma menção a F. Hayek aparece.

A partir de então, o pensamento de tais autores passou a ser veiculado com mais intensidade, como é possível notar pelos textos de divulgação pelo grupo e pela mudança no tom das peças. No livro organizado por Roberto Corrêa, como espécie de anexo, o organizador retoma um grupo de ensaios publicados por destacados economistas liberais e empresários. Octávio Gouvêa de Bulhões contribuiu com a publicação do “Preparo de ambiente propício às inovações” em outubro de 1983. Roberto Campos, “Ensaio sobre as liberdades e função da empresa privada” (1983), “Estado e iniciativa privada”, de Roberto Konder Bornhausen (1984), Jorge Gerdau Johannpeter, “Em defesa da livre iniciativa” (1985) e Ingo Hering, “A importância do capital de risco para a livre iniciativa” (1985).

Estes (e outros) textos, como Héctor Brenner afirma, fazem parte de um novo movimento dentro da campanha, um esforço mais intenso de “divulgação” das ideias no contexto da Assembleia Nacional Constituinte. Como Brenner afirma:

O Movimento participa também de palestras e seminários, bem como da edição e publicação de livros e materiais diversos. Continuando na linha dos objetivos do Movimento, de contribuir aos debates dos problemas nacionais, estamos promovendo a difusão do pensamento de algumas das mais expressivas figuras do nosso quadro econômico, identificadas com os conceitos essenciais do sistema de livre iniciativa (Corrêa 2008, 151).

Nesta etapa, as mensagens são mais agressivas e apontam na direção de um confronto, ao que parece, não apenas contra a gestão do Estado pela ditadura, mas contra a existência do próprio Estado, passando a assumir algumas premissas clássicas elaboradas pelo neoliberalismo.

Na declaração feita à imprensa por ocasião do lançamento da sexta etapa (com o objetivo de contribuir para o debate da nova Constituição), Héctor Brenner, afirma que a eleição dos governadores não poderia ofuscar o debate sobre como os deputados constituintes atuarão na elaboração do texto.

Brenner procura retomar o antigo slogan da campanha que se repete (à exaustão) em vários momentos: “nunca na história do homem, se viu uma sociedade politicamente livre que não se baseasse num sistema econômico livre”. Na sequência, aparece pela primeira vez uma relação mais direta com o pensamento neoliberal, especialmente a ideia de que o Estado pode extrapolar sua obrigação de regular a sociedade para regular o indivíduo, num raciocínio aparentemente tributário dos conceitos de “democracia ilimitada” e “democracia totalitária” dos quais falou F. Hayek:

Nas relações entre Estado e povo é necessário também lembrar que cada serviço que o Estado presta, cada norma que um governo formula implica uma redução de direitos de autonomia e liberdade do cidadão. As pessoas não percebem que o verdadeiro controle que qualquer governo possa exercer é o controle da pessoa (São Paulo, 29 de julho de 1986 *apud* Corrêa 2008, 120).

Brenner vai além e parece cumprir à risca os princípios da nova ideologia ao afirmar, por exemplo, que os “governos controlam as pessoas, obrigando-as ou proibindo-as de fazer determinadas coisas”. É forçoso retomar a análise, o que entende por liberdade vincula-se estreitamente à liberdade de mercado e como, rapidamente, este controle extrapola do mercado para a vida pessoal. Tal extravasamento urgia a necessidade de “limitar os poderes do governo para proteger os direitos de todos os cidadãos e restabelecer o princípio de que a função do Estado é servir ao povo e não servir-se dele” (São Paulo, 29 de julho de 1986 *apud* Corrêa 2008, 120).

Por fim, como ressaltou Chamayou (2020), a burguesia brasileira também começava a perceber o debate da luta de classes dentro da disputa do orçamento público. Brenner alerta que os benefícios da ação governamental (escolas, hospitais etc.) vêm da outorga dos poderes a ele pelo povo. Contudo, tais benefícios se fazem às custas de mais autoridade e mais dinheiro, ou seja, “cada vez que o povo pede ao governo um novo serviço ou lhe atribui uma nova função, está-se tornando mais dependente e criando a necessidade de novos e maiores impostos” (São Paulo, 29 de julho de 1986 *apud* Corrêa 2008, 120).

Como remédio para evitar tais problemas, elenca as 5 condições para que a Livre Iniciativa (entendida como o remédio natural contra o “autoritarismo democrático”) funcione plenamente. Tais condições retomam a relação entre democracia e liberalismo, tendo a propriedade privada como garantidora da liberdade, “essencial à auto-sustentação do homem livre” (São Paulo, 29 de julho de 1986 *apud* Corrêa 2008, 120). Assim, os anúncios da sexta etapa assumem um tom mais agressivo, não apenas nos slogans, mas também nos dizeres.

É interessante notar a modificação das imagens utilizadas (Figuras 03 e 04), pois aprofundam a questão do Estado que oprime, ainda que num contexto de transição para a democracia e os debates da Constituinte. A figura 04, em especial, traz as algemas que agora remetem não mais apenas ao Estado ditatorial. Como já avaliamos, o MNPLI direciona seus argumentos agora nos perigos da existência do próprio Estado, seja ele de que tipo for.

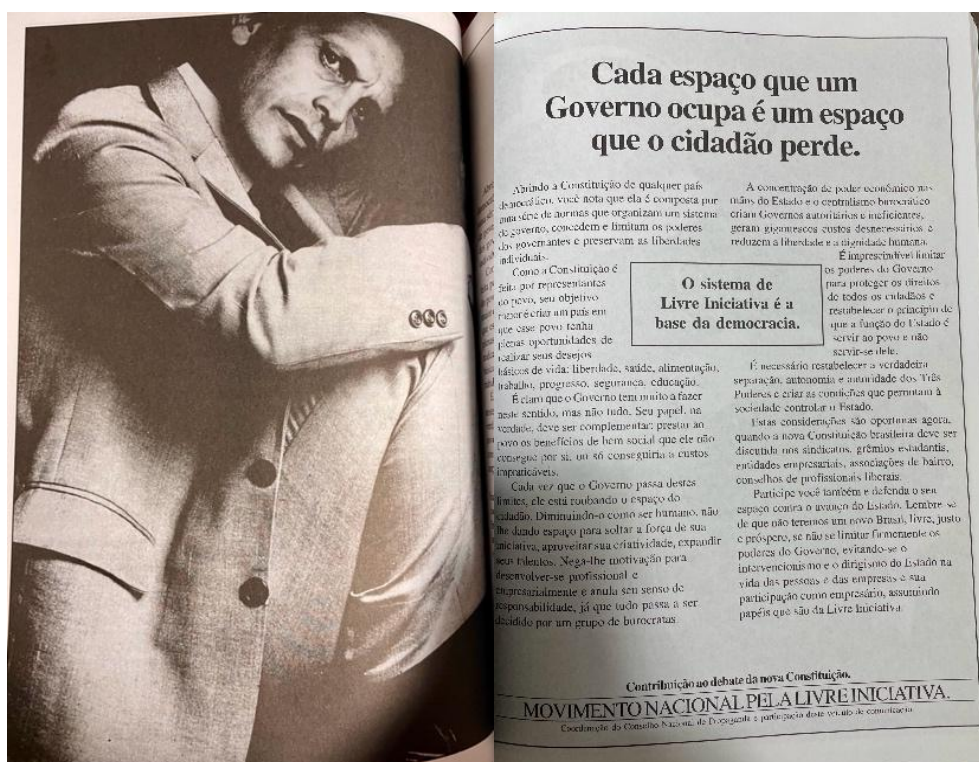


Figura 3 — Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa Sexta Etapa
Fonte: Corrêa 2008, 134 - 135

Como ressaltamos, o conjunto de mensagens desta sexta e última etapa é mais incisivo. Os textos que acompanham os anúncios são muito explícitos ao chamar a atenção da população para a extrapolação das ações do governo, pois, “cada vez que passa destes limites, ele está roubando o espaço do cidadão”. Também adianta o discurso que será comum nos anos 1990, não apenas o do “autoritarismo e da ineficiência”, como também o da redução da “liberdade e dignidade humana”.

Os outros anúncios seguem o mesmo padrão ao repetirem o novo mantra, segundo o qual “os direitos e liberdades individuais representam desejos básicos do povo”, princípios estes que só podem ser garantidos “no sistema de Livre Iniciativa”¹⁰. Ainda no que diz respeito à Constituição, a peça “Constituição. É a base essencial. Mas é só o começo”, garante que cabe à Constituição instituir a democracia, porém “deve ser fiel ao princípio básico da propriedade privada”.

¹⁰ “Não há liberdade política sem liberdade econômica”. Peça publicitária que compõe a sexta etapa do MNPLI.

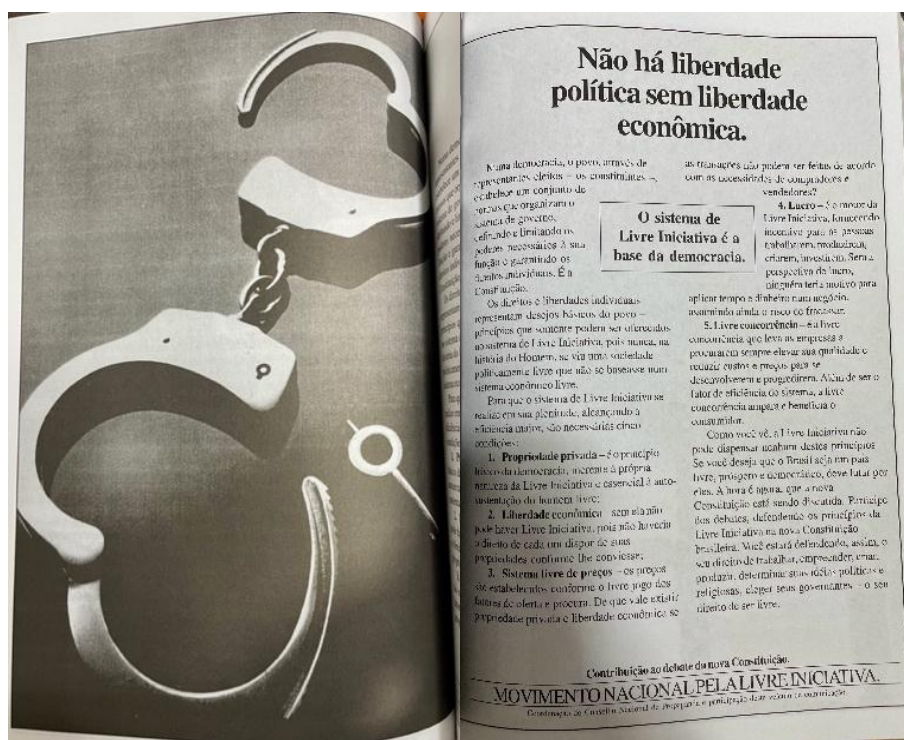


Figura 4 — Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa - Sexta Etapa
Fonte: Corrêa 2008, 136-137

Conclusão

A transição da ditadura no Brasil tem camadas complexas de interpretação. Para além do olhar sobre os novos movimentos sociais (Sader 2007) e a retomada do protagonismo das ruas, especialmente com o movimento operário pós-1979, é importante observar como a burguesia brasileira procurou se posicionar neste processo.

Como destacamos, a partir dos textos de Codato (1995 e 2004), a burguesia brasileira assume uma posição de classe quando percebe que a ditadura estava invadindo de maneira unilateral o campo da economia. O que podemos chamar de primeira dissidência – a Campanha Contra a Estatização – teve como mérito forçar o recuo das reformas propostas pela Presidência de Ernesto Geisel, especialmente aquelas relacionadas ao II PND posteriormente, abandonadas.

A segunda dissidência, representada pelo lançamento da MNPLI, teve como objetivo disputar o debate público no momento em que a abertura política passou a tomar ritmo mais acelerado do que a ditadura pretendia, com a presença de movimentos sociais que, sob diversos aspectos, tensionavam o processo.

Neste contexto, como notou Codato (1995), reforçando a tese de Fernandes (1982), a burguesia brasileira retoma a aliança com a ditadura, assumindo viés mais conservador ao negar qualquer tipo de aliança com o movimento social, especialmente, o operário. Se tal alinhamento

entre burguesia e militares em 1968 resultou no fechamento do regime, com o Ato Institucional nº 05 (Codato 2004) nos anos 1980, retoma a forma da contrarrevolução preventiva (Fernandes 1976).

A MNPLI é parte desta ofensiva. Durante a campanha é possível notar que o empresário, enquanto classe, se articula por meio do “movimento”, como chamou Héctor Brenner, e retira da democracia sua dimensão de soberania popular e da amplitude de acesso à cidadania. A partir de então, democracia é entendida apenas como espécie de apêndice da economia de livre mercado, sendo, sempre que necessário, suspensa por meio da força (daí a aproximação com a “democracia forte” da proposta de abertura política) para despolitizar a sociedade. Assim, o MNPLI transcende a mera propaganda e consolida-se como face sofisticada de uma ação de classe, ou seja, uma contraofensiva ideológica da burguesia brasileira.

Não é o caso aqui de incorrer no anacronismo e chamar as coisas por aquilo que elas não são. O que estamos analisando neste texto é uma espécie de “transição dentro da transição”. Como destacou Fernandes (1976; 1982) a burguesia reconheceu que os limites da ditadura para fazer a gestão econômica/social estavam superados ou em vias de superação.

Reconhecer estes limites foi o *leitmotiv* que levou as elites patronais a se reorganizarem. Como destacamos no texto, não houve a construção de uma nova sensibilidade política que fosse menos inclinada ao autoritarismo, mas, isto sim, a busca de uma nova forma de gestão social que não fosse abertamente autoritária, mas que se mantivesse à espreita.

Referências:

- “Abertura democrática divide os empresários”. *O Estado de São Paulo*, 04 de setembro de 1977, 48.
- Argolo, José Amaral. *Direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.
- Castro Netto, David Antonio. 2019. “As agências de propaganda, o golpe e a ditadura militar brasileira”. *Revista ECO-Pós*, 22, n. 2 (2019): 112 - 137.
- Chamayou, Grégoire. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- Chirio, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- Codato, Adriano. “O golpe de 1964 e o regime de 1968: Aspectos conjunturais e variáveis históricas.” *História: Questões & Debates*, 40, n. 1 (2004): 11-36.
- Codato, Adriano. “A burguesia contra o Estado? Crise política, ação de classe e os rumos da transição.” *Revista de sociologia e política*, n. 04-05, (1995): 55-87.
- Corrêa, Roberto. *Movimento Nacional Pela Livre Iniciativa: uma contribuição da Publicidade à democracia brasileira*. São Paulo: ESPM, 2008.
-

Cruz, Sebastião C. Velasco. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974 – 1977)*. Campinas: Unicamp/Fapesp, 1995.

Fernandes, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Fico, Carlos. “Brasil: a transição inconclusa.” Em *Violência na história: memória, trauma e reparação*, por Maria Celina Araújo, Carlos Fico e Monica Grin, 25 - 38. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

Hobsbawm, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. 1. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Kuntz, Rolf. "Mesa redonda: Abertura democrática divide os empresários". *O Estado de São Paulo*, 04 de setembro de 1977, p. 48-51.

O'Connor, James. *The fiscal crisis of the State*. New York: St. Martin's Press, 1973.

Offe, Claus. *Contradictions of the Welfare State*. Londres: Hutchinson, 1984.

Sader, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

Toledo, Caio Navarro de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia” *Revista Brasileira de História*, 24, n. 47 (2004): 13-28.

Recebido: 12 de janeiro de 2026

Aprovado: 28 de junho de 2026

Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51297>

**Cravo em Flor:
Simbolismo e Memória da Revolução de Abril***

*Carnation in Bloom:
Symbolism and Memory of the April Revolution*

*Clavel en Flor:
Simbolismo y Memoria de la Revolución de Abril*

Maria Venade**
<https://orcid.org/0009-0006-2474-5930>

Raquel da Silva***
<https://orcid.org/0000-0002-5239-5919>

Ana Sofia Ferreira****
<https://orcid.org/0000-0002-5521-4191>

* Esta publicação é financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do UIDB/03122/2020.

** Investigadora Independente. Profissional júnior na área dos assuntos europeus, detentora de um duplo diploma em Relações Internacionais, Ciência Política e Sociologia pelo Sciences Po Bordeaux e pela Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se na política europeia e internacional, e nos estudos culturais. mariavcosta@gmail.com

*** Professora associada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora integrada do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Internacionais, Lisboa, Portugal. A sua investigação explora questões relacionadas com violência política, terrorismo, contraterrorismo e outras violências perpetradas pelo Estado. Publicou uma monografia intitulada *Narratives of Political Violence: Life Stories of Former Militants* (Routledge, 2019) e co-editou outros cinco volumes no subcampo dos Estudos Críticos do Terrorismo. A sua investigação interdisciplinar tem também sido publicada em diversos artigos, e o seu trabalho tem sido financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pela British Academy e pela União Europeia, entre outros. É coordenadora da IN-CTSS – Iberian Network of Critical Terrorism and Security Studies e editora da revista *Critical Studies on Terrorism*. rbpsa@iscte-iul.pt

**** Professora auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora integrada do Instituto de Sociologia desta faculdade. O seu doutoramento em História Contemporânea, pela Universidade Nova de Lisboa, foi concluído em 2015. É especialista em história social e política, tendo-se dedicado ao estudo de temas relacionados com a violência política, a esquerda radical e o processo revolucionário português de 74-76. asmferreira@letras.up.pt

RESUMO: Esta investigação foca-se na construção da memória coletiva portuguesa da Revolução de Abril de 1974 através de um símbolo visual e político: o cravo vermelho. Mais concretamente, procura compreender como é que a Associação 25 de Abril (A25A) efetua esta memorialização a cada comemoração anual, desde 1984 a 2025. Esta análise seguiu um prisma pós-estruturalista, baseada em Jacques Derrida e Roland Barthes, associada à teoria da viragem estética em Relações Internacionais (RI). Este quadro teórico permitiu descodificar as complexidades da construção da memória coletiva e da identidade nacional, assim como as (re)significações do cravo vermelho a cada comemoração anual, de acordo com a evolução política e social da sociedade portuguesa. Através de uma análise qualitativa e visual dos elementos iconográficos e tipográficos dos cartazes comemorativos anuais da A25A, pretendeu-se obter uma visão geral da evolução da representação visual do cravo vermelho. Desta forma, foi possível compreender que o cravo vermelho se tornou, associado ao valor de Abril da liberdade, o grande símbolo da Revolução de 1974 e o elemento base da construção de narrativa(s) acerca da mesma. Ao interligar abordagens estéticas e políticas através de metodologias visuais, este estudo oferece novos elementos de análise e investigação dos fenómenos internacionais na área das RI.

Palavras-chave: Cravo. Estética. Memória coletiva. Memorialização. Revolução de Abril de 1974.

ABSTRACT: This research focuses on the construction of the Portuguese collective memory of the April 1974 Revolution through a visual and political symbol: the red carnation. More specifically, it sought to understand how the Associação 25 de Abril (A25A) carries out this memorialisation at each annual commemoration, from 1984 to 2025. This analysis followed a post-structuralist perspective, based on Jacques Derrida and Roland Barthes, associated with the theory of the aesthetic turn in International Relations (IR). This theoretical framework decoded the complexities of the construction of collective memory and national identity, as well as the (re)significations of the red carnation at each annual commemoration, according to the political and social evolution of Portuguese society. Through a qualitative and visual analysis of the iconographic and typographic elements of the A25A's annual commemorative posters, this study offers an overview of the evolution of the visual representation of the red carnation. Thus, the red carnation became, associated with the April value of freedom, the great symbol of the 1974 Revolution and the key element in the construction of narrative(s) about it. By linking aesthetic and political approaches through visual methodologies, this study offers new elements for analysis and investigation of international phenomena in the field of IR.

Keywords: Carnation. Aesthetics. Collective memory. Memorialisation. April 1974 Revolution.

RESUMEN: Esta investigación se centra en la construcción de la memoria colectiva portuguesa de la Revolución de Abril de 1974 a través de un símbolo visual y político: el clavel rojo. Más concretamente, busca comprender cómo la Associação 25 de Abril (A25A) lleva a cabo esta conmemoración en cada celebración anual, desde 1984 hasta 2025. Este análisis siguió un prisma posestructuralista, basado en Jacques Derrida y Roland Barthes, asociado a la teoría del giro estético en Relaciones Internacionales (RI). Este marco teórico permitió descifrar las complejidades de la construcción de la memoria colectiva y la identidad nacional, así como los (re)significados del clavel rojo en cada conmemoración anual, de acuerdo con la evolución política y social de la sociedad portuguesa. A través de un análisis cualitativo y visual de los elementos iconográficos y tipográficos de los carteles conmemorativos anuales de la A25A, este estudio ofrece una visión general de la

evolución de la representación visual del clavel rojo. Así, el clavel rojo, asociado al valor de la libertad de abril, se convirtió en el gran símbolo de la Revolución de 1974 y en el elemento básico de la construcción de narrativas sobre la misma. Al interrelacionar enfoques estéticos y políticos mediante metodologías visuales, este estudio ofrece nuevos elementos de análisis e investigación de los fenómenos internacionales en el ámbito de las relaciones internacionales.

Palabras clave: Clavel. Estética. Memoria colectiva. Memorialización. Revolución de Abril de 1974.

Como citar este artigo:

Venade, Maria; Silva, Raquel da; Ferreira, Ana Sofia. “Cravo em Flor: Simbolismo e Memória da Revolução de Abril”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 215-238.

Introdução

“A poesia está na rua” declarava a pintora Maria Helena Vieira da Silva num dos seus cartazes de 1975, transposto na figura 1. De facto, este cartaz que evoca o derradeiro dia para a democracia portuguesa, 25 de abril de 1974, coloca em evidência o seu símbolo principal, o cravo vermelho, apesar de não intencional. A Revolução de Abril pôs fim à mais longa ditadura da Europa Ocidental, e teve um impacto significativo sobre várias gerações, tanto em termos sociais e políticos, quanto culturais. A imagem do cravo vermelho tornou-se inseparável do imaginário de Abril, adquirindo um valor afetivo, político e cultural que ultrapassa o acontecimento histórico e se prolonga nas formas contemporâneas de comemoração e construção da memória coletiva. Entre os vários atores que participam anualmente nesse trabalho memorial, destaca-se a Associação 25 de Abril (A25A) criada por antigos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) e responsável pela produção regular de materiais visuais, sobretudo cartazes, que evocam os valores de liberdade, democracia e participação cívica associados ao 25 de Abril. Estes cartazes constituem, por isso, uma fonte privilegiada para analisar como a memória da Revolução tem sido atualizada, reinterpretada e politicamente mobilizada ao longo do tempo.



Figura 1 — Cartaz “A poesia está na rua”, de Maria Helena Vieira da Silva (1975).
Fonte: *website* da Fundação Calouste Gulbenkian – Biblioteca de Arte Gulbenkian.

Apesar de a Revolução de Abril ocupar um lugar central na memória coletiva portuguesa, o significado atribuído ao evento não é estático nem consensual. Pelo contrário, este processo de memorialização tem sido marcado por sucessivos ciclos de (re)significação, alternando entre momentos de consolidação simbólica, contestação revisionista e reafirmação identitária, consoante as conjunturas políticas e sociais de cada época (Loff 2011, 2014). As comemorações anuais não apenas celebram o passado, mas também projetam leituras presentes desse passado, reforçando, disputando ou ressignificando os seus símbolos. Neste contexto, torna-se pertinente analisar o impacto do cravo vermelho enquanto símbolo visual e político nas comemorações anuais da Revolução dos Cravos e na construção de um ideário de memória coletiva em torno deste acontecimento. Deste modo, parte da seguinte questão de investigação: Em que medida a utilização do cravo vermelho nos cartazes comemorativos da A25A contribuiu enquanto símbolo visual e político para a construção da memória coletiva portuguesa em torno da Revolução de 1974?

Esta investigação parte, por isso, do pressuposto de que a análise dos cartazes da A25A deve ser lida não como uma sequência cumulativa de imagens, mas como um mapa dessas transformações qualitativas na forma como a sociedade portuguesa se relaciona com o seu passado revolucionário. Através da análise dos elementos iconográficos destes cartazes procura-se identificar continuidades e ruturas na representação do cravo, mapear o modo como a sua simbologia é mobilizada em diferentes contextos políticos e sociais e refletir sobre o poder das imagens enquanto dispositivo de memória.

O Cravo e a Memória da Revolução: de Flor a Símbolo de Liberdade

Memória coletiva e identidade nacional

Enquanto teórico primordial do conceito de memória coletiva, Maurice Halbwachs (1950, 1952) argumenta que as narrativas coletivas do passado são moldadas pelas instituições e estruturas de poder dominantes, sendo fruto de um processo de construção social. A memória, tanto individual quanto coletiva, é influenciada pelo grupo social a que se pertence, sendo socialmente construída. Embora a memória seja individual, o indivíduo está inserido num contexto sociopolítico que o conecta à memória coletiva do seu grupo. Assim, a memória coletiva responde tanto às necessidades do presente quanto das instituições dominantes. Críticas posteriores, como as de Noa Gedi e Yigal Elam (1996) sublinham que a memória coletiva não deve ser interpretada como uma entidade homogênea, mas como um conjunto de representações seletivas, produzidas em contextos de poder.

Ao introduzir o conceito de *lieux de mémoire*, Pierre Nora (1989) questiona a dicotomia memória coletiva/memória histórica, demonstrando que há determinados locais ou acontecimentos que se tornam símbolos e o epítome da memória coletiva, estando carregados de significado emocional e simbólico. É, precisamente, essa dimensão sentimental da memória que a deixa sensível a (re)construções e a modelagens segundo as narrativas das estruturas dominantes. O cravo vermelho é um desses lugares de memória: uma forma material e visual que condensa narrativas sobre liberdade, resistência, transformação social e identidade nacional. Não representa apenas um acontecimento histórico, mas a forma como a comunidade nacional escolhe recordar e reinscrever esse acontecimento no presente.

A partir das contribuições de Jan Assmann e John Czaplicka (1995) a memória coletiva pode ser entendida em duas dimensões complementares: memória comunicativa e memória cultural. A primeira refere-se à comunicação oral quotidiana, relacionada aos diversos grupos sociais, evoluindo à medida que o tempo passa, sendo, por isso, fragmentada, informal e tematicamente instável. Já a segunda, está inerentemente relacionada a um passado fixo, cujas representações estão organizadas em figuras de memória (como, nesta investigação, nas comemorações anuais do 25 de Abril). A memória cultural é, portanto, transcendente e representada em textos, imagens, entre outros dispositivos, podendo reconstruir-se e adaptar-se aos contextos contemporâneos, uma vez que as instituições a estruturam e transmitem. Esta memória é o resultado de uma procura de identidade, pelo sentimento de pertença a uma identidade coletiva, estando em constante (re)construção mediante aquilo que o contexto presente exige dela, reinterpretando símbolos e eventos históricos.

Processos de memorialização e ação política comemorativa

De modo a celebrar importantes eventos da sua história, os atores promovem e organizam comemorações. Esta ação política comemorativa surge não como um simples registo de eventos históricos, mas como uma forma de significação e alinhamento a certos valores. Para isso, elementos iconográficos e visuais são utilizados como representações da memória coletiva (Schwartz 1982).

As comemorações não se limitam a reconstruir o passado, mas projetam sentidos no presente. Neste sentido, Kevin Rafter (2016) começa por definir comemorações nacionais como rituais públicos que visam expor o(s) significado(s) de eventos históricos relevantes no contexto nacional. É, também, através destas comemorações que se pode compreender as interpretações e narrativas correntes do passado histórico. Ainda nesta linha de raciocínio, Victor Roudometof (2003) demonstra como as comemorações constroem interpretações próprias de eventos históricos nacionais, sendo utilizadas para fins de construção identitária nacional. As comemorações são, portanto, atos políticos. Através da memória coletiva, mitificam-se eventos e figuras históricas e legitimam-se as narrativas políticas (Roudometof 2003).

É desta forma que Bell (2003) introduz o conceito de *mythscape*, que corresponde à interseção do debate entre memória nacional e mitos nacionalistas ou conceitos utilizados no discurso nacionalista. Ao utilizar o exemplo da República de Weimar, Kathleen Canning (2010) explora como símbolos, emoções e comemorações foram trabalhados de modo a moldar a cultura política e a reforçar a construção democrática.

Relativamente à Revolução dos Cravos, Maria Manuela Cruzeiro (2014) enfatiza a necessidade de uma memória autêntica da Revolução que tenha como pilares de memorialização os seus valores democráticos e de liberdade. A autora afirma que mais do que uma memória passada, deve ser uma memória ativa, orientada para a construção de um futuro democrático coeso, num país em que a memória histórica é fragmentada e a democracia é tida como um bem adquirido. Cruzeiro (2014) critica a distorção e simplificação da memória da revolução. Rui Bebiano (2006) caracteriza este processo como uma desmemória, um processo voluntário onde se oculta o cariz revolucionário e se promove somente ideias de progresso e democracia, por outras palavras, a narrativa oficial que serve os interesses hegemónicos das estruturas de poder dominantes. Assim, as comemorações tornam-se rituais vazios, sem verdadeiro significado histórico.

Ainda nesta linha analítica, sublinha-se o trabalho de Manuel Loff (2011). Partindo do revisionismo histórico iniciado no final dos anos 1970 com a ascensão do neoliberalismo e do neoconservadorismo, o autor afirma que este revisionismo não é somente uma revisão crítica da

história, mas uma reescrita ideológica deliberada do passado. Pretende-se, dessa forma, deslegitimar as leituras mais progressistas, nomeadamente aquelas que sublinham o papel popular e as revoluções ou movimentos radicais como as fontes de mudança. Assim, Loff (2011) argumenta que a Revolução de Abril foi sendo reinterpretada, mais concretamente a partir dos anos 1980, por movimentos de direita conservadores. Esta (re)interpretação tomava a Revolução de 1974 como um simples golpe militar perpetrado por ideólogos (de esquerda) que manipularam a opinião popular e pretendiam instaurar um regime totalitário. O conceito de totalitarismo funciona, neste quadro revisionista, como dispositivo intelectual central: ao equiparar regimes comunistas e fascistas sob a categoria comum de 'totalitarismo' — leitura popularizada sobretudo pela obra de Hannah Arendt (2017b), ainda que amplamente contestada nas ciências sociais —, este discurso permite reclassificar a dimensão popular e de matriz esquerdista da Revolução de Abril como equivalente a uma ameaça totalitária, esvaziando-a do seu conteúdo emancipatório e da sua legitimidade histórica. Esta ideia reforça a excecionalidade dos eventos do dia 25 de abril de 1974, ignorando o seu enraizamento social e continuidade histórica, e esvaziando a Revolução dos Cravos do seu simbolismo (Loff 2011).

Memorialização e utilização de flores em comemorações

Embora a Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal tenha colocado em grande evidência a utilização de flores em ações comemorativas, não foi pioneira neste âmbito. As flores tornaram-se um elemento político e politizado, utilizado por diferentes quadrantes políticos e em diferentes contextos histórico-sociais, sendo um elemento visual ao serviço da mensagem a ser transmitida. Na Europa moderna e contemporânea, as flores foram usadas para representar ideias de pureza, renovação, fraternidade ou sacrifício. Em França, por exemplo, diferentes cores de cravos assumiram significados políticos contrastantes desde o século XIX: uns associados ao luto republicano, outros ao conservadorismo, outros ainda à resistência. Este uso plural demonstra que o significado político de uma flor não é intrínseco, mas depende dos enquadramentos discursivos e das disputas simbólicas em que é mobilizada (Tournier 2006).

No século XX, as flores tornam-se também um instrumento de ação política performativa. Nos anos 1960, o poeta e ativista Allen Ginsberg havia sido responsável pela internacionalização do movimento de contracultura Flower Power, que via nas flores uma forma de resistência e contestação pacífica contra os conflitos bélicos (Paese s.d.). Exemplos mais contemporâneos incluem a Revolução das Rosas na Geórgia (2003), a Revolução das Túlipas no Quirguistão (2005) e a Revolução de Jasmim na Tunísia (2010-2011). Apesar das suas especificidades políticas, o uso de flores como rótulos mediáticos sublinha a força destas imagens para representar momentos de

mudança e para simplificar narrativas complexas em símbolos facilmente reconhecíveis. Nestes casos, a flor funciona tanto como marca comunicacional quanto como tentativa de legitimação simbólica das mobilizações. O cravo vermelho da revolução portuguesa distingue-se, contudo pela sua associação direta com a ação revolucionária: colocado nos canos das espingardas no dia 25 de abril de 1974, tornou-se metáfora visual do fim da ditadura e da guerra colonial.

A origem do cravo enquanto símbolo visual e político da Revolução de Abril

A origem do cravo enquanto símbolo da Revolução de Abril tem tanto de imprevisível quanto de poético, tanto pela sua total coincidência, que nada teve a ver com planos de criação simbólica, quanto pela forma como se tornou memória e simbologia de liberdade e democracia. Contudo, embora a cor vermelha tenha sido um acaso, a verdade é que diversos dirigentes do Partido Comunista Português (PCP) sublinham a ligação desta cor aos movimentos revolucionários da história (Branco 2000). O cravo vermelho tornou-se símbolo da luta antifascista portuguesa através da ação de Celeste Martins Caeiro, uma trabalhadora com cerca de quarenta anos, que se tornaria, de forma acidental, na criadora do símbolo visual e político da Revolução de Abril de 1974. Ao oferecer um cravo vermelho a um soldado que se dirigia ao Quartel do Carmo para dar conclusão às operações militares em curso, Celeste Caeiro tornou-se ela própria uma figura simbólica da Revolução, ficando conhecida como 'Celeste dos Cravos' (Partido Comunista Português 2024).

Efetivamente, o cravo vermelho tornou-se um símbolo da memória de Abril. É neste contexto que a análise dos elementos visuais através de uma lente política desvenda significado(s) oculto(s) dos acontecimentos sociais e políticos. Neste sentido, Dean Cooper-Cunningham (2020) afirma que os elementos visuais são de suma importância para a compreensão do(s) significado(s) político-sociais da utilização e/ou da existência desses mesmos elementos. Ultrapassando as teorias mais tradicionais das ciências sociais, o autor afirma que os métodos visuais e a estética são instrumentos relevantes no estudo da política e das RI. Enquanto elementos politicamente transformadores, podem moldar narrativas políticas que, assim, desafiam os moldes securitários (Cooper-Cunningham 2020). Partindo desta lógica, a utilização do cravo vermelho enquanto elemento visual das comemorações anuais da Revolução de Abril é um elemento político, pois evoca significados de liberdade e democracia, inerentemente políticos e é um objeto de celebração e de luta. De facto, de uma simples flor emergiu um significado político próprio que desafia a lógica tradicional e o status quo, moldando narrativas políticas e sociais acerca de um evento histórico: a Revolução Abril de 1974.

A viragem estética nas Relações Internacionais (RI)

Durante muito tempo, a análise da política e das RI foi dominada por uma lógica positivista. Contudo, as últimas décadas presenciaram o surgimento de vias alternativas de análise, que ultrapassam estes limites racionais e a rigidez epistemológica das ciências sociais e que têm em consideração a subjetividade inerente à atividade humana. Desta forma, o papel dos elementos visuais e artísticos, mas também das emoções, começou a ser tido em conta na análise dos fenómenos políticos internacionais (Bleiker 2018).

Nas RI, o teórico mais preponderante desta teoria é Roland Bleiker (2001), que afirma que as representações artísticas e as práticas estéticas permitem desvendar dimensões ocultas dos fenómenos políticos internacionais que os métodos mais tradicionais e racionais não conseguem. A política está, assim, intrinsecamente ligada às formas de expressão e perceções de análise do mundo, uma vez que estas definem, ainda que de forma arbitrária, o que é legítimo de ser pensado e sentido (Rancière 2004). Ainda na linha de quebra dos rígidos parâmetros das análises tradicionais na política internacional, Cerwyn Moore e Laura Shepherd (2010) inferem a necessidade de se adotar uma perspetiva estética holística no estudo da política internacional, mais direcionada para a análise dos aspetos mais subjetivos como as emoções. Dentro desta lógica, as imagens não apenas ilustram acontecimentos, mas produzem interpretações, moldam emoções públicas e orientam julgamentos políticos.

A viragem estética em RI também abriu espaço para metodologias que tratam imagens como fontes analíticas autónomas, e não apenas como suportes secundários do discurso. Ao analisar formas, cores, composições e ausências, estas abordagens procuram identificar como os elementos visuais constroem significados e intervêm na memória pública. Isto permite reconhecer que um cartaz não apenas comunica uma mensagem, mas ajuda a definir o que deve ser lembrado, celebrado ou esquecido.

O pós-estruturalismo de Jacques Derrida e de Roland Barthes enquanto quadro teórico de análise

O pós-estruturalismo de Derrida e a semiótica de Barthes oferecem ferramentas essenciais para analisar símbolos históricos, como o cravo vermelho da Revolução de Abril de 1974.

Em *De la Grammatologie* (1967), Derrida questiona a relação entre significante e significado, enfatizando a fluidez da linguagem e a inexistência de sentidos imutáveis. A escrita é um *tracé* que só adquire significado na leitura, permitindo interpretações contínuas. Conceitos como *déconstruction* e *différance* evidenciam que os símbolos e a memória histórica estão em constante movimento, sendo reinterpretáveis conforme o contexto sociopolítico. Assim, o cravo vermelho pode assumir diferentes significados nas comemorações do 25 de Abril, refletindo tensões entre narrativas

oficiais e interpretações alternativas (Derrida 1967). Já em *Spectres de Marx* (1993), o autor introduz a fantologia para mostrar como o passado assombra o presente. O cravo vermelho funciona como um “fantasma” visual, carregando a memória coletiva da Revolução e reativando, todos os anos, a experiência de liberdade e mudança (Forsyth 2023).

Barthes, por seu lado, em *The Death of the Author* (1977), desloca o foco do autor para o leitor, tornando o texto aberto a múltiplas interpretações. Em *Mythologies* (1957) e *Éléments de la Sémiologie* (1964), analisa a construção de mitos e signos, mostrando como objetos cotidianos podem ser naturalizados e carregados de significados culturais e políticos. O cravo vermelho, enquanto significante, adquire conotações de liberdade, democracia e identidade nacional, enquanto a denotação permanece apenas a flor. A semiótica de Barthes permite decifrar esses códigos visuais e entender como o mito se perpetua nas comemorações do 25 de Abril.

Combinando Derrida e Barthes, é possível compreender o cravo vermelho como um símbolo dinâmico e multifacetado: um trace e um fantasma que reativa memórias históricas, e um mito cultural que naturaliza narrativas de liberdade e identidade. A análise evidencia a construção social e política dos significados, mostrando como a Revolução de Abril continua a ser resignificada na memória coletiva e nos símbolos visuais das celebrações anuais.

Metodologia de investigação

Este estudo analisa em que medida o cravo vermelho, enquanto símbolo visual e político nas comemorações anuais do 25 de Abril, contribui para a construção da memória coletiva portuguesa da Revolução de 1974. Para isso, recorre a uma análise qualitativa e visual dos cartazes produzidos pela A25A, entre 1984 e 2025, explorando os significados iconográficos, tipográficos e discursivos transmitidos nos elementos visuais, em diálogo com o contexto político e social. A investigação é orientada pela viragem estética em RI e pelo pós-estruturalismo de Derrida e Barthes, que enfatizam a mutabilidade do significado e a construção social de símbolos visuais. A metodologia baseia-se na definição de Flick (2018) de análise qualitativa visual, que vê as imagens como práticas sociais (re)interpretadas pelos observadores, e contempla o exame de padrões e variações na iconografia, cores, tipografia e slogans dos cartazes, com o objetivo de compreender como as escolhas gráficas moldam e refletem narrativas e simbologias da Revolução de Abril.

A análise visual incidiu sobre diversos eixos analíticos: primeiramente, a presença e centralidade do cravo vermelho, considerando a sua presença e/ou ausência, a posição (se central, periférica ou fragmentada) e a forma (realista, estilizada, abstrata ou substituída simbolicamente); seguidamente, o regime cromático foi analisado pelo uso das cores vermelha, verde e branca (representativas das cores nacionais), os contrastes cromáticos e as associações emocionais e

políticas dessas cores. Também foram observados os elementos iconográficos complementares, incluindo símbolos militares, pacifistas, institucionais ou abstratos, bem como figuras humanas, animais ou objetos e metáforas visuais recorrentes, como por exemplo pomba, multidão, arma e natureza. A tipografia e o texto foram avaliados através de slogans e palavras-chave, como "liberdade" e "continuar", o estilo tipográfico (institucional, expressivo, minimalista) e a relação entre o texto e a imagem. Por fim, aferiu-se o tom afetivo e político, destacando aspetos como celebração, nostalgia, alerta, mobilização e questionamento, assim como a convocação à ação cívica ou à consolidação institucional. Por fim, a A25A foi selecionada pelo seu espólio representativo e pela presença constante nas comemorações oficiais, garantindo acesso a material documentado, tanto no Centro de Documentação 25 de Abril, como no seu *website* (<https://a25abril.pt/>).

O legado do cravo nas comemorações anuais da Revolução de Abril

Através desta investigação procurou-se compreender o processo de memorialização da Revolução de 1974 feito pela A25A, naquilo que concerne um símbolo visual, o cravo vermelho, com base nos cartazes anuais comemorativos produzidos pela A25A desde 1984 a 2025. Tendo como centro da análise a evolução e as discrepâncias de representação do cravo vermelho ao longo do século XX (1984-1999) e XXI (2000-2025), todos seguem o mesmo modelo interpretativo e analítico, a mesma apresentação e descrição dos dados, e uma linha cromática associada ao partido político no poder: a cor laranja corresponde ao Partido Social-Democrata (PSD) e a cor vermelha ao Partido Socialista (PS).

As comemorações anuais da Revolução dos Cravos do século XX (de 1984 a 1999)

Retomando a crítica ao revisionismo histórico da década de 80 de Loff (2011), é possível compreender que os cartazes da A25A reforçam o cariz militar da Revolução de 1974 (como é possível comprovar, mais perentoriamente, pelo cartaz comemorativo de 1984). Contudo, é também importante sublinhar novamente que a A25A foi criada por antigos militares do MFA sendo uma associação inerentemente de esquerda (e militar). Para além dessa questão, os cartazes comemorativos da A25A continuam a ser exemplos do cariz social, cultural e popular profundo do processo revolucionário, não se restringindo a uma lógica militar (Loff 2011).

Nesta década, havia uma forte ancoragem na memória histórica intimamente ligada à Revolução e às suas referências militares, como os soldados, as armas e o(s) cravo(s) vermelho(s). Desta forma, procurava-se legitimar a Revolução dos Cravos como a origem da democracia. Nos primeiros anos desta década (de 1984 a 1986), ainda não é possível verificar uma estratégia de atenuação do seu cariz revolucionário, pelo contrário, este ainda é bastante acentuado e consolidado pelos símbolos referidos precedentemente. Contudo, a partir de 1987, é possível

afirmar que esta estratégia começou a ser executada, nomeadamente com o recurso a símbolos como o pombo branco, símbolo universal da paz. O cravo vermelho, enquanto *signe* da liberdade, começa a ser (re)interpretado esteticamente (Barthes 1964). Esta utilização de referências simbólicas e visuais desconstrói, como delineado por Derrida (1967), a ideia de uma memória autêntica, uma vez que esta não é fixa, está em constante (re)construção e (re)interpretação. Desta maneira, a memória coletiva em torno da Revolução de Abril é dual, oscilando entre o furor revolucionário inicial e as tentativas de apaziguamento subsequentes.

Segue-se um resumo dos cartazes dos anos 80, representados na figura 2. O cartaz de 1984 evoca a Revolução através de símbolos militares, como soldados e um tanque, mas omite o cravo vermelho, destacando a dimensão militar da liberdade. Já o cartaz de 1985 traz elementos cósmicos e oníricos, como aves, barcos e cravos flutuando no céu, simbolizando a Revolução e a liberdade não apenas como conquistas, mas também como estados de espírito. Em 1986, o cartaz estiliza uma pomba que, em vez de largar bombas, liberta cravos vermelhos, conectando a narrativa militar à pacifista, em linha com o espírito de Abril. O cartaz de 1987, com uma pomba a segurar um cravo, simboliza a paz e a liberdade como conquistas da Revolução, transmitindo uma sensação de tranquilidade. Em 1988, o cartaz apresenta uma rutura artística e político-visual, com formas abstratas que sugerem o voo contínuo do espírito revolucionário. Finalmente, o cartaz de 1989 adota uma estética mais tradicional e institucional, com o cravo vermelho como símbolo central e a mensagem clara de continuidade, "vamos continuar". Dos 6 cartazes analisados, somente 2 (1984 e 1988) não possuem representação do cravo vermelho; 2 (1985 e 1987) não jogam com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 2 (1984 e 1989) têm inscrito o slogan "liberdade" e apenas um (1989) "continuar".



Figura 2 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos da década de 80 (1984-1989).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural dos anos 80. Efetivamente, as transformações advindas da Revolução de 1974 e o clima político da época influenciaram diretamente a forma como a memória da Revolução

foi representada. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por Mário Soares (PS, 1984-1985) e Aníbal Cavaco Silva (PSD, 1986-1989); e a Presidência da República por António Ramalho Eanes (1984-1985) e Mário Soares (1986-1989). Socialmente, foi uma época de transformações sociais profundas, com a introdução de um regime democrático e a queda do regime ditatorial. Em 1983, embora não tenha havido cartaz comemorativo, o impacto da intervenção financeira do FMI em Portugal começou a ser sentido, com uma recessão económica e clima de austeridade em 1984, o que gerou um ambiente de descontentamento social (Rodrigues 2023). Nesse contexto, o cartaz de 1984 recupera elementos ligados ao 25 de abril de 1974, evocando o vigor da liberdade. Em 1985, com a assinatura do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias, Portugal dava um passo importante para a sua abertura ao resto da Europa, o que se refletia no cartaz de 1985, que apresentava uma representação onírica de novos horizontes. Finalmente, em 1987, com a vitória do PSD nas eleições legislativas e a obtenção de uma maioria absoluta por Aníbal Cavaco Silva, o cartaz desse ano transmitia uma sensação de paz e liberdade, alinhando-se com o clima político de estabilidade e otimismo.

Já nos anos 90 surge um movimento de “rebelião da memória”. Loff (2014) afirma que este movimento pretendia combater o esvaziamento do significado revolucionário da Revolução de Abril, recuperando para a memória histórica aquilo que foi o seu potencial político e social transformador. Este movimento surgiu em reação a uma certa “normalização” do Estado Novo e do seu cariz violento e autoritário, nos anos 80 e 90, que seguiu uma tendência neoliberal e conservadora de minimização da violência do regime ditatorial português (Loff 2014). É possível tomar o exemplo do “cavaquismo”: os XI e XII Governos Constitucionais, liderados por Aníbal Cavaco Silva, consolidaram um reformismo de direita (neo)liberal, uma política de privatizações e uma certa tecnocracia governativa (Loff 2016). O 'cavaquismo' da década de 90 foi um projeto que contribuiu para o enfraquecimento da centralidade do passado revolucionário no imaginário coletivo português, atenuando-o e colocando o 25 de Novembro de 1975 — um golpe contrarrevolucionário — como a verdadeira origem da democracia (Loff 2016). Nesta medida, os cartazes da A25A desta época podem inserir-se num movimento de pacifismo da Revolução de Abril, isto é, numa resistência da A25A às narrativas que associam o 25 de Abril de 1974 a um evento violento. Ao fazer uso da flor (cravo vermelho) em praticamente todos os cartazes desta época, reforça a narrativa do cravo vermelho como símbolo de pacifismo e constitui uma tentativa de totalização deste mesmo significado (pacífico) da Revolução de Abril (Derrida 1967).

Nesta década, a abstração, a fragmentação e o minimalismo começaram a emergir nas representações visuais. O cravo vermelho surge como o símbolo central, estando presente em todos os cartazes excetuando o de 1997. Esta é uma estratégia clara de centrar a memorialização

da Revolução de Abril no *signe* cravo vermelho. Mais do que isso, reforça-se a ideia de uma revolução pacífica e não-violenta, em que as armas foram substituídas por flores, criando-se uma narrativa consensual da Revolução de 1974.

Segue-se um resumo dos cartazes dos anos 90, representados na figura 3. Entre 1990 e 1992, os cartazes seguem uma linha tipicamente institucional e racional, marcada pelo uso das cores verde e vermelha, do cravo vermelho como símbolo e de uma tipografia formal, minimalista, sem serifa ou negrito, transmitindo uma narrativa clássica de liberdade, ainda que em 1991 surja já uma dimensão mais afetiva através da mensagem em letras diminutas (“para quem é honra continuar abril”) e de um elemento que parece formar um coração. Em 1993 e 1994, as representações tornam-se mais abstratas e expressivas, com um cravo que emerge de um redemoinho e um caule semelhante a uma planta carnívora, sugerindo ambiguidade democrática, e com cravos representados como manchas ou sangue a escorrer, jogando com narrativas pacíficas e/ou violentas da Revolução. Em 1995 e 1996, o cravo surge em registos simbólicos distintos: em 1995, de forma abstrata, desabrochando a inscrição 25 de Abril num fundo marítimo possivelmente ligado ao passado colonial; em 1996, a brotar de um terreno fértil alimentado pelo “sonho”, numa clara alusão ao nascimento da Revolução a partir do sonho da liberdade. Já em 1997, o cartaz remete para uma manifestação, com uma multidão e bandeiras vermelhas que sugerem movimento e uma narrativa linear. Em 1998, regressa a pomba branca com um cravo vermelho no bico, num fundo com arco-íris e céu limpo, numa representação mais abstrata e cromática. Por fim, em 1999, a imagem simples, semelhante a uma fotografia polaroid com múltiplos cravos num fundo de céu claro, transmite a tranquilidade trazida pela Revolução de Abril. Dos 10 cartazes analisados, somente 1 (1997) não possui representação do cravo vermelho; 3 (1994, 1998 e 1999) não jogam com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 4 (1990, 1991, 1992 e 1993) têm inscrito o slogan “liberdade” e apenas um (1991) “continuar”.





Figura 3 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos da década de 90 (1990-1999).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural dos anos 90. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por Aníbal Cavaco Silva (PSD 1990-1995) e António Guterres (PS 1996-1999); e a Presidência da República por Mário Soares (PS 1990-1995) e Jorge Sampaio (PS 1996-1999). Na esfera político-social, este foi um período de consolidação democrática e europeia (e também liberal). Internacionalmente, a entrada em vigor do Tratado de Maastricht em 1993, que estabeleceu as bases da união económica e monetária europeia, foi alvo de críticas pela consolidação de uma viragem neoliberal que se afasta dos princípios democráticos e solidários que seriam a base do projeto europeu (Esquerda 2018). Em termos culturais, destacam-se em 1998 a realização da Expo-98 em Lisboa, símbolo de uma abertura ao modernismo cultural, e a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a José Saramago, o primeiro e único português a recebê-lo.

As comemorações anuais da Revolução dos Cravos do século XXI (de 2000 a 2025)

O início dos anos 2000 é marcado por uma diversidade gráfica e de cores, assim como por um hibridismo de diversas correntes visuais e estéticas (fotografia, ilustração e design gráfico/digital). Os cravos vermelhos são (re)inventados em novas formas e designs, retirando-se uma certa rigidez simbólica, ou são até mesmo totalmente retirados das representações. O cravo vermelho enquanto *signe* é alargado, tornando-se múltiplo e sublinhando-se o caráter mais coletivo e a ação cívica no(s) processo(s) de memorialização. A Revolução de Abril é assim representada como uma memória viva, associada aos valores coletivos e à renovação, adaptando-se ao(s) contexto(s) e à evolução societal, refletindo a visão pós-estruturalista. Há, igualmente, uma recuperação dos símbolos militares que já haviam sido representados na década de 80, nomeadamente em dois cartazes (2000 e 2008). O cravo vermelho surge não como um símbolo fixo, mas antes uma flor carregada de simbolismo(s) e interpretações, tanto pacíficas como militares (e, consequentemente, violentas) (Barthes 1964).

Segue-se um resumo dos cartazes do início dos anos 2000, representados na figura 4. O cartaz de 2000 recupera elementos clássicos da Revolução, como o fundo militar e o cravo

vermelho mais realista, embora com uma tipografia mais floreada, remetendo à década de oitenta. Em 2001, os cravos flutuam num plano aquático, assemelhando-se a nenúfares, transmitindo simultaneamente tranquilidade e força de ressurgimento. Já o cartaz de 2002 adota um estilo moderno, utilizando pixéis para construir o cravo vermelho, aproximando-se da estética dos videogames. Em 2003, o cravo surge num jogo do galo como símbolo vencedor, evocando a vitória dos valores da Revolução, enquanto o cartaz de 2004 apresenta um registo mais industrial, com o cravo em tecido tipo ganga, mantendo, porém, uma estética minimalista. O cartaz de 2005 descentraliza o cravo, substituindo-o por uma pomba e cores diversas em forma de confetis, enfatizando o espírito festivo e o tema da paz. Em 2006, a ausência de imagens e símbolos, com apenas elementos tipográficos, consolida a liberdade como principal conquista de Abril. O cartaz de 2007 retoma um caráter clássico, com traços lineares e sóbrios e múltiplos cravos vermelhos como elementos centrais. Em 2008, a estética torna-se mais abstrata e moderna, com formas e cores intensas, enquanto o cartaz de 2009 adota uma abordagem quase matemática, representando exclusivamente números e palavras para marcar a passagem do tempo desde a Revolução. Dos 10 cartazes analisados, 3 (2005, 2006 e 2009) não possuem representação do cravo vermelho; 2 (2006 e 2009) não jogam com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 5 (2000, 2002, 2006, 2007 e 2009) têm inscrito o slogan “liberdade” e nenhum “continuar”.



Figura 4 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos do início dos anos 2000 (2000-2009).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural do início dos anos 2000. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por António Guterres (PS 2000-2001), Durão Barroso (PSD 2002-2004) e José Sócrates (PS 2005-2009); e a Presidência da República por Jorge Sampaio (PS 2000-2005) e Aníbal Cavaco Silva (PSD 2006-2009). Na esfera político-social, apesar de uma importante integração europeia, verificaram-se tensões socioeconómicas crescentes. Internacionalmente, 2001 destacou-se pelo ataque de 11 de setembro nos EUA e pelo início da *war on terror* (Holloway 2008), enquanto em 2002 Timor-Leste adquiriu a sua independência e o euro entrou em circulação em Portugal. Em 2005, tanto o antigo líder comunista e rosto de Abril, Álvaro Cunhal, quanto o ex-primeiro-ministro dos governos provisórios pós-25 de Abril, Vasco Gonçalves, falecem. Em 2006 o Processo de Bolonha reformou o Ensino Superior, gerando críticas sobre precariedade académica (Varela 2019). A partir de 2009, o Tratado de Lisboa reforçou a integração europeia, mas suscitou debates sobre ingerência nos assuntos internos (Pereira 2019). Estes acontecimentos influenciaram os cartazes da A25A, nos quais o cravo vermelho se mantém presente como símbolo de resistência, paz, identidade nacional e legado português num contexto globalizado e europeu. Todos estes acontecimentos impactaram os cartazes da A25A desta época, verificando-se o uso do cravo vermelho em praticamente todos eles. Este surge como um símbolo visual não só de resistência, mas também de paz e identidade nacional, nomeadamente num contexto cada vez mais globalizado e europeu.

Já o final dos anos 2010 e o início dos anos 2020 trouxeram consigo uma maior modernidade tanto nas formas e técnicas quanto nas representações. A estética torna-se mais sofisticada conceptualmente, com o uso significativo de metáforas visuais e de elementos contemporâneos como a arte digital. Estes elementos visuais deixam igualmente de ser somente representações comemorativas, mas também convocam à ação coletiva. O cravo vermelho já não é, portanto, somente um símbolo de um passado fixo, mas um *signe* em estreita ligação com o(s) contexto(s) em que surge. A Revolução de Abril é assim memorializada como um espaço de luta contínua, de resistência, mas também de renovação, uma vez que se encontra estreitamente relacionada com os temas mais contemporâneos (seja a democracia, a igualdade, a liberdade ou os direitos políticos e sociais). O cravo vermelho deixa de ser símbolo de um passado fixo para se tornar um *signe* adaptativo, deixando de ser um objeto fixo para se tornar uma construção contínua de significado(s) interligados com o presente e projetados no futuro (Barthes 1964).

Segue-se um resumo dos cartazes dos anos 2010s, representados na figura 5. O cartaz de 2010 adota um estilo de aquarela, idílico, representando o cravo como árvore ao vento e transmitindo calorosamente a conquista da liberdade. Em 2011, recuperam-se as origens da A25A com referências explícitas ao MFA e ao passado colonial português. O cartaz de 2012 enfatiza a força revolucionária com um mar de cravos em movimento, enquanto 2013 evoca nostalgia ao integrar símbolos da Revolução e excertos poéticos, reforçando a mobilização emocional. Em 2014, há uma rutura visual ao substituir o cravo por um ponto de interrogação, questionando o legado da Revolução. Já 2015 retoma um estilo tradicional, simples e direto, exaltando a liberdade conquistada, e 2016 adota um caráter mais institucional, celebrando duplamente a Revolução e a Constituição com as cores nacionais. O cartaz de 2017 é altamente artístico, representando a liberdade de forma quase conflituosa, enquanto 2018 combina elementos estéticos com referências matemáticas e musicais, criando uma representação visual moderna e patriótica. Por fim, 2019 apresenta um design sóbrio, sem imagens ou símbolos, refletindo uma identidade institucional alinhada à identidade visual do XXI Governo Constitucional. Dos 10 cartazes analisados, somente 2 (2014 e 2019) não possuem representação do cravo vermelho; todos jogam com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 5 (2010, 2011, 2015, 2016 e 2017) têm inscrito o slogan “liberdade” e nenhum “continuar”.



Figura 5 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos dos anos 2010s (2010-2019).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural dos anos 2010s. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por José Sócrates (PS 2010-2011), Pedro Passos Coelho (PSD/CDS-PP 2012-2015) e António Costa

(PS, 2016-2019); e a Presidência da República por Aníbal Cavaco Silva (PSD 2010-2015) e Marcelo Rebelo de Sousa (PSD 2016-2019). Na esfera político-social, Portugal viveu um período conturbado e transformador, marcado por crise económica, austeridade e mudanças sociais. Em 2010, foi aprovado o casamento entre pessoas do mesmo sexo e, em 2015, a adoção. Entre 2011 e 2014, a crise da dívida e a terceira intervenção da Troika geraram cortes salariais, aumento de impostos (Ferreira 2012) e movimentos sociais de protesto, como a “Geração à Rasca” e “Que se Lixe a Troika” (Soeiro 2014). Os cartazes da A25A refletiram estas tensões, evocando resistência, luta e esperança, embora em 2014 o cravo vermelho fosse substituído por um ponto de interrogação, questionando o futuro da democracia. A partir de 2015, com a criação da “geringonça”, o cravo voltou a simbolizar emoções positivas e a melhoria das condições de vida. Em 2017, internacionalmente, António Guterres torna-se Secretário-Geral da ONU, enquanto Portugal enfrenta graves incêndios e a morte de Mário Soares. O cartaz da A25A desse ano é o mais turbulento da década, com um cravo vermelho emergindo de um redemoinho negro, refletindo o clima social e emocional vivido. No conjunto, os cartazes desta década articulam o cravo vermelho como resistência, esperança e memórias de eventos políticos e sociais que marcaram Portugal.

Segue-se um resumo dos cartazes dos anos 2020s, representados na figura 6. O cartaz de 2020 adota uma abordagem abstrata e minimalista, com o cravo vermelho e a tipografia feitos de recortes e formas geométricas, evocando a memória histórica e a perenidade do símbolo. Em 2021, destaca-se o caráter intergeracional da luta pela liberdade, revitalizando a memória da Revolução dos Cravos. O cartaz de 2022 celebra a memória coletiva e a resistência contínua, sublinhando os dias de liberdade em comparação com o período de ditadura. Em 2023, a representação torna-se mais racional e sóbria, associando comemoração e identidade nacional numa narrativa linear. Já 2024 apresenta-se extremamente contemporâneo, com contrastes visuais e técnicas inovadoras, apelando à ação política e à continuidade da Revolução. Por fim, 2025 adota uma lógica institucional, celebrando os 50 anos das primeiras eleições livres e sublinhando a importância da estabilidade democrática. Dos 6 cartazes analisados, somente um (2023) não possui representação do cravo vermelho; somente um (2025) não joga com o conjunto das cores verde e vermelha, representativas tanto da bandeira de Portugal quanto do cravo; 3 (2021, 2023 e 2025) têm inscrito o slogan “liberdade” e apenas um (2024) “continuar”.



Figura 6 — Cartazes das comemorações anuais da Revolução dos Cravos dos anos 2020s (2020-2025).

Fontes: CD25A, *website* da A25A e elaboração gráfica da autoria.

A análise dos cartazes comemorativos da A25A deve ser entendida à luz do contexto político, social e cultural dos anos 2020s. Politicamente, o Governo Constitucional foi liderado por António Costa (PS 2020-2023) e Luís Montenegro (PSD/CDS-PP 2024-2025); e a Presidência da República por Marcelo Rebelo de Sousa (PSD 2020-2025). É relevante sublinhar a excecionalidade legislativa que marca esta década: em 6 anos, foram realizadas em Portugal 3 eleições legislativas (2022, 2024 e 2025), sendo todas elas antecipadas. Já em período normal, foram realizadas eleições presidenciais e eleições autárquicas em 2021, e eleições europeias em 2024. Ora, o foco nos processos democráticos, em especial no voto e nas eleições, dos cartazes destes anos, tem uma relação direta com o contexto político excecional vivido e não somente com aspetos comemorativos. A A25A tenta, por meios visuais, alertar para a instabilidade governativa vivida e para a estabilidade que a democracia deveria gerar. Além disso, salienta-se os valores da liberdade e da continuação de um processo democrático com raízes na Revolução de 1974. Há uma clara alusão em 2025 a períodos negros para a democracia, como se pode perceber pelo tom a preto e branco do cartaz, numa muito possível tentativa de advertir para o crescimento da extrema-direita em Portugal (ainda que esta seja uma tendência europeia) (Moreira 2025). Socialmente, a partir de 2020, a pandemia de Covid-19 assolou Portugal e o mundo, passando rapidamente de crise sanitária a económica. A adoção de medidas como o estado de emergência e restrições de circulação afetaram as comemorações do 25 de Abril, cancelando manifestações e desfiles populares, mantendo-se apenas a sessão solene na Assembleia da República, de forma mais institucional (Sapage 2020). Esse recato refletiu-se no cartaz da A25A de 2020, o mais simples da década, em consonância com a situação vivida pelo país.

Conclusão

Esta investigação analisou como o cravo vermelho, enquanto símbolo visual e político utilizado nas comemorações anuais do 25 de Abril, contribui para a construção da memória coletiva portuguesa em torno da Revolução de 1974. Focou-se na evolução dos cartazes anuais da A25A, e através do uso da teoria da viragem estética em RI, que pressupõe que as imagens e/ou os símbolos

são centrais na construção de significado(s) e da memória coletiva, foi possível desenvolver alguns argumentos.

Com efeito, a evolução visual destes cartazes mostra que o(s) processo(s) de memorialização evoluíram de uma lógica mais fechada para uma lógica mais aberta, e de representações fiéis (miméticas) para interpretações estéticas plurais (Ankersmit 1996). Os elementos visuais são assim utilizados de forma a evocar tanto a memória coletiva quanto a ação política (Rancière 2004). Esta memória não é apenas (re)lembrada, mas sim (re)construída, (re)interpretada e está em constante evolução. Ademais, o cravo, enquanto flor, apresenta-se como um símbolo de uma revolução pacífica, apesar de ter colocado fim a um regime ditatorial violento. Assim, constrói-se a narrativa coletiva de pacifismo e unidade, ocultando as dimensões mais conflituosas da memória revolucionária. É importante notar que os cartazes e, portanto, esta análise provém de uma associação de ex-militares do MFA, que promovem esta mesma memorialização pacífica da Revolução de Abril.

É, também, possível retomar o argumento que o cravo vermelho se tornou um *spectre* (Derrida 1993), um mito (Barthes 1964) construtor da memória coletiva acerca da Revolução de Abril em Portugal, tendo em si uma significação de liberdade. Desta forma, o cravo vermelho enquanto símbolo visual e político nas comemorações anuais da Revolução de Abril tornou-se o pilar, o elemento construtivo da memória coletiva portuguesa em torno deste acontecimento, sendo evocativo de sentimentos de liberdade.

Num contexto em que a memória da Revolução de Abril continua a ser (re)significada, compreender como se processa a sua memorialização é fundamental para se desconstruir os limites e o potencial da narrativa memorial. O processo de memorialização da Revolução de Abril tendo como base o símbolo visual e político cravo vermelho é extremamente bem-sucedido. O mito gerado em torno do cravo vermelho, permite a expansão dos valores de Abril, nomeadamente da liberdade, e gera um consenso alargado à sua volta. Este estudo permitiu, assim, pensar o cravo vermelho como um elemento que se adapta às evoluções político-sociais, mas também como um elemento construtor da memória coletiva portuguesa. Por outro lado, foi também possível compreender que a carga visual e, portanto, emocional do *signe* cravo não é neutra, uma vez que ao mesmo tempo que celebra a liberdade e o pacifismo, é também um elemento atenuador da complexidade do processo revolucionário e do seu pendor mais violento. Efetivamente, compreender e analisar criticamente esta dualidade é mais do que um exercício académico, é um contributo cívico para a forma como se interpretam os eventos históricos de um país.

Referências:

- Ankersmit, Franklin. *Aesthetic Politics: Political Philosophy Beyond Fact and Value*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- Arendt, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: Uma reportagem sobre a banalidade do mal*. Lisboa: Ítaca, 2017a.
- Arendt, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. Londres: Penguin Books, 2017b.
- Assmann, Jan, e John Czaplicka. "Collective Memory and Cultural Identity." *New German Critique*, 65 (1995): 125-133. <https://doi.org/10.2307/488538>.
- Associação 25 de Abril. s.d. <https://a25abril.pt>.
- Barthes, Roland. "Éléments de sémiologie." *Communications*, 4, n. 1 (1964): 91-135. https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1964_num_4_1_1029.
- Barthes, Roland. "The Death of the Author." Em *Image Music Text*, Stephen Heath, 142-148. Londres: Fontana Press, 1977.
- Barthes, Roland. *Mythologies*. Paris: Éditions du Seuil, 1957.
- Bebiano, Rui. "Da desmemória e do seu antídoto." Em *Anos inquietos: Vozes do movimento estudantil em Coimbra (1961-1974)*, Maria Manuela Cruzeiro e Rui Bebiano, 9-13. Coimbra: Edições Afrontamento, 2006.
- Bell, Duncan. "Mythscape: Memory, Mythology, and National Identity." *British Journal of Sociology*, 54, n. 1 (2003): 63-81. <https://doi.org/10.1080/0007131032000045905>.
- Biblioteca de Arte Gulbenkian. 2024. "A poesia está na rua: Cartazes de Maria Helena Vieira da Silva." <https://gulbenkian.pt/biblioteca-arte/read-watch-listen/a-poesia-esta-na-rua/>.
- Bleiker, Roland. "Aesthetic Turn in International Relations." Em *International Relations*, Patrick James, 1-13. Oxford: Oxford University Press, 2018. <https://doi.org/10.1093/OBO/9780199743292-0236>.
- Bleiker, Roland. "The Aesthetic Turn in International Political Theory." *Millennium: Journal of International Studies*, 30, n. 3 (2001): 509-533. <https://doi.org/10.1177/03058298010300031001>.
- Branco, Isabel Araújo. "25 de Abril sempre! A flor que deu o nome à Revolução: «Um cravo oferece-se a qualquer pessoa»." *Avante*, 1378 (2000). <https://www.avante.pt/arquivo/1378/7803m4.html>.
- Canning, Kathleen. "The Politics of Symbols, Semantics, and Sentiments in the Weimar Republic." *Central European History*, 43, n. 4 (2010): 567-580. <http://www.jstor.org/stable/40962727>.
- Cooper-Cunningham, Dean. 2020. "Visual Methods and International Security Studies." <https://www.e-ir.info/2020/06/12/visual-methods-and-international-security-studies/>.
- Cruzeiro, Maria Manuela. "O 25 de Abril de 1974: Memória da revolução e revolução da memória." *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 2, n. 1 (2014): 25-34.
-

- Derrida, Jacques. *De la grammatologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.
- Derrida, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- Derrida, Jacques. *Spectres de Marx*. Paris: Éditions Galilée, 1993.
- Esquerda. 2018. “Tratado de Maastricht: A sabotagem neoliberal do projeto europeu.” <https://www.esquerda.net/artigo/tratado-de-maastricht-sabotagem-neoliberal-do-projeto-europeu/53286>.
- Flick, Uwe. *An Introduction to Qualitative Research*. Londres: Sage, 2018.
- Gedi, Noa, e Yigal Elam. “Collective Memory – What Is It?” *History and Memory*, 8, n. 1 (1996): 30-50. <http://www.jstor.org/stable/25618696>.
- Halbwachs, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- Halbwachs, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.
- Holloway, David. *9/11 and the War on Terror*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.
- Loff, Manuel. “Cavaco e o cavaquismo (II).” *Público*, 26 de março de 2016. <https://www.publico.pt/2016/03/26/politica/opiniao/cavaco-e-o-cavaquismo-ii-1727226>.
- Loff, Manuel. “Depois da revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da revolução.” *Revista História & Luta de Classes*, 12 (2011): 11-16. <https://dev.historiaelutadeclases.com.br/upload/arquivo/2018/03/2372544af4c64d6aea7ebab5761f8463d7ed249c>.
- Loff, Manuel. “Dictatorship and Revolution: Socio-Political Reconstructions of Collective Memory in Post-Authoritarian Portugal.” *Culture & History Digital Journal*, 3, n. 2 (2014): 1-13. <https://doi.org/10.3989/chdj.2014.017>.
- Moore, Cerwyn, e Laura Shepherd. “Aesthetics and International Relations: Towards a Global Politics.” *Global Society*, 24, n. 3 (2010): 299-309. <https://doi.org/10.1080/13600826.2010.485564>.
- Moreira, Madalena. “Com menos anos que os seus pares, Chega acompanha tendência europeia: O crescimento da extrema-direita.” *Observador*, 18 de maio de 2025. <https://observador.pt/especiais/com-menos-anos-que-os-seus-pares-chega-acompanha-tendencia-europeia-o-crescimento-da-extrema-direita/>.
- Nora, Pierre. “Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire.” *Representations*, 26 (1989): 7-24. <https://doi.org/10.2307/2928520>.
- Paese, Meagan. s.d. “Flower Power.” <https://thehistoryofrockandroll.net/flower-power/>.
- Partido Comunista Português. 2024. “Faleceu Celeste Caeiro.” <https://www.pcp.pt/faleceu-celeste-caeiro>.
- Pereira, Inês. “Tratado de Lisboa: Porreiro? Só para o grande capital.” *Abril*, 10 de dezembro de 2019. <https://www.abrilabril.pt/nacional/tratado-de-lisboa-porreiro-so-para-o-grande-capital>.

Rafter, Kevin. "The Political Communication of the Decade of Commemoration." *Studies: An Irish Quarterly Review*, 105, n. 420 (2016): 450-461. <http://www.jstor.org/stable/24871507>.

Rancière, Jacques. *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible*. Nova Iorque: Continuum, 2004.

Rodrigues, Jorge. "1984: A segunda crise depois do 25 de Abril." *Expresso*, 2 de abril de 2023. <https://expresso.pt/economia/2023-04-02-1984-a-segunda-crise-depois-do-25-de-Abril-a6041316>.

Roudometof, Victor. "Beyond Commemoration: The Politics of Collective Memory." *Journal of Political & Military Sociology*, 31, n. 2 (2003): 161-169. <http://www.jstor.org/stable/45293737>.

Sapage, Sónia. "25 de Abril de 2020: Uma celebração mais curta e minimalista." *Público*, 25 de abril de 2020. <https://www.publico.pt/2020/04/25/politica/noticia/25-abril-2020-celebracao-curta-minimalista-1913756>.

Schwartz, Barry. "The Social Context of Commemoration: A Study in Collective Memory." *Social Forces*, 61, n. 2 (1982): 374-402. <https://doi.org/10.2307/2578232>.

Soeiro, José. "Da geração à rasca ao que se lixe a Troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto." *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXVIII (2014): 55-79. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/download/1307/1148/0>.

Tournier, Maurice. "Couleurs, fleurs et drapeaux dans les débuts de la Troisième République." *Mots. Les langages du politique*, 81 (2006): 109-117. <https://doi.org/10.4000/mots.17093>.

Varela, Miguel. "Processo de Bolonha no ensino superior nacional (2006-2018)." *Jornal de Negócios*, 28 de fevereiro de 2019. <https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/colunistas/miguel-varela/detalhe/processo-de-bolonha-no-ensino-superior-nacional-2006-2018>.

Recebido: 07 de janeiro de 2026

Aprovado: 11 de agosto de 2026

Entrevista

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.54359>

Entre os Cravos e a memória: uma entrevista com Maria Inácia Rezola

Between the Carnations and Memory: An Interview with Maria Inácia Rezola

Entre los claveles y la memoria: una entrevista con Maria Inácia Rezola

Francisco Carlos Palomanes Martinho^{*}

<https://orcid.org/0000-0001-7859-9533>

Leandro Pereira Gonçalves^{**}

<https://orcid.org/0000-0002-9233-1098>

Marçal de Menezes Paredes^{***}

<https://orcid.org/0000-0002-9692-5037>

Como citar esta entrevista:

Martinho, Francisco Carlos Palomanes; Gonçalves, Leandro Pereira; Paredes, Marçal de Menezes. “Entre os Cravos e a memória: uma entrevista com Maria Inácia Rezola”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 239-272.

Meio século depois, os Cravos irrompem novamente nas praças públicas e nas avenidas. Desta vez, não apenas em Lisboa, onde irrompeu o golpe militar que depôs a ditadura salazarista, em 1974 liderada por Marcello Caetano. Não mais ornamento, desafiadoramente, o cano de armas de fogo empunhados por seus capitães. Cinquenta anos depois, os cravos motivam, criativamente, uma consistente agenda de eventos, exposições, projetos de investigação e uma miríade de

^{*} Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e Bolsista de Produtividade do CNPq. fcpmartinho@usp.br.

^{**} Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Bolsista de Produtividade do CNPq. leandro.goncalves@ufjf.br

^{***} Professor da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Bolsista de Produtividade do CNPq. marcal.paredes@pucrs.br

conteúdos produzidos para as redes digitais – multiplicando os ecos do 25 de Abril em diversas escalas de comemoração (e de mobilização política), assumindo dimensão verdadeiramente global.

Mais que a celebração de uma simples efeméride, os processos articulados nas comemorações da Revolução dos Cravos desdobraram-se em distintas dinâmicas que dialogam com as independências no continente africano e no asiático, nas percepções díspares das (e nas) comunidades diaspóricas, nos embates em torno das políticas da memória e em novas investigações acadêmicas um pouco por todo lado. Mais que um, portanto, estamos diante de *muitos cravos*.

E como fenômeno múltiplo e global que é, deu azo a que se dessem a ver elementos que lhe definem, mas que nem sempre povoaram certa compreensão estandardizada do 25 de Abril de 1974: o papel das mulheres, das lideranças africanas, o papel dos militares – europeus e africanos, em todas as *fronts* que se lhe antecederam –, o voluntarismo das dinâmicas dos movimentos populares, o alívio dos exilados, os projetos dos partidos políticos, o medo das ameaças (as veladas, as concretas e as imaginárias) intrínsecas ao âmbito da Guerra Fria, as complexidades de um amplo e intrincado processo de transição política (para a democracia e para as independências), as renitências de frustrações quanto ao desenvolvimento do processo político, do deleite da liberdade ao fulgor altivo das independências, da consciência da complexidade do trabalho político para a construção da paz duradoura e de um pluralismo funcional. Tudo somado, não é difícil perceber a quão grandiosa tem sido a experiência deste Cinquentenário da Revolução dos Cravos.

Vieram também à superfície as frustrações e as renitências produzidas pelo próprio desenvolvimento do processo político; as diferentes experiências do deleite da liberdade e do fulgor altivo das independências; e a consciência da complexidade do trabalho político necessário à construção de uma paz duradoura e de um pluralismo funcional. Tudo somado, não fica difícil perceber a dimensão extraordinária da experiência deste Cinquentenário da Revolução dos Cravos.

Como comemoração pública, ao apelar à rememoração do passado, insere-se nele próprio a partir da celebração, funcionando como um *carrefour cultural* onde história e memória se interpenetram a partir da multiplicidade de fontes trazidas a público, ressurgindo das reminiscências do passado e se transformando em (re)vivências no presente. Em cada foto, em cada filme, em cada discurso gravado, cada pôster, cada lampejo de muitos elos, transmutaram-se os Cravos legados em problematizações políticas do tempo presente.

É precisamente nesse cruzamento entre história, memória e esfera pública que se inscreve o percurso de Maria Inácia Rezola. Historiadora, professora e investigadora, construiu uma trajetória intelectual profundamente ligada à História Contemporânea portuguesa, mas que não se restringe ao estudo do acontecimento revolucionário. As investigações de Rezola percorrem o

Estado Novo, o autoritarismo, as instituições políticas, as Forças Armadas, o Conselho da Revolução, a transição democrática, os meios de comunicação e a memória, abrangendo ainda os processos pelos quais uma sociedade interpreta e transmite o seu próprio passado.

Há, nesse percurso, uma combinação significativa entre História e Comunicação. Desde 1997, Rezola exerce atividade docente na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa, onde seu trabalho se inscreve também no território das ciências da comunicação. Essa dupla inscrição ajuda a compreender a sua trajetória: os acontecimentos políticos não são apenas objetos a serem reconstruídos através dos arquivos; são também acontecimentos que circulam pelos meios de comunicação, que são narrados, disputados e transformados em memória coletiva. Rádio, televisão, imprensa, censura, jornalismo e comunicação social durante o processo revolucionário integram, assim, um campo de pesquisa em que os meios de comunicação não são considerados apenas como fontes, mas também como atores que participam da própria produção e disputa da história política.

A aproximação de Rezola com o 25 de Abril ocorreu durante sua formação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde teve contato com professores como José Medeiros Ferreira, Fernando Rosas, António Reis e A. H. de Oliveira Marques. Posteriormente, durante o mestrado e o doutorado, esse interesse se aprofundou, conduzindo-a a uma investigação cada vez mais sistemática sobre a Revolução. Desde então, o 25 de Abril passou a ocupar um lugar central em sua trajetória acadêmica. O estudo dos militares e do Conselho da Revolução levou-a a investigar as relações entre poder militar, processo revolucionário e transição democrática. Nesse percurso, sua produção intelectual passou a abranger diferentes dimensões da história contemporânea portuguesa, com obras dedicadas ao Estado Novo e ao autoritarismo, à atuação dos militares durante a Revolução, aos mitos do 25 de Abril, à biografia política de Melo Antunes, aos meios de comunicação, ao Conselho da Revolução e, mais recentemente, aos processos de construção e consolidação da democracia portuguesa.

Essa trajetória ajuda a compreender o novo papel assumido pela historiadora em 2022, quando passou a exercer a função de Comissária Executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Estabeleceu-se, então, uma linha de continuidade entre a investigação histórica, a curadoria, a comunicação e as políticas públicas de memória. A historiadora que havia estudado os atores, as instituições e os conflitos que marcaram o processo de construção da democracia portuguesa passava a ocupar uma posição institucional nas próprias estruturas responsáveis por celebrar, interpretar e transmitir a memória desse processo.

E é justamente nesse lugar que emergem algumas das questões fundamentais desta entrevista. Como transformar conhecimento histórico em conhecimento público sem reduzir a complexidade do passado? Como comemorar uma Revolução sem convertê-la em uma narrativa única, imóvel ou sacralizada? Como permitir que diferentes sujeitos e comunidades encontrem espaço na memória pública sem transformar pluralidade em relativismo histórico? E como comunicar a história para públicos cada vez mais amplos sem sacrificar o rigor da investigação?

É nesse terreno, entre a história que procura compreender, a memória que seleciona e o presente que disputa sentidos, que se situa esta conversa com Maria Inácia Rezola. Uma conversa sobre a Revolução dos Cravos, mas também sobre aquilo que acontece com uma Revolução depois que ela se transforma em memória; sobre os arquivos que preservamos, as narrativas que construímos, os sujeitos que reconhecemos e aqueles que durante muito tempo permaneceram nas margens; sobre Portugal e África, sobre guerra e independência, sobre ditadura e democracia, sobre o passado e seus usos no presente.

Cinquenta anos depois, os Cravos já não são apenas o símbolo de uma manhã de Abril. Representam também uma pergunta sobre o que foi feito com aquela liberdade, sobre as escolhas da memória e sobre os caminhos que conduziram à democracia atual e aos seus desafios. As próprias comemorações foram pensadas a partir da articulação entre memória e futuro, procurando deixar como legado não apenas a evocação do passado, mas também conhecimento, reconhecimento e participação.

O 25 de Abril não se encerra na data que derrubou a ditadura, nem nas imagens que desde então se tornaram seus símbolos. Ele permanece nas disputas de memória, nas diferentes experiências de quem o viveu e de quem nasceu depois dele, nas relações entre Portugal e os territórios que partilharam sua história colonial, nas instituições democráticas e nas interrogações que fazemos sobre o presente. Como afirma Rezola, o 25 de Abril não deve permanecer apenas como objeto de memória: deve continuar a servir de ponto de partida para pensar liberdade, direitos, participação, cidadania e os desafios colocados às democracias contemporâneas.

É a partir desses muitos Cravos, e das diferentes histórias, memórias e disputas que eles carregam, que se desenvolve a entrevista que segue.



Maria Inácia Rezola na Avenida da Liberdade, durante as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, em 2024
Fonte: Comissão Comemorativa dos 50 Anos do 25 de Abril, 2024. Fotografia de Cláudia Teixeira.

- **A sua trajetória de investigação tem sido marcada pelo estudo do 25 de Abril, da transição democrática e da história política contemporânea portuguesa. Como surgiu esse interesse pelo 25 de Abril e de que forma ele orientou o seu percurso como historiadora?**

O meu interesse pelo 25 de Abril surgiu de forma algo inesperada, mas também bastante curiosa. Quando entrei na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para estudar História, a época contemporânea não estava, de modo algum, entre as minhas preferências. Sentia-me então muito mais atraída pela Antiguidade Clássica ou pelo Renascimento.

Ao longo da licenciatura, porém, essa perspectiva foi-se alterando. A forma como decorriam as aulas e os seminários, os investigadores que fui conhecendo e os projetos de investigação que me foram sendo apresentados despertaram progressivamente o meu interesse pela História Contemporânea. No último ano do curso, dedicado precisamente ao período contemporâneo, tive ainda a sorte de encontrar um conjunto de professores particularmente marcantes — José Medeiros Ferreira, Fernando Rosas, António Reis e A. H. de Oliveira Marques, entre outros. Foi nesse contexto que deixei de ter dúvidas de que queria seguir a carreira de investigação e especializar-me em História Contemporânea.

O encontro mais direto com o 25 de Abril surgiu já durante o mestrado. Fui então convidada a integrar uma equipa de investigação coordenada por António Reis — um dos pioneiros do estudo da Revolução portuguesa — que preparava uma exposição destinada a assinalar o vigésimo aniversário do 25 de Abril. Coube-me trabalhar sobretudo a dimensão política e institucional, o que implicava não apenas escrever textos, mas também proceder a uma extensa recolha de fontes: documentação, fotografias, materiais de propaganda e registos audiovisuais e sonoros.

Foi precisamente nesse trabalho de arquivo que se produziu, para mim, uma espécie de revelação. Como conhecia ainda relativamente mal o período, comecei pelo arquivo da RDP, onde pedi uma longa lista de reportagens, noticiários e entrevistas. Perante a quantidade de material que tinha solicitado, o arquivista sugeriu-me que comesse por ouvir o célebre discurso de Almada, proferido em pleno *Verão Quente* de 1975, pelo ainda primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

Recordo-me muito bem do impacto dessa gravação. Mais do que as palavras propriamente ditas (também bastante impactantes), foram os sons que me impressionaram: os slogans gritados em coro, o entusiasmo da multidão, o tom exaltado do orador, a intensidade política que atravessava todo o registo. Havia ali uma dimensão da Revolução que os textos escritos dificilmente conseguiam transmitir. De repente, aquele passado deixava de ser apenas um objeto histórico relativamente próximo e adquiria uma espessura humana, emocional e política completamente diferente.

Diria que foi nesse momento que tudo mudou. A partir daí, o 25 de Abril e, em particular, o processo revolucionário português tornaram-se progressivamente o centro da minha investigação. Interessava-me compreender não apenas o acontecimento de 25 de Abril de 1974, mas sobretudo o que se seguiu: a construção de novas instituições, os conflitos em torno da legitimidade política, o papel dos militares, as relações entre Revolução e democracia e, mais tarde, os processos de construção e transformação das memórias desse período.

Foi esse primeiro contacto, quase acidental, com as fontes da Revolução que acabou por orientar grande parte do meu percurso como historiadora.

- **Depois de décadas estudando o 25 de Abril como investigadora, passou a coordenar as comemorações oficiais do seu cinquentenário. Como foi a passagem da análise histórica para uma função de responsabilidade pública? O que mudou na sua forma de olhar para a Revolução?**

A passagem da investigação histórica para uma função de responsabilidade pública representou, naturalmente, uma mudança muito significativa, mas não a senti como uma rutura com o meu percurso anterior. Pelo contrário, desde o início procurei que a experiência e os instrumentos da historiadora estivessem presentes na forma como pensámos as Comemorações.

Houve, desde logo, uma característica muito particular na forma como o cinquentenário foi concebido: o seu arco temporal. As Comemorações começaram em março de 2022, no momento em que Portugal passou a contar mais anos de democracia do que de ditadura, uma efeméride com um enorme significado histórico e simbólico. E prolongam-se até finais de 2026, ano em que se assinalam os cinquenta anos da Constituição de 1976 e das primeiras eleições legislativas, presidenciais e autárquicas realizadas no novo quadro constitucional. Esta opção permitiu-nos inscrever o 25 de Abril num processo histórico mais amplo, que inclui a luta e a resistência à ditadura, o fim da ditadura e da Guerra Colonial, a Revolução propriamente dita, a descolonização, o processo constituinte e a construção e institucionalização da democracia.

Para uma historiadora, esta circunstância constituiu uma oportunidade verdadeiramente excecional. Um ciclo comemorativo desta duração permitia não apenas divulgar conhecimento já produzido, mas também estimular nova investigação, visitar arquivos, identificar documentação, promover projetos, cruzar áreas disciplinares e colocar novas perguntas a um período sobre o qual, apesar de muito estudado, continua a haver bastante por conhecer.

Desde o início considerei, por isso, que uma das dimensões fundamentais das Comemorações deveria ser precisamente a produção de conhecimento. Não queria que o cinquentenário se limitasse a uma sucessão de cerimónias ou iniciativas evocativas. Uma comemoração desta natureza podia — e, na minha perspetiva, devia — constituir também um momento de investimento no conhecimento histórico, capaz de deixar resultados que permanecessem para além do próprio ciclo comemorativo.

Isso traduziu-se no apoio a projetos de investigação e editoriais, na colaboração com universidades e centros de investigação, na realização de encontros científicos, na valorização e disponibilização de fontes e na preocupação de integrar no programa temas que durante muito tempo tinham permanecido relativamente periféricos nas narrativas mais consolidadas sobre a Revolução e a democratização portuguesa.

Ao mesmo tempo, a função de Comissária obrigou-me a olhar para o 25 de Abril de uma perspetiva diferente. Enquanto investigadora, posso concentrar-me num problema muito delimitado, aprofundá-lo e assumir plenamente a complexidade e até a controvérsia que o acompanha. Numa função pública, é necessário pensar simultaneamente nos diferentes públicos, nas diferentes memórias, no território, nas gerações que não viveram a Revolução e nas múltiplas formas através das quais uma sociedade se relaciona com o seu passado.

Talvez tenha sido essa a principal mudança no meu olhar. Não alterei a minha interpretação histórica da Revolução, mas passei a compreender muito melhor, por exemplo, a enorme diversidade de relações que os portugueses mantêm com o 25 de Abril. Percebi também, de forma muito mais concreta, que entre o conhecimento produzido pelos historiadores e a memória social de um acontecimento existe um espaço extremamente rico — feito de experiências familiares, memórias locais, afetos, silêncios, conflitos e formas muito distintas de apropriação do passado.

Nesse sentido, estes anos têm sido também, para mim, uma experiência de observação histórica muito particular. Ao mesmo tempo que comemoramos os cinquenta anos da Revolução, estamos a assistir à forma como uma sociedade, meio século depois, interroga, revisita e redefine a sua relação com esse acontecimento. E isso constitui, em si mesmo, um objeto historiográfico de enorme interesse.

- **A investigação histórica procura compreender criticamente o passado; uma comissão comemorativa tem também a responsabilidade de construir uma memória pública sobre esse mesmo passado. Em algum momento sentiu que essas duas responsabilidades entravam em tensão? Como conciliou a liberdade crítica da historiadora com a responsabilidade institucional da Comissária?**

Essa tensão existe e seria pouco realista negá-la. A investigação histórica exige liberdade crítica, distância analítica e disponibilidade para reconhecer ambiguidades, contradições e zonas de conflito. Uma comissão comemorativa, por seu lado, atua no espaço público, responde a uma

responsabilidade institucional e participa inevitavelmente na construção de uma memória coletiva sobre o acontecimento que celebra.

Mas procurei não encarar estas duas dimensões como incompatíveis. Pelo contrário, uma das preocupações centrais foi evitar que a comemoração se confundisse com a construção de uma narrativa oficial, fechada e homogênea sobre o 25 de Abril. Uma democracia não necessita de uma memória única. Necessita de conhecimento histórico rigoroso, de debate informado e de espaço para a expressão de diferentes experiências e memórias.

Isso não significa, naturalmente, que todas as interpretações tenham o mesmo valor do ponto de vista historiográfico. A pluralidade não dispensa o rigor, nem transforma a história numa simples soma de memórias individuais ou coletivas. Há factos, contextos e processos que a investigação histórica permite estabelecer e interpretar criticamente. A função de uma instituição pública não é decidir qual deve ser a única leitura legítima do passado, mas criar condições para que esse passado possa ser conhecido, interrogado e discutido.

Foi nesse equilíbrio que procurei conciliar a historiadora e a Comissária. A primeira obrigava-me a desconfiar de simplificações, de narrativas teleológicas ou excessivamente celebratórias; a segunda obrigava-me a pensar de que forma esse conhecimento podia chegar a públicos muito diferentes e contribuir para uma relação mais informada e plural com o passado.

Em alguns momentos, naturalmente, essa posição exigiu escolhas e equilíbrios difíceis. O 25 de Abril continua a ser um acontecimento politicamente mobilizado e objeto de memórias muito distintas, por vezes conflituais. Mas talvez por isso mesmo me tenha parecido especialmente importante que as Comemorações não procurassem eliminar essas tensões. Procurámos antes criar espaços onde diferentes dimensões e experiências pudessem ser reconhecidas, sem abdicar do conhecimento histórico e dos valores democráticos que dão sentido a uma comemoração pública desta natureza.

Diria, por isso, que não procurei suspender a liberdade crítica da historiadora quando assumi a responsabilidade institucional de Comissária. Procurei antes colocá-la ao serviço de uma política pública de memória que fosse rigorosa, plural e aberta ao debate.

- **Quando se constrói uma comemoração nacional de um acontecimento tão marcante, é inevitável fazer escolhas. Quais foram os princípios que orientaram essas decisões? O que era essencial que os portugueses encontrassem nestas comemorações?**

O programa das Comemorações foi pensado em torno de dois grandes eixos: Memória e Futuro. A ideia era simples, mas para nós fundamental: comemorar os cinquenta anos do 25 de Abril implicava, por um lado, conhecer, preservar e interrogar criticamente o passado; por outro, refletir sobre o significado desse legado para a democracia portuguesa no presente e no futuro.

O eixo da Memória assentou, desde logo, no rigor histórico. As Comemorações não podiam reduzir o 25 de Abril a uma narrativa simplificada, celebratória ou descontextualizada. Era essencial mostrar a complexidade do processo histórico, as suas conquistas, os seus conflitos, as suas diferentes temporalidades e também as suas zonas de tensão. Mas memória significava igualmente pluralidade: integrar diferentes experiências, territórios, gerações e perspetivas e dar visibilidade a dimensões que nem sempre tinham ocupado um lugar central nas narrativas públicas sobre o 25 de Abril, como a Guerra Colonial, as lutas anticoloniais, a descolonização, a experiência das mulheres, os movimentos sociais ou as profundas transformações da sociedade portuguesa.

O eixo do Futuro partia de uma preocupação igualmente importante: não queríamos que o cinquentenário fosse apenas um exercício de evocação. Comemorar Abril significava também interrogar a democracia que construímos, os seus desafios e a forma como os valores associados à Revolução podem ser transmitidos às novas gerações. Por isso, demos particular importância aos jovens, à educação, à cultura e à criação artística, procurando criar linguagens e formas de participação capazes de chegar a quem não viveu a ditadura, a Guerra Colonial ou a própria Revolução.

A estes dois eixos juntaram-se princípios transversais. Um deles foi a descentralização. Uma comemoração nacional só faria sentido se tivesse expressão em todo o território e se não se limitasse a um programa produzido a partir de Lisboa. Procurámos, por isso, estabelecer parcerias com municípios, escolas, universidades, associações, instituições culturais e organizações da sociedade civil, estimulando iniciativas locais e permitindo que diferentes comunidades se apropriassem das Comemorações.

Outro princípio essencial foi precisamente a participação. Não pretendíamos que as pessoas fossem apenas destinatárias de uma programação institucional. Interessava-nos criar condições para que cidadãos, comunidades e instituições pudessem participar, propor iniciativas, recuperar

memórias, produzir conhecimento e encontrar a sua própria forma de se relacionar com o 25 de Abril.

Havia ainda uma preocupação que atravessava todas estas dimensões: deixar um legado. As Comemorações terminam, mas procurámos que permanecessem os resultados da investigação produzida, a documentação recolhida e disponibilizada, os recursos educativos e culturais, as obras criadas e as redes de colaboração estabelecidas ao longo destes anos.

Se tivesse de resumir aquilo que era essencial que os portugueses encontrassem nestas Comemorações, talvez recorresse a três palavras: conhecimento, reconhecimento e participação. Conhecimento sobre a ditadura, a Guerra Colonial, a Revolução, a descolonização e a construção da democracia; reconhecimento da diversidade de experiências e memórias que fazem parte dessa história; e participação na construção de uma relação ativa, crítica e informada com esse passado.

No fundo, a articulação entre Memória e Futuro traduz precisamente esta ideia: conhecer e compreender o caminho percorrido não apenas para recordar o que aconteceu, mas também para pensar a democracia que temos e aquela que queremos continuar a construir.

- **Em algum momento a Comissão teve de decidir entre privilegiar a fidelidade histórica e a capacidade de comunicação com públicos mais amplos? Como lidaram com essa tensão?**

Não colocaria a questão em termos de uma escolha entre fidelidade histórica e capacidade de comunicação. O verdadeiro desafio foi encontrar formas de comunicação que não sacrificassem a complexidade do conhecimento histórico.

A investigação trabalha frequentemente com nuances, temporalidades sobrepostas, conceitos especializados e interpretações que exigem contexto. Quando se comunica para públicos mais amplos, é inevitável selecionar, sintetizar e adaptar linguagens. Mas simplificar a linguagem não significa simplificar o passado.

Foi esse o princípio que procurámos seguir. Em vez de reduzir conteúdos ou eliminar tensões para tornar a mensagem mais acessível, tentámos encontrar formatos capazes de preservar a complexidade histórica: exposições, recursos digitais, projetos educativos, criação artística, podcasts, documentários, iniciativas em espaço público ou conteúdos dirigidos a diferentes faixas etárias.

Em muitos casos, o problema não estava no conteúdo, mas na forma. Um mesmo tema podia ser tratado num seminário científico, numa exposição, numa atividade escolar ou numa peça

de comunicação digital, com níveis de aprofundamento muito diferentes, sem que isso implicasse abdicar do rigor.

A experiência mostrou-me, aliás, que os públicos não rejeitam necessariamente a complexidade. Rejeitam, muitas vezes, linguagens excessivamente fechadas ou autorreferenciais. Quando existe uma mediação adequada, há disponibilidade para conhecer processos históricos difíceis, contraditórios e até desconfortáveis.

Por isso, mais do que escolher entre fidelidade histórica e comunicação, procurámos trabalhar na tradução entre diferentes linguagens e públicos. Esse foi talvez um dos desafios mais interessantes das Comemorações: demonstrar que o rigor histórico pode coexistir com formas de comunicação acessíveis, criativas e exigentes.

- **Houve alguma proposta, iniciativa ou abordagem que acabou por ser abandonada durante o processo? O que essas escolhas revelam sobre os desafios de transformar investigação histórica em política pública?**

Houve propostas e ideias que não avançaram, naturalmente, mas diria que o principal desafio não foi a falta de projetos. Foi, pelo contrário, a enorme quantidade e diversidade de iniciativas que nos foram sendo apresentadas ao longo destes anos.

Isso obrigou-nos a fazer escolhas. Nem todas as propostas tinham o mesmo interesse, a mesma maturidade ou a mesma capacidade de concretização, e também não seria possível à Comissão apoiar diretamente tudo o que surgia. Mas, na maioria dos casos, procurámos evitar uma lógica em que a Comissão fosse apenas uma entidade financiadora. Desde o início, entendemos que o nosso papel deveria ser sobretudo o de impulsionar, articular, criar condições, estabelecer parcerias e ajudar projetos relevantes a encontrar formas de concretização.

Essa orientação foi importante porque permitiu alargar muito o alcance das Comemorações. Em vez de concentrar toda a iniciativa na própria Comissão, procurámos estimular universidades, centros de investigação, instituições culturais, municípios, associações, criadores e outros agentes a desenvolverem os seus próprios projetos.

Foi também por isso que criámos linhas de apoio específicas em áreas que considerávamos particularmente importantes para o legado das Comemorações, nomeadamente a investigação científica, as artes, o cinema e a produção de ensaio. Esses instrumentos permitiram apoiar iniciativas com autonomia própria, ampliar a diversidade de abordagens e incentivar a produção de

conhecimento e a criação que dificilmente poderia resultar apenas de uma programação concebida centralmente.

Naturalmente, houve projetos que ficaram pelo caminho ou que tiveram de ser reformulados. Mas, olhando para o conjunto, diria que uma parte muito significativa das iniciativas relevantes acabou por encontrar formas de concretização, muitas vezes graças a parcerias e modelos de cooperação que iam para além do apoio financeiro direto e também ao amplo envolvimento coletivo que existiu.

Essa experiência revelou-me uma coisa importante sobre a transformação da investigação histórica em política pública: não basta ter boas ideias. É preciso criar estruturas, parceiros, instrumentos e condições de execução que permitam que essas ideias ganhem escala e vida própria. E talvez esse tenha sido um dos aspetos mais positivos das Comemorações: a Comissão funcionou muitas vezes menos como produtora exclusiva de conteúdos e mais como catalisadora de iniciativas. Penso que podemos mesmo dizer que os portugueses se apropriaram das comemorações.

- **Cada vez mais se reconhece a importância de levar a história para além da academia e aproximá-la do espaço público. O que aprendeu, enquanto Comissária, sobre aquilo que o público procura na história e que, por vezes, os historiadores não valorizam suficientemente?**

Uma das coisas que esta experiência me mostrou com maior clareza foi que o público procura na história uma relação de proximidade que os historiadores nem sempre valorizam. Muitas pessoas aproximam-se do passado através de histórias concretas, de objetos, de fotografias, de testemunhos, de memórias familiares ou locais. É muitas vezes a partir desses elementos que se abre a porta para questões históricas mais vastas.

A academia tende, compreensivelmente, a privilegiar problemas, conceitos, debates historiográficos e enquadramentos analíticos. Tudo isso é indispensável. Mas a experiência das Comemorações mostrou-me que existe uma enorme disponibilidade para a história quando ela consegue estabelecer pontes entre essas dimensões mais gerais e experiências concretas, reconhecíveis pelas pessoas.

Aprendi também a importância da dimensão participativa. Há um interesse muito forte em não ser apenas destinatário de uma narrativa histórica, mas em poder contribuir para ela: partilhar

documentos, contar experiências, recuperar memórias locais, identificar protagonistas esquecidos ou relacionar acontecimentos nacionais com histórias familiares e comunitárias.

Outro aspeto que me impressionou foi a força da materialidade do passado. Um documento, uma fotografia, um cartaz, uma gravação sonora ou um filme podem produzir uma relação com a história muito diferente daquela que resulta apenas de um texto explicativo. Talvez porque tornam mais evidente que aquele passado foi vivido por pessoas concretas, em circunstâncias concretas.

Isto não significa substituir a análise histórica pela emoção ou pela memória. Significa reconhecer que a comunicação pública da história se torna mais eficaz quando consegue articular conhecimento, experiência e identificação.

Diria, por isso, que uma das aprendizagens mais importantes foi perceber que o público não procura apenas saber “o que aconteceu”. Procura também compreender como esse passado se relaciona com a sua própria vida, com a sua família, com o lugar onde vive e com o presente. E talvez os historiadores possam explorar melhor essa dimensão sem abdicar da exigência crítica que define o seu trabalho.

- **A experiência das comemorações alterou a sua compreensão do papel social do historiador? Hoje sente que escrever para especialistas e comunicar com a sociedade exigem competências diferentes?**

Em parte, esta questão já surgiu nas respostas anteriores. A experiência das Comemorações confirmou-me que escrever para especialistas e comunicar com públicos mais amplos são exercícios diferentes, que exigem competências também diferentes, embora devam assentar no mesmo rigor.

No trabalho académico, escrevemos para leitores que partilham referências, conceitos e debates historiográficos. No espaço público, isso não pode ser tomado como adquirido. É preciso seleccionar, contextualizar, explicar melhor e encontrar formas de tornar inteligíveis problemas complexos sem os banalizar.

Mas talvez a principal aprendizagem tenha sido outra: comunicar história para a sociedade não é uma versão menor ou simplificada do trabalho historiográfico. É uma dimensão própria da profissão, que exige preparação, capacidade de síntese, atenção às linguagens e conhecimento dos públicos.

A experiência como Comissária tornou-me também mais consciente da responsabilidade social dos historiadores. Não creio que nos caiba fornecer respostas definitivas sobre o passado, muito menos estabelecer memórias oficiais. Mas cabe-nos contribuir para qualificar o debate público, desmontar simplificações, contextualizar usos políticos da história e criar condições para que a sociedade possa relacionar-se de forma mais informada e crítica com o seu passado.

Nesse sentido, talvez hoje atribua ainda maior importância à história pública. Não como alternativa à investigação académica, mas como uma das formas de lhe dar consequência social. A produção de conhecimento continua a ser central, mas importa igualmente pensar como esse conhecimento circula, quem alcança e que instrumentos oferece para compreender o presente.

- **Em diferentes momentos, a senhora afirmou que as comemorações não pretendiam construir uma narrativa única sobre o 25 de Abril. Como se faz uma política pública da memória sem transformar a memória oficial numa memória exclusiva?**

Essa foi uma preocupação central desde o início. Uma política pública de memória não deve transformar-se numa política de imposição de uma memória oficial. Sobretudo quando se trata de um acontecimento como o 25 de Abril, que continua a mobilizar experiências, identidades e interpretações muito diferentes.

O papel da Comissão não era fixar uma narrativa única, mas criar condições para que diferentes memórias pudessem ser conhecidas, confrontadas e contextualizadas. Isso implica reconhecer a pluralidade sem abdicar de critérios históricos. Nem todas as memórias têm de coincidir entre si, e nem todas as interpretações têm o mesmo fundamento documental ou historiográfico.

Por isso, procurámos trabalhar em vários planos: apoiar investigação, valorizar arquivos e fontes, promover debate público, dar espaço a diferentes experiências e incentivar abordagens que permitissem compreender a complexidade do processo revolucionário, da descolonização e da construção democrática.

Também me parece importante distinguir memória de história. A memória é necessariamente situada, seletiva e muitas vezes afetiva. A história procura contextualizar, comparar, problematizar e submeter essas memórias a análise crítica. Uma política pública responsável deve conseguir acolher essa diversidade sem confundir testemunho com prova, memória com explicação histórica ou pluralidade com relativismo.

Nesse sentido, a melhor forma de evitar que uma memória oficial se torne exclusiva é precisamente não procurar encerrar o passado. É criar condições para que ele continue a ser investigado, discutido e reinterpretado à luz de novas fontes, novas perguntas e novas gerações.

Creio que uma democracia madura não precisa de uma memória única sobre o seu passado. Precisa, isso sim, de instituições capazes de garantir acesso, conhecimento, debate e liberdade crítica.

- **Cinquenta anos depois, quais são, na sua opinião, os maiores riscos para a memória democrática: o esquecimento, a simplificação ou a instrumentalização política da história?**

Creio que os três constituem hoje desafios muito relevantes e, em certa medida, estão relacionados entre si.

O esquecimento é talvez o mais evidente, sobretudo à medida que desaparecem as gerações que viveram a ditadura, a Guerra Colonial e a Revolução. Entramos progressivamente num tempo em que a memória comunicativa, transmitida diretamente por testemunhas, deixa de estar disponível. Isso aumenta a responsabilidade das instituições, dos arquivos, da escola e, naturalmente, dos historiadores na preservação e transmissão desse passado.

Mas o esquecimento não significa necessariamente ausência de memória. Pode coexistir, paradoxalmente, com uma presença muito intensa do passado no espaço público. E é aí que surgem os outros dois riscos: a simplificação e a instrumentalização.

A simplificação transforma processos históricos complexos em narrativas lineares, frequentemente construídas a partir das preocupações do presente. No caso do 25 de Abril e do processo revolucionário, esse risco é particularmente evidente. Retiram-se acontecimentos do seu contexto, isolam-se episódios, projetam-se sobre 1974 ou 1975 categorias políticas do presente e perde-se a capacidade de compreender a incerteza, a conflitualidade e a abertura que caracterizam qualquer processo revolucionário.

A instrumentalização política é provavelmente o desafio mais difícil, porque a história sempre foi, e continuará a ser, utilizada no debate político. Isso não é necessariamente ilegítimo. O problema começa quando o passado deixa de ser interrogado e passa a ser usado apenas como um reservatório de argumentos destinados a legitimar posições atuais, selecionando factos, omitindo contextos ou convertendo interpretações em certezas absolutas.

Por isso, diria que o grande desafio para a memória democrática não é conservar uma determinada narrativa sobre o 25 de Abril. É garantir as condições que permitam às gerações futuras continuar a conhecê-lo e a interrogá-lo criticamente: preservar e tornar acessíveis as fontes, investir na investigação, assegurar a transmissão através da educação e promover uma cultura pública capaz de distinguir memória, história e uso político do passado.

À medida que nos afastamos cronologicamente da Revolução, essa responsabilidade torna-se ainda maior. O desaparecimento progressivo das testemunhas não significa que o 25 de Abril tenha de perder importância, mas significa que a relação com esse passado dependerá cada vez mais da qualidade do conhecimento histórico que formos capazes de preservar, produzir e transmitir.

- **Quando aceitou o cargo, que expectativas tinha sobre a relação dos portugueses com o 25 de Abril? Houve algo que a surpreendeu positivamente ou negativamente ao longo destes anos?**

Quando aceitei o cargo, tinha consciência da centralidade do 25 de Abril na memória coletiva portuguesa, mas não antecipava plenamente a dimensão da mobilização que as Comemorações acabariam por gerar.

A experiência tem sido, nesse sentido, surpreendente. Sobretudo em 2023 e 2024, tornou-se muito claro que ninguém queria ficar de fora. Houve uma mobilização extraordinária em todo o país, envolvendo municípios, escolas, universidades, associações, instituições culturais, arquivos, bibliotecas, movimentos cívicos e inúmeras outras entidades. Em muitos casos, as iniciativas surgiram de forma autónoma, a partir das próprias comunidades, sem depender diretamente da Comissão.

Essa mobilização ultrapassou também as fronteiras nacionais. As comunidades portuguesas, as instituições diplomáticas e culturais e vários parceiros internacionais participaram ativamente nas Comemorações. Um bom exemplo foi a exposição *50 Passos para a Liberdade*, produzida pela Comissão e colocada em circulação através do Camões — Instituto da Cooperação e da Língua. A exposição percorreu numerosos países e contextos muito distintos, da China a Cuba, de Angola a Moçambique, mostrando que o 25 de Abril continua a suscitar interesse e a funcionar como ponto de partida para refletir sobre liberdade, democracia, colonialismo e descolonização muito para além de Portugal.

Isso foi particularmente significativo porque mostrou que o 25 de Abril continua a ter uma capacidade muito forte de mobilização social e simbólica. Não se tratou apenas de participar em cerimónias oficiais ou de assinalar uma efeméride. Em muitos territórios e comunidades, dentro e fora do país, as Comemorações foram apropriadas localmente, cruzando memória, história, cultura, educação e participação cívica.

Talvez essa tenha sido a surpresa mais positiva: perceber que, cinquenta anos depois, Abril continua a suscitar vontade de participação, de criação e de reflexão. E perceber também que essa relação não é uniforme. Há formas muito diferentes de celebrar, recordar e interrogar o 25 de Abril, o que revela a vitalidade, mas também a complexidade, da sua presença na sociedade portuguesa e nas comunidades que com ela mantêm vínculos históricos.

Naturalmente, também houve momentos de maior conflitualidade política e leituras muito polarizadas do passado, o que não me surpreendeu inteiramente. Mas, olhando para o conjunto, o que mais me marcou foi a dimensão verdadeiramente nacional e internacional das Comemorações e a vontade generalizada de participar nelas.

Diria, por isso, que a experiência superou as minhas expectativas. O cinquentenário mostrou que o 25 de Abril não pertence apenas à memória de quem o viveu. Continua a ser um acontecimento capaz de mobilizar gerações, instituições e comunidades muito diferentes e de suscitar perguntas sobre o passado, mas também sobre a democracia no presente.

- **Se tivesse de identificar uma decisão tomada pela Comissão que considera particularmente acertada, qual escolheria? E existe alguma que hoje faria de forma diferente?**

Se tivesse de identificar uma decisão particularmente acertada, escolheria talvez a opção de não construir as Comemorações como um programa exclusivamente produzido pela Comissão. Desde muito cedo procurámos criar um modelo aberto, descentralizado e assente em parcerias, capaz de estimular a iniciativa de instituições e comunidades muito diferentes.

Creio que essa opção foi decisiva para a dimensão que as Comemorações acabaram por adquirir. A Comissão nunca teria capacidade para conceber ou realizar diretamente tudo aquilo que aconteceu ao longo destes anos — e, na verdade, nem seria desejável que assim fosse. O facto de municípios, escolas, universidades, associações, instituições culturais, investigadores, artistas e cidadãos terem criado os seus próprios projetos deu às Comemorações uma diversidade e uma

implantação territorial que dificilmente teriam resultado de uma programação excessivamente centralizada.

Foi também essa lógica que nos permitiu funcionar, em muitos casos, mais como impulsionadores e catalisadores do que como produtores exclusivos. Criámos enquadramentos, estabelecemos parcerias, disponibilizámos conteúdos, apoiámos projetos e procurámos fazer circular iniciativas que pudessem depois adquirir vida própria. A mobilização que observámos, sobretudo em 2023 e 2024, confirmou-me que essa foi uma escolha acertada. Como já referi, os portugueses apropriaram-se das comemorações, e a festa “foi bonita, pá”.

Quanto ao que faria de forma diferente, não identificaria uma decisão concreta que hoje invertesse por completo. Mas a experiência permite sempre perceber coisas que, no início, não eram tão evidentes. Talvez tivesse dado ainda mais atenção, desde uma fase muito precoce, à sistematização e preservação do enorme conjunto de materiais, projetos e experiências produzidos durante as Comemorações.

Um ciclo desta dimensão não produz apenas exposições, livros, filmes ou iniciativas públicas. Produz também documentação, arquivos digitais, testemunhos, redes institucionais e novas formas de relação com o passado. Preservar essa memória das próprias Comemorações e garantir que fica acessível para investigação futura é também uma forma de construir o seu legado.

Nesse sentido, mais do que falar de arrependimento, falaria de aprendizagem. Um projeto desta escala ensina-nos que é tão importante pensar aquilo que queremos realizar como preparar, desde o princípio, as condições para que o que foi realizado possa permanecer, ser estudado e continuar a produzir efeitos depois de a estrutura comemorativa desaparecer.

- **As comemorações terminam, mas a relação da sociedade com o 25 de Abril continua. Que estruturas, práticas ou projetos considera importante que permaneçam depois do encerramento oficial da Comissão?**

Creio que o mais importante é garantir que o encerramento da Comissão não signifique o desaparecimento do trabalho realizado nem das redes que foram criadas ao longo destes anos.

Há, desde logo, uma dimensão muito concreta: preservar e manter acessíveis os conteúdos digitais, os recursos educativos, as exposições, os registos audiovisuais e a documentação produzida no âmbito das Comemorações. Uma parte importante do legado dependerá da capacidade de assegurar continuidade, atualização e acesso público a esse património.

Mas há também um legado institucional menos visível e talvez igualmente importante: as redes de colaboração que se estabeleceram entre universidades, escolas, municípios, arquivos, museus, associações, instituições culturais e organismos públicos. Seria muito importante que essas ligações não se desfizessem com o fim da estrutura comemorativa.

Do ponto de vista da investigação, gostaria que permanecesse o impulso dado ao estudo da ditadura, da Guerra Colonial, da Revolução, da descolonização e da construção da democracia. As Comemorações criaram condições para novos projetos, novas fontes e novas perguntas. Esse trabalho deve continuar, não apenas porque ainda há muito por conhecer, mas também porque cada geração interroga o passado a partir de problemas diferentes.

Na área da educação, parece-me igualmente essencial que os materiais produzidos possam continuar a ser usados e atualizados. A transmissão do conhecimento sobre o 25 de Abril não pode depender apenas das efemérides. Deve integrar de forma continuada o trabalho das escolas e das instituições culturais.

E há, finalmente, uma dimensão que considero decisiva: manter espaços públicos de reflexão sobre a democracia. O 25 de Abril não deve permanecer apenas como objeto de memória. Deve continuar a servir de ponto de partida para pensar liberdade, direitos, participação, cidadania, desigualdades e os desafios que se colocam às democracias contemporâneas.

Se alguma coisa gostaria que permanecesse depois do encerramento da Comissão, seria precisamente essa capacidade de articular memória, conhecimento e cidadania. As estruturas podem terminar; o trabalho de compreender e discutir a democracia deve continuar.

- **Ao longo destes anos, o que acredita ter sido o principal legado institucional das comemorações para as futuras políticas públicas de memória em Portugal?**

Talvez o principal legado institucional das Comemorações esteja menos numa estrutura concreta do que num modo de fazer.

Ao longo destes anos, procurámos construir uma política pública de memória que não fosse exclusivamente centralizada nem dependesse apenas de iniciativas do Estado. Trabalhámos, como já referi, com uma multiplicidade de entidades, associações e agentes. Esse percurso mostrou que este tipo de política pode ganhar muito quando é pensado em rede, com diferentes centros de iniciativa e com capacidade para envolver a sociedade civil.

Outro aspeto importante foi a articulação entre investigação, educação, cultura e comunicação pública. Muitas vezes estas áreas funcionam separadamente. Nas Comemorações,

procurámos que dialogassem entre si: que a investigação pudesse alimentar exposições e projetos educativos; que os arquivos servissem de base a novas narrativas; que a criação artística abrisse outras formas de relação com o passado; e que os resultados não permanecessem confinados a públicos especializados.

Um exemplo é a exposição *A Palavra é o Lugar*, inaugurada recentemente nos jardins da Assembleia da República a propósito dos cinquenta anos da Constituição. Trata-se de uma exposição de arte no espaço público que parte da Constituição para recordar que ela é muito mais do que um texto jurídico: está presente na forma como vivemos, nos direitos que exercemos, nas liberdades de que usufruímos e nas responsabilidades que partilhamos. A proposta é precisamente essa: trazer a Constituição para o presente, convidando a pensá-la, a discuti-la e, sobretudo, a reconhecer que uma Constituição democrática deve ser vivida e cumprida.

Creio também que ficou uma aprendizagem importante na relação entre memória e participação. As Comemorações mostraram que é possível construir uma política pública que não trate os cidadãos apenas como destinatários, mas também como participantes, produtores de memória e agentes na construção das próprias iniciativas.

Se esta experiência puder deixar alguma marca para futuras políticas públicas de memória em Portugal, gostaria que fosse precisamente essa: a ideia de que comemorar não significa apenas evocar ou celebrar. Significa criar condições para produzir conhecimento, preservar fontes, estimular a participação, promover o debate e estabelecer pontes entre o passado e os problemas do presente.

Talvez esse seja o legado institucional mais relevante: ter demonstrado que uma política pública de memória pode ser simultaneamente exigente do ponto de vista histórico, aberta do ponto de vista social e capaz de gerar iniciativas que ultrapassam largamente a própria instituição que lhes deu impulso.

- **Depois desta experiência, se regressasse exclusivamente à investigação académica sobre o 25 de Abril, que perguntas faria hoje que talvez não fizesse antes de assumir a função de Comissária?**

Regressarei à lecionação e à investigação, e penso que o farei com um conjunto de perguntas novas. Estes anos deram-me uma perspetiva que dificilmente teria adquirido apenas a partir do trabalho académico.

Se voltar a investigar o 25 de Abril de forma mais exclusiva, interessar-me-á certamente compreender melhor não apenas o processo revolucionário em si, mas também a forma como ele foi sendo apropriado, reinterpretado e disputado ao longo do tempo. A experiência das Comemorações mostrou-me, com particular intensidade, que a história de um acontecimento não termina no momento em que ele ocorre. Prolonga-se nas memórias que produz, nos silêncios que deixa, nas narrativas que se constroem e nos usos públicos que dele se fazem.

Gostaria também de aprofundar a relação entre história, memória e políticas públicas. Como se transforma conhecimento histórico em programação pública? Como se selecionam temas, linguagens e formatos? Como reagem diferentes públicos às narrativas históricas? Que papel desempenham os arquivos, a escola, os media, a criação artística ou as instituições culturais na forma como uma sociedade se relaciona com o seu passado?

Outra questão que me parece hoje particularmente estimulante é a da escala. As Comemorações permitiram-me observar simultaneamente dimensões nacionais, locais e internacionais da memória do 25 de Abril. Isso abre possibilidades de investigação sobre a circulação transnacional das memórias da Revolução, sobre as diferentes apropriações do acontecimento e sobre a forma como o 25 de Abril é lido a partir de contextos históricos e políticos distintos.

Por isso, não diria que regressarei simplesmente aos temas que estudava antes. Regressarei à investigação com uma experiência acumulada que alterou o tipo de perguntas que me interessam. Talvez passe a olhar menos apenas para o que aconteceu entre 1974 e 1976 e mais para a forma como esse passado continua a ser produzido, transmitido, discutido e transformado no presente.

- **Um dos pontos que chamaram atenção nas comemorações sobre os 50 anos da Revolução foi o seu reenquadramento em uma escala global, particularmente incorporando o cenário das lutas anticoloniais. As lutas pelo fim do colonialismo português, neste sentido, acabaram por ser apontadas, por determinados grupos, como tendo sido o início da revolução – colocando, portanto, a África, e não Portugal (na Europa) como o eixo explicativo do fenômeno histórico-político. De que maneira se posiciona em relação a esta questão?**

A questão colonial esteve indiscutivelmente na origem do 25 de Abril. Não podemos compreender a queda da ditadura portuguesa sem ter presente treze anos de guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique, o impasse político e militar a que o regime chegou e o impacto desse

conflito nas Forças Armadas. O próprio Movimento dos Capitães nasceu no contexto da Guerra Colonial, ainda que as suas motivações se tenham rapidamente alargado e politizado. Nesse sentido, recolocar África na explicação do 25 de Abril não é, a meu ver, uma revisão artificial do acontecimento: é restituir-lhe uma dimensão que durante muito tempo foi insuficientemente integrada em certas narrativas públicas da Revolução.

Mas teria alguma reserva em substituir uma leitura exclusivamente portuguesa e europeia por uma leitura igualmente exclusiva que colocasse em África todo o eixo explicativo do fenómeno. O 25 de Abril resulta da convergência de vários processos: a longa duração da ditadura, a oposição e a resistência ao regime, as transformações da sociedade portuguesa, o isolamento internacional do colonialismo português, as lutas de libertação, a guerra e, finalmente, a crise no interior das próprias Forças Armadas. A especificidade histórica do acontecimento está precisamente na articulação entre estas diferentes dimensões.

Foi essa perspectiva que procurámos incorporar nas Comemorações. As guerras coloniais, as lutas anticoloniais e a descolonização não foram tratadas como capítulos laterais de uma história cujo centro permanecia exclusivamente em Lisboa. Procurámos criar ocasiões para pensar o 25 de Abril numa escala mais ampla, portuguesa, africana e internacional.

A atenção dedicada a Amílcar Cabral inscreve-se nesse propósito. Cabral é incontornável não apenas para a história das independências da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, mas também para compreender o desgaste do colonialismo português e a dimensão internacional das lutas anticoloniais. Recuperar a sua trajetória e o seu pensamento permite perceber melhor que a história que desemboca no 25 de Abril se estava também a fazer em Conacri, na Guiné, em Angola, em Moçambique e nos diversos espaços internacionais onde o colonialismo português era contestado.

Foi também com essa preocupação que, em 2025, promovemos uma sondagem sobre as perceções da Guerra Colonial e da descolonização realizada em Portugal, Angola e Cabo Verde. Interessava-nos precisamente não pressupor a existência de uma memória comum. Cinquenta anos depois, os mesmos processos históricos são recordados a partir de experiências nacionais, familiares e políticas diferentes. Colocar essas perceções em confronto permite-nos compreender não apenas aquilo que sabemos sobre o passado, mas também aquilo que cada sociedade escolheu recordar, esquecer ou transformar ao longo destas cinco décadas.

Parece-me, por isso, muito produtivo este reenquadramento global e, em particular, euro-africano do 25 de Abril. Ele permite ultrapassar uma narrativa excessivamente autocentrada e recordar uma evidência histórica fundamental: o fim da ditadura portuguesa, o fim da guerra e o

processo de descolonização fazem parte de uma mesma conjuntura histórica, embora não possam ser reduzidos a uma única causalidade ou a uma única narrativa.

Talvez o desafio historiográfico mais interessante esteja precisamente aí: não deslocar simplesmente o centro de Portugal para África, mas questionar a própria ideia de que esta história possa ser compreendida a partir de um único centro.

- **Ainda nesta seara, chamaram a atenção as mobilizações ocorridas pelos poderes constituídos hodiernamente nos países africanos, antigas colônias portuguesas. Houve casos, por exemplo, vindos do governo do MPLA, de Angola. Do ponto de vista da história pública e mesmo da gestão da memória histórica, de que forma reflete sobre esta mobilização angolana, por assim dizer, dos Cravos?**

Penso que essa mobilização é muito reveladora da forma como os acontecimentos históricos adquirem significados diferentes quando atravessam fronteiras e são integrados em memórias nacionais distintas.

Em Portugal, o 25 de Abril é sobretudo associado ao fim da ditadura, à conquista da liberdade e ao início do processo democrático. Em Angola, como noutros antigos territórios colonizados por Portugal, a mesma data inscreve-se inevitavelmente numa história diferente: a do fim do colonialismo português e do processo que conduziu à independência. Não estamos, portanto, perante uma memória única que simplesmente se exporta de um país para outro, mas perante diferentes apropriações de um mesmo acontecimento histórico.

Do ponto de vista da história pública, isso parece-me particularmente interessante. Obrigamos a abandonar uma visão excessivamente nacional do 25 de Abril e a perceber que as suas consequências foram profundamente distintas nos vários territórios envolvidos. A Revolução portuguesa teve uma dimensão internacional e, em particular, africana que não pode ser separada da descolonização.

Naturalmente, todas as políticas de memória são também construídas no presente. Os Estados, os partidos, as instituições e os movimentos sociais selecionam determinados acontecimentos, protagonistas e narrativas porque eles continuam a ter significado político. Angola não constitui uma exceção a esse processo. O importante, do ponto de vista histórico, é não confundir essas mobilizações da memória com a própria história e procurar compreender em que contexto surgem, que elementos privilegiam e quais silenciam.

Enquanto Comissária, pareceu-me importante que as Comemorações reconhecessem essa diversidade de perspectivas e criassem espaço para o diálogo com os países africanos que partilham esta história. Não para produzir uma narrativa comum ou consensual — provavelmente impossível e nem sequer desejável —, mas para tornar visível que o 25 de Abril, a guerra, as lutas de libertação e as independências fazem parte de uma história profundamente interligada.

Nesse sentido, interessa-me menos saber a quem “pertence” a memória dos Cravos do que perceber como ela é apropriada, reinterpretada e resignificada em diferentes contextos. Essas diferenças não constituem necessariamente um obstáculo à compreensão histórica; podem, pelo contrário, ajudar-nos a perceber melhor a complexidade dos processos que o 25 de Abril desencadeou ou acelerou.

- **Neste mesmo sentido houve cenário da politização das diferentes memórias oriundas da Guerra Colonial/guerra de libertação na Guiné-Bissau, onde particularmente se destaca o caso de Marcelino da Mata, militar guineense condecorado por ter lutado no exército português. Como sabe, este é apenas um, dentre muitos, casos – inclusive do grupo de cidadãos da Guiné-Bissau que (ainda) espera por reconhecimento (e reforma) vinda do Estado português. Como seus papéis de historiadora e de Comissária se relacionam neste âmbito?**

O caso de Marcelino da Mata é particularmente revelador da complexidade destas memórias. Trata-se de uma figura que ocupa lugares muito diferentes nas narrativas sobre a Guerra Colonial: para uns, um militar de exceção ao serviço do Exército português; para outros, uma figura inseparável da violência da guerra e do próprio sistema colonial. A polémica que acompanhou a sua morte, em Portugal, mostrou bem como estas memórias continuam longe de estar estabilizadas.

Enquanto historiadora, parece-me essencial resistir à tentação de transformar figuras como Marcelino da Mata em símbolos unívocos. O trabalho histórico exige precisamente restituir contexto, compreender percursos, enquadrar escolhas e reconhecer que a experiência dos africanos que combateram nas Forças Armadas portuguesas não cabe facilmente em narrativas simples de pertença nacional, colaboração ou traição.

Há depois uma outra dimensão, que a pergunta também coloca e que me parece muito importante: a situação dos antigos combatentes africanos que serviram Portugal e as questões de reconhecimento, nacionalidade, pensões ou reparação que continuam a ser debatidas. Aqui, a responsabilidade da historiadora é contribuir para esclarecer os processos históricos e tornar

visíveis experiências que durante muito tempo permaneceram periféricas. A responsabilidade das instituições públicas é diferente: cabe-lhes avaliar e decidir sobre direitos e formas de reconhecimento.

Enquanto Comissária, o meu papel não era resolver essas questões, que ultrapassam claramente as competências da Comissão. Mas era importante criar espaço para que estas histórias pudessem ser conhecidas e discutidas e para que a Guerra Colonial fosse abordada também a partir da experiência dos africanos que combateram integrados nas forças portuguesas.

Este é, aliás, um dos domínios em que a história pública pode ter um papel particularmente útil. Não necessariamente porque produza consensos, mas porque pode ajudar a formular melhor as perguntas, a distinguir responsabilidades históricas e políticas e a impedir que experiências humanas muito complexas sejam reduzidas a simples instrumentos de disputa memorial.

Como referi, o caso de Marcelino da Mata mostra bem isso: cinquenta anos depois, a Guerra Colonial continua a produzir memórias concorrentes, silêncios e reivindicações. A função do historiador não é arbitrar essas memórias, mas contribuir para que sejam compreendidas no seu contexto e confrontadas com o conhecimento histórico disponível.

- **Ainda sobre o cenário africano das comemorações, chamou atenção a reiteração da importância da liderança de Amílcar Cabral neste panorama euro-africano do significado dos Cravos. Por outro lado, chamou igualmente atenção para o uso dispar de sua memória, se, por exemplo, perspectivarmos manifestações da diáspora africana em Lisboa com a dos poderes instituídos seja em Bissau, seja na Cidade da Praia. De que forma este jogo de memórias com os poderes (e seus significados) contribui, ou não, para uma melhor compreensão da complexidade do fenómeno histórico em torno do 25 de abril?**

A figura de Amílcar Cabral é um excelente exemplo da forma como uma mesma personagem histórica pode adquirir significados muito distintos consoante os contextos nacionais, políticos e memoriais em que é evocada. A sua memória circula entre a Guiné-Bissau, Cabo Verde, Portugal e as diásporas africanas, e essa circulação produz apropriações diferentes, por vezes complementares, por vezes concorrentes.

Do ponto de vista historiográfico, isso não me parece um problema a eliminar, mas um objeto a compreender. As memórias não são reproduções transparentes do passado; são construções do presente, moldadas por identidades, conflitos, projetos políticos e experiências

coletivas. No caso de Cabral, essa diversidade é particularmente evidente, porque estamos perante uma figura simultaneamente ligada às lutas anticoloniais, à construção das independências africanas, ao pensamento político internacionalista e à própria história do fim do império português.

Foi precisamente essa complexidade que procurámos trabalhar nas Comemorações. A iniciativa *Amílcar Cabral, uma exposição* esteve patente em Lisboa e na Guiné-Bissau e foi depois transformada na exposição itinerante *Cabral Ka Mori*, que tem percorrido diferentes pontos do país. Esse percurso é, por si só, significativo: permite que a figura e o pensamento de Cabral sejam revisitados em contextos muito diferentes e por públicos diversos.

A Comissão preparou também uma exposição para o Campo do Tarrafal, outro lugar incontornável desta história cruzada entre ditadura, repressão política, colonialismo e resistência. O Tarrafal obriga-nos precisamente a pensar estas histórias em conjunto e a recusar separações demasiado rígidas entre uma história portuguesa e uma história africana.

Estas iniciativas partiram de uma convicção simples: a história pública ganha quando cria espaços para que diferentes memórias se encontrem, se confrontem e se contextualizem. Não se trata de produzir uma síntese artificial nem uma narrativa consensual, mas de permitir que a complexidade histórica se torne visível.

Nesse sentido, os usos distintos da memória de Amílcar Cabral podem contribuir para uma melhor compreensão do 25 de Abril, desde que sejam acompanhados por trabalho histórico crítico. Eles mostram que a Revolução portuguesa não pode ser plenamente compreendida sem as lutas anticoloniais e que, inversamente, as memórias dessas lutas continuam a ser redefinidas pelas sociedades que delas se reclamam ou com elas dialogam.

Talvez seja essa uma das funções mais importantes da história pública: não apagar os conflitos de memória, mas criar condições para que sejam pensados historicamente.

- **Como se pronuncia em relação ao debate entre os usos das datas históricas, particularmente no que tange ao 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975?**

Penso que o debate em torno do 25 de Abril de 1974 e do 25 de Novembro de 1975 mostra bem como as datas históricas podem adquirir, ao longo do tempo, significados que ultrapassam largamente o acontecimento original.

Do ponto de vista histórico, as duas datas pertencem ao mesmo processo, mas não são equivalentes nem simétricas. O 25 de Abril marca a queda da ditadura e o início de uma transformação política profunda que abriu caminho à democracia. O 25 de Novembro ocorre já

no interior desse processo e corresponde a um momento decisivo da sua evolução, associado ao fim da fase mais radical da Revolução e à redefinição das relações de força políticas e militares.

O problema surge quando as datas deixam de ser usadas como pontos de entrada para compreender processos históricos complexos e passam a funcionar como símbolos identitários ou instrumentos de legitimação política. Isso aconteceu com ambas. Em determinados momentos, o 25 de Abril foi apropriado por leituras muito específicas da Revolução; mais recentemente, o 25 de Novembro ganhou também uma forte carga política e memorial.

Enquanto historiadora, interessa-me sobretudo evitar leituras que transformem uma data em correção ou anulação da outra. O 25 de Novembro não apaga o 25 de Abril, tal como o 25 de Abril não dispensa a compreensão das tensões, conflitos e derrotas que marcaram o processo revolucionário.

Creio que uma sociedade democrática deve poder discutir e assinalar ambas as datas, desde que não se perca a diferença histórica entre elas nem se substitua análise por celebração identitária. A utilidade pública dessas efemérides está precisamente na capacidade de nos obrigarem a regressar aos contextos, aos atores e às alternativas que estavam então em aberto.

Nesse sentido, o debate atual diz talvez tanto sobre o presente como sobre 1974 ou 1975. E isso, por si só, é também matéria de interesse histórico.

- **Voltando à questão do acesso público à documentação histórica e mesmo à democratização da memória, em seu ponto de vista, como se deve compreender – e mesmo superar – os desafios para a manutenção que os acervos digitalizados, em Portugal, têm sofrido nos últimos anos. Refere-se, aqui, por exemplo, ao acervo Memórias da África e do Oriente – mas, como sabe, há outros também que estão passando por dificuldades.**

Esta é uma questão que me preocupa bastante, porque a digitalização criou, por vezes, a ilusão de que preservar digitalmente é resolver definitivamente o problema do acesso. Não é. Um acervo digital exige manutenção continuada, atualização tecnológica, migração de formatos, preservação de metadados, capacidade de armazenamento, equipas especializadas e, sobretudo, responsabilidade institucional claramente definida.

O caso do *Memórias de África e do Oriente* é particularmente significativo. Trata-se de um projeto pioneiro, desenvolvido desde finais da década de 1990, que reuniu e tornou acessível um património documental e bibliográfico de enorme importância para o estudo das relações históricas

entre Portugal, África e outros espaços do antigo império. Precisamente por isso, as dificuldades que o projeto tem atravessado mostram como projetos digitais de grande valor podem tornar-se vulneráveis quando dependem de financiamento descontínuo, de equipas reduzidas ou de enquadramentos institucionais pouco estáveis.

A primeira condição para superar este problema é reconhecer que a preservação digital não é um projeto com princípio e fim. É uma função permanente. Digitalizar um arquivo não basta; é preciso garantir a sua continuidade, integridade, interoperabilidade e acessibilidade a longo prazo. Essa é, aliás, uma preocupação já assumida pelas instituições responsáveis pela política arquivística em Portugal, que sublinham a necessidade de processos, ferramentas e recursos próprios para a conservação continuada dos objetos digitais.

Creio, por isso, que precisamos de políticas mais estruturadas para estes acervos, que não dependam exclusivamente de projetos temporários ou de ciclos de financiamento pontuais. Isso implica definir responsabilidades institucionais, criar mecanismos de financiamento continuado, adotar normas técnicas comuns e favorecer a cooperação entre arquivos, bibliotecas, universidades e outras instituições de memória.

Há também aqui uma questão democrática. O acesso público às fontes não é apenas uma questão técnica ou académica. Quando disponibilizamos documentação histórica, ampliamos as condições de acesso ao conhecimento e permitimos que investigadores, estudantes, professores e cidadãos possam interrogar diretamente o passado. No caso dos acervos relacionados com o colonialismo, a guerra e a descolonização, essa dimensão é ainda mais importante, porque estamos perante patrimónios que interessam a várias sociedades e que não podem ser pensados apenas a partir de Portugal.

Por isso, diria que o grande desafio dos próximos anos não é apenas digitalizar mais. É garantir que aquilo que já foi digitalizado permanece acessível, tecnicamente preservado e institucionalmente protegido. Criar um acervo digital sem assegurar a sua continuidade é correr o risco de produzir uma nova forma de perda documental.

- **Ainda no que tange aos acervos e mobilizações do passado, há o caso da iniciativa de fazer um museu em Santa Comba Dão com a documentação de Salazar – e neste ponto se imbricaram novos pontos, como por exemplo, a iniciativa do Ephemera dentro do debate entre o que se guarda, o que se comemora, como, para quê e por quem se preserva e se revê o passado. Como essas complexidades interpelaram o seu papel nas comemorações oficiais do 25 de Abril?**

Estas questões interpelaram-nos diretamente porque obrigam a distinguir três operações que muitas vezes aparecem confundidas no debate público: preservar, estudar e comemorar.

Preservar documentação ou património relacionado com uma figura histórica não significa celebrar essa figura. Pelo contrário, a preservação é condição para a investigação crítica. O problema surge quando um arquivo, uma casa, um museu ou um centro interpretativo são apresentados sem enquadramento suficiente e correm o risco de produzir uma leitura memorial excessivamente celebratória, apologética ou descontextualizada.

O debate em torno de Santa Comba Dão mostra precisamente essa dificuldade. A documentação associada a Salazar tem valor histórico e deve ser preservada, estudada e disponibilizada. Mas qualquer projeto de musealização exige uma reflexão muito cuidada sobre o seu enquadramento: Que perguntas coloca? Que contexto oferece? Que vozes inclui? Que relação estabelece entre a biografia individual e a natureza do regime ditatorial?

Nesse sentido, iniciativas de preservação documental, como as desenvolvidas por estruturas da sociedade civil, têm também um papel importante. Recordam-nos que guardar o passado é uma tarefa ampla e que muito património político, social e associativo se perderia sem esse esforço. Mas preservar não dispensa critérios de organização, contextualização e acesso.

Enquanto Comissária, estas questões reforçaram uma convicção que atravessou todo o trabalho das Comemorações: uma política pública de memória deve criar condições para conhecer o passado, não para o sacralizar. Isso vale tanto para os protagonistas da democracia como para as figuras e instituições da ditadura.

O desafio está em evitar dois riscos opostos: apagar aquilo que incomoda ou, inversamente, transformar a preservação em homenagem. Entre esses extremos existe um espaço essencial para a história pública: preservar, contextualizar, expor criticamente e permitir que os cidadãos compreendam a complexidade do passado.

Talvez seja essa a questão central. Não se trata apenas de decidir o que guardar, mas de pensar como se guarda, como se apresenta, com que enquadramento e com que finalidade pública.

- **Como historiadora, como cidadã e como Comissária, de maneira objetiva, como se posiciona em relação ao debate entre a revolução conseguida – no sentido do fim da ditadura – e a “revolução traída”, eventualmente mobilizada pela extrema-esquerda?**

Enquanto historiadora, teria alguma reserva em usar as expressões “revolução conseguida” ou “revolução traída” como categorias explicativas. Ambas pertencem mais ao campo da memória política e das interpretações ideológicas do que ao da análise histórica propriamente dita.

O 25 de Abril conseguiu, sem dúvida, aquilo que esteve na sua origem imediata: derrubar a ditadura, pôr fim a um regime autoritário de quase meio século e abrir um processo de transformação política e social profundo. Mas a Revolução não tinha um desfecho previamente definido. Antes pelo contrário. Entre 1974 e 1976 coexistiram projetos muito diferentes para o futuro do país, com concepções distintas de democracia, socialismo (ou socialismos, se analisarmos o discurso político da época), poder popular, papel das Forças Armadas e organização económica e social.

É precisamente por isso que a ideia de uma “revolução traída” me parece historicamente problemática. Pressupõe que existia uma revolução autêntica, com um destino previamente estabelecido, que teria sido interrompido ou desviado. Ora, o processo revolucionário português foi marcado por conflitualidade, incerteza e disputa entre alternativas concorrentes. O resultado final não correspondeu plenamente ao projeto de nenhum dos atores envolvidos.

Isso não significa desvalorizar a importância das expectativas e das utopias revolucionárias. Pelo contrário, elas são essenciais para compreender 1974 e 1975. Para muitos setores da extrema-esquerda, mas também para outros movimentos sociais e políticos, a Revolução abriu possibilidades de transformação que depois não se concretizaram. Essas percepções fazem parte da história do período e da sua memória posterior.

Mas, do ponto de vista historiográfico, parece-me mais útil falar de projetos vencidos e vencedores, de compromissos, de ruturas e de recomposições do que de traição. A democracia portuguesa que emergiu desse processo não foi simplesmente a negação da Revolução. Foi também um dos seus resultados.

Enquanto cidadã e enquanto Comissária, acrescentaria ainda que a importância do 25 de Abril reside precisamente no facto de ter aberto um campo de possibilidades e de ter permitido que o conflito político passasse a ser resolvido num quadro democrático. Isso não elimina as disputas sobre o significado da Revolução, mas ajuda a colocá-las no seu lugar: como parte de uma

história plural e conflituosa, e não como prova de que existia um único caminho legítimo que teria sido interrompido.

- **Embora hoje Portugal seja um país que recebe muitos imigrantes, sabe-se do longo processo de emigração que se desenvolveu durante o período Salazarista. Sabe-se, também, como o regime fez uso das suas estruturas para fomentar a sua leitura da “identidade portuguesa” (sob o prisma salazarista, bem entendido) nas comunidades não apenas que viviam nas colônias, mas que emigraram para o Brasil, para os Estados Unidos, para a França etc. Como está o entendimento/memória do 25 de abril nestas diferentes escalas de construção de memória histórica?**

A memória do 25 de Abril fora de Portugal é necessariamente muito diversa, porque se constrói em contextos nacionais, geracionais e familiares muito diferentes.

Nas comunidades portuguesas que se formaram durante a ditadura, sobretudo através da emigração para França, Brasil, Estados Unidos, Luxemburgo ou outros destinos, o 25 de Abril foi muitas vezes vivido como uma rutura muito concreta com o regime que tinham deixado para trás. Para muitos emigrantes, a Revolução significou liberdade política, possibilidade de regresso, transformação da relação com o Estado português e revisão de uma identidade nacional que o Estado Novo tinha procurado enquadrar e projetar também no exterior.

Mas essa memória não permaneceu estática. Foi sendo transmitida às gerações seguintes, reinterpretada e, em alguns casos, enfraquecida. Para quem já nasceu fora de Portugal ou não viveu diretamente a ditadura, o 25 de Abril pode ser uma referência familiar ou identitária, mas já não necessariamente uma memória vivida. A relação com a Revolução passa então mais pela educação, pelas associações, pelas instituições culturais, pelos media e pelas formas como Portugal projeta publicamente essa história.

As Comemorações permitiram-nos observar precisamente essa diversidade. Como referi, houve uma forte mobilização fora do país, através das comunidades portuguesas, das embaixadas, dos centros culturais e de outras instituições. Mas também percebemos que o 25 de Abril é lido de maneira diferente consoante o lugar: no Brasil, por exemplo, dialoga inevitavelmente com a memória da ditadura militar; em França, cruza-se com a história da emigração portuguesa e do exílio; em vários países africanos, associa-se sobretudo ao fim do colonialismo português e às independências.

Isso mostra que o 25 de Abril tem uma memória transnacional. Não existe apenas como acontecimento da história portuguesa, mas como referência que é reinterpretada a partir de outras experiências de autoritarismo, migração, exílio, colonialismo, resistência e democratização.

Talvez o desafio seja precisamente esse: evitar pensar as comunidades portuguesas no exterior apenas como prolongamentos da memória nacional. Elas produzem também as suas próprias leituras do 25 de Abril, resultantes do encontro entre a história portuguesa e os contextos em que essas comunidades viveram e vivem.

Para a investigação histórica, este é um campo particularmente rico. Permite-nos perceber como uma mesma data se transforma quando atravessa fronteiras, gerações e experiências políticas distintas e como a memória do 25 de Abril se tornou, também, parte de uma história transnacional da democracia portuguesa.

- **Depois de tantos anos estudando o 25 de Abril e de ter conduzido as comemorações do seu cinquentenário, o que gostaria que permanecesse na memória das próximas gerações quando já não houver testemunhas vivas da Revolução? Que responsabilidades passarão, então, a caber aos historiadores?**

Gostaria, acima de tudo, que permanecesse a consciência de que o 25 de Abril não foi apenas uma mudança de regime. Foi uma rutura que abriu um campo novo de possibilidades políticas, sociais e culturais e que tornou possível a construção da democracia em Portugal.

Quando já não houver testemunhas vivas da Revolução, essa memória deixará de poder apoiar-se na experiência direta. Passará a depender ainda mais dos arquivos, da escola, da investigação, das instituições culturais e da capacidade de cada geração para voltar a interrogar esse passado.

A responsabilidade dos historiadores será, por isso, particularmente importante. Caber-lhes-á preservar a complexidade, resistir às simplificações, contextualizar os conflitos, tornar visíveis experiências diferentes e continuar a produzir conhecimento a partir de novas fontes e de novas perguntas.

Mas creio que haverá também uma responsabilidade mais ampla: impedir que o 25 de Abril se transforme apenas numa data ritual ou num património simbólico esvaziado do seu significado histórico. A memória democrática só permanece viva se continuar a ser interrogada, discutida e relacionada com os problemas do presente.

Gostaria que as próximas gerações percebessem que a democracia não nasceu pronta nem estava garantida. Foi construída num processo difícil, conflituoso e incerto, por pessoas com projetos diferentes e, muitas vezes, incompatíveis.

Talvez seja essa a ideia que mais gostaria que permanecesse: a democracia é uma conquista histórica, mas é também uma construção permanente. Conhecer o 25 de Abril não serve apenas para compreender de onde viemos. Serve também para lembrar que aquilo que hoje parece adquirido exigiu escolhas, conflitos, compromissos e participação e continuará sempre a exigir responsabilidade cívica.

Recebida: 03 de agosto de 2026

Aprovada: 14 de agosto de 2026

**O porto do Rio de Janeiro em dois tempos:
dimensões de continuidade nas transformações produzidas pelas reformas
urbanas portuárias na urbe carioca (1906 e 2016)**

*The Port of Rio de Janeiro at two historical moments:
dimensions of continuity in the transformations produced by urban reforms in Rio's Port
Area (1906 and 2016)*

*El puerto de Río de Janeiro en dos momentos históricos:
dimensiones de continuidad en las transformaciones producidas por las reformas
urbanas en la zona portuaria de Río (1906 y 2016)*

Thais dos Santos Portella*

<https://orcid.org/0009-0003-6688-6801>

André Nunes de Azevedo**

<https://orcid.org/0009-0007-6497-7434>

RESUMO: Este artigo se propõe a analisar dois momentos distintos da história do porto do Rio de Janeiro, são eles: o da reforma urbana realizada durante o Governo do Presidente Rodrigues Alves (1902-1906) e um recorte temporal mais recente, atinente ao processo de reformulação urbanística do chamado Porto Maravilha, que culminou nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. A ideia que orientará as análises aqui presentes é a de que em ambas as reformulações

* Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), graduada em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e em História pela UERJ. Suas áreas de estudo e interesse concentram-se em Cultura Visual, História do Brasil Republicano e História da Imprensa, com ênfase em impressos ilustrados, periódicos e imagens satíricas. E-mail: thata.portella@hotmail.com.

** Doutor em História Social da Cultura pela PUC-Rio, além de Professor Associado do Departamento de História da UERJ. Leciona ainda no PPGH de História Política da mesma instituição, onde coordena o Doutorado. Foi pesquisador Visitante da Universidade do Porto, em Portugal. É membro do Conselho Municipal de Tombamento do Patrimônio Histórico da cidade do Rio de Janeiro, além de ser autor do livro “A Grande Reforma Urbana: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso”, co-publicado pela Ed. da PUC-Rio e pela Mauad. E-mail: azevedoemigrante@gmail.com.

urbanísticas do espaço portuário, verificamos um mesmo movimento do poder público brasileiro, a saber: o de ressignificar e redimensionar a função da região portuária na cidade, com a implicação de excluir usanças históricas desse espaço através da redefinição da sua função. Assim, notamos que há algo em comum nesses distintos momentos históricos do porto do Rio de Janeiro, que é, a partir do propósito de transformar a função desse espaço urbano, manter-se a mesma política de exclusão de antigos usos da localidade.

Palavras-chave: Porto do Rio de Janeiro. Reforma Urbana. Iconografia.

ABSTRACT: This article aims to analyze two distinct moments in the history of the Port of Rio de Janeiro: the urban reform carried out during the administration of President Rodrigues Alves (1902–1906) and a more recent period related to the urban redevelopment process of the so-called Porto Maravilha, which culminated in the Rio de Janeiro Olympic Games in 2016. The idea guiding the analyses presented here is that, in both urban redevelopments of the port area, we can observe the same movement on the part of the Brazilian public authorities, namely: the attempt to resignify and redefine the role of the port region within the city, with the implication of excluding historical uses of this space through the redefinition of its function. Thus, we note that there is something in common between these distinct historical moments of the Port of Rio de Janeiro: based on the purpose of transforming the function of this urban space, the same policy of excluding former uses of the locality is maintained.

Keywords: Port Area of Rio de Janeiro. Urban Reforms. Iconography.

RESUMEN: Este artículo se propone analizar dos momentos distintos de la historia del puerto de Río de Janeiro: la reforma urbana llevada a cabo durante el gobierno del presidente Rodrigues Alves (1902–1906) y un recorte temporal más reciente, relativo al proceso de reformulación urbanística del llamado Porto Maravilha, que culminó en los Juegos Olímpicos de Río de Janeiro, en 2016. La idea que orientará los análisis aquí presentados es que, en ambas reformulaciones urbanísticas del espacio portuario, observamos un mismo movimiento por parte del poder público brasileño, a saber: el de resignificar y redimensionar la función de la región portuaria en la ciudad, con la implicación de excluir usos históricos de ese espacio mediante la redefinición de su función. Así, advertimos que hay algo en común entre estos distintos momentos históricos del puerto de Río de Janeiro: a partir del propósito de transformar la función de este espacio urbano, se mantiene la misma política de exclusión de antiguos usos de la localidad.

Palabras clave: Puerto de Río de Janeiro. Reforma Urbana. Iconografía.

Como citar este artigo:

Portella, Thaís dos Santos; Azevedo, André Nunes de. “O porto do Rio de Janeiro em dois tempos: dimensões de continuidade nas transformações produzidas pelas reformas urbanas portuárias na urbe carioca (1906 e 2016)”. *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 273-300.

O presente artigo coloca a região portuária do Rio de Janeiro no centro da discussão. Serão analisados dois momentos históricos distintos nos quais o poder público interveio no espaço portuário da cidade. O primeiro trata da reforma urbana do porto no início do século XX, levada a cabo pela gestão do Presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), no contexto de grandes transformações pelas quais, então, passava a cidade. O segundo responde ao contexto do acontecimento dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, conduzido pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Nesse segundo momento investiremos na análise de imagens produzidas acerca da reforma do porto, com o fim de mostrar como, de um lado, a sociedade percebeu a natureza excludente do movimento dos reformadores no projeto Porto Maravilha e como, por outro lado, o consórcio reformador tencionou afirmar a nova função que buscava afirmar na zona portuária da cidade. Ambos os momentos foram marcados por intervenções urbanísticas que desconsideraram a historicidade de usos que o espaço portuário portava em favor de projetos de modernizações urbanas que buscavam atribuir uma nova função à região do porto da urbe carioca. Para tanto, nos valeremos da relação entre uso e função do espaço urbano desenvolvida pela estudiosa do urbanismo Lucrécia Ferrara (1982).

A região portuária do Rio de Janeiro em uma perspectiva histórica

Em fins do século XVI, nos verdores do período colonial, o Rio de Janeiro era um vilarejo que contava com 3.850 habitantes, conforme destaca Lobo (1978, 49). Sua zona de povoamento se inscrevia em um quadrilátero que se compreendia entre os morros do Castelo, de Santo Antônio, da Conceição e de São Bento. As atividades econômicas presentes nessa fase embrionária de desenvolvimento da urbe carioca movimentavam um número limitado de recursos. Para além do comércio da madeira local, a vila começava a exportar produtos alimentícios. Nesse âmbito, se destacavam a farinha de mandioca, que já era exportada para Angola, além de ser vendida à Bahia e Pernambuco, apontando uma tendência que se consolidaria durante o período colonial, a do vínculo comercial estreito entre a cidade e o mercado Atlântico (Fragoso e Florentino 1993, 33).

Assim como o crescimento da cidade, a ocupação da atual região portuária ocorreu de maneira lenta. A única localidade ocupada na pequena vila do Rio de Janeiro era a Prainha e a face do morro da Conceição mais próxima do morro de São Bento. Noronha Santos (1934) ressalta que ainda na região da atual zona portuária, na faixa litorânea que se situava da Prainha ao saco do Alferes e à praia Formosa, sobressaía a atividade pesqueira, e a faixa marítima que ia do Valongo até São Cristóvão já constituía o ponto preferido para embarcadouros.

No século XVIII a cidade apresentou significativo crescimento econômico, fato devido ao desenvolvimento da mineração do ouro e do diamante na região de Minas Gerais. Foi aí que o porto do Rio de Janeiro conheceu o seu primeiro grande impulso, porquanto se destacou como lugar por excelência da exportação de pedras e metais preciosos e da captação de escravos, tecidos e alimentos para suprir a população das Gerais, que em meio século atraiu quase um milhão de pessoas (Reis Filho 1968). Com efeito, o porto do Rio de Janeiro passou a ser assediado com regularidade por navios portugueses, e começaram a se estabelecer carreiras regulares entre São Cristóvão e o Valongo e entre esse e Botafogo, feitas a botes, veleiros ou mesmo barcos a remo, conforme destaca Noronha Santos (1934, 257). A cidade como um todo também apresentou crescimento de sua área habitada e expansão demográfica. Um recenseamento feito pelo conde de Resende em 1799 contou 43.736 habitantes, dos quais 14.986 escravizados, contingente humano que excedia a 1/3 da população geral da urbe (Lamarão 1991, 26).

No Setecentos, o Rio de Janeiro já se destacava como um dos principais centros de escravizados da América portuguesa. A escravidão era algo tão central na vida da urbe carioca que o mercado de compra e venda de cativos se situava na principal via da cidade, a rua Direita. No entanto, por conta das reclamações dos moradores, esse triste e pestilento lugar de comércio de cabeças humanas foi transferido para o Valongo, em 1770. A transferência foi feita por determinação do marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil. Junto a esse mercado foi erguido o trapiche do Valongo, que servia de depósito de mercadoria humana. Foi a partir dessa época que a área do Valongo se tornou o centro do comércio negreiro na cidade, e que a região portuária passou a se estabelecer como uma zona de expressiva presença de negros escravizados. A ascensão da urbe ao status político de sede do Vice-Reino, em 1763, também fez aumentar a presença negra como um todo, na cidade e na sua região portuária.

O ano de 1808 opera um recorte para a história do porto carioca. A vinda da corte do Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI, implicou na abertura dos portos brasileiros às nações amigas, em especial, à Grã-Bretanha. O impacto no porto do Rio de Janeiro foi imediato. Em 1807 ingressaram no porto 778 navios, dos quais somente um era estrangeiro. Em 1811, o conjunto de embarcações ali chegadas já excedia o número de 5.000, de várias nacionalidades e procedências, como versa Lamarão (1991, 37) em sua pesquisa. Não muito após a abertura dos portos, o café passou a movimentar significativamente o comércio portuário da cidade, o que propiciou um redimensionamento do espaço na região portuária do Rio de Janeiro. Vários armazéns e trapiches foram criados para o armazenamento das mercadorias que avultavam a sua presença na região.

Outra mudança veio do Príncipe Regente, que mandou construir um cais na praia do Valongo, com rampas e escadas para facilitar o embarque e desembarque das mercadorias. O aumento do comércio portuário alimentou também o movimento de barcas, com as suas tripulações de escravos (Lamarão 1991, 39).

O crescimento do comércio do café, presente desde a segunda década do século XIX, e plenamente dominante desde 1830, impactou fortemente a paisagem da região, que passou a ostentar um grande número de negros escravizados, carregadores de sacas de café, a circularem pelas áreas do Valongo e da Gamboa com esse produto à cabeça, e a berrarem durante todo o dia, conferindo assim uma presença humana fortemente popular àquele espaço urbano. A década de 1830 também marcou a disseminação de armazéns de café, sobretudo na Prainha.

Com as atividades comerciais muito aquecidas na zona portuária, a década de 1840 viu se disseminarem uma série de atividades manufatureiras na região, como pequenas oficinas, serralherias e fundições. Por ser uma localidade com intenso comércio de escravos, a região se especializou na produção de grilhões e manilhas, entre outros apetrechos de ferro usados nos escravizados. Nessa mesma época, no Valongo, entre os morros do Livramento e da Saúde, cresceram a divisão de chácaras, aumentando a habitação na localidade. Também na década de 1840 são introduzidos os transportes marítimos de vapores, bem como o governo passa a intervir mais com melhorias no espaço portuário, como o conserto de várias vias na região. A intervenção urbanística mais expressiva dessa época foi a construção da praça Municipal, que conferiu uma dimensão monumental àquele espaço.

A paisagem humana e de pedra ia se modificando na região, sobretudo pelo impacto da abertura dos portos e da emergência e intensificação do comércio do café. No entanto, na primeira metade do século XIX a região portuária ainda é escassamente povoada, com as encostas dos morros sendo ainda pouco ocupadas, sobretudo nos morros do Pinto e da Providência. E mesmo nas áreas mais ocupadas por habitações, como os morros do Livramento e da Saúde, o que prevalece são ainda as chácaras, que exercem um domínio sobre a paisagem dessa zona da cidade.

Na segunda metade do século XIX, a região portuária vê adensar o seu fluxo comercial, sobretudo por conta do avanço do comércio do café, que entraria em decadência somente a partir de 1880. É dessa segunda metade de século que surgem as docas D. Pedro II, que modernizaram a infraestrutura portuária do Rio de Janeiro, juntamente com a estação ferroviária marítima da Gamboa, construída pelo engenheiro Pereira Passos, então presidente da Estrada de Ferro D. Pedro II. Essa época é também um tempo de adensamento da presença de armazéns e trapiches

na região, bem como de ocupação das encostas de morros antes desocupadas, como o morro do Pinto, que passa a ser ocupado para habitação a partir de 1870. Trata-se de um tempo em que o porto passa a ganhar uma fâcies de porto moderno, repleto de armazéns, com uma infraestrutura de docas e uma estação ferroviária para o embarque e desembarque de mercadorias.

Com o fim da escravidão, a formação de um mercado de mão de obra livre e o advento do novo regime republicano, o porto do Rio de Janeiro começará a receber novos projetos de modernização. Como assinala o geógrafo Maurício de Abreu (2008), o crescimento da economia brasileira, a expansão da atividade exportadora e a integração cada vez maior do país ao contexto do capitalismo internacional demandavam uma nova organização do espaço, correlata ao novo momento da organização social brasileira. Questões como a da reformulação da imagem do porto e da cidade como um todo entraram em pauta. O porto se tornava cada vez mais demandante de reformas, por conta dos mais diversos fins. Para fins de suporte da crescente escalada do movimento comercial que vivenciava; para fins de saúde pública em uma cidade historicamente assolada por epidemias e endemias, na qual a região portuária se destacava pelo número de vítimas das moléstias; para a finalidade de atração de braços de imigrantes em um contexto de fim recente da escravidão e crise de braços na lavoura do café de São Paulo, estado que governou o Brasil com a sua burguesia cafeeira por três mandatos seguidos na virada do século e, principalmente, para o fito de se equilibrar as contas públicas do Governo Federal. Maurício de Abreu afirma que “era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto” (Abreu 2008, 60).

A Constituição Federal de 1891, na sua ordem tributária, destinou a captação dos impostos de exportação aos estados. Já à instância federal de governo caberia a arrecadação dos tributos de importação. Ainda no início da República, o porto da Capital Federal foi perdendo espaço como porto exportador, muito em função da decadência da cultura do café na região do Vale do Paraíba fluminense. Em 1893/94, o porto de Santos passou a exceder o seu congênere carioca em volume de exportações, fruto do avanço da produção cafeeira no interior paulista. No entanto, em compensação, com o crescimento acelerado da cidade e o espírito cosmopolita das elites republicanas, o Rio de Janeiro aumentou o seu fluxo de importações, se mantendo, ainda, no seu balanço geral, como o maior porto do Brasil e o terceiro maior das Américas, atrás somente dos seus similares de Nova Iorque e de Buenos Aires. No início do século XX, a importância do porto carioca era imensa para o equilíbrio das contas federais. Para se ter uma ideia mais concreta desse peso, tenhamos que 49% de toda a arrecadação tributária federal era proveniente da

arrecadação dos impostos de importação oriundos desse porto (Lamarão 1991, 143). Com efeito, Franco (2001) ressalta que o presidente Rodrigues Alves era um especialista em assuntos de economia nacional e que o político decidiu investir na ampliação da capacidade do porto e de sua modernização com o fim precípuo de equilibrar as contas públicas do Brasil, que vinham inspirando preocupação com o aumento do déficit fiscal.

A reforma do porto do Rio de Janeiro teve início em 1903, e só seria concluída oito anos depois, em 1911, já no governo de Hermes da Fonseca. No âmbito da Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro, ela ficou a cargo do Governo Federal, tendo a sua frente alguns engenheiros célebres do Clube de Engenharia, como o seu presidente, Paulo de Frontin, e um dos seus quadros de maior destaque, o engenheiro Francisco Bicalho. Tratou-se de uma obra que consumiu recursos vultuosos, e que aumentou consideravelmente o aterramento, a fim de retificar o terreno acidentado do seu litoral, cheio de reentrâncias. A reforma portuária também ampliou sobremaneira a extensão do cais, a profundidade do calado, organizou os armazéns e trouxe uma infraestrutura altamente moderna, com amplo uso da eletrificação, cabos e guindastes (Benchimol 1993, 223-225). Além disso, e o que nos interessa mais destacar, articulou uma nova estrutura urbanística para a região portuária, a fim de facilitar o escoamento das mercadorias que entravam e saíam do porto e facilitar as soluções de continuidade entre essa região e o restante do centro da cidade, principal área da malha comercial na urbe carioca.

O conceito que regia a atuação dos reformadores do porto era o de que esse aparelho urbano deveria ser um exemplo do “progresso”. Para Azevedo (2016), a noção de progresso, como entendida então, na República, era a de um movimento rumo ao futuro que deveria se estabelecer pelo arrasamento do passado, sobretudo o passado lusitano e monárquico do Rio de Janeiro. É por isso que nada relativo à memória da cidade pôde ser considerado óbice a essa reforma, que pôs abaixo o Cais da Imperatriz e uma série de antigos trapiches existentes na região desde os tempos imperiais. Essa concepção de progresso, do governar por retas¹, próprio dos engenheiros do Clube de Engenharia, criou um sistema urbanístico com um conjunto de ruas que se arranjavam por retas horizontais e verticais que formavam uma estrutura de vias que estabeleciam ângulos de 90 graus entre si, pois atendia ao objetivo maior estabelecido, que era o de facilitar o escoamento das mercadorias do porto para a cidade.²

¹ A ideia de “governar por retas” para traduzir a mentalidade fortemente cartesiana dos engenheiros do Clube de Engenharia na virada do século XIX ao XX é de Maria Alice Carvalho. Ver Carvalho 1994.

² Essa estrutura pode ser visualizada na forma de planta baixa em: Barreiros 1965.

No entanto, embora tenha sido cumprido o objetivo de ampliar a capacidade do porto, de o modernizar, facilitando a infraestrutura que comporta a racionalização dos seus processos e de facilitar e agilizar o escoamento das mercadorias portuárias à cidade, cabe notar que, por conta do conceito utilizado do que seria uma reforma portuária, um problema aí foi criado e, ainda, projetado adiante historicamente. Um problema que a municipalidade do Rio de Janeiro teve que se haver no século XXI, com as reformas do Porto Maravilha.

O conceito de reforma acalentado pelos engenheiros do Clube de Engenharia, os reformadores que atuaram nas obras federais da primeira década do século XX, era o de que o porto e a zona portuária eram apenas lugares de cumprimento de uma função: dar suporte e agilidade para a ampliação do comércio portuário, como se a zona portuária não fosse um lugar prenhe de historicidade e de espacialidade, como se não fosse uma região de grande presença humana, com vivências, usanças desse espaço. Para os engenheiros do Clube de Engenharia, afeitos a governar por retas, uma vez equacionado esse objetivo de dotar o porto de maior funcionalidade, tudo estaria resolvido. No entanto, a simples resolução desse objetivo sem nenhum outro cuidado adicional a ele, criou um problema inercial à região, que se projetou adiante e se agravou com novas intervenções urbanísticas feitas em meados do século XX na zona portuária.

A questão central que caracterizou esse problema projetado adiante historicamente foi o movimento de ignorar qualquer perspectiva de integração orgânica do espaço portuário à cidade como espaço de uso, e não de função.³ Ao estabelecerem o foco de sua ação reformadora apenas na resolução da infraestrutura portuária, os engenheiros do Clube de Engenharia ignoraram a história de usanças que a região trazia consigo, habitada que era por vários tipos populares, como as populações negras e de imigrantes de baixa renda, que ali habitavam, ganhavam e celebravam a vida, em estabelecimentos como pequenas oficinas, comércio varejista e botecos.⁴ Antes da reforma urbana do porto no início do século XX, a zona portuária foi se constituindo como uma localidade de vivência da cidade, repleta de espacialidade e de topofilias as mais diversas.⁵ A reforma urbana ali empreendida esvaziou a zona adjacente ao porto como lugar de usanças da população, a pretexto de dar-lhe funcionalidade nos processos portuários. O sentido de progresso dos engenheiros que

³ Para Lucrécia Ferrara (1982), professora da FAU-USP, o espaço urbano é produzido por uma relação dialética entre os usos e a função desse espaço, assim, a natureza dos usos de um dado espaço modifica a sua função, enquanto a função de um determinado espaço impacta nas formas do seu uso, sendo a interação dialética entre uso e função do espaço o elemento dinâmico que produz esse espaço como um lugar.

⁴ Para um panorama da natureza dos estabelecimentos presentes na zona portuária, ver Noronha Santos 1965, 118–123.

⁵ Sobre o conceito de topofilia, que remete à afetividade vinculada a experiência com o espaço, ver Tuan 2012.

governavam por retas não admitia antigas formas de uso daquele espaço. O futuro de modernidade advinha só poderia se estabelecer sob os escombros do passado, uma dimensão de tempo vista, então, como obstáculo ao movimento do progresso na cidade.

A caracterização da zona portuária como espaço de função e não de uso, se agravou mais ainda com a intervenção urbanística do viaduto perimetral, que empalmou a avenida Rodrigues Alves, fazendo com que o transeunte fosse de todo expulso da experiência como pedestre na zona do porto. O mar foi apartado da localidade, bem como a luz solar e a visão dos armazéns históricos, todos comprometidos pelo novo viaduto. A região se tornou uma localidade para o trânsito acelerado de carros e as adjacências aprofundaram a sua baixa espacialidade, radicalizando assim o problema do comprometimento desse espaço como lugar de usos da população.

Assim, temos que o poder público interveio na reforma portuária do Governo Rodrigues Alves (1902-1906) com o fito de esvaziar o espaço em questão dos usos das populações locais, que dali foram expulsas, a fim dotar o espaço portuário como um espaço-função, ou um espaço que se destinaria exclusivamente à função econômica de escoar as mercadorias egressas do porto do Rio de Janeiro à rede de comércio da nova malha urbana do centro da cidade recém-reformado pelo prefeito Pereira Passos. O movimento dialético entre uso e função do espaço urbano, apontado por Lucrécia Ferrara (1982), fazia-se sentir na intervenção portuária de Rodrigues Alves. Os usos dessa região, conferidos pela sua historicidade, foram comprometidos pela nova função que o poder público designou àquele espaço.

Com as intervenções urbanísticas do governo Rodrigues Alves e a reforma que instaurou o viaduto da Perimetral, a zona do porto passou a ser um problema para a cidade: antiestética, desabitada, abandonada para o uso da população e, principalmente, uma localidade que aparecia apartada da cidade, algo como um apêndice incômodo e sem relação de organicidade com a urbe. A zona do porto tornou-se região de passagem, perdeu muito em vivência e integração com o restante da cidade. O projeto do Porto Maravilha viria para buscar resgatar esses aspectos comprometidos com duas intervenções urbanísticas que esvaziaram essa região de experiência humana, vivência em seu espaço, e integração orgânica da área do porto com a cidade.

O Porto Maravilha e a construção discursiva de um legado para a cidade do Rio de Janeiro

Na primeira década do século XXI a cidade do Rio de Janeiro voltou a ter os interesses políticos voltados para um projeto de reestruturação urbana. Nesse período, a prefeitura da cidade, por meio do prefeito Eduardo Paes, lançou, em 2009, a Operação Urbana Consorciada da Região

Portuária, cujo nome fantasia escolhido foi Porto Maravilha. Essa reforma urbana visou tentar resolver um problema orgânico da região portuária da cidade do Rio de Janeiro, pois o projeto do início do século XX visou à técnica e escoação de produto apenas e não movimento dos locais. Para Priscilla Oliveira Xavier (2012), o processo de olhar novamente para a região portuária não foi uma novidade do governo Paes. A partir da década de 1980 ocorreu uma tendência mundial de projetos de revitalização de regiões centrais e portuárias, usando como inspiração reestruturações em cidades como Londres, Baltimore, Lisboa, São Francisco, Buenos Aires e Barcelona.⁶

Ainda sobre o projeto de transformação da região portuária, Priscilla Xavier (2012) ressalta que a dedicação do poder público para transformar a região ocorre principalmente a partir do governo do prefeito Cesar Maia,⁷ quando o local passa a ser marcado por meio dos discursos com adjetivos de ultrapassado e problemático, sendo assim, foi desenvolvido o primeiro plano de revitalização para o local nos anos 1990. Entretanto, os diferentes obstáculos legais, políticos e financeiros fizeram com que o plano do governo Maia não fosse efetivado na época. Entretanto, por volta da década de 2010 o Rio de Janeiro estava em um momento econômico e político que possibilitava o retorno das ideias de reformular a região portuária.

Em 2008, o Rio de Janeiro foi oficialmente anunciado como candidato à sede dos Jogos Olímpicos de 2016, sendo confirmado como sede em outubro de 2009. A partir dessa escolha, aliada ao contexto de crescimento econômico vivenciado pelo Brasil naquele período foi consolidado um discurso de otimismo e progresso em relação ao futuro da cidade durante a primeira década do século XXI. Nesse contexto, diversos projetos urbanos foram concebidos com o propósito de promover reestruturações na urbe carioca, buscando viabilizar a implantação de uma infraestrutura compatível com as exigências dos megaeventos previstos.⁸ Nessa época, o Rio de Janeiro versava no imaginário internacional como uma representação do Brasil. Portanto, em face desse conjunto de fatores – desenvolvimento econômico e a prospecção do Brasil no cenário internacional –, a cidade se tornou, naquele momento, um espaço urbano visto como uma oportunidade de negócios no qual o Porto do Rio de Janeiro era um desses projetos a serem explorados de forma econômica, turística e de imagem.

O Porto Maravilha

⁶ Cf. Andreatta 2010.

⁷ Cesar Maia é um político, filiado ao PSDB, sendo prefeito da cidade do Rio de Janeiro por três mandatos. De 1993 até 1997 e de 2001 até 2009.

⁸ Olimpíadas de 2016 e de sediar partidas de futebol da Copa do Mundo Fifa de 2014.

Diante de um cenário internacional em que a cidade do Rio de Janeiro ganhou visibilidade por sediar megaeventos na década de 2010, o Porto Maravilha surgiu como uma ação da prefeitura para transformar o local que era visto pelo Estado como antigo e impróprio para a urbe dessa época. O Porto Maravilha é uma operação consorciada, sendo regulamentada pela lei 101 de 23 de novembro de 2009. Essa operação “aglutina um conjunto de ações urbanísticas e financeiras que visam promover a requalificação urbana e o desenvolvimento social, ambiental e econômico da região” (Xavier 2012, 19). Para coordenar esse processo de reestruturação da região portuária, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), uma empresa de natureza mista, conhecida como uma Parceria Público-Privada (PPP). Já a execução das obras a serem desenvolvidas ficou a cargo do Consórcio Porto Novo⁹, que na época foi uma concessão para administrar a região composto pelas empresas Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia.

No momento de criação da Operação Consorciada, a prefeitura passou a utilizar diferentes discursos para justificar a reforma. Uma das vertentes divulgadas em destaque pelo Estado era o fato de a região estar ultrapassada, sendo somente possível a sua regeneração após os projetos de melhorias a serem desenvolvidos. Outro ponto de relevância dado pela gestão municipal foi de repensar o papel do patrimônio e da cultura vinculados à região do porto. Para Leopoldo Pio (2017), os dois argumentos que visavam legitimar o projeto municipal eram: de um lado, a ideia de que a região foi reconquistada por meio de processos simultâneos de modernização e preservação histórica e de outro, a constatação do resgate da relação natural entre identidade da região e identidade da cidade. Sendo assim, o processo de reaproximação do porto com o restante do centro da cidade permitiria uma modernização do próprio centro da urbe, bem como reverteria a situação degradada da região portuária.

⁹ A partir de 2019, a Concessionária alegou que a Prefeitura não estava pagando pela manutenção dos túneis na região portuária, passando novamente ao município tal responsabilidade devido a inadimplência. Em junho de 2020, a Concessionária Porto Novo deixou de ser a administradora oficial dos túneis, pelo fato de ter deixado de receber os repasses do governo de Marcelo Crivella, prefeito do Rio de Janeiro na época. Então, no mesmo mês, a administração dos túneis passou a ser da SD Engenharia por escolha da CDURP. Cf. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/26/por-falta-de-dinheiro-concessionaria-porto-novo-passa-a-manutencao-de-tuneis-para-a-prefeitura-do-rio.ghtml>. Acessado em: 11 de setembro de 2020, e <https://diariodoporto.com.br/concessionaria-nao-cuida-mais-dos-tuneis-do-porto-e-cobra-1-bilhao/>. Acessado em: 11 de setembro de 2020.

Para gerar visibilidade ao assunto e criar apoio popular ao projeto do Porto Maravilha, a Prefeitura do Rio de Janeiro¹⁰ criou uma mensagem de resgate da região portuária. Sendo assim, a municipalidade investiu em diferentes formas discursivas para transmitir essa versão positiva e propagandística da reforma, pois a partir disso seria possível vender a importância dela para a população carioca. Nesse contexto, foram criadas diversas mídias institucionais, controladas pela prefeitura,¹¹ nas quais o tema principal era o benefício das obras tanto para a cidade como para o cidadão carioca. Consequentemente, esses materiais corroboravam com a construção do discurso que o projeto Porto Maravilha buscava. Por exemplo, a narrativa de resgate mostrava-se latente no *site* da operação consorciada Porto Maravilha,¹² assim como no portal Cidade Olímpica.¹³ Desde a criação da operação consorciada em novembro de 2009 até o fim do mandato de Eduardo Paes em dezembro de 2016, a base do discurso da prefeitura e da CDURP era de renovação/requalificação/revitalização, conforme destacado por Oliveira (2021). Ademais, não foi somente nos meios institucionais que esse formato de enunciação foi possível de ser verificado, mas também nos discursos feitos pela imprensa na época, como no caso do Jornal *O Globo*, que publicou diversas notícias, cadernos jornalísticos e imagens que apoiavam discursivamente o projeto.

Diante das questões apresentadas e com relação aos discursos e representações encenadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro é demonstrada a importância dada ao projeto Porto Maravilha no contexto de reestruturação da urbe. Dessa forma, este artigo debate, por meio de imagens, algumas questões relativas à região da reforma do Porto Maravilha e as representações ao redor do projeto. Essas iconografias apresentam, de forma crítica e pelo uso do humor¹⁴, o discurso do Estado e como ele construía discursivamente o projeto de reestruturação portuária. Este trabalho utiliza imagens satíricas e fotografias para analisar esse discurso em circulação na sociedade carioca da época, visando compreender o que se versava sobre o Porto Maravilha. Para Gombrich (1999), a análise de imagens com o uso do humor, as charges, são “armas” e estratégias de comunicação que acionam operações cognitivas e psicológicas que mobilizam o observador a entender de forma

¹⁰ Embora as ações empreendidas no Porto Maravilha tenham sido lideradas pelo prefeito Eduardo Paes, havia o apoio do governo do Estado e da União. Somente com tamanha junção de interesses é que foi possível a realização do projeto.

¹¹ Se não eram controlados pela prefeitura, eram elaborados por agências de comunicação contratadas pelo município.

¹² Análise do *site* realizada entre 2015 e 2016.

¹³ Análise feita por Gauziski (2018).

¹⁴ Gombrich (1999) afirma o uso do humor são “armas” e estratégias de comunicação que acionam operações cognitivas e psicológicas que mobilizam o observador a entender de forma rápida e sintética as críticas sociais.

rápida e sintética as críticas, ou seja, leva o observador a compreender o contexto social e político da época. Nesse contexto, ao apresentar essas imagens, será possível entender as nuances e as críticas elaboradas por esses discursos visuais.

Por isso, ao analisar um conjunto de imagens relativas à reforma do Porto Maravilha, este trabalho também se volta para as questões metodológicas envolvidas no estudo dos objetos visuais. Para Mitchell (2015), trabalhar com imagens exige inseri-las na dinâmica da cultura visual, interrogando não apenas o que elas transmitem, mas também os sentidos que produzem para além das intenções de seus produtores. Trata-se, portanto, de compreender o que essas imagens mostram, ou se propõem a mostrar, considerando o contexto histórico, social e político em que foram produzidas, circularam e ganharam visibilidade. Já no âmbito das fotografias, é fundamental levar em consideração os distintos elementos envolvidos em sua formulação, como: a participação do fotógrafo, o posicionamento do meio de comunicação em que a imagem está inserida, as questões políticas encenadas e as relações sociais e culturais no momento da captura da fotografia. Conforme ressalta Boris Kossoy (2007), uma fotografia não pode ser interpretada como mera reprodução do real.

O Legado Olímpico

Na época dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro o termo “Legado olímpico” praticamente se tornou um “*slogan* publicitário” do Estado. Essa expressão, devido às ações empreendidas por toda a urbe criaram uma sensação de orgulho da cidade e auxiliaram no fortalecimento da imagem do local. Com relação à zona portuária, esse termo se juntou com a ideia de resgate; ou seja, fazia-se necessário recuperar para transformar e, assim, construir um futuro. A palavra “legado”, de acordo com Oliveira (2016), era raramente citada no vocabulário do Comitê Olímpico Internacional, com apenas três ocorrências no relatório oficial dos Jogos de Barcelona de 1992. Entretanto, há 70 menções ao termo no que tange a Londres 2012. Já no documento da candidatura do Rio de Janeiro, o vocábulo aparece 250 vezes. Diante dessa afirmação de Oliveira, é possível constatar a crescente retórica de um legado na preparação dos Jogos Olímpicos do Rio, na tentativa de gerar uma impressão positiva e mostrar que o projeto era crucial para a urbe.

Para a construção da expressão “legado”, Oliveira (2012) afirma que as despesas para custear instalações, infraestrutura, proteção ao meio ambiente e demais dispêndios passam a ser computadas não como custo do evento, mas sim como legados. Sobre essa temática, a pesquisadora aponta que, para aqueles que defendem os megaeventos, os Jogos são elementos catalisadores de

desenvolvimento e invocam uma série de resultados positivos, com legados “tangíveis”¹⁵ e “intangíveis”.¹⁶ Ela também ressalta que os custos sociais, econômicos, políticos, ambientais e culturais relacionados aos eventos são tratados na literatura crítica como “impactos” ou “legados negativos”.

A realização dos Jogos Olímpicos, amparada por uma narrativa de ganhos políticos e econômicos, conferiu às autoridades locais a legitimidade para promover um processo acelerado de reorganização do espaço urbano. Esse esforço resultou em uma remodelação da cidade orientada para o espetáculo, voltada a atender às demandas de visitantes, federações esportivas, emissoras de televisão e patrocinadores. Nesse contexto, o Rio de Janeiro passou a buscar ativamente o status de “cidade global”, direcionando sua administração para a promoção de uma imagem de um lugar maravilha, excitação e deslumbramento. A paisagem urbana carioca foi transformada em vitrine, em que a preocupação com a reputação internacional da cidade se sobrepõe às necessidades da população local. As obras e a arquitetura da urbe passaram a ser símbolos de que a modernização havia chegado, e o Porto Maravilha foi um desses objetos, onde a cidade do Rio de Janeiro passou a ser trabalhada por meio do marketing urbano.

A realização das Olimpíadas diante de uma narrativa de ganhos políticos e econômicos confere às autoridades locais o poder de suscitar um processo acelerado de reorganização do espaço urbano. Esse esforço gera uma remodelação da cidade que visa a transformá-la em espetáculo, buscando atender visitantes, federações esportivas, emissoras de televisão e patrocinadores. A cidade investe-se na busca pelo status de cidade mundial, voltando-se administrativamente para o espetáculo e marcando a paisagem como um lugar de maravilha, excitação e deslumbramento. Dessa forma, despontou uma preocupação maior com a reputação da futura sede junto aos órgãos competentes e visitantes do que com a população local. As obras e a arquitetura da urbe passaram a ser símbolos de que a modernização havia chegado, e o Porto Maravilha foi um desses objetos, onde a cidade do Rio de Janeiro passou a ser trabalhada por meio do marketing urbano.

Com relação ao projeto do Porto Maravilha, Leopoldo Pio (2017) faz duas considerações importantes quanto aos legados. Para ele, a primeira questão está na busca por um resultado futuro (em termos culturais, arquitetônicos e sociais) das intervenções urbanísticas e de preservação da

¹⁵ Os legados tangíveis são aqueles referentes aos recursos aportados a partir de outras esferas de governo ou da iniciativa privada que se convertem em reestruturação urbana e instalações esportivas.

¹⁶ Os legados intangíveis são aqueles invocados pelos efeitos relacionados ao marketing das cidades, incluindo a capacidade de imprimir internacionalmente uma imagem positiva da cidade e do país anfitrião e de elevar o orgulho cívico de seus habitantes ou fortalecer a identidade nacional.

memória local, como ocorreu por meio da criação de equipamentos culturais e espaços institucionalizados de memória. A segunda vem atrelada à elaboração de capitais simbólicos que deveriam ser adicionados ao imaginário cultural da cidade. “Os legados remetem à criação de novos critérios de observação da paisagem e percepção do tempo da localidade.” (Pio 2017, 86).

O termo legado não foi somente utilizado em discursos e apresentações institucionais do Estado, essa palavra passou a figurar pelo imaginário popular carioca, pela imprensa e em imagens da época. Desta forma, a ampla utilização do termo comprova que a prefeitura do Rio de Janeiro conseguiu gerar a divulgação que desejava para a reformulação da cidade.



Figura 1 — Rio 2016

Fonte: Iturrusgarai, 2015. *Economistinha*, 5 ago. 2015. Disponível em: <https://economistinha.com/2015/08/05/falta-um-ano-afinal-vale-a-pena-sediar-os-jogos-olimpicos/>. Acesso em jan. 2022

Embora o discurso institucional da Prefeitura do Rio de Janeiro tenha sido de que o legado dos Jogos Olímpicos era imprescindível, a figura 1 aborda um questionamento que começava a pairar na mente do cidadão carioca à medida que o megaevento de 2016 se aproximava. Valia a pena gastar tanto para sediar as Olimpíadas? O chargista ilustra o conjunto geográfico do Pão de Açúcar como forma de representar o Rio de Janeiro como um todo. Ao apontar a diferença de altura entre os morros do Pão de Açúcar e da Urca, o artista traça uma divertida analogia entre os acidentes geográficos e curvas como as de um gráfico econômico. Dessa forma, a maior elevação – o Pão de Açúcar – são os recursos gastos para as Olimpíadas, enquanto a menor elevação – o Morro da Urca – representa o real legado herdado pela urbe. Pelo viés do humor, a imagem condensa o questionamento que o morador do Rio fazia com relação ao futuro das obras na cidade.

Nesse momento, o cidadão estava vivendo rotineiramente com intervenções públicas de reestruturação e/ou construção de novas infraestruturas que tinham por intuito atender ao evento esportivo. Entretanto, os moradores da municipalidade também passaram a perceber os altos valores gastos nessas obras e que não necessariamente iriam dar retorno direto a população local.

Nesse período, a Prefeitura do Rio usava como exemplo para comprovar a importância do projeto outras cidades em que os Jogos Olímpicos foram um sucesso, salientando os pontos favoráveis. No entanto, pouco se falava dos casos negativos.¹⁷ O discurso dominante a nível municipal era o de que as estruturas reformadas e construídas naquela época trariam um legado benéfico e que suas obras gerariam novos empregos, fazendo circular mais dinheiro e atraindo mais turistas. As arenas construídas tanto para a Copa do Mundo como para as Olimpíadas foram estruturas esportivas onerosas e que demandaram altos investimentos. Dessa forma, caso não tivessem uma boa adaptação ao cotidiano da cidade e de seu cidadão, esses aparelhos poderiam se transformar em “elefantes brancos”.

Esse debate sobre o valor financeiro gasto nos investimentos e o valor intangível do legado deixado para a população do Rio de Janeiro foi muito discutido na época das Olimpíadas. Um exemplo disso foi a demora da Arena do Futuro¹⁸ – estrutura montada no Parque Olímpico, na Barra da Tijuca –, que levou anos para se transformar em quatro escolas municipais, conforme prometido desde sua inauguração, em 2016. O desmonte da estrutura começou em 2022 e somente foi finalizado em 2024. Outro exemplo foi a demora na entrega da operação completa das linhas de VLT¹⁹ no centro do Rio de Janeiro, pois, na época das Olimpíadas, apenas o trecho que passava pelo Porto Maravilha em direção ao Aeroporto Santos Dumont operava. Já os trechos complementares de integração do sistema – como a ligação até a Central do Brasil, o Saara e a Praça XV – sofreram paralisações nas obras e atrasos ao longo dos anos posteriores aos megaeventos.

Diante desse debate, a figura 2 também foi criada para alertar e servir de questionamento sobre o uso do dinheiro investido nos megaeventos. A imagem abaixo mostra uma comparação entre duas cenas que representariam a realidade brasileira de 2016. Ao lado esquerdo, verifica-se o

¹⁷ A cidade de Barcelona foi o maior exemplo utilizado pela Prefeitura como um *case* positivo. Contudo, o discurso do Estado não comentava os casos considerados não tão bons para as populações locais, como ocorrido na África do Sul por sediar a Copa do Mundo e nos Jogos Olímpicos de Atenas, por exemplo. Em 2015, a cidade de Boston retirou sua candidatura para sediar as Olimpíadas de 2024, alegando que os custos das obras poderiam ser um malefício a seus contribuintes.

¹⁸ Cf. <https://prefeitura.rio/educacao/legado-olimpico-2016-prefeitura-do-rio-transforma-arena-do-futuro-em-escolas-e-inaugura-dois-ginasios-educacionais-tecnologicos-na-zona-oeste/>. Acesso em jun. 2025.

¹⁹ Veículo Leve Sobre Trilhos.

Museu do Amanhã e os arredores da Praça Mauá, em que a charge chama atenção por mostrar um Rio reformado, bastante organizado e limpo. Ao lado direito, é apresentado ao observador uma habitação precária, cercada por arame farpado, com lixo por recolher, de modo a retratar uma realidade inteiramente diferente da Praça Mauá. Nessa segunda realidade, há diversos problemas econômicos e sociais que são parte da realidade brasileira. O chargista elabora uma crítica social ao que estava acontecendo no Rio de Janeiro em 2016. Ao estabelecer um paradoxo, é formulada a ironia da imagem, em que se compara o Museu do Amanhã ao “Museu do Hoje”, intitulado pelo chargista.



Figura 2 — Museu do Amanhã/Museu do Hoje

Fonte: A.T. Charges, s.d., “Museu do Amanhã/Museu do Hoje”, A.T. Charges. Disponível em: <http://atcharges.blogspot.com/>. Acesso em ago. 2022.

A figura 2, ao representar o “Museu do Amanhã” mostra uma região nova e limpa, a composição da imagem traz aspectos de organização que também eram vistos nas projeções renderizadas produzido pelas empresas de arquitetura e urbanismo que trabalhavam para a prefeitura durante a divulgação do Porto Maravilha. Apesar da visão da imagem em plano elevado, não se percebe a presença de pessoas ali; ou seja, a charge mostra um local emulado, esteticamente montado. Em 2016, o Museu do Amanhã já havia sido inaugurado e a Praça Mauá já recebia muitos moradores e turistas. O paradoxo da imagem deve-se ao nome do aparelho cultural, pois Museu do Amanhã interpela o significado de futuro, algo frontalmente oposto e não condizente aos problemas sociais que eram vividos naquele período. Ademais, a região da Praça Mauá e do Boulevard Olímpico correspondia às localidades do porto do Rio de Janeiro que, em 2016, estavam prontas, mas não dialogavam com o restante da região nem com os moradores dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

Já o termo “Museu do Hoje” faz alusão aos reais problemas enfrentados pelo morador do estado do Rio de Janeiro em 2016. Vale lembrar que aquele ano ficou marcado por reveses nas contas públicas, haja vista a falta de pagamento do 13º salário e o atraso na folha dos servidores do Rio de Janeiro²⁰, além do aumento das taxas de juros e crescimento da inflação²¹ – fatores que culminaram em uma crise financeira seguida de desemprego e ampliação da pobreza. Além dos problemas financeiros, o ano das Olimpíadas também se destacou por imbróglis políticos no Brasil, tendo em conta que a então presidente Dilma Rousseff²² enfrentou processo de impeachment e foi deposta da Presidência da República. Em vista de tudo isso, a charge do “Museu do Hoje” exprime as adversidades urgentes na época. A casa inacabada destacada na imagem – como muitas existentes ao redor do país – é o próprio museu, de forma a evidenciar a realidade frente aos problemas enfrentados pela população brasileira. O lixo ensacado sem ser recolhido provavelmente faz alusão às questões que desafiaram a Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Cidade do Rio de Janeiro (Comlurb) entre os anos de 2014 e 2016. Os garis da cidade entraram em greve em diferentes momentos para reivindicar melhores salários e condições de trabalho, e os serviços de recolhimento de lixo foram interrompidos em alguns períodos.

A ironia da imagem consiste na comparação dos dois lados, pois naquele momento histórico o Rio de Janeiro padecia por diferentes razões enquanto foram gastos milhões²³ para a construção de um museu cuja preocupação primária era o porvir. Além disso, o Museu do Amanhã pode ser considerado um aparelho cultural que se afasta da tradicional missão de organizar, classificar e exibir relíquias ou vestígios do passado; ou seja, é um museu sem acervo. O local se propõe a sensibilizar o visitante e estimulá-lo ao respeito pelo futuro do planeta e da vida em sociedade. Leopoldo Pio (2017) destaca que a proposta era encurtar a distância entre passado, presente e futuro para produzir certo estado de consciência e reflexão, introduzindo na sociedade carioca uma nova forma de turismo contemporâneo: o turismo de experiência. Todavia, a charge

²⁰ Cf. <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/com-500-mil-servidores-sem-salarios-rj-ja-sente-efeitos-da-greve-geral.html>. Acesso em jun. 2025.

²¹ Em 2016, a taxa básica de juros do Brasil (Selic) encerrou o ano em 13,75% ao ano, de acordo com o Banco Central. A taxa se manteve nesse patamar desde o final de 2015, após uma série de altas para conter a inflação, de acordo com o Relatório da administração do Banco Central de 2016.

Cf. <https://www.bcb.gov.br/Pre/Surel/RelAdmBC/2016/RA2016.html#ra2016>. Acesso em jun. 2025.

²² Dilma Rousseff foi a primeira mulher presidente do Brasil. Filiada ao PT, teve mandato de janeiro de 2011 até agosto de 2016, mês em que foi afastada após processo de impeachment.

²³ Cf. <https://museudoamanha.org.br/pt-br/tire-suas-duvidas>. Acesso em: set. 2022.

mostra o aparelho cultural como algo futurista e fora da realidade local, em meio a tantos problemas sociais e econômicos.

Um dos maiores problemas desencadeados na época e enfrentado pelos moradores do Rio de Janeiro foi a especulação imobiliária, a urbe passou a ter o metro quadrado bastante valorizado.²⁴ Além disso, como exposto pela figura 3, devido ao processo de reestruturação da cidade para os megaeventos, foram feitas diferentes intervenções buscando uma valorização financeira dos bairros atingidos. Com isso, muitos populares tiveram que ser retirados de suas casas. O desalojamento das camadas menos abastadas ocorreu de duas maneiras: pela retirada das habitações populares de locais “indesejados” pelo Estado e pela evasão voluntária por parte dos cidadãos mais humildes, o processo de gentrificação. Esta última deve-se à remodelação urbana que não contemplou os mais pobres, forçando-os a não permanecerem em seus bairros devido à alta valorização do preço dos aluguéis e do custo de vida em geral. Lucia Lippi Oliveira (2021) destaca que a crítica mais recorrente ao Porto Maravilha foi a pouca atenção às questões habitacionais e de interesse social, regularização de áreas e urbanização de favelas localizadas na região. Além disso, inúmeros arquitetos e urbanistas alegaram que o que fora incluído no projeto do Porto Maravilha acerca das moradias não chegou a ser realizado. Por tais motivos, ocorreu o processo de gentrificação do local, fazendo com que muitos moradores da zona portuária deixassem a região.

Devemos, ainda, acrescentar que, em um contexto de crescimento da especulação imobiliária na cidade, os interesses das grandes empresas de construção civil fizeram-se presentes nos rumos da reforma portuária, com o norte da atuação dessas empresas ignorando qualquer possibilidade de se manter as classes populares, tradicionalmente ali residentes, fixadas no espaço urbano adjacente ao Porto Maravilha. Com efeito, foram desenvolvidas as CEPACs (Certificados de Potencial de Adicional de Construção), instrumento utilizado para viabilizar a exclusão das populações até então residentes na região do Porto Maravilha, em favor da gentrificação da região reformada. Em resumo, houve uma seleção feita pelo Estado do tipo social de habitação que se desejava no espaço do porto reformado.

²⁴ De acordo com o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio de Janeiro, o mês dos Jogos Olímpicos foi o de maior alta de valores na cidade. Cf. <https://creci-rj.gov.br/preco-do-metro-quadrado-na-barra-subiu-em-agosto-mes-dos-jogos/>. Acesso em: set. 2022.



Figura 3 — Especulação Imobiliária

Fonte: Latuff, 2019, “Limando a cidade para a Copa e os Jogos Olímpicos”, X [Twitter], 22 set. 2019. Disponível em: <https://twitter.com/latuffcartoons/status/1175737632099164160>. Acesso em mai. 2021.

A figura 3 representa essa relação entre as ações do Estado, a especulação imobiliária e o discurso de “legado”. Na charge, vemos Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro à época, varrendo casas populares dos arredores da cidade, em analogia a uma faxina em que se varre o lixo. Neste caso, a imagem representa a retirada das populações mais carentes dos pontos turísticos da urbe. O modelo de habitação tido por ideal é o que se encontra no canto direito da imagem, representado por prédios na cor branca. Como a maior parte das habitações na charge não são do tipo pretendido, o governador aparece varrendo os imóveis fora do padrão almejado. A imagem critica a ação do poder público e mostra que o governo tratava os populares como “lixo” ou “poeira” a ser descartada.

Na charge, Sérgio Cabral varre a população local a bordo de um helicóptero preto com um símbolo de caveira, em referência ao veículo aéreo do BOPE.²⁵ O chargista Carlos Latuff²⁶, ao colocar um elemento das forças especiais de polícia, atrela a ação da especulação imobiliária a uma política higienista que usava o braço armado do Estado como apoio. Sendo assim, a imagem também atribui à retirada dessas casas uma atitude violenta. Alguns casos de reestruturação no Rio

²⁵ BOPE significa Batalhão de Operações Policiais Especiais, pertencente à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

²⁶ Carlos Henrique Latuff de Sousa é chargista brasileiro e também é considerado ativista político. Iniciou a carreira como ilustrador em 1989 em uma pequena agência de propaganda no Rio de Janeiro. Tornou-se cartunista ao publicar no boletim do Sindicato dos Estivadores, em 1990, permanecendo na imprensa sindical até os dias de hoje. Com o advento da internet, seus desenhos ganharam repercussão no meio digital. Hoje, publica seus materiais no Instagram.

de Janeiro com vistas às Olimpíadas foram de fato considerados brutos e invasivos, como é possível constatar na remoção da Vila Autódromo para a construção do Parque Olímpico.²⁷

A charge em questão consegue captar bem a perspectiva de atuação sobre o espaço da cidade por parte dos governos estadual e municipal. Tratava-se de adequar o espaço urbano do Rio de Janeiro para a inserção da cidade em uma rede internacional de cidades turísticas, ou seja, o espaço portuário reformado, bem como outros espaços da urbe carioca, deveriam ser lugares a serem apresentados aos turistas internacionais como centros de atrações de lazer, e não como espaços que portam uma memória histórica constituída ao longo das vivências de suas populações. Assim, opera-se um esvaziamento da historicidade e da geograficidade dessas localidades, subtraindo-se todo o afeto e experiências depositados historicamente pelos usuários desses espaços. A experiência singular de afetos própria da topofilia, para usar um conceito do geógrafo chinês Yi-Fu Tuan (2012), era substituída por uma tentativa de universalização dos novos sítios urbanos reformados, porquanto os poderes públicos atuantes neles buscavam esvaziar a historicidade local a fim de operar uma adequação ao horizonte de expectativas dos turistas potenciais de diversas partes do mundo.

Por fim, o que se pode verificar é que, embora os projetos de renovação urbana tenham prometido um legado e uma transformação para todos, isso não ocorreu, e faz-se necessário questionar quem usufruiu desse progresso. Enquanto as políticas urbanas de desenvolvimento econômico e social orientadas para o turismo e o desenvolvimento do consumo cultural observou sinais de enobrecimento dos locais modificados pela reestruturação, ao mesmo tempo ocorreu a expulsão das populações locais, de modo a caracterizar um processo de gentrificação no Rio de Janeiro.

As mudanças na região portuária

A zona portuária não recebeu nenhuma competição olímpica; entretanto, sua reformulação foi diretamente atrelada aos jogos, sendo projetada pela Prefeitura como um “local de encontros”, um “legado” que as Olimpíadas deixavam para essa região da cidade. O ano de 2015 foi marcado pela entrega ao público dos principais aparelhos culturais do Porto Maravilha, e a partir da inauguração desses locais pôde-se desenhar uma estratégia que buscava atrair mais pessoas a transitar pela região portuária. O discurso político daquela época era que a região portuária a partir das inaugurações poderia ser utilizada pela população local como um espaço de convivência. Já no

²⁷ Cf. https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html. Acesso em: set. 2022

ano de 2016, além da realização dos Jogos em diferentes pontos da cidade ocorreu a produção de diversos eventos no porto. Essa estratégia tentou angariar ainda mais turistas para o local. Entre as ações, o “Viradão Cultural”, a criação de um palco na Praça Mauá para transmitir os jogos, a inauguração do mural intitulado Etnias pelo artista Kobra no *Boulevard Olímpico*, a abertura do AquaRio etc. Talvez a principal ação da Prefeitura nesse intuito durante os dias de realização dos Jogos tenha sido a instalação da Pira Olímpica defronte à Igreja da Candelária. Tradicionalmente, o símbolo olímpico fica aceso durante as competições em um estádio ou arena. Neste caso, isso não aconteceu, pois a chama foi transferida para o centro do Rio, de maneira a canalizar um maior fluxo de visitantes à região.

Durante a reformulação do porto do Rio de Janeiro, esse espaço se converteu em um cenário composto por elementos tanto do passado quanto do presente, os quais incentivam o uso turístico e social da região. O Porto Maravilha acabou por traduzir a convivência entre o passado e o futuro por meio de ações elaboradas objetivando mostrar o resgate histórico de um território “degradado”. Ademais, uma das principais estratégias estéticas adotadas pela Prefeitura durante todo o processo de reforma urbana foi justapor imagens que retratassem como a região era e como seria após as intervenções, dando suporte à narrativa de resgate e renovação do local.

De fato, foi muito comum a elaboração de imagens de projeções arquitetônicas renderizadas por computação gráfica que mostravam como o porto ficaria nos próximos anos. Tal recurso – utilizado desde o início do projeto – servia não somente para ilustrar as ações iminentes, mas também para encantar a população com projeções modernas e ousadas que prometiam metamorfosear todo o entorno.

Felipe Nin, Henrique Zizo, Luiza Cilente (2016) abordam a produção dessas imagens computadorizadas da zona portuária. Eles defendem que essas reproduções veiculadas pelos canais oficiais de comunicação do projeto Porto Maravilha apresentam um distanciamento da realidade daqueles que habitam a região. Essas projeções eram espetacularizadas e distantes, que buscam destacar os projetos monumentais e os pontos turísticos da cidade. Mostrava-se um “novo perfil” em construção. Essas reproduções artísticas digitais mostram um perfil corporativo, pasteurizado, homogêneo, tecnológico, transparente; algo dotado de um pensamento único, um fragmento autônomo na cidade, uma cena com grande afinidade com outros centros econômicos do mundo, podendo ser confundido com outras localidades do globo. Enfim, imagens nada interligadas com a realidade local.

Durante as obras do Porto Maravilha, desenrolou-se um processo de disputa política e simbólica pela memória da zona portuária e de seus significados. A difusão de imagens da região foi uma das principais plataformas discursivas desse debate. Logo ao princípio do projeto, houve a apresentação de reproduções geradas por computação gráfica para retratar o futuro; já na reta final da reestruturação, elaborou-se um discurso visual baseado no “antes e depois”, conforme figura 4 e 5.

Ao transitar nas imediações da zona portuária no ano de 2016, era possível verificar que a Concessionária Porto Novo havia instalado painéis que expunham as mudanças da região entre os anos de 2011 e 2016. Assim, o discurso institucional enveredou pela estratégia estética que visava a narrar o quanto o local fora transformado. Dessa forma, esses totens exibiam o “passado” de algum ponto específico nas redondezas para, então, apresentar à população o novo “futuro” já concretizado. As figuras 4 e 5 mostram exemplos de instalações em diferentes posições na zona portuária. Os painéis denominados “Quem te viu, quem te vê.” foram dispostos de forma que os transeuntes pudessem observar as fotografias e, depois, analisar o local que estavam visitando. Portanto, era possível lembrar o passado posto ao público como algo ruim diante da construção estética feita pela concessionária.



Figura 4 — Quem te viu, quem te vê – Candelária

Fonte: Tyba, s.d., “Quem te viu, quem te vê – Candelária”, Tyba Online. Disponível em: <https://www.tyba.com.br/>. Acesso em abr. 2020.



Figura 5 — Quem te viu, quem te vê – Praça Mauá

Fonte: Reis, Rogério, s.d., “Quem te viu, quem te vê – Praça Mauá”, Tyba Online. Disponível em: <https://www.tyba.com.br/>. Acesso em abr. 2020.

As imagens destacadas apresentam fotografias dos painéis instalados pela concessionária Porto Novo. Em todas elas, repete-se o título “Quem te viu, quem te vê”. Frase curta e impactante que procura resumir, em poucas palavras, os benefícios da renovação na região portuária. Além disso, as instalações têm alguns fatos em comum: primeiramente, todas as comparações de “antes” e “depois” utilizam fotografias de 2011; a seguir, todos os painéis foram instalados nos locais das fotos que representavam; por fim, todas as imagens do “antes” exibem a intervenção da Perimetral no cenário da zona portuária.

A seleção de fotografias para representar o “antes” não é uma escolha fortuita, pois em junho de 2011 foi quando se iniciou a operação da Concessionária Porto Novo. Assim sendo, as disposições comparativas traçam relação entre o porto do Rio de antes da operação da Porto Novo e a realidade após alguns anos da concessão. Dispostos pela Porto Novo nos diferentes logradouros da zona portuária, os cenários constituem uma forma de *marketing* de experiência²⁸, os quais permitem ao visitante/consumidor perceber por si próprio as mudanças destacadas nas imagens. O turismo contemporâneo pode ser considerado uma forma de consumo; com isso, essa estratégia de *marketing* que visa apresentar uma transformação do local de forma agradável ao turista e também atrair outros mais. “Uma grande parcela do *marketing* local é o *marketing experiencial*, que não somente comunica atributos e benefícios como também conecta um bem ou serviço a experiências únicas e

²⁸ O termo *marketing* de experiência vem do ato de uma empresa focar em criar experiências memoráveis aos seus clientes, indo além da simples venda de produtos ou serviços, mas criando todo um contexto de experiências que estimulam vivências positivas ao consumidor. Cf. (Kotler, Kartajaya, e Setiawan 2017)

interessantes” (Kotler e Keller 2018, 668). O processo de interação entre os painéis e o observador suscita uma ação interativa de abordagem, que estabelece vínculos mais profundos e duradouros, permitindo maior fixação na memória do visitante. Dessa forma, os totens com fotografias de 2011 em contraste a outras mais recentes pretendiam imprimir no público uma sensação de mudança positiva do local.

A retórica das duas figuras tem como pretensão realçar o quanto a região melhorou, tratando todos os observadores como consumidores do local. Partindo do pressuposto elaborado por Mitchell (2015) de que as imagens também possuem vitalidade própria, Jacques Rancière complementa ao defender que “a imagem é vivente precisamente porque a ela falta vida, ela precisa de nós para ser o organismo do qual ela ainda é a sombra desencarnada” (Rancière 2015, 195). Jacques Aumont (2012) também acentua que o observador percebe e compreende a imagem ao designar um conjunto de atos perceptivos e psíquicos; ou seja, é o espectador que a faz existir. Sendo assim, a iconografia elaborada por intermédio da comparação fotográfica de um mesmo espaço de forma temporalmente diacrônica necessita do olhar do observador para ter sentido completo. A presença de alguém a fixar os olhos nos totens auxilia na formulação de uma reação àquele logradouro e na completude de sentido das fotografias.

Em suma, as figuras foram utilizadas como símbolos da modificação do Porto Maravilha, tentando chamar a atenção dos observadores e levá-los a comparar presencialmente o que havia de diferente. Consequentemente, é inegável o caráter publicitário das imagens, as quais pretendem orientar o público a considerar as reformas como algo positivo; isso sem contar o enfoque dado à interferência que a presença da Perimetral causava no espaço urbano de “antes”.

O Viaduto da Perimetral²⁹ é apresentado nessas imagens por ângulos negativos, evidenciando-se a sombra que ele projetava sobre a zona portuária. A construção da via a partir de meados do século XX foi controversa, onde muitos alegavam que ela intervinha negativamente na paisagem do Rio de Janeiro, principalmente para quem chegava à cidade pelo porto. A demolição da Perimetral se tornou uma das principais “bandeiras” da reforma do Porto Maravilha. A Prefeitura apontava que o viaduto era um empecilho para o desenvolvimento da região e que servia como barreira perante as belezas da cidade. Não obstante, o processo de derrubada da Perimetral

²⁹ O Viaduto da Perimetral – ou Elevado da Perimetral – foi uma via suplementar sobre as avenidas Rodrigues Alves e Alfred Agache, que interligava os principais entroncamentos rodoviários compreendidos entre o fim da Avenida Brasil, Centro e a zona sul da cidade. Transpassava os bairros do Caju, parte de São Cristóvão, Santo Cristo, Gamboa e Saúde. Sua construção teve início na década de 50 do século XX e foi executada em etapas. A inauguração do seu último trecho ocorreu em 1978.

foi bastante criticado, em virtude dos grandes custos incorridos pela máquina pública. As imagens supracitadas representam consecutivamente as alterações ocasionadas pela retirada da Perimetral nos cenários da Candelária e Praça Mauá. Portanto, os painéis auxiliam na comprovação de que, apesar dos excessivos gastos, a demolição da Perimetral teria valido a pena.

Conclusão

Em dois momentos diferentes da história do porto do Rio de Janeiro, o poder público atuou para esvaziar os usos históricos da população residente no espaço portuário da cidade em favor da dimensão de função, que se desejou atribuir a esse espaço da urbe. No caso das reformas urbanas da década inicial do século XX, buscou-se subtrair o espaço de experiências populares daquela localidade em favor de um espaço-função, ou de um espaço que fosse meramente funcional para o objetivo de se escoar as mercadorias chegadas ao porto para que elas adentrassem com maior facilidade o novo centro reformado da urbe carioca.

Já na reforma urbana do Porto Maravilha, percebemos a configuração da mesma dinâmica que relaciona uso e função do espaço urbano. As populações que tradicionalmente habitavam e utilizavam aquele espaço foram excluídas do seu uso em favor da atribuição de uma nova função ao espaço portuário designado pelo poder público. Mais uma vez, o que se viu foi o Estado esvaziando a região portuária como um espaço de uso de sua população residente, em favor da dotação da região como um espaço-função. Agora, não mais com a função a ele designada no início do século XX, de escoamento das mercadorias do porto, mas sim com a função de espaço de lazer e entretenimento para o desfrute de turistas estrangeiros e nacionais, e não para a população local. Em suma, pode-se observar que, em dois momentos históricos distintos, a população carioca não esteve no centro dos projetos orquestrados na região portuária do Rio de Janeiro.

Referências:

- Abreu, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- Andreatta, Verena, org. *Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.
- Aumont, Jacques. *A imagem*. Traduzido por Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. Campinas: Papirus, 2012.
- Azevedo, André N. de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Mauadx, 2016.
- Barreiros, Eduardo Canabrava. *Atlas da evolução urbana do Rio de Janeiro (1565-1965)*. Rio de Janeiro: IHGB, 1965.
-

Benchimol, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

Carvalho, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

Ferrara, Lucrécia D'Alessio. *Uso e Função*. São Paulo: Nobel, 1982.

Fragoso, João Luís Ribeiro, e Manolo Garcia Florentino. *O arcaísmo como projeto*. São Paulo: Hucitec, 1993.

Franco, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, 2001. 2 v.

Gauziski, Débora. “Imagens de uma cidade em construção: as tramas do arquivo fotográfico das transformações urbanas do Rio Olímpico”. Tese de doutorado em Comunicação Social, Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

Gombrich, Ernst H. *Meditações sobre um cavaleiro de pau e outros ensaios sobre a teoria da arte*. Traduzido por Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1999.

Kossoy, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

Kotler, Philip, Hermawan Kartajaya, e Iwan Setiawan. *Marketing 4.0: do tradicional ao digital*. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

Kotler, Philip, e Kevin Lane Keller. *Administração de marketing*. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

Lamarão, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

Lobo, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. v. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

Mitchell, William J. T. “O que as imagens realmente querem?”. Em *Pensar a imagem*, org. Emmanuel Alloa, 165-189. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Nin, Felipe, Henrique Zizo, e Luiza Cilente. “Expandindo olhares: fotografia e a visibilidade da luta pela moradia na Zona Portuária carioca”. Em *Fotograficamente Rio: a cidade e seus temas*, org. Ana Maria Mauad, 145-160. Niterói: PPGHistória-LABHOI-UFF/FAPERJ, 2016.

Noronha Santos, Francisco Agenor. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

Noronha Santos, Francisco Agenor. *Meios de transporte no Rio de Janeiro: história e legislação*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1934. 2 v.

Oliveira, Fabrício Leal de, Regina Bienenstein, e Giselle Megumi Martino Tanaka. “A batalha da Vila Autódromo: ‘negociação’ e resistência à remoção”. Em *Os megaeventos e a cidade: perspectivas*

críticas, org. Carlos Vainer, Anne-Marie Broudehoux, Fernanda Sánchez e Fabrício Leal de Oliveira, 483-512. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

Oliveira, Lucia Lippi. *Cidade é patrimônio: uma viagem*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

Oliveira, Nelma Gusmão de. “O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo”. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

Pio, Leopoldo Guilherme. *Usos e sentidos do patrimônio cultural no projeto Porto Maravilha*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

Rancière, Jacques. “As imagens querem realmente viver?”. Em *Pensar a imagem*, org. Emmanuel Alloa, 191-201. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

Reis Filho, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; Edusp, 1968.

Tuan, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Ed. UEL, 2012.

Xavier, Priscilla Oliveira. “Do Porto ao Porto Maravilha: considerações sobre os discursos que (re)criam a cidade”. Dissertação de mestrado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

Recebido: 29 de janeiro de 2026

Aprovado: 19 de junho de 2026

Resenha

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.50776>

Um magistrado português em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII: a trajetória de Cypriano Joseph da Rocha na “Idade do Ouro”

A portuguese magistrate in Minas Gerais in the first half of the eighteenth century: the trajectory of Cypriano Joseph da Rocha in the “Age of Gold”

Un magistrado portugués en Minas Gerais en la primera mitad del siglo XVIII: la trayectoria de Cypriano Joseph da Rocha en la “Edad del Oro”

André Figueiredo Rodrigues*

<https://orcid.org/0000-0001-9286-089X>

Resenha do livro: Guimarães, António Andresen. *Cypriano Joseph da Rocha: relato de uma vida entre Portugal e o Brasil na ‘Idade do Ouro’*. Campinas, SP: Krauss Editora, 2024.

Como citar esta resenha:

Rodrigues, André Figueiredo. “Resenha do livro: *Cypriano Joseph da Rocha: relato de uma vida entre Portugal e o Brasil na ‘Idade do Ouro’*, de António Andresen Guimarães”. *Locus: Revista de História*. n. 32, n. 1 (2026): 301-306.

* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), câmpus de Assis. Pesquisador do CNPq. Dedicou-se ao estudo da história de Minas Gerais no século XVIII, com destaque para a Inconfidência Mineira. Seus trabalhos mais recentes são: *A Independência dos Estados Unidos e a Conjuração Mineira: aspirações políticas e libertárias nas Minas Gerais do final do século XVIII*. São Paulo: FFLCH/USP, 2025; “Universo relacional e práticas comerciais de Joaquim Silvério dos Reis no arraial do Tejuco (Minas Gerais, 1777-1782)”. Em *Agentes, poder e territórios nos mundos coloniais (séculos XVI ao XIX)*, org. Maria Cristina Mineiro Scatamacchia, André Figueiredo Rodrigues e Renato da Silva Dias, 155-192. São Paulo: FFLCH/USP, 2025. DOI: 10.11606/9788575065297; “De traidores a patriotas: um ensaio sobre discursos e comportamentos políticos no processo de independência (1789-1823)”. *História (São Paulo)*, v. 42, 1-21, 2023. DOI: 10.1590/1980-4369e2023015 [em autoria com Luciano Figueiredo]. E-mail: andre.f.rodrigues@unesp.br.

O poeta argentino Jorge Luis Borges, um dos nomes mais marcantes da literatura latino-americana, afirmou que “todo homem é dois homens, e o mais verdadeiro é sempre o outro”¹. Essa reflexão se aplica com bastante precisão à tarefa complexa e desafiadora de escrever uma biografia, ainda mais quando o biografado não faz parte do grupo de personagens consagrados pelas narrativas históricas tradicionais. Ainda assim, a escrita biográfica também traz questões metodológicas amplamente discutidas pela historiografia contemporânea. Pierre Bourdieu, por exemplo, ao refletir sobre a chamada “ilusão biográfica”, alertava para os riscos de construir, de maneira retrospectiva, trajetórias excessivamente coerentes e lineares, atribuindo unidade e um sentido contínuo a experiências humanas marcadas por descontinuidades, ambiguidades e contingências (Bourdieu 1996, 183-191). Essa discussão é essencialmente pertinente para analisar a obra do português António Andresen Guimarães, autor sem formação acadêmica específica na área da História e descendente direto de Cypriano Joseph da Rocha, personagem retratado no livro resenhado aqui. Essa condição dá à obra uma perspectiva ao mesmo tempo pessoal, memorialista e documental.

Superar os obstáculos que, à primeira vista, parecem diminuir as qualidades de alguém e questionar a legitimidade de sua imortalização histórica é um dos principais desafios de quem se dedica à escrita biográfica. “Encontrar uma agulha no palheiro”, como diz o provérbio popular, traduz bem o trabalho árduo dos pesquisadores que investigam vidas pouco conhecidas, tentando desvendar os mistérios e as nuances de suas trajetórias.

Contudo, esses desafios vão além de apenas contar acontecimentos do passado. Eles exigem uma imersão profunda no contexto histórico e uma análise minuciosa da experiência humana, tanto em sua dimensão pública quanto privada, levando em conta processos mentais e comportamentos bem específicos. É justamente a partir dessas particularidades que António Andresen Guimarães constrói sua obra sobre Cypriano Joseph da Rocha. No livro *Cypriano Joseph da Rocha: relato de uma vida entre Portugal e o Brasil na “Idade do Ouro”*, o autor retoma a trajetória desse português nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, apresentando um personagem cuja vida se conecta às complexidades do período e também à própria ideia de identidade histórica.

A obra se apoia ainda em uma familiaridade prévia com a trajetória de Cypriano Joseph da Rocha e com a dinâmica administrativa e territorial das Minas Gerais no século XVIII. Trata-se de um personagem que, embora tenha sido relativamente esquecido pela historiografia, não passou despercebido em seu tempo. Pelo contrário, ele teve um papel importante na consolidação da

¹ A referência à frase de Jorge Luis Borges consta em trecho extraído da entrevista de Elías Thomé Saliba ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU On-Line) acerca da obra de Daniel Aarão Reis sobre Luiz Carlos Prestes (Santos, 2015).

presença régia e na conformação institucional de regiões que, mais tarde, ajudariam a estruturar o atual sul de Minas Gerais. Sua atuação como magistrado experiente, com passagem anterior por diferentes jurisdições do Império português antes de sua nomeação para a comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, o coloca dentro de processos mais amplos de organização territorial e de fortalecimento da autoridade metropolitana no interior da América portuguesa.

O livro, construído a partir da perspectiva pessoal de seu autor, resgata a figura de um personagem pouco explorado pela historiografia colonial mineira. Antes mesmo de chegar à América portuguesa, Cypriano Joseph da Rocha já tinha uma carreira administrativa bem consolidada em Portugal. Natural de Barral, que fazia parte da freguesia de São João de Vila Chã, no concelho de Ponte da Barca, região do Alto Minho, Cypriano nasceu em 1685. Era filho do padre Manuel Antunes da Rocha, também natural de Barral e senhor da Quinta da Rocha. Manuel, mais tarde, viria a ser reitor do Mosteiro de Sande, no concelho de Guimarães. Já sobre sua mãe, Serafina Francisca de Araújo, pouco se sabe além do nome. Legitimado por Carta de Legitimação, de 10 de maio de 1707, Cypriano casou-se no mesmo ano, em 14 de janeiro, com Maria Luísa Cerqueira de Araújo. Ela era filha do falecido doutor Félix Cerqueira de Araújo, ex-ouvidor da vila de Barcelos (Guimarães 2024, 35-37).

Antes de se estabelecer em Minas Gerais, Cypriano Joseph da Rocha exerceu diferentes funções administrativas nos quadros da magistratura régia, tanto em Portugal quanto na América portuguesa. Ele chegou ao Brasil em 17 de julho de 1728, acompanhado de seus dois filhos, Diogo e Tomás, com quinze e onze anos, respectivamente. Pouco depois, exerceu o cargo de juiz dos órfãos em Salvador, na capitania da Bahia, por mercê de dom João V, entre 1728 e 1732 (Guimarães 2024, 67-109). Em seguida, foi nomeado ouvidor-geral em Cachoeira, na capitania de Sergipe del-Rei, de 1732 a 1733 (Guimarães 2024, 111-120), até assumir o posto de ouvidor da comarca do Rio das Mortes.

Ao investigar o passado da capitania mineira no século XVIII, o nome de Cypriano Joseph da Rocha aparece entre os ouvidores enviados por Portugal para exercer a administração judicial da comarca do Rio das Mortes, cuja sede ficava em São João del-Rei. Ali permaneceu por quase oito anos, entre 1733 e 1741, acumulando as funções de ouvidor-geral, provedor das fazendas dos defuntos e ausentes e provedor das capelas e resíduos (Guimarães 2024, 121-143).

Durante sua atuação em território mineiro, Cypriano Joseph da Rocha também foi responsável pela fundação do arraial de São Cipriano, em outubro de 1737, que corresponde à atual cidade de Campanha. A partir desse núcleo, o entorno foi colonizado, e a incorporação da região ajudou na anexação da porção sul do território à capitania de Minas Gerais (Guimarães 2024, 206-

221). A documentação reunida por Antônio Andresen Guimarães ainda revela aspectos do cotidiano desse magistrado no Brasil, tanto em Minas Gerais quanto em outras capitanias.

Depois de se estabelecer em Minas Gerais, no auge da “Idade do Ouro”, Cypriano Joseph da Rocha participou do movimento de expansão territorial e administrativa em direção ao sul da capitania. Com o intensivo momento da exploração aurífera, ele entrou no território mineiro em busca de novos descobertos minerais e acabou encontrando as minas do Rio Verde. Sua atuação contribuiu decisivamente para ampliar o alcance do governo metropolitano em áreas que, até então, eram pouco integradas à administração colonial, especialmente nas regiões além dos rios Baependi, Lambari e Sapucaí.

Assim como o protagonista, muitos portugueses deixaram o reino em busca de melhores oportunidades nos territórios coloniais do vasto Império ultramarino, como o Brasil, a África e a Ásia. Entre esses imigrantes estava Cypriano Joseph da Rocha, que deixou um conjunto de cartas pessoais fundamentais para reconstruir sua trajetória. A partir dessa documentação epistolar, Antônio Andresen Guimarães pôde contar uma parte importante da vida de seu antepassado no ultramar, revelando suas aventuras e desventuras, além dos triunfos e reveses do dia a dia. Aliás, seria interessante que a obra detalhasse melhor a origem desse conjunto documental, informando onde as cartas foram guardadas, em que circunstâncias foram localizadas e se existe, eventualmente, a possibilidade de consulta pública. Este último dado é especialmente relevante para pesquisadores interessados no tema. Ao longo dos nove capítulos, o autor não analisa apenas os fatos registrados, mas também as possíveis formas de pensar e sentir do biografado, construindo um retrato sensível e multifacetado.

O texto traz informações que vão além do campo político e administrativo e do cotidiano dos juristas lusitanos na América portuguesa. O leitor encontra, por exemplo, episódios da vida privada de Cypriano Joseph da Rocha: as enfermidades que enfrentou e os tratamentos recebidos dos “santos pretos”, aplicados por curadores e boticários locais (Guimarães 2024, 225-228); a notícia do casamento de sua filha Potenciana (Guimarães 2024, 236-241); e o batizado de Teresa da Silva, filha de Manuel da Silva Vila Frias e Joana Francisca Tavares, de quem foi padrinho em 4 de maio de 1740 (Guimarães 2024, 241-242). Esses relatos cotidianos enriquecem a narrativa, porque dão ao biografado uma dimensão mais humana.

Também é interessante perceber que, em várias passagens de suas cartas, aparece um sentimento comum a muitos portugueses que se estabeleceram na América portuguesa: a vontade de voltar ao reino e reencontrar a família. No caso de Cypriano Joseph da Rocha, essa esperança se volta para a esposa e para as filhas, Potenciana e Bernarda. Em seus escritos, ele descreve as

dificuldades da vida no ultramar, os problemas de saúde, o processo de adaptação ao clima tropical, os desafios profissionais e os encontros com pessoas e culturas diferentes. A correspondência ainda registra as rotas terrestres e fluviais, a diversidade da fauna, as pessoas de “cores” variadas, referindo-se aos escravizados, e a grande variedade de alimentos que chegavam às mesas coloniais.

As descrições feitas por António Andresen Guimarães ajudam a entender, com muitos detalhes, como era o viver em colônia durante a primeira metade do século XVIII. Seus registros têm um valor interpretativo importante e trazem indícios daquele “outro” homem mencionado por Jorge Luis Borges: aquele que raramente um biógrafo consegue alcançar. No caso de Andresen, ele se aproxima de maneira notável desse “mais verdadeiro” Cypriano Joseph da Rocha, que está por trás dos documentos, das funções e dos registros oficiais.

Ainda assim, a obra apresenta algumas limitações que merecem uma análise crítica. Embora o autor tenha realizado um trabalho consistente ao dialogar com a documentação que reuniu, falta uma discussão mais aprofundada com a historiografia especializada em administração colonial, circulação de magistrados e formação territorial das Minas Gerais no século XVIII. Em alguns momentos, a narrativa fica bastante elogiosa em relação ao biografado. Isso é compreensível, já que autor e personagem têm uma relação familiar, mas, em certas passagens, acaba diminuindo a análise crítica que se espera em trabalhos como este. Seria interessante criar um diálogo entre estudos clássicos e pesquisas mais recentes sobre a expansão da autoridade régia no interior da América portuguesa. Dessa maneira, daria para inserir a trajetória de Cypriano Joseph da Rocha em debates historiográficos mais amplos.

Apesar dessas ressalvas, o livro tem muitos méritos. Ao reunir documentos dispersos, recuperar experiências individuais e destacar aspectos pouco explorados da administração colonial portuguesa, António Andresen Guimarães oferece uma contribuição importante para os estudos sobre as Minas Gerais no século XVIII e sobre os agentes responsáveis pela consolidação territorial da América portuguesa. Sua obra mostra como trajetórias individuais podem servir como ponto de partida para entender processos históricos mais amplos, incluindo a circulação de magistrados, a expansão administrativa e a formação territorial no contexto do Império ultramarino português.

Referências:

Bourdieu, Pierre. “A ilusão biográfica”. Em *Usos e abusos da história oral*, org. Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, 183-191, Rio de Janeiro: FGV, 1996.

Guimarães, António Andresen. *Cypriano Joseph da Rocha: relato de uma vida entre Portugal e o Brasil na Idade do Ouro*. Campinas, SP: Krauss Editora, 2024.

Santos, João Vitor. “Um Luís Carlos Prestes com mais cara de personagem da história do que mito. Entrevista especial com Elias Thomé Saliba”. *IHU On-line*, São Leopoldo, RS, 15 jan. 2015. <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/538972-um-luis-carlos-prestes-com-mais-cara-de-personagem-da-historia-do-que-mito-entrevista-especial-com-elias-thome-saliba>.

Recebido: 07 de novembro de 2025

Aprovado: 06 de maio de 2026

Resenha

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.51323>

A identidade cultural na pós-modernidade

The question of cultural identity

La identidad cultural em la posmodernidad

Michele Karina Franco*

<https://orcid.org/0009-0007-8288-6835>

Resenha do livro: Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2024.

Como citar esta resenha:

Franco, Michele Karina. “Resenha do livro: *A identidade cultural na pós-modernidade*, de Stuart Hall”. Locus: Revista de História, 32, n. 1 (2026): 307-311.

A presente resenha resgata um texto clássico do sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall (1932-2014), pioneiro nos estudos sobre cultura e multiculturalismo. A obra aqui apresentada tem como referência sua 12ª edição traduzida para o português, em 5ª reimpressão realizada no ano de 2024 pela editora Lamparina, Rio de Janeiro.

Consideramos que o estudo de Hall continua sendo uma importante referência para a temática, ao trazer para a discussão a ideia de identidade cultural nacional. E para refletirmos sobre a construção dessa dinâmica e seus impactos nos processos transnacionais, linguísticos e políticos

* Assistente Social e pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Seguridade e Assistência Social (NEPSAS-PUC/SP), doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) com período sanduíche junto a Universidade dos Açores de Portugal. Mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC/SP). Juventudes: negritude, educação e socioeducação (2024). Interseccionalidade na América Latina. Raça, classe, identidades de gênero e sexualidades: Entre memórias e trajetórias (2025). E-mail: millakf.franco@gmail.com.

no mundo, a formação da identidade e nacionalidade portuguesa apresenta-se como um exemplo bastante pertinente para essa leitura histórica.

Segundo Onésimo Teotônio Almeida (2022), escritor português açoriano, inspirado em seu conterrâneo do século XIX Antero de Quental, Portugal teria passado da decadência à regeneração, a partir de três erros: “a aventura ultramarina, o regresso ao antigo regime político-cultural autoritário absoluto e o fechar-se num modelo econômico tradicional” (Almeida 2022, 26), correspondendo a versão positiva dos famosos três *D* da Revolução dos Cravos de 25 de Abril, que Portugal segue a tentar construir culturalmente na história da nação – *Descolonizar, Democratizar, Desenvolver* (Almeida 2022).

Trazemos esse breve recorte histórico introdutório para uma aproximação reflexiva à teoria da identidade de Stuart Hall, a qual pode auxiliar não apenas a pensarmos a formação da identidade portuguesa, mas também a brasileira, fruto dessa relação ultramarina, bem como na compreensão da construção das identidades culturais pelo mundo.

O livro de Hall está organizado em seis capítulos, divididos em duas partes. A primeira (capítulos 1 e 2) é dedicada à reflexão sobre as noções de identidade e sujeito na história; a segunda (capítulos 3 ao 6) dedica-se à discussão da construção de *identidades culturais* – “aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (Hall 2024, 9, grifos originais).

Para Hall, as mudanças recentes nas estruturas das sociedades geraram mudanças também nas nossas identidades pessoais, alterando a ideia de sujeitos integrados que temos de nós mesmos. Isso geraria em nós, de acordo com o autor, um deslocamento ou ‘descentramento’ do sujeito, uma perda de “sentido de si”, tanto de seu lugar no mundo quanto de si mesmos, constituindo assim numa “crise de identidade”.

Quando o estudioso percorreu sobre o assunto, sustentava que a opinião era dividida na comunidade sociológica da época, uma provocação que podemos trazer aos tempos atuais. Afinal, não seria a própria modernidade a estar sendo transformada nesse mundo chamado pós-moderno, em que seríamos também “pós”, sobretudo desde o Iluminismo, que buscava definir de forma essencialista a concepção e fundamentação de nossa existência como ser humano no mundo?

Em seu estudo, Hall apresenta três concepções muito diferentes de identidade: a) do sujeito do Iluminismo: baseado na ideia de um sujeito centrado de forma unificada ao longo de sua existência, dotado de capacidades de razão, consciência e ação, centrado em si mesmo, numa concepção de identidade masculina e individualista.; b) o sujeito sociológico: baseado na compreensão interacionista que o sujeito não é assim tão autônomo e autossuficiente, mas que se

forma e constitui na relação com os outros, em um campo simbólico de mediação de valores e sentidos (cultura), uma concepção mais histórica e presente na sociologia clássica e c) o sujeito pós-moderno: cuja identidade não é fixa, mas transformada continuamente em relação as formas que o sujeito é representado ou interpelado nos sistemas culturais, segundo o autor, “é definida historicamente, e não biologicamente” (Hall 2024, 12), pois, num mesmo indivíduo pode haver diferentes identidades em momentos diferentes e em constante deslocamento.

Para o pesquisador, outro ponto importante sobre a identidade está relacionado a própria mudança na modernidade tardia, relacionado ao processo de “globalização”, que teria impacto direto sobre a identidade cultural. O autor, com base em Karl Marx, Anthony Giddens e David Harvey, explica que as sociedades modernas são marcadas por transformações constantes e permanentes, uma realidade que as distingue das sociedades tradicionais. Afinal, de acordo com Giddens, nas sociedades tradicionais, a forma de se perpetuar a experiência das gerações ocorria por meio da tradição, dos símbolos e das práticas recorrentes de valorização do passado.

Essas transformações, nas sociedades da modernidade tardia, “são caracterizadas pela ‘diferença’; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes ‘posições de sujeito’ – isto é, identidades – para os indivíduos” (Hall 2024, 14, grifos originais). Esse cenário gera, o que o autor vai enfatizar na sua obra, de descontinuidades e deslocamentos que afetam a vida dos sujeitos. Como consequências *políticas* dessa fragmentação e “pluralização” de identidades, emergem novas identificações impulsionadas por movimentos sociais, tais como o feminismo, lutas negras, libertação nacional e ecológicos.

Essa discussão sobre identidade e processos identitários é objeto de análise do pesquisador brasileiro Douglas de Barros (2024), que fala da identidade como uma ilusão necessária, construída a partir do simbólico e das condições de produção e reprodução da vida social. Para o autor, o problema da identidade não reside no fato de ela ser uma ilusão – haja vista essa ilusão servir de impulso para que o sujeito busque sentido de ação na sua vida. O problema está, como aponta Barros, quando a identidade é instrumentalizada pela gestão social e imposta de forma aprisionante às pessoas e a seus corpos. Aliás, o colonialismo europeu é um exemplo histórico disso, ao ignorar, reduzir e exterminar as experiências de vida das pessoas que viviam além-mar, impondo novos processos classificatórios.

A forma como o sujeito é representado ou interpelado na sociedade transforma sua identidade. Stuart Hall descreve as rupturas históricas pelas quais o indivíduo passou desde o período renascentista – a partir de uma ordem divina e secular das coisas – até o nascimento de um “indivíduo soberano” do século XVI ao Iluminismo do século XVIII. Essas concepções marcam

processos na estruturação do mundo moderno, transitando da ideia do “sujeito cartesiano” do passado ao “sujeito sociológico” da modernidade tardia capitalista. O colapso da antiga ordem social, econômica e religiosa medieval nos trouxe uma nova noção de individualidade.

Stuart Hall explica sobre essa fragmentação e deslocamento das identidades a partir de um processo de ruptura nos discursos do conhecimento moderno ocorrido na segunda metade do século XX, o qual ele denomina “descentramento”, sintetizado em “cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas ocorridos no pensamento, no período da modernidade tardia” (Hall 2024, 22). O primeiro descentramento estaria no pensamento marxista, que coloca as relações sociais no modo de produção capitalista no centro da discussão. O segundo está nas contribuições da psicanálise, em Freud e Lacan, na descoberta do “inconsciente” e na estruturação dos nossos desejos para construção das identidades. O terceiro, Hall (2024) associa ao trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure, não somos os autores das afirmações que fazemos, pois a língua é preexistente a nós. O quarto descentramento está associado ao pensamento de Michel Foucault, com destaque para a ideia de “poder disciplinar” como forma de vigilância, disciplinamento e regulação dos corpos e dos sujeitos. O quinto e último descentramento é associado pelo autor ao impacto do feminismo, “tanto como crítica teórica quanto como um movimento social”. Esse movimento, que emergiu durante os anos 1960 como um grande marco da modernidade tardia, impactou os processos de construção de novas identidades, contribuindo para politização da subjetividade ao colocar em questão o “público” e “privado”, além de abrir campos importantes de contestação política sobre a família, sexualidade, trabalho doméstico, cuidado com as crianças, entre outros.

Na segunda e última parte do livro, Hall se dedica a discussão da identidade cultural nacional desse “sujeito fragmentado”, sustentando que, no mundo moderno, “as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” (Hall 2024, 29). Elas fazem parte da modernidade tardia, em substituição a um processo de lealdade e identificação que antes, nas sociedades tradicionais, acontecia pelas tribos, religião ou regiões.

Vivemos hoje sob a ideia e identificação de Estados-nação, e Stuart Hall ajuda-nos a compreender a identidade cultural moderna como uma construção simbólica que produz sentidos de pertencimento, a influenciar na formação das culturas e identidades nacionais. O pensador explica que as nações modernas são culturalmente híbridas e questiona as identidades baseadas na biologização da raça – entendida como uma categoria discursiva marcada por relações de poder e racismo historicamente naturalizadas. Ao abordar os impactos da globalização, Hall destaca a

aceleração dos processos sociais e a tensão entre o global e o local, apontando que as identidades nacionais não desaparecem, mas se transformam, de maneira desigual e contraditória.

Nesse sentido, as identidades tornam-se múltiplas, dinâmicas e marcadas por relações desiguais de poder. A obra contribui significativamente para a compreensão dos desafios das sociedades contemporâneas, uma vez que questiona visões universalizantes do sujeito, valoriza a diversidade cultural e reflete sobre os impactos do nacionalismo, das migrações e dos processos globais na construção das identidades culturais pelo mundo.

Referências bibliográficas:

Almeida, Onésimo Teonónio. “Ou algumas reflexões sobre um grande clássico do pensamento português. Prefácio”. Em *Causas da decadência dos povos peninsulares nos três últimos séculos*, Antero de Quental, 7-26. 2^a ed. Óbidos, Portugal: Editora Artes e Letras, 2022.

Barros, Douglas. *O que é identitarismo?* São Paulo: Boitempo, 2024

Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2024.

Recebido: 08 de janeiro de 2026

Aprovado: 19 de junho de 2026

Resenha

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.49848>

A acumulação primitiva brasileira e a importância de uma educação agroecológica

Brazilian primitive accumulation and the importance of an agroecological education

La acumulación primitiva brasileña y la importancia de una educación agroecológica

João Nilo de Souza Nobre*

<https://orcid.org/0009-0001-1257-8286>

Resenha do livro: NOVAES, Henrique. *A educação ambiental anticapitalista: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia*. 1.^a ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

Como citar esta resenha:

Nobre, João Nilo de Souza. “Resenha do livro: *A educação ambiental anticapitalista: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia*, de Henrique Novaes”. *Locus: Revista de História*. n. 32, n. 1 (2026): 312-316.

Há muito domina na literatura contemporânea as discussões sobre como o projeto colonial continua em voga (Barros 2024). Neste sentido, faz-se oportuno questionar como esta conjuntura afeta as questões fundiárias no Brasil. Conforme mostrado em Oliveira, Borges e Marques (2024), a ditadura empresarial militar representou um importante momento de ofensiva do capital sobre as relações camponesas. Novaes (2025), em sua mais recente obra publicada pela editora Boitempo, como parte de uma coleção temática intitulada Mundo do trabalho, faz a relação entre as discussões contemporâneas sobre neocolonialismo e a história das lutas do campo.

* Historiador pela Universidade Estadual do Ceará e Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Publicou em 2025 o livro de ficção “Contos para ler no alpendre” e na área de não-ficção tem artigos publicados transitando pelas disciplinas de Arqueologia, História contemporânea e Literatura. nilonobrelobo@gmail.com.

No início de seu livro, o referido professor traz à tona o conceito marxista de acumulação primitiva para identificar, principalmente a partir da atuação da ditadura empresarial militar, como este processo está acontecendo neste exato momento no Brasil.

A base deste argumento, como em Marx, trata-se de mostrar que é o cercamento de terras que produz uma massa de trabalhadores despossuídos que forma o contingente de reserva de trabalhadores industriais. Ou seja, quando os camponeses não têm mais acesso a conseguir sua própria subsistência, sua única opção é migrar para as cidades e se juntar aos demais na competição por espaço no mercado assalariado. Esta característica é chamada de acumulação primitiva, que em Marx é considerada como a pré-história do capitalismo, no sentido de ser uma condição fundamental para a acumulação do capital: tirar das pessoas as condições de produzirem sua própria subsistência, não restando a estes indivíduos outra opção a não ser se converterem em vendedores de sua própria força de trabalho para outros. Conforme argumenta Novaes (2025), a história do trabalho assalariado na transição do feudalismo para o capitalismo, mostrada por Marx, continua atual.

Com base nos escritos de David Harvey, o autor explica como a partir de 1960 há uma maior ofensiva do capital internacional na intensificação da desapropriação e acumulação de terras. Aqui no Brasil, a partir da atuação da ditadura empresarial militar, tal faceta passou a ser chamada de “nova fronteira agrícola” e consistiu no projeto dos militares de ocupar vários territórios do Norte e Nordeste do país a partir de uma clara política de colonização (Ianni 2019).

Como resultado desta nova fronteira agrícola, houve maior grilagem de terras e um cercamento dos indígenas em pequenas reservas, que continuam a perder espaço até a atualidade para o agronegócio. Além disso, Novaes (2025) destaca que é a partir deste período que o Brasil entra na fase em que se impõe o pacote tecnológico da “revolução verde”, uma intensificação das relações mercantilistas internacionais levada a cabo por multinacionais gigantescas que passam a controlar a agricultura a partir de sementes transgênicas, maquinário agrícola, agrotóxicos e produtos farmacêuticos. Segundo o referido pesquisador, as principais características da Revolução Verde são: a acumulação primitiva (cujas atividades de grilagem, roubo de terras, assassinatos de lideranças e roubos de conhecimentos indígenas nunca cessaram na história do Brasil); a concentração ou domínio de terras por corporações transnacionais; pelo domínio quase completo da produção e distribuição de sementes e agrotóxicos por estas transnacionais e pela ausência de autonomia dos pequenos agricultores, cada vez mais dependentes de bancos e atrelados a corporações agroindustriais.

Entretanto, apesar deste vislumbre contextual, o autor também traça panoramas maiores sobre as contradições da contemporaneidade. Enquanto estamos todos sob esta ofensiva capitalista

que cada vez mais mercantiliza a todos os espaços da vida cotidiana, corroendo as condições de vida, é inegável que a fragmentação das pautas trazida pelo pós-modernismo a partir das disputas identitárias dificulta sobremaneira que se organizem lutas coletivas mais amplas. Autores como Barros (2024) identificam neste processo uma forma atual do próprio capitalismo cooptar os movimentos sob a égide da representatividade, reduzindo o risco de uma articulação política mais ampla.

Retomando a questão do colonialismo, Novaes (2025) também se debruça sobre como o ideário iluminista do progresso técnico e científico é usado como propaganda para disseminar a revolução verde de controle da agricultura através da ciência, em um ciclo de dependência mercadológica: a intensificação de monoculturas necessita de adubos específicos para a exploração especializada da fertilidade do solo, o que acaba desenvolvendo parasitas de forma anormal, os quais precisam de agrotóxicos específicos e a deterioração do solo aumenta a dependência para sua conservação química. “As monoculturas criam cada vez mais pragas e aumentam dramaticamente os problemas com insetos, fungos e as chamadas ervas daninhas” (Novaes 2025, 63). Enquanto isso, toda a educação capitalista é voltada para incentivar o progresso técnico/científico, propagandeando como o agronegócio é sustentável e a solução para todos os problemas brasileiros.

Partindo destes pressupostos, Novaes (2025) traça o conceito de agroecologia a partir de práticas sustentáveis de produtividade a longo prazo com a utilização de técnicas ecologicamente seguras, que não se preocupem unicamente com altos níveis de produtividade de um produto em particular, mas otimizando o sistema como um todo, diferenciando-se assim da agricultura industrial que é baseada na monocultura, pautada em espécies selecionadas para alto rendimento, com produção industrial a partir de mão de obra assalariada, para mercados distantes e que utilizam de combustíveis fósseis e produtos químicos.

Entretanto, enormes são os desafios para tal transição. Primeiro porque todo o ideal colonizatório, estrutura estatal e senso comum liberal são pró-capital, isso por si só já demonstra a dificuldade de se organizar uma nova forma de se relacionar com o mundo da produção de subsistência. Além disso, o saber científico tem sido, desde sempre, cooptado pelo objetivo iluminista do “progresso” e refém dos ditames do capital, ao passo que se faz cada vez mais necessária uma compreensão científica mais holística para o entendimento da complexidade social e do que poderia ser alterado.

Destaca-se também a criação de megacorporações transnacionais que controlam o mercado de sementes a partir da utilização da ciência para manipulação genética, os transgênicos. Ou as gigantes empreiteiras responsáveis pela instalação de matrizes energéticas para suprir o “progresso”, cujas obras também possuem enorme impacto ambiental e social. É a partir deste

contexto, de expansão da acumulação primitiva no Brasil nas últimas décadas, que Novaes (2025) discute a agroecologia e as escolas do trabalho, de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como locais em que se buscam novos modelos de formação para o trabalho que não seja alienante e apenas com a finalidade de gerar lucro.

Conforme apontado pelo professor, a partir dos anos 2000 o MST incorporou a agenda agroecológica em sua atuação, voltando-se para o estímulo da soberania alimentar, a busca de uma reforma agrária popular, a denúncia contra os danos da chamada revolução verde, entre muitas outras pautas, inclusive as discussões sobre gênero no trabalho campestre. Para que se chegue à sociedade agroecológica, são apontadas como necessárias diversas transformações sociais: uma reforma agrária, a superação do trabalho alienado visando apenas lucro, o avanço do feminismo e uma ênfase na soberania alimentar. A forma como se buscam tais objetivos é através da educação nos centros de agroecologia do MST, cujos pilares pedagógicos são apoiados tanto em Paulo Freire quanto em teóricos russos pós-revolução socialista e que visam formar trabalhadores mais conscientes politicamente, bem como educados com uma perspectiva mais coletiva e com ensino técnico voltado para a própria vida dos agricultores. O autor afirma que na concepção do MST “a agroecologia inclui o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos, a consciência política e organizacional” (Novaes 2025, 129).

Contudo, embora os eixos programático e pedagógico sejam bem delimitados, o autor não deixa de notar contradições e fragilidades sobre os acontecimentos. Uma vez que os trabalhadores do MST são também membros da sociedade brasileira, todos estão, assim como os outros, sujeitos às influências da ideologia hegemônica e sofrem também as pressões e influências das grandes corporações que controlam o comércio e produção agroindustrial, bem como são afetados por formas de controle mais sutis do capital como o atrelamento do crédito estatal à aquisição do pacote da revolução verde. Isso gera contradições internas ao movimento e acarreta que nem todos os assentamentos do MST são fundamentados na agroecologia.

Em um âmbito geral, as discussões apresentadas no livro são bastante pertinentes e o autor, ao destacar as contradições internas do MST, não se limita a traçar um panorama meramente elogioso e reconhece de forma madura as dificuldades de que tais iniciativas enfrentam, por mais utópicas que pareçam.

Em termos técnicos, a organização do livro a partir da coleção de textos produzidos em tempos diferentes por vezes dá a sensação de repetição de informações que poderiam ser mais bem apresentadas em um texto corrido. Capítulos com início, meio e fim, não apenas contribuem com a sensação de repetição de algumas discussões, como também mostram uma obra fragmentária com seus assuntos expostos de forma esparsa. Por isto decidi resenhar o livro apresentando as

principais ideias do texto em vez de fazer uma exposição mais minuciosa dos capítulos. Ainda assim, considero que é uma leitura fundamental para a compreensão de discussões contemporâneas sobre as lutas camponesas, o neocolonialismo e como a produção de alimentos está inserida neste contexto.

Tal livro traz à tona um importante debate que deve ser estimulado o máximo possível, sobre nossa relação de produção alimentar e a preservação ambiental. Após a aprovação no congresso da PL 2.159/2021 (PL da devastação que enfraquece o poder do Estado sobre o licenciamento ambiental), torna-se evidente que a investida destrutiva do capital sobre nossos biomas está longe de ter um fim, o que faz esta discussão ser atual não apenas pela data de publicação do livro resenhado, mas também por nos alertar sobre processos históricos que vêm se desenrolando e agravando nos últimos séculos e que são responsáveis pelos maiores desastres climáticos que temos assistido nas últimas décadas.

Referências bibliográficas

Barros, Douglas. *O que é identitarismo?* 1ª edição, São Paulo: Boitempo, 2024.

Ianni, Octavio. *A ditadura do grande capital*. 1.ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Oliveira, Vitor Wagner Neto de, Maria Celma Borges, e Gilberto de Souza Marques. Ditadura empresarial-militar e mineração na Amazônia: Paranapanema e os crimes contra os povos originários. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 44, nº 97, 1-26, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/dVxjkkpJvYNxHzNPgfzq3xk/>. Acesso em 23 mai. 2025.

Recebido: 15 de agosto de 2025

Aprovado: 29 de março de 2026